



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA – ININGA
64.049-550 – Teresina – PIAUÍ SG 07 Fone 3215-5505

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI 2010

RELATÓRIO FINAL



Teresina, março de 2011

Relatório Final Autoavaliação Institucional 2010

Universidade Federal do Piauí
Relatório final avaliação institucional 2010. Teresina:
2011
175ps. ilustr.
1. Ensino - Autoavaliação. 2. Universidade Federal do
Piauí - Autoavaliação Institucional. I. Título
C.D.D - 371.26
U58r

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

Reitor

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

Vice-Reitor

Prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco

Pró-Reitoria de Administração - PRAD

Adm. Fábio Napoleão do Rêgo P. Dias

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários - PRAEC

Prof^a. Dr^a. Nadir do Nascimento Nogueira

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PREG

Prof^a. Dr.^a Regina Ferraz Mendes

Pró-Reitoria de Extensão - PREX

Prof^a. Dr^a. Maria da Glória Carvalho Moura

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG

Prof. Dr. Saulo Cunha de Serpa Brandão

Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Assessoria Especial para Assuntos Internacionais

Prof^a. Dr^a. Érica Rodrigues Fontes

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Coordenadora

Profa. Dr^a. Josânia Lima Portela

Membros titulares

Representantes do Corpo Docente:

Profa. MSc. Maria Rosália Ribeiro Brandim

Profa. Dr^a. Antônia Edna Brito

Prof. Dr. Carlos Ernando da Silva

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo:

Alzenir Lima Marques

Alberto Luiz da Silva Pinto

Representantes do Corpo Discente:

Wirla Maria Pereira de Sousa - *Graduação*

Adenilma da Silva Farias - *Pós-Graduação*

Representante da Sociedade Civil Organizada:

Sra. Maria das Graças Machado

Membros Suplentes

Representantes do Corpo Docente:

Prof. Dr. Gregório Elias Nunes Viana

Prof. Dr. Naziozênio Antônio Lacerda

Prof. MSc. Miguel Arcanjo Costa

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo:

Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha

Maria Lêda Nogueira Matias Rufino

Representantes do Corpo Discente:

Aelson Barros Dias

Elenice Maria Nery

Representante da Sociedade Civil Organizada:

Sra. Leonor Maria e Silva Palha Dias de Araújo

COMISSÕES SETORIAIS DE AVALIAÇÃO

CAMPUS “MINISTRO REIS VELLOSO” - PARNAÍBA

Coordenador

Prof. Esp. Álvaro José Ribeiro Caldas

Membros titulares

Representantes do Corpo Docente:

Prof. MSc. Carlos Renato dos Santos

Prof. MSc. Pedro Alencar Carvalho e Silva

Representante do Corpo Técnico-Administrativo:

Severo Vieira Neto

Representantes do Corpo Discente:

Pedro Victor Modesto Batista

Jacy Luiz de Jesus Batista

Membros Suplentes

Representantes do Corpo Docente:

Prof. MSc. Manoel Dias de Souza e Silva

Prof. Dr. Evandro Rui Condè Marlière

Representante do Corpo Técnico-Administrativo:

Joana D'Arck Carvalho Cardozo

Representantes do Corpo Discente:

William Nelson Freitas do Amaral

Thamara Lopes de Matos

CAMPUS “SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS” - PICOS

Coordenadora

Profa. MSc. Maria César de Sousa

Membros titulares

Representantes do Corpo Docente:

Profa. MSc. Juliana Oliveira de Carvalho

Profa. MSc. Isabel Cristina de Aguiar Orquiz

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo:

Erlane Maria de Sousa

Representantes do Corpo Discente:

João Bosco Evangelista Lima

Gledson Lima e Silva

Membros Suplentes

Representantes do Corpo Docente:

Profa. MSc. Suze da Silva Sales

Prof. MSc. Gustavo Silvano Batista

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo:

João Moura Leal Filho

Representantes do Corpo Discente:

Anne Karoline de Sousa Santos

Nara Nyely Noronha Luz

CAMPUS “DR. AMILCAR FERREIRA SOBRAL” - FLORIANO

Coordenador

Prof. Dr. Mauro Sérgio Cruz Souza Lima

Membros titulares

Representantes do Corpo Docente:

Prof. Dr. Edivaldo Leal Queiroz

Profa. MSc. Rute Irene Claudío Crispim

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo:

Adalgisa Costa Melo

Representantes do Corpo Discente:

Hitalo Daniang Ferreira Borges

Alex sandro Naponuceno Rodrigues

Membros Suplentes

Representantes do Corpo Docente:

Profa. Dra. Ritade Cássia Pimenta de Araújo

Profa. MSc. Isabel Cristina Falcão Juvenal Barbosa

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo:

Delmárcio de Moura Sousa

Representantes do Corpo Discente:

Lívio Eduardo Pereira Alves

Diego Vanucci Batista da Silva

CAMPUS “PROFª CINOBELINA ELVAS” – BOM JESUS

Coordenadora

Profa. MSc. Aldina de Figueiredo Cunha

Membros titulares

Representantes do Corpo Docente:

Prof. Dr. José Benedito Guimarães

Prof. MSc. Bruno Leandro Maranhão Diniz

Representante do Corpo Técnico-Administrativo:

Amanda Costa Santos

Representantes do Corpo Discente:

Josiel Fernandes Barbosa

Arturene Marques Rocha

Membros Suplentes

Representantes do Corpo Docente:

Prof. MSc. Sinevaldo Gonçalves de Moura

Prof. Dr. Marcelo Barbosa Furtini

Representante do Corpo Técnico-Administrativo:

Elton Marks de Araújo Braz

Representantes do Corpo Discente:

Luis Paulo Teixeira da Silva

Márcio Gomes Rodrigues

CAMPUS “MINISTRO PETRÔNIO PORTELA” – TERESINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CCE:

Coordenadora

Profa. MSc.Teresinha de Jesus Araújo Magalhães

Membros titulares

Representantes do Corpo Docente:

Prof. Denis Barros de Carvalho

Profa. Dra.Jacqueline Lima Dourado

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo:

Rui Carvalho do Nascimento

Representantes do Corpo Discente:

Raiza Sousa Lima

Suselaine Cabral de S. Marinheiro

Membros Suplentes

Representantes do Corpo Docente:

Prof.Dr. João Evangelista das Neves Araújo

Profa. MSc.Reijane Maria de Freitas Soares

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo:

Antônio Gomes da Silva

Representantes do Corpo Discente:

AnnyCamila Lima Rodrigues

Pablo Fernando Pinheiro Nascimento

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA:

Coordenador

Prof. MSc.Antônio Aelson Carvalho Bezerra

Membros titulares

Representantes do Corpo Docente:

Profa. Dra. Mônica Arrivabene

Prof. Luís Alfredo Pinheiro Leal Nunes

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo:

Alberto Luís da Silva Pinto

Representantes do Corpo Discente:

José Marques da Costa Neto

Jassan Sousa Silva

Membros Suplentes

Representantes do Corpo Docente:

Prof.MSc. Francisco Francirlar Nunes Bezerra

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo:

Valdeci Otaviano do Nascimento

Representantes do Corpo Discente:

Mirya Grazielle Torres Portella

Leopoldo Fabrício Marçal do Nascimento

APRESENTAÇÃO

A cultura da avaliação tem se estabelecido no contexto das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil e sinaliza no sentido da busca da qualidade, relevância social e autonomia, exigindo o aprimoramento dos processos avaliativos internos, partindo do princípio de que a educação é um direito e um bem público e buscando a concretização da missão institucional.

Em consonância com o ideal de qualidade que se almeja, como Instituição, o processo de autoavaliação na Universidade Federal do Piauí (UFPI) busca contribuir para reafirmar a sua missão, que se constitui na:

Formação e educação orientadas por uma visão “a longo prazo” e não somente a qualificação técnico-profissional ou adaptação às necessidades imediatas do mercado de trabalho. {...} a defesa de uma formação e educação, numa perspectiva de desenvolvimento pessoal e de preparação dos indivíduos para contribuir para o desenvolvimento social e econômico, através da educação para a cidadania e a formação “ao longo de toda a vida”, tendo em vista que, na atualidade, as Universidades vivenciam um processo de mudança e transformação constante, a partir da revisão de suas funções ideológicas e práticas, cuja preocupação maior se constitui, hoje em dia, em criar o “homem novo” - aquele capaz de prover o seu sustento e de gerar os seus próprios recursos - um homem que não só tem, mas que, fundamentalmente, é (UFPI, PDI/2010-2014, p. 20).

A UFPI tem por base cinco princípios norteadores, observados em sua atuação no contexto piauiense:

- I- compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II- verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
- III- difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
- IV- inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre este, as pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado;
- V- natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União (UFPI, PDI/2010-2014, p.22).

Nesse contexto, a fim de cumprir a sua missão, tendo por base os princípios descritos, a autoavaliação é uma oportunidade para a UFPI conhecer a si mesma e definir seus processos, suas ações, refazendo o presente e construindo o futuro, visando contribuir para a consolidação da cidadania democrática, a justiça social e o desenvolvimento sustentável no estado do Piauí e, conseqüentemente, do País.

Com essa compreensão, entende-se que a autoavaliação se faz indispensável, em relação à qualidade acadêmica dos processos de formação dos indivíduos e à produção de conhecimentos e técnicas nas diferentes áreas do conhecimento, atendendo o que preconizam a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, no sentido de avaliar com vistas à qualidade, o que encontra sustentação no Plano Nacional de Educação – PNE, quando enfatiza a avaliação como indispensável para melhorar a qualidade do ensino oferecido, reafirmando a necessidade de institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa para as IES.

Assim, a UFPI iniciou o processo avaliativo interno em 2003 (AR 490/03, de 30 de abril de 2003), antes mesmo da vigência da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e, a partir da criação do SINAES, reformulou suas normas internas, continuou o seu aperfeiçoamento por acreditar ser este um dos mecanismos fundamentais para a garantia de uma educação com qualidade social, e passou a utilizar os resultados da autoavaliação como instrumento que contribuiu para a qualidade da gestão Institucional.

Portanto, o Relatório Final de Autoavaliação da Universidade Federal do Piauí, que ora é apresentado, retrata o olhar do seu corpo social no ano de 2010 e foi elaborado de acordo com a legislação vigente no País, Lei nº

10.861, de 14.04.2004, e Portaria Normativa 40/2007(consolidada), abrangendo as dez dimensões do SINAES. Em resumo, a autoavaliação institucional da UFPI-2010 teve a participação de 5.763 discentes (23,9% do total), 390 docentes (26,3% do total), 143 servidores técnico-administrativos (15,6% do total) e 177 (cento e setenta e sete) egressos dos diversos cursos da UFPI.

Os dados coletados e as informações prestadas por estes agentes internos – discentes, docentes e servidores técnico-administrativos – possibilitam à Universidade Federal do Piauí tomar decisões importantes na busca coletiva do aprimoramento institucional.

Teresina (PI), 21 de março de 2011.

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior
Reitor da UFPI

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

Este Relatório traz os resultados da autoavaliação institucional da Universidade Federal do Piauí, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), contando com a participação das comissões setoriais das unidades de ensino do Campus de Teresina e dos Campi de Parnaíba, Picos, Bom Jesus e Floriano.

A CPA da UFPI tem o seu funcionamento regulamentado pela Resolução nº 020/2007, alterada pela Resolução nº 005/2010 do Conselho Universitário e tem como finalidade a implementação do processo interno de avaliação da Universidade, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A atual CPA foi constituída pelo Ato da Reitoria nº 505/2010, de 07 de abril de 2010.

O processo autoavaliativo tem como fundamento as dimensões estabelecidas pelo Sistema Nacional de Educação Superior – SINAES, criado Lei nº 10.861, de 14.04.2004, regulamentada pela Portaria nº 2.051 MEC, de 09.07.2004, que objetiva a melhoria da qualidade da educação superior, assegurando a avaliação institucional interna e externa contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais institucionais de educação superior.

A metodologia utilizada baseou-se em quatro princípios básicos na busca do aperfeiçoamento institucional:

- adesão voluntária – a avaliação deve ser valorizada por toda a comunidade acadêmica de forma que a participação seja voluntária e produza legitimidade para o bem da UFPI;
- totalidade e coletividade – a avaliação deve abranger todos os setores e todos os sujeitos que fazem a Instituição;
- unidade de linguagem – há necessidade de tomar os conceitos, princípios e finalidades da avaliação institucional compreensível a todos os segmentos que compõem a instituição; e,
- competência técnico-metodológica com base científica - propiciando a cientificidade e legitimidade das informações apresentadas.

Compreende-se que a autoavaliação institucional oportunizou espaço privilegiado para se conhecer, analisar e refletir a UFPI na busca da qualidade do projeto institucional que constitui responsabilidade de toda comunidade acadêmica. Nessa oportunidade, apresenta-se o documento com os registros da apreensão da realidade institucional, embora com a certeza de que, pela sua amplitude, não se consegue demonstrar todos os aspectos ou dimensões de forma plena, sob os diversos ângulos que se apresentam no contexto universitário, mas acredita-se na sua importância e na possibilidade de seu aperfeiçoamento, como instrumento essencial para o desenvolvimento institucional.

Teresina (PI), 21 de março de 2011.

Profª Drª Josania Lima Portela
Coordenadora CPA/UFPI Gestão 2010

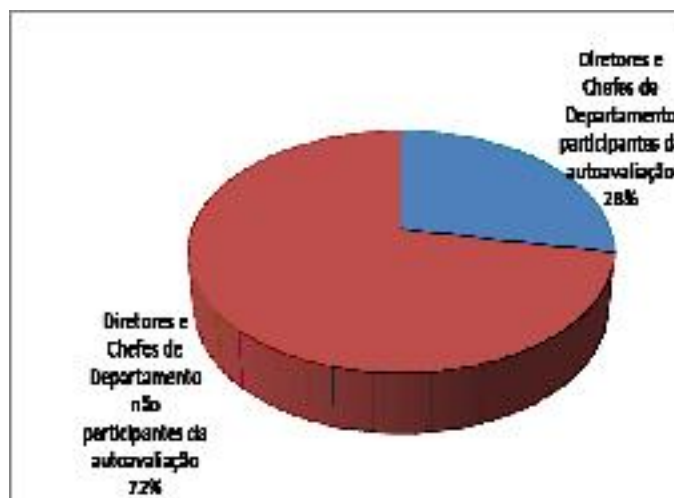
SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	pg17
DIMENSÃO 1 - A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)	pg21
DIMENSÃO 2 - AS POLÍTICAS PARA O ENSINO (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO), A PESQUISA E A EXTENSÃO	pg 27
DIMENSÃO 3 - A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	pg97
DIMENSÃO 4 - A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	pg 111
DIMENSÃO 5 - AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	pg 121
DIMENSÃO 6 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	pg 127
DIMENSÃO 7 - INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	pg133
DIMENSÃO 8 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	pg 149
DIMENSÃO 9 - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	pg 155
DIMENSÃO 10 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA INSTITUCIONAL	pg 161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	pg 168
REFERÊNCIAS	pg 173

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Este relatório apresenta os resultados do processo de avaliação institucional, fundamentando-se em dados obtidos através de questionários impressos e disponibilizados *on line*, tendo como partícipes os diferentes segmentos que compõem a UFPI: os Gestores (Pró-Reitores, Diretores de Campus ou Centro de Ensino, Chefes de Departamentos e Coordenadores/Chefes de Cursos), Docentes, Discentes e Técnico-administrativos.

Desta forma, colaboraram com a auto avaliação setores administrativos que compõe a Instituição com a participação de 21 sujeitos, conforme Figura 1, abrangendo Diretores de Centro e Chefes de Departamento com 28% de respondentes (Campus de Teresina - Ciências Sociais, Ciências Jurídicas, Morfofisiologia Veterinária, Comunicação Social, Engenharia Agrícola e Solos, Matemática, Odonbologia Restauradora, Nutrição e Zootecnia; Campus de Parnaíba – Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Engenharia de Pesca, Fisioterapia, Matemática e Pedagogia, Psicologia; e, Diretoria CCN, Coordenação CEAD, Diretoria do Campus de Bom Jesus e do Campus de Floriano).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 1–Demonstrativo Geral dos respondentes à autoavaliação.

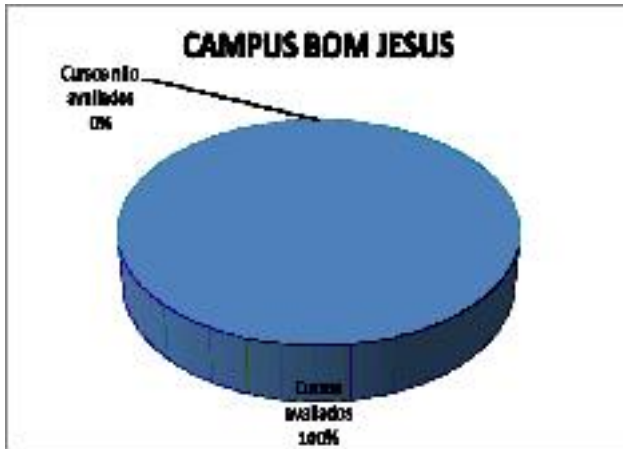
Com a intenção de colaborar com a avaliação institucional, participaram da autoavaliação 69 (sessenta e nove) coordenadores de cursos de graduação da UFPI com uma taxa de retorno de 55,0%, o que corresponde a 38 respondentes, sendo: 05 (cinco) de Bom Jesus (100% dos coordenadores), 03 (três) de Floriano (75% dos coordenadores), 08 (oito) de Parnaíba (80% coordenadores), 05 (cinco) de Picos (62,5% dos coordenadores) e 17 (dezesete) de Teresina (40,4% dos coordenadores). A Figura 2 ilustra o percentual total dos cursos avaliados e não avaliados.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

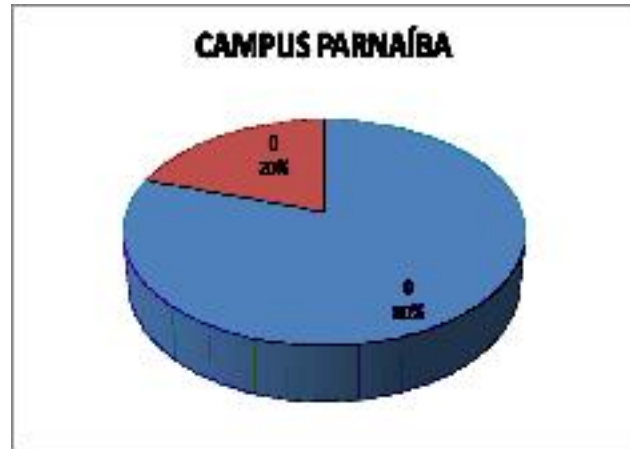
Figura 2– Participação: Coordenações de Cursos – Demonstrativo Geral dos coordenadores respondentes.

Os dados relativos à participação dos diferentes segmentos da UFPI na Autoavaliação Institucional indicaram que muitos abres da instituição (dentre estes, alguns coordenadores de cursos de graduação), parecem não compreender a importância dessa modalidade de avaliação, haja vista a omissão no que concerne a participar no processo avaliativo. Razão por que, compreende-se a necessidade de mobilização da comunidade ufipiana no sentido de perceber a importância da autoavaliação no fortalecimento institucional. Neste âmbito, é válido realçar que os índices de participação nos diversos campi da UFPI, sinalizaram que nos Campi do interior do Estado a participação foi significativa, conforme demonstram as Figuras 3, 4, 5, 6 e 7, apresentadas por ordem decrescente de participação dos diferentes Campi.



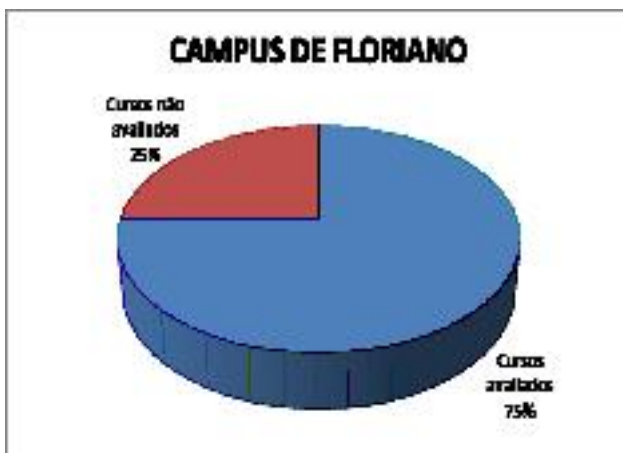
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 3 – Ensino de Graduação-Campus de BOM JESUS – COORDENADORES/CURSOS.



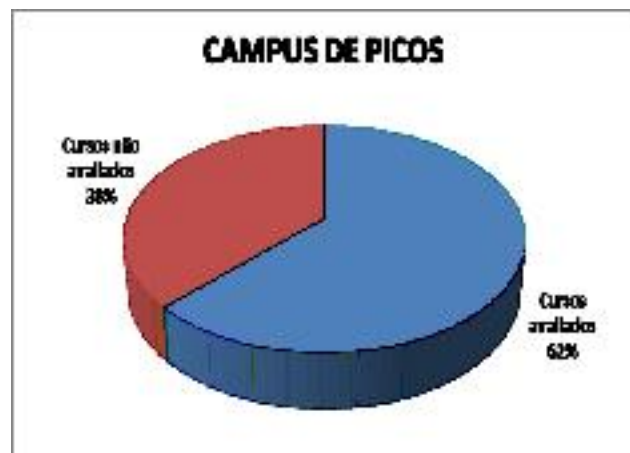
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 4 – Ensino de Graduação - Campus de PARNAÍBA – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 5 – Ensino de Graduação- Campus de FLORIANO – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 6 – Ensino de Graduação- Campus de PICOS – COORDENADORES/CURSOS.



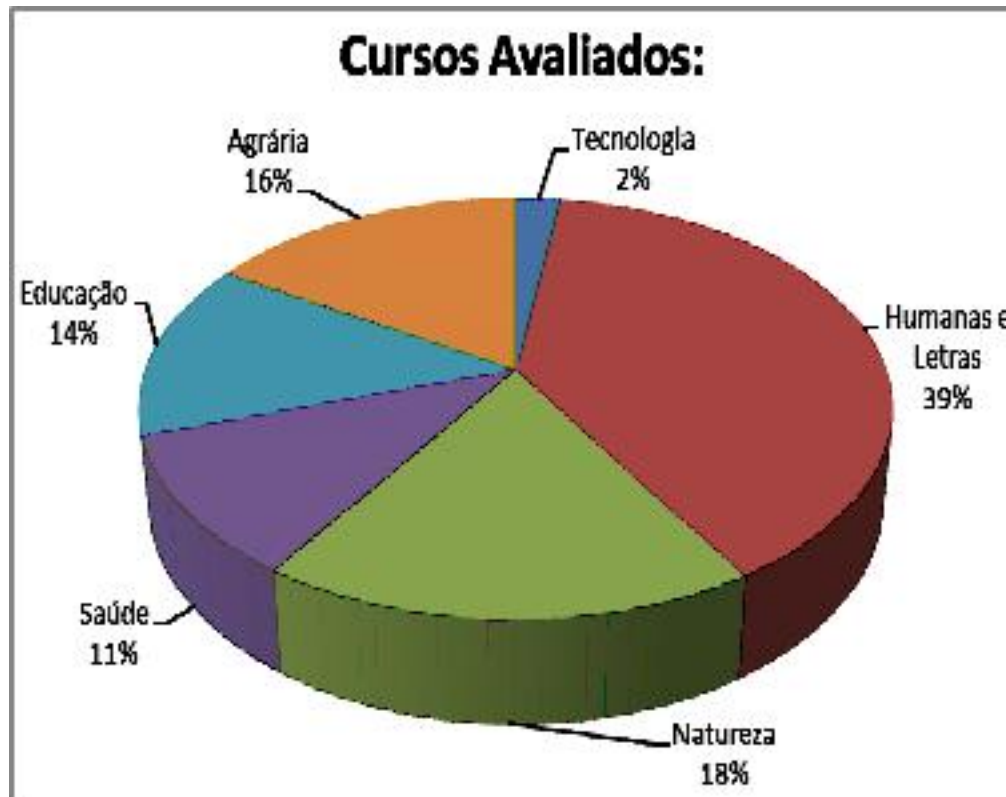
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 7 – Ensino de Graduação - Campus de TERESINA – COORDENADORES/CURSOS.

Os dados revelaram que o menor índice de participação ocorreu no Campus de Teresina, que teve apenas 40,4% dos coordenadores/cursos como respondentes, ou seja, 17 coordenadores de um total de 42 (quarenta e dois) participaram da autoavaliação institucional no Campus Ministro Petronio Portella, conforme ilustra a Figura 7.

Conforme já foi referido, a produção dos dados da Autoavaliação Institucional efetivou-se conjugando diferentes fontes de informações. Assim, para subsidiar este Relatório recorreu-se a questionários online, envolvendo os três grupos da comunidade acadêmica: técnicos-administrativos, docentes e discentes, com 23% de participação total, ou seja, perfazendo 6.296 participantes. Portanto, participaram espontaneamente da consulta os seguintes sujeitos:

- 143 Técnicos-Administrativos de um total de 913, representando um percentual de 15,6% ;
- 390 Docentes de um total de 1.480, representando um percentual de 26,3% ; e,
- 5.763 Discentes de Graduação e de Pós-Graduação de um total de 24.017, representando um percentual de 23,9% .
- Egressos da UFPI num total de 177, sendo os respondentes das seguintes áreas: 69 - Humanas e Letras, 32 - Natureza, 04 - Tecnologia, 19 - Saúde, 24 - Educação e 29 - Agrárias.



FONTE: Dados da Pesquisa com Egressos 2011

Figura 8 – Egressos da UFPI participantes da Autoavaliação.

A participação no processo de avaliação interna dos diversos seguimentos que compõe a UFPI marca um novo e importante momento, onde todos assumem a sua co-responsabilidade pela sua construção, para atendimento aos anseios da sociedade, afirmação do seu papel e valorização da sua missão pública no desenvolvimento do Estado, no ano em que a Instituição completa os seus 40 anos.

DIMENSÃO 1

A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

DIMENSÃO 1 – A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

Esta dimensão apresenta informações acerca do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFPI, quinquênio 2010-2014, focalizando especialmente as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e avaliação institucional.

O PDI da UFPI, para o período de 2010 a 2014, foi elaborado conforme as recomendações do Artigo 16 do Decreto 5773/2006, de 09 de maio de 2006, em observância aos eixos temáticos essenciais preconizados pela Secretarias de Educação Superior e de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com a Lei 9394/1996 e com Resoluções do Conselho Nacional de Educação, a partir de propostas emanadas por todos os setores dos Campi e dos Colégios de ensino técnico, sob a responsabilidade da Diretoria de Avaliação Institucional - DIAI, vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento- PROPLAN, da UFPI.

O Plano em referência assume o compromisso de reafirmar a missão da UFPI, conforme seu Estatuto, de “[...] propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional”.

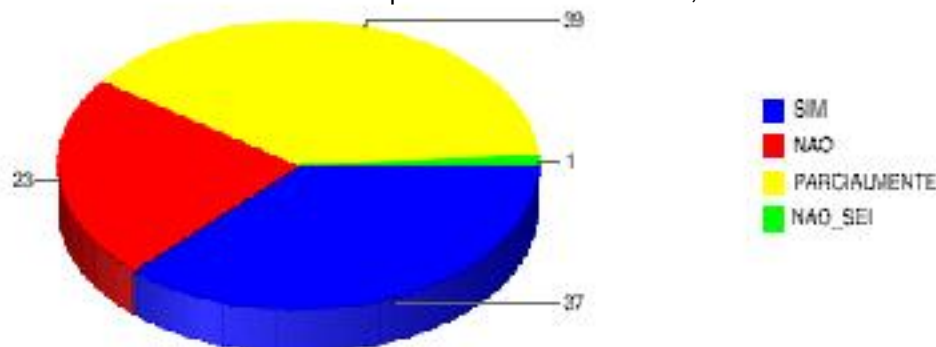
Com base no PDI, a missão da UFPI abrange:

[...] formação e educação orientadas por uma visão “a longo prazo” e não somente a qualificação técnico-profissional ou adaptação às necessidades imediatas do mercado de trabalho. Estes eixos se consubstanciam, para a UFPI, como a defesa de uma formação e educação, numa perspectiva de desenvolvimento pessoal e de preparação dos indivíduos para contribuir para o desenvolvimento social e econômico, através da educação para a cidadania e a formação “ao longo de toda a vida”, tendo em vista que, na atualidade, as Universidades vivenciam um processo de mudança e transformação constante, a partir da revisão de suas funções ideológicas e práticas, cuja preocupação maior se constitui, hoje em dia, em criar o “homem novo” - aquele capaz de prover o seu sustento e de gerar os seus próprios recursos - um homem que não só tem, mas que, fundamentalmente, é (UFPI, PDI-2010-2014, p. 20).

A UFPI busca atender às demandas da sociedade na formação do homem contemporâneo, definindo metas para o ensino, a pesquisa e a extensão, com base na gestão democrática, valorizando a pluralidade de ideias, estimulando o debate junto à comunidade acadêmica e incentivando o processo de auto avaliação com a participação de todos os segmentos da UFPI.

Compreendendo que o grau de abrangência da missão da UFPI, expresso nos documentos oficiais, demanda o conhecimento dos diferentes segmentos (corpo docente, corpo discente e pessoal técnico-administrativo) que compõem a Instituição acerca do PDI como fator determinante para a consolidação de sua missão, verificou-se, a partir das respostas apresentadas no questionário on line, que:

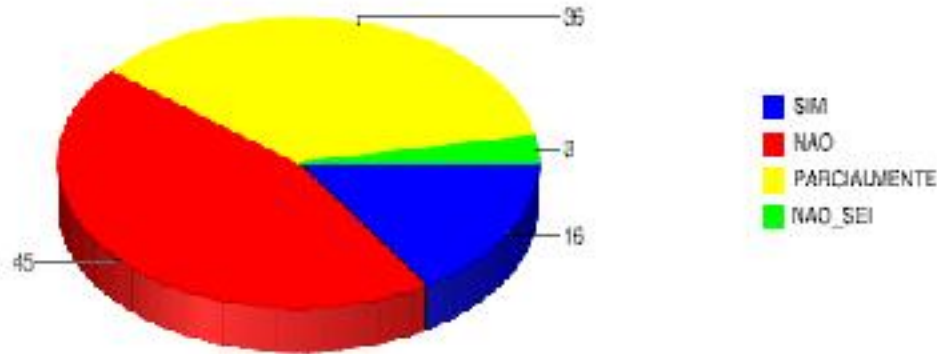
- Em relação aos docentes: 37% afirmam conhecer o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, 39% afirmam conhecer parcialmente o documento e 23% informam que não conhecem o PDI, conforme ilustrado na Figura 9.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 9: Conhecimento sobre o PDI da UFPI- DOCENTES.

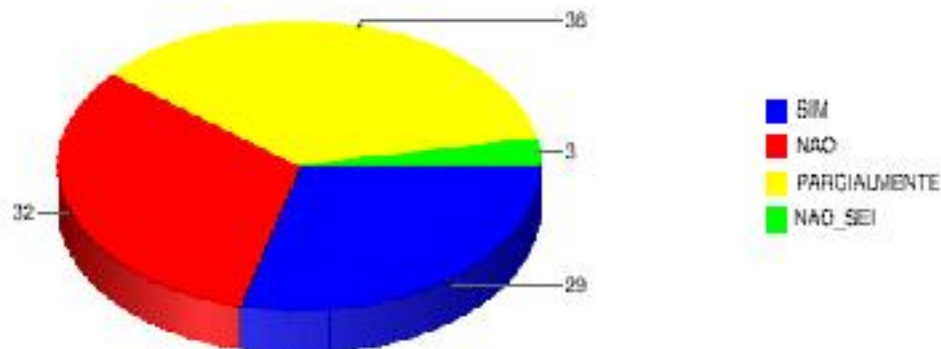
• Em relação aos discentes, os dados dos questionários sinalizaram, de acordo com o que se pode constatar na Figura 10, que 45% dos estudantes afirmaram não conhecer o PDI; 36% registraram que conhecem de forma parcial o documento; 16% afirmaram conhecer o PDI; e 3% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 10: Conhecimento sobre o PDI da UFPI - DISCENTES.

• No que conceme ao corpo técnico-administrativo da UFPI, 36% afirmaram conhecer o PDI de forma parcial; 32% informaram que não conhecem o documento; 29% declararam conhecer o PDI; e 3% não souberam responder, conforme sintetizado na Figura 11.

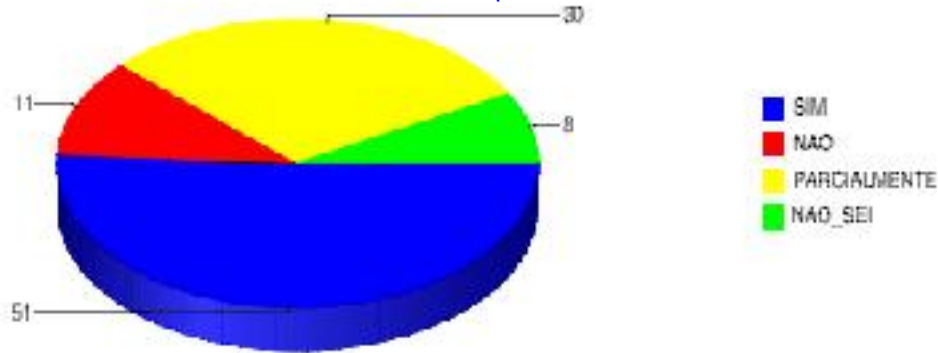


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 11: Conhecimento sobre o PDI da UFPI - TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

Os dados coletados revelaram a necessidade de maior divulgação do PDI da UFPI, a fim de que os diferentes atores sociais que participam do processo de construção da Instituição possam, a partir do conhecimento do referido Plano, colaborar efetivamente na concretização de sua missão.

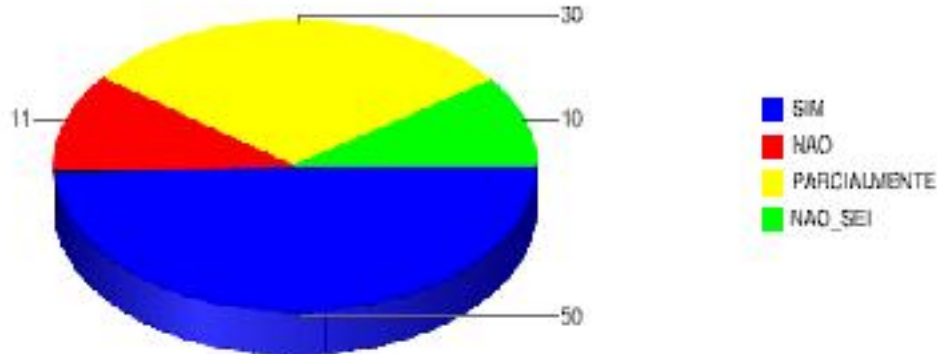
Acerca do compromisso da Instituição com a sua missão e com os seus objetivos os três segmentos da UFPI (corpo docente, corpo discente e pessoal técnico-administrativo), quando indagados sobre a temática em tela, manifestaram-se, considerando os aspectos mencionados, na relação com interesses particulares individuais ou de grupo. Neste âmbito, 51% dos docentes afirmam que sim, reconhecendo que a UFPI assume compromisso com a sua missão e com seus objetivos, privilegiando-a em detrimento de interesses particulares individuais ou de grupo; 30% dos professores responderam que esse compromisso ocorre de forma parcial; 11% compreendem que não há ocorrência desse compromisso; e 8% não souberam responder (Figura 12).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 12 – Compromisso da UFPI com a consecução da sua missão e seus objetivos – DOCENTES.

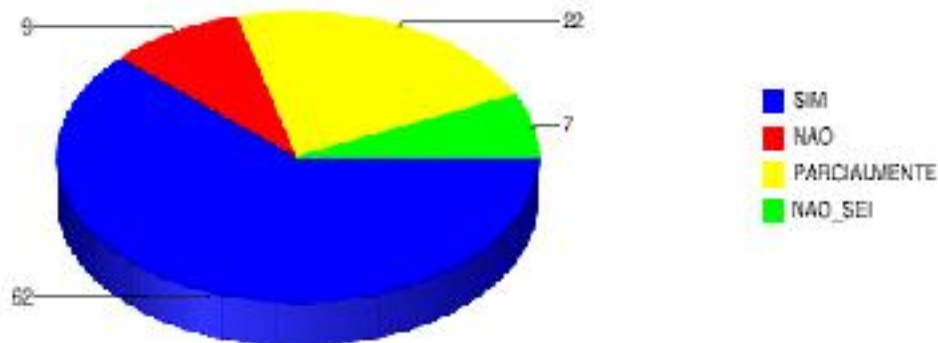
Os dados referentes às respostas do corpo discente revelaram: 50% dos discentes afirmaram que a UFPI assume compromisso com a sua missão e com seus objetivos, privilegiando-a em detrimento de interesses particulares individuais ou de grupo; 30% responderam que esse compromisso é assumido de forma parcial; 11% responderam que a UFPI não assume, que rompe com o compromisso com a sua missão e com seus objetivos, privilegiando interesses particulares individuais ou de grupo. E 10% não souberam responder (Ilustração na Figura 13).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 13 – Compromisso da UFPI com a consecução da sua missão e seus objetivos – DISCENTES.

As respostas do corpo técnico-administrativo da UFPI referentes à questão supracitada evidenciaram que: 62% reconhecem que a UFPI assume o compromisso com a sua missão e com os seus objetivos, privilegiando-a em detrimento de interesses particulares individuais ou de grupo; 22% assinalaram que isso ocorre de forma parcial; 9% compreendem que a instituição não assume o compromisso com sua missão e com seus objetivos e 7% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 14 – Compromisso da UFPI com a consecução da sua missão e seus objetivos – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

A análise dos dados revelou, a partir das respostas dos três segmentos que compõem a UFPI, que um percentual igual ou superior a 50% dos participantes da avaliação, reconheceu que a UFPI assume compromisso com a sua missão e os seus objetivos, em detrimento de interesses particulares individuais ou de grupo.

No que se refere aos egressos da Instituição, conforme respostas aos questionários, 62% dos consultados confirmaram que a UFPI cumpre sua missão, uma vez que os currículos dos cursos atendem às expectativas do mercado no que concerne ao perfil profissional. Dentre os egressos, 76% afirmam que atuam na área na qual foram graduados, conforme Figuras 15 e 16, respectivamente.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 15– Atendimento às necessidades profissionais pelo currículo do curso de graduação – EGRESSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 16– Atuação do egresso em sua área de formação – EGRESSOS.

No cômputo geral, 38% dos egressos afirmaram que o currículo do curso de graduação não atendeu às necessidades profissionais (Figura 15). A esse respeito, apresentaram as seguintes justificativas: o curso de graduação não responde às necessidades formativas em face de ser desatualizado (25), ou seja, não proporciona o desenvolvimento de competências e de habilidades inerentes ao desempenho profissional (24). Destacam, ainda, que o curso não corresponde às expectativas profissionais reclamadas pelo mercado de trabalho (10). Vale ressaltar que 24% dos egressos respondentes afirmam não atuarem na sua área de formação, conforme Figura 16.

Em resumo, de acordo com as respostas apresentadas, constatou-se que acima de 60% egressos revelaram satisfação com o processo formativo oferecido pela UFPI, reconhecendo que a instituição cumpre sua missão na formação de profissionais, não apenas para atendimento às demandas do mercado de trabalho, mas em defesa de uma formação e de uma educação, que perspective o desenvolvimento pessoal e profissional, objetivando a preparação dos indivíduos para o exercício da cidadania e para uma participação efetiva no desenvolvimento social e econômico, pautando-se na ideia de que a formação é um processo permanente, o que significa abertura para continuar aprendendo.

DIMENSÃO 2

AS POLÍTICAS PARA O ENSINO (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO), PESQUISA E EXTENSÃO

DIMENSÃO 2 – ENSINO DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

A Dimensão 2, Políticas para o Ensino (Graduação e Pós-Graduação), Pesquisa e Extensão, tem como foco a avaliação da política adotada, pela UFPI, para o ensino de graduação e de pós-graduação, para a pesquisa e para a extensão e suas respectivas normas de operacionalização, incluindo os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades. A análise desta dimensão está dividida em três segmentos, sendo: ensino de graduação, pesquisa e pós-graduação e extensão.

ENSINO DE GRADUAÇÃO

O órgão responsável pelo planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação dos cursos de graduação e demais atividades ligadas a operacionalização do ensino de graduação na UFPI é a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG).

Obedecendo às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), editadas pelo Conselho Nacional de Educação, para os cursos superiores de graduação, a UFPI oferece as modalidades bacharelado e licenciatura com especificidades quanto às competências e às habilidades que se desejam desenvolver, através da organização de um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade contemporânea.

Assim, na elaboração do Projeto Pedagógico de cada Curso, a UFPI reafirma o seu compromisso com a inovação na organização curricular, seja com relação à incorporação dos avanços tecnológicos, seja no que se refere à integralização do curso conforme o perfil desejado para o egresso e para o sistema educacional em sua totalidade.

Nesta perspectiva, a Universidade cumpre com um dos seus objetivos de formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento para a inserção em diversos setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, com a oferta, em 2010, de 5.786 (cinco mil, setecentos e oitenta e seis) vagas, distribuídas em 97 (noventa e sete) cursos.

PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

As atividades de Pesquisa e Pós-Graduação, na UFPI, estão sob a égide da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), que se constitui na instância responsável pelo gerenciamento da política institucional da pós-graduação e da pesquisa.

Quando ao ensino, são ofertados à comunidade diferentes cursos, sob a responsabilidade da PRPPG, através de Programas de Pós-Graduação (PPG), stricto sensu, em nível de mestrado e doutorado, bem como através de pós-graduação lato sensu, nas modalidades de Especialização, Residência Médica e Residência Médico-Veterinária.

Segundo o PDI da UFPI, os cursos oferecidos visam à qualificação de profissionais para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e para o atendimento das demandas de pessoal qualificado pela sociedade. A formação, de acordo com o Plano em destaque, orienta-se para a capacitação de docentes e de técnicos, para o desenvolvimento da pesquisa científica, para a inovação tecnológica e, também, a sistematização de informações em Ciência e Tecnologia, conforme interesse institucional (UFPI, PDI- 2010-2014).

O documento ressalta, ainda, que a pesquisa como princípio educativo deve permear toda a trajetória da formação na pós-graduação. Dessa forma, nos cursos de pós-graduação da UFPI, é mister o incentivo à participação do corpo discente (de graduação e de pós-graduação) nos projetos de pesquisa desenvolvidos

pelos pesquisadores no âmbito dos programas de pós-graduação, respeitando os parâmetros de cada área, e incentivando a cooperação entre discentes e docentes-pesquisadores na produção científica e na transferência de tecnologia.

A articulação entre graduação e pós-graduação é, portanto, amplamente considerada, buscando inovações teóricas e metodológicas originais e criativas, com vistas ao fortalecimento dessa articulação, envolvendo novos programas com os já existentes, integrando as contribuições de programas de bolsas em nível de graduação (PIBIC, PIBIT, ICV, PET, PET CONEXÕES, por exemplo) como fatores que consolidam a interação entre os diferentes níveis de ensino da instituição.

As diretrizes para a pós-graduação da UFPI, para o período 2010-2014, de acordo com o PDI (UFPI, PDI –2010/ 2014, p. 103), objetiva "[...] ampliar quali-quantitativamente as atividades de pós-graduação, em observância aos preceitos do Plano Nacional de Pós-Graduação em vigor", sendo sua meta "[...] elevar, em pelo menos 25% , o total de ingressos na pós-graduação, e melhorar o conceito dos programas".

EXTENSÃO

A Pró-Reitoria de Extensão da UFPI (PREX) é responsável pelo planejamento e execução das atividades de extensão, respeitando os valores da comunidade, visto que é no contexto da extensão que os acadêmicos, das diversas áreas, têm a oportunidade de articular os fundamentos, conceitos e teorias adquiridas no decorrer do curso com a prática, vivenciando atividades de ensino e de pesquisa. Constitui o ápice da extensão, a consolidação do aprendizado através da aplicação, em situações práticas, dos conteúdos teórico-práticos decorrentes da formação.

O PDI da UFPI (2010 – 2014) demarca a Extensão como contexto de articulação entre a universidade e a sociedade por meio de diversas ações. Significa estender a universidade para além de seus muros, interagindo com a comunidade, nas trocas de saberes, a fim de possibilitar a construção de uma universidade pública de qualidade.

A tarefa da extensão implica em um processo educativo, cultural e científico, articulando o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável na perspectiva de uma relação transformadora entre a Universidade e o contexto social, cumprindo o que estabelece o artigo 207 da Constituição Brasileira ao estabelecer o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, delineadas como três funções básicas da Universidade, merecendo igualdade de tratamento por parte da IES.

Os focos de atuação das atividades de Extensão da UFPI são amplos, envolvendo: difusão de tecnologias sociais, direitos humanos, educação ambiental, desenvolvimento sustentável, geração de trabalho e renda, qualidade de vida, atenção à terceira idade e às pessoas com necessidades especiais, juventude, formação continuada e outras ações que possam ser delineadas a partir de demandas ou de propostas construídas.

A Universidade, portanto, é expressão de integração entre ensino, pesquisa e extensão, buscando o atendimento à diversidade e à pluralidade, abrangendo as diversas áreas do conhecimento.

2.1 Concepções de currículo, organização didático-pedagógica

A Dimensão 2 apresenta uma subdivisão referente às concepções de currículo, à organização didático-pedagógica, às práticas pedagógicas, às práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, à interdisciplinaridade as inovações didático-pedagógica e ao uso das novas tecnologias do ensino.

2.1.1 Adequação do currículo à formação vislumbrada para o futuro profissional

Dos questionários encaminhados pelas coordenações de cursos cinquenta e oito (58) responderam às questões referentes a Matriz Curricular dos Cursos de Graduação, com os seguintes resultados: Quanto à adequação do Currículo, 69% dos coordenadores consideraram que a formação proposta na Matriz Curricular dos Cursos é adequada a formação do futuro profissional, conforme ilustra a Figura 17:

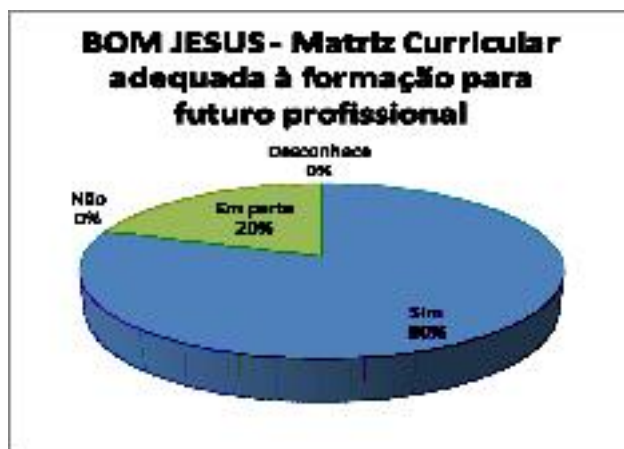


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 17 – Adequação da Matriz Curricular à formação do futuro profissional - COORDENADORES/CURSOS

Segundo os coordenadores dos cursos oferecidos pela UFPI, 69% afirmaram que a matriz curricular atende adequadamente a formação do futuro profissional. Foram eles: Administração, Ciências Sociais, Direito, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Física, Nutrição, Serviço Social, Medicina Veterinária, Pedagogia, Enfermagem, Arqueologia e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Biomedicina, Ciências Contábeis, Engenharia de Pesca, Matemática e Pedagogia – Campus de Parnaíba; Zootecnia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Medicina veterinária – Campus de Bom Jesus; Enfermagem e Pedagogia – Campus de Floriano; e, Nutrição, História e Matemática – Campus de Picos.

Verificou-se, com base na Figura 17, que 10% do total dos coordenadores dos cursos compreendem que a Matriz Curricular atende em parte a formação dos profissionais. De forma mais detalhada, considerando os resultados por Campus, tem-se o seguinte resultado em relação ao total de cursos cujos coordenadores forneceram dados:



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 18 – Adequação da Matriz Curricular- Campus de BOM JESUS – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 19 – Adequação da Matriz Curricular-Campus de FLORIANO – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 20 – Adequação da Matriz Curricular. Campus de PARNAÍBA – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 21 – Adequação da Matriz Curricular. Campus de PICOS – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 22 – Adequação da Matriz Curricular. Campus de TERESINA – COORDENADORES/CURSOS.

BOM JESUS: Engenharia Agrônômica.

FLORIANO: Ciências Biológicas

PICOS: Ciências Biológicas

TERESINA: Moda

(Resposta: “em parte”)

FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Quadro 01 – Adequação da Matriz Curricular.
– COORDENADORES/CURSOS.

Dessa forma, identificou-se (no Quadro 1) cursos, classificados por campus ao qual pertencem, que responderam “EM PARTE”, indicando que a matriz não atende de forma adequada à formação do futuro profissional nas diversas áreas do conhecimento. Sobre esta temática são apontadas as necessárias adequações a serem feitas nas matrizes curriculares. Os dados, neste sentido, mostram que:

Verifica-se a carência de um determinado número de disciplinas e um excesso em determinadas áreas, ou seja, não há um balanço ideal para a formação profissional (BOM JESUS – ENGENHARIA AGRÔNOMICA)

A matriz curricular ainda precisa de adequações na carga horária das disciplinas específicas (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – FLORIANO).

[...] a forma como esta disposta e sistematizada não é oportuna, assim acredita-se que seria melhor uma reorganização curricular (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – PICOS).

Parcialmente, devido ao fato de não contemplar determinados conteúdos nos eixos temáticos que compõem os conteúdos para a formação profissional (MODA – TERESINA).

Pode-se constatar, ainda, na Figura 17, que 21% dos coordenadores compreendem que as matrizes curriculares dos cursos não atendem as necessidades de formação profissional, indicando que devem ser objeto de adequações para atendimento ao que se propõe a UFPI. De forma mais detalhada pode-se verificar que a NÃO adequação dos

curso, de acordo com seus coordenadores, refere-se aos Campi de PARNAIBA, PICOS e TERESINA, conforme demonstram as Figuras 20, 21 e 22. A não adequação dos cursos justifica-se conforme explicitado no QUADRO 2:

CAMPUS	CURSO	RESPOSTA
Parnaíba	Turismo	Não. Após a avaliação do MEC deveremos passar por uma nova atualização de nossa matriz, pois o Turismo é dinâmico e necessitamos atualizar essa dinamicidade em nossa matriz, além disso, deveremos diminuir a quantidade de horas de nossa matriz de nossa matriz para se adequar ao mercado exigente. Também, acreditamos que poderemos adequar melhor nossas disciplinas optativas, para que elas sejam mais bem distribuídas ao longo de nosso curso.
Parnaíba	Biologia	Não. Estamos atualizando a nossa matriz, deveremos diminuir a quantidade de horas de nossa matriz para se adequar ao mercado exigente. Também, acreditamos que poderemos adequar melhor nossas disciplinas optativas, para que elas sejam mais bem distribuídas ao longo de nosso curso. Pretendemos realizar também algumas mudanças na tabela de atividades complementares e na normatização do Trabalho de Curso, o TCC.
Parnaíba	Fisioterapia	Não. A matriz curricular atual apresenta diversos pontos negativos, principalmente no tocante a pequena quantidade de disciplinas optativas e da classificação de algumas matérias como obrigatórias e que não deveriam ser.
Parnaíba	Psicologia	Não. Faltam disciplinas que abranjam mais áreas dentro da psicologia a ou ampliem as próprias ênfases do curso (Psicologia Clínica e Saúde Coletiva). Também faltam disciplinas compostas por carga horária prática que permitam o contato com a realidade das demandas.
Picos	Pedagogia	A nosso ver, a matriz curricular vigente no curso de Pedagogia da UFPI/CSHNB não está adequada à formação vislumbrada para o futuro profissional. Essa afirmação se embasa na análise do que preconiza o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) para o perfil dos egressos e sua relação com o fluxograma das disciplinas ministradas ao longo de 5 anos. Apesar de o PPC sinalizar para uma formação que possibilite ao egresso: “domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar e amplo domínio do conhecimento pedagógico”, apenas 17,1% da carga horária total do curso se relaciona às disciplinas didático-metodológicas. Pensamos que este baixo percentual prejudica a formação do Pedagogo como Licenciado para trabalhar com a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental. Esse déficit em relação às disciplinas didático-metodológicas é sentido pelos alunos ao chegarem ao estágio e pelas próprias escolas campo que reafirmam “a dificuldade dos acadêmicos em lidarem com planejamentos e conteúdos”. Dessa forma, é urgente que se reestruture a Matriz Curricular do Curso. Necessidade esta que está começando a ser atendida com a formação de um núcleo estruturante para o curso.
Teresina	Estatística	Não, pela falta de sequência dos conteúdos nos blocos. Mas, já estamos na fase final de aprovação do novo PP do curso.
Teresina	História	Não, nossa matriz curricular atual carece de ajustes que promovam sua adequação às normas vigentes do CNE/MEC e da UFPI sobre as licenciaturas. Tais ajustes já estão sendo feitos pela Comissão de Currículo do Curso, sob a orientação da Coordenadoria de Currículo da PREG/UFPI.
Teresina	Educação Física	Não. Mesmo tendo sofrido uma reformulação em 2006-7, ainda guarda muitos resquícios do currículo anterior, não tendo sofrido todas as adequações pertinentes a um modelo mais atual.
Teresina	Arquitetura e Urbanismo	Sim, pois o curso recentemente passou por uma reformulação curricular e fez as devidas modificações na sua grade curricular visando o futuro profissional.

2.1.2 Adequação da matriz curricular do curso às finalidades institucionais

Conforme o PDI DA UFPI-2010-2014 (p.48), os cursos de graduação oferecidos devem "[...] reportar-se aos desafios do campo de conhecimento profissional e à atribuição social da profissão"; tendo por base os valores éticos e políticos fundamentais para o exercício da cidadania, da democracia e da responsabilidade coletiva.

De acordo com o Artigo 25 do Estatuto da UFPI, o ensino de graduação deve ser organizado de forma a atender às necessidades de integração no processo de desenvolvimento da região por campo do saber, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pela instituição, ou seja, tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo.

Na visão dos Coordenadores, conforme se observa na Figura 23, a matriz curricular de 82% dos cursos de graduação é adequada às finalidades institucionais. Os cursos que se enquadraram neste perfil foram os seguintes: Administração, Ciências Sociais, Direito, Estatística, moda, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Educação Física, Física, Nutrição, Medicina Veterinária, Pedagogia, Enfermagem, Arqueologia e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Biomedicina, Ciências Biológicas, Engenharia de Pesca, Matemática, Pedagogia, Psicologia e Turismo – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônoma, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Medicina Veterinária – Campus de Bom Jesus; Ciências Biológicas, Enfermagem e Pedagogia – Campus de Floriano; e, Nutrição, História e Matemática – Campus de Picos.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 23 – Adequação da Matriz Curricular às finalidades institucionais – COORDENADORES/CURSOS.

Em contrapartida, 8% dos coordenadores afirmaram que a matriz curricular atende, em parte, às finalidades institucionais, os quais representam os seguintes cursos: Serviço Social – Teresina; Zootecnia – Bom Jesus; e Ciências Biológicas – Picos. Na análise dos coordenadores essa problemática é decorrente de:

“Em parte as finalidades são adequadas à formação técnica, mas contempla pobremente as questões sociais (Zootecnia – Bom Jesus)”.

“Em parte. Por um lado, ela cumpre o preceito institucional que é formar profissional para atender as necessidades sociais, porém, por outro, algumas finalidades ficam prejudicadas em razão da necessidade de atender as diferentes dimensões da formação que envolve as atividades de ensino, pesquisa e extensão. O modelo produtivista presente nas IES hoje e, em particular na UFPI, privilegia o ensino em detrimento das atividades de pesquisa e extensão. Na matriz curricular do curso de Serviço Social, essas dimensões estão previstas, porém, no cotidiano institucional há pouca capacidade de efetivação das mesmas. Considerando o tempo e a capacidade material, as atividades de pesquisa e extensão são bastante prejudicadas pela falta dessas condições. Na instituição, o incentivo à pesquisa fica quase sempre circunscrito à concessão de bolsa ao estudante. No caso da extensão o problema é mais grave ainda, falta apoio para o desenvolvimento até mesmo para realizar uma visita de campo, imaginem para o desen-

volvimento de projetos com uma periodicidade maior (Serviço Social – Teresina)”.
“Como mencionado anteriormente, pra melhor atender às finalidades, este precisa de uma reorganização (Ciências Biológicas – Picos).

“

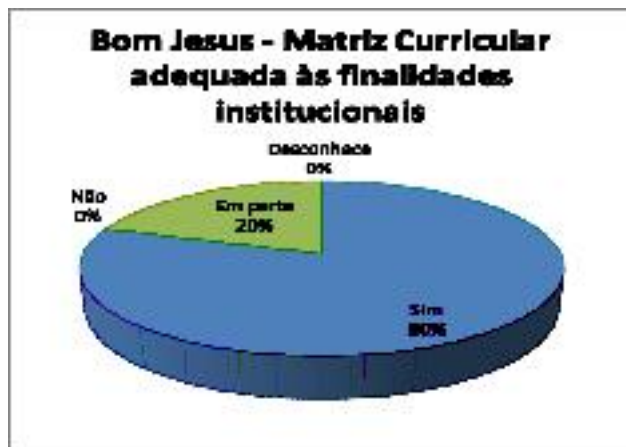
Na análise dos dados foram observados diferentes aspectos que, segundo os coordenadores, comprometem o desenvolvimento curricular dos cursos. Para o coordenador do Curso de Ciências Biológicas do Campus de Picos, por exemplo, é necessária uma melhor organização da matriz curricular para atender as finalidades institucionais. Na análise do coordenador do curso de Serviço Social do Campus de Teresina é preciso haver uma melhor articulação envolvendo o tripé que fundamenta as Instituições de Ensino Superior: ensino, pesquisa e extensão. O coordenador destaca a ênfase no ensino, registrando que a pesquisa e a extensão são efetivadas de forma precária no desenvolvimento do curso.

Sobre essa questão referente à matriz curricular, 5% dos coordenadores destacaram que a matriz curricular dos cursos NÃO atende as finalidades institucionais. Esse entendimento vincula-se ao pensamento dos coordenadores do Curso de História – Campus de Teresina e do curso de Pedagogia do Campus de Picos. O coordenador do Curso de História – Campus de Teresina não esclarece o porquê do não atendimento das finalidades institucionais. O coordenador do curso de Pedagogia do Campus de Picos refere-se ao tripé ensino, pesquisa e extensão, anteriormente ressaltado, enfatizando:

“Pela resposta dada acima, acreditamos que a Matriz Curricular deixa a desejar também ao que se refere às finalidades institucionais que se relacionam ao Ensino, Pesquisa e Extensão, pois prevê apenas três semestres de disciplinas direcionadas à pesquisa. Destes, só um é destinado ao Trabalho de Conclusão de Curso. Em detrimento disso, há uma carga horária considerada elevada de conteúdos teóricos com ementas que repetem conteúdos. Assim, a Pesquisa torna-se fracionada e a Extensão quase inexistente, visto que em Pedagogia, ela se dá na relação entre o Licenciando e o objeto principal de seu trabalho: a educação (Pedagogia – Campus de Picos)”.

Verificou-se, também, que 5% dos coordenadores afirmaram desconhecer se a matriz curricular atende ou não às finalidades institucionais. O coordenador do Curso de Ciências Contábeis, do Campus de Parnaíba, explica que isso se deve ao fato de que “[...] no momento da elaboração do presente PPC em execução não houve o conhecimento do PDI” e, portanto, reconhece que não pode afirmar o alinhamento do Projeto do Curso ao Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI. O coordenador do Curso de Fisioterapia do mesmo Campus explica que acredita que sim, no fato do curso articular-se às finalidades institucionais, pois o projeto foi “[...] avaliado e aprovado por uma comissão de docentes capacitada para isso”, mas sua informação revela que não participou do processo.

A seguir, os resultados são dispostos por Campus.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 24 – Adequação da Matriz Curricular às finalidades Institucionais - Campus de BOMJESUS – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 25 – Adequação da Matriz Curricular às finalidades Institucionais - Campus de PARNAÍBA – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 26 – Adequação da Matríz Curricular às finalidades Institucionais - Campus de PICOS – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 27 – Adequação da Matríz Curricular às finalidades Institucionais - Campus de TERESINA – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 28 – Adequação da Matríz Curricular às finalidades institucionais - Campus de PARNAÍBA – COORDENADORES/CURSOS.

Em relação à adequação da matríz curricular às finalidades institucionais da UFPI, verificou-se que, no Campus de Florianópolis, segundo os coordenadores, os cursos atendem, na totalidade, as finalidades Institucionais.

Nos Campi de Teresina, Bom Jesus, Parnaíba e Picos, os dados indicam que, em parte, há necessidade de adequação da matríz curricular às finalidades Institucionais. Neste caso, os dados referem-se aos cursos de Serviço Social (Campus de Teresina), Zootecnia (Bom Jesus) e Ciências Biológicas (Picos). Os registros que mostraram que os cursos atendem, na totalidade, às finalidades da UFPI referem-se aos cursos de História (Campus de Teresina) e Pedagogia (Campus de Picos). De modo geral, os dados realçam a necessidade de maior divulgação das políticas institucionais relativas ao Ensino de Graduação junto à comunidade, considerando que os gestores alegaram desconhecimento em relação aos documentos institucionais, conforme exemplificado nos dados do Campus de Parnaíba, conforme Figura 25 (22% - Fisioterapia e Ciências Contábeis).

2.1.3 Adequação da matríz curricular do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais

O PDI da UFPI-2010/2014 (p. 42), entende que as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, quanto aos cursos de graduação, confere à Instituição:

[...] ampla autonomia na elaboração de seus projetos e evidenciam a intenção de garantir a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das Instituições de Educação Superior na elaboração de suas propostas curriculares.

Dessa forma, com o objetivo de conferir maior autonomia às IES na definição dos currículos de seus cursos, de forma a atender as competências e as habilidades necessárias para o atendimento às demandas da sociedade, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelece alguns parâmetros mais gerais que devem ser observados na elaboração de suas propostas, tanto na modalidade bacharelado, quanto em relação às licenciaturas, tais como: carga horária mínima, disciplinas e conteúdos obrigatórios de acordo com cada área de formação, formação de colegiados, entre outras regras gerais estabelecidas através das Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN.

Neste âmbito, verificou-se, a respeito dos cursos avaliados, que 72% dos coordenadores garantem que as matrizes curriculares estão adequadas às DCN (conforme a Figura 26). Enquadraram-se neste percentual os seguintes cursos: Administração, Ciências Sociais, Direito, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Física, Nutrição, Serviço Social, Medicina Veterinária, Pedagogia, Enfermagem e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Fisioterapia, Matemática, Psicologia e Turismo – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônoma, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Medicina veterinária – Campus de Bom Jesus; Ciências Biológicas, Enfermagem e Pedagogia – Campus de Floriano; e, Nutrição, História e Matemática – Campus de Picos.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 29 – Adequação da Matriz Curricular às Diretrizes Curriculares Nacionais – COORDENADORES/CURSOS.

Em contrapartida, 13% dos cursos (Estatística e História - Campus de Teresina; Pedagogia - Campus de Picos; Zootecnia - Campus de Bom Jesus; e Pedagogia - Campus de Parnaíba), segundo os seus coordenadores, não atendem as exigências das DCN para a sua área/modalidade. Os coordenadores (exceto o de História - Campus de Teresina), justificam o não atendimento às DCN, em relação a carga horária, conteúdos, formação em áreas específicas, entre outros aspectos:

“Não, por causa da carga horária e da falta de algumas disciplinas na grade curricular. Esses problemas devem ser resolvidos com o novo PP (Estatística – Campus de Teresina)”.

“Pensamos que não há clareza sobre as “diretrizes curriculares institucionais” para a Pedagogia na UFPI que vá para além das instituídas na Resolução CNE/CP n. 1, de 15/5/2006 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Pedagogia, na modalidade licenciatura. O artigo 2º preconiza que o curso de pedagogia se destina à formação de professores para o exercício da docência em educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, cursos de ensino médio na modalidade Normal, cursos de educação profissional na área de serviços e apoio escolar. Cada um dos campi da UFPI tem sua própria Matriz e o atual grupo de professores do campus SHNB/

Picos não participou das discussões sobre essas Diretrizes, o que nos impossibilita de fundamentar melhor a questão ora lançada. O que podemos observar, levando em consideração a Resolução supracitada, é que pela resposta dada à questão 1.1, nosso curso, organizado como está, não contempla a exigência de formação do Pedagogo (Pedagogia – Campus de Picos)”.

“Não. Existem algumas divergências entre as diretrizes e a matriz, principalmente no que tange os conteúdos programáticos recomendados pelas diretrizes do curso. Na matriz atual, não consta disciplinas ligadas às ciências ambientais e pobremente abordam as ciências econômicas e sociais (Zootecnia – Campus de Bom Jesus)”.

“Não. Nosso currículo ainda não contempla a obrigatoriedade de formação para a Educação Infantil. Foi reformulado em 2005 e implantado em 2006 quando foi aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais voltadas à Licenciatura Plena em Pedagogia (Pedagogia – Campus de Parnaíba).”

Os dados explicitaram, ainda, que 13% dos coordenadores/cursos reconhecem que a matriz curricular atende em parte as DCN para a área/modalidade do curso. Em relação ao Curso de Arqueologia isso se deve ao fato de não existirem Diretrizes para o referido curso, como afirma a coordenadora:

“Tratando-se de um curso novo no cenário nacional, não foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais. No ano passado no XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira os arqueólogos, de uma maneira geral, expressaram a sua preocupação com relação a este fato, pois atualmente já existem cerca de dez cursos de Arqueologia autorizados pelo MEC, contudo, nem todos são reconhecidos. Reivindica-se a elaboração das Diretrizes, assim como, há preocupação com relação ao reconhecimento do Curso de Arqueologia da UFPI (Arqueologia - Campus de Teresina)”.

O coordenador do Curso de Ciências Biológicas (Campus de Picos) justificou a sua resposta apontando a necessidade "de uma reorganização curricular". Neste sentido, a reorganização curricular pode necessariamente consubstanciar-se no atendimento às DCN. Quanto aos cursos de Moda (Campus de Teresina), de Psicologia e de Engenharia de Pesca (Campus de Parnaíba), os coordenadores, ao reconhecerem que os cursos atendem em parte as DCN, apresentam as seguintes justificativas:

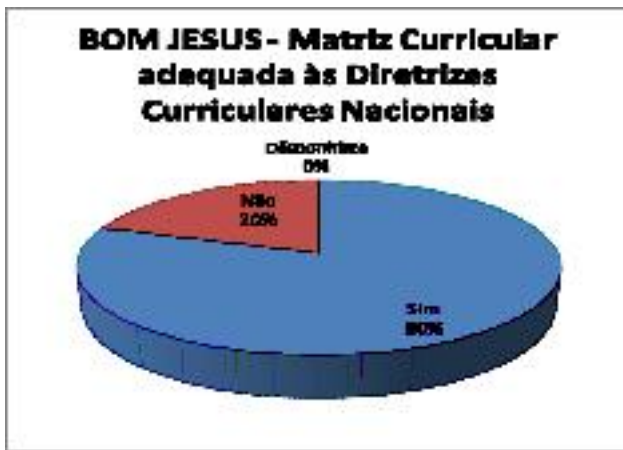
“De forma parcial, pois não apresenta uma articulação vertical das disciplinas, que possibilitam a visão integradora entre diversas áreas da moda e a horizontalidade promovendo o acesso a determinado conteúdo onde o aluno ainda não apresenta o amadurecimento necessário (Moda - Campus de Teresina)”.

“Razoavelmente adequada. Já existe a formação por ênfase e a inserção de estágios básicos, porém faltam disciplinas abrangendo temas exigidos pelas diretrizes, como, por exemplo, disciplinas sobre transtornos de desenvolvimento, deficiências, saúde pública, etc. (Psicologia Campus de Parnaíba)”.

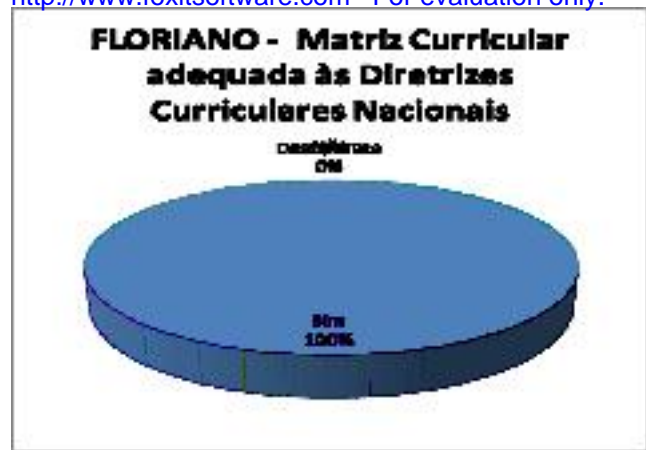
“Não inteiramente. Na atualidade o COFEA estipula novas diretrizes, as quais ainda não estão sendo intensamente praticadas pelo curso, como é o caso da inclusão de disciplinas como a Biotecnologia Marinha (Engenharia de Pesca - Campus de Parnaíba)”.

Sobre essa questão o coordenador do curso de Educação Física, Campus de Teresina, afirmou “não estar à vontade para responder diante do pouco tempo de contato com essas questões”.

A posição dos coordenadores revelou, em muitos casos, o desconhecimento do gestor do curso em relação às normas que pautam o Ensino Superior no País e, mais especificamente, no tocante as DCN do seu curso. Apresenta-se nas Figuras 30, 31, 32 e 34 os dados que sintetizam as respostas dos coordenadores de cursos:



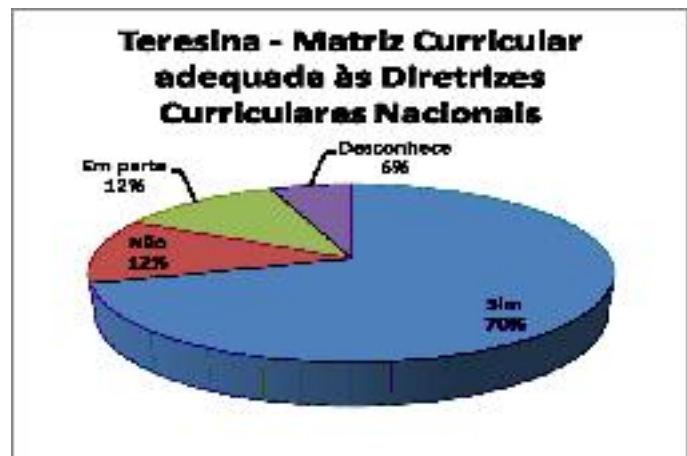
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 30 – Adequação da Matriz Curricular às DCN - Campus de BOM JESUS – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 31 – Adequação da Matriz Curricular às DCN - Campus de FLORIANO – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 32 – Adequação da Matriz Curricular às DCN - Campus de PARNAÍBA – COORDENADORES/CURSOS.



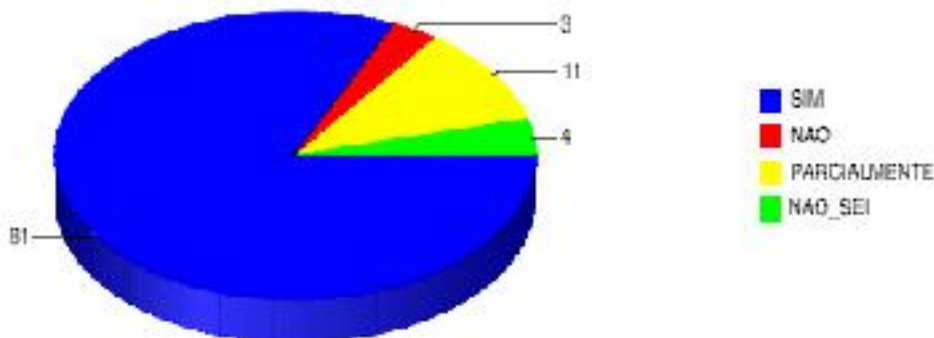
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 33 – Adequação da Matriz Curricular às DCN - Campus de TERESINA – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 34 – Matriz Curricular Adequada às DCN Campus de PICOS – COORDENADORES/CURSOS.

Em resumo, destaca-se que o Campus de Floriano não exigiu revisão na matriz curricular dos seus cursos, considerando que, de acordo com os dados, as propostas dos cursos atendem de forma adequada às DCN. Os demais Campi reconhecem a necessidade de rever os seus currículos e adequar os Projetos Pedagógicos dos Cursos à legislação que orienta o ensino de graduação nas modalidades bacharelado ou licenciatura. Em relação a esse aspecto registra-se que o curso de Arqueologia (Teresina) não possui uma regulamentação (DCN), de acordo com dados fornecidos pela coordenação...

Os discentes, quando indagados através do questionário on-line, sobre as exigências na integralização curricular de disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas, atividades complementares, estágio obrigatório e o Trabalho de Conclusão do Curso, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso, identificou-se que 81% dos respondentes afirmaram que os currículos dos cursos atendem a legislação; 12% responderam que esse atendimento é parcial; 4% não souberam responder, e 3% afirmam que os cursos não são adequados às DCN, conforme a Figura 35.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 35 – Adequação da Matriz Curricular às DCN - DISCENTES.

Na percepção dos discentes a matriz curricular dos cursos, nos diversos Campi da UFPI, está satisfatoriamente adequada às DCN para a área, com aprovação acima de 80% por campi. Em outra direção situaram-se as respostas apresentadas por coordenadores de cursos nos Campi de Teresina (Estatística e História), de Picos (Pedagogia), Bom Jesus (Zootecnia) e Parnaíba (Pedagogia), indicando a necessidade de revisão curricular. Esses gestores de cursos também registraram a necessidade de mobilização dos coordenadores para o estudo de documentos que orientam a construção das propostas pedagógicas em cada área.

2.1.4 Adequação da matriz curricular do curso às exigências de inovação para a área

Conforme as respostas dadas por coordenadores de cursos, dentre eles: Ciências Sociais, Direito, Estatística, Engenharia Civil, História, Física, Nutrição, Serviço Social, Pedagogia, Enfermagem, Arqueologia e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Matemática, Pedagogia e Psicologia – Campus de Parnaíba; Ciências Biológicas e Medicina Veterinária – Campus de Bom Jesus; Enfermagem – Campus de Floriano; e, Nutrição, História e Matemática – Campus de Picos, 61% das matrizes curriculares são adequadas às exigências de inovação para a área de conhecimento referente ao curso.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 36 – Adequação da Matriz Curricular às exigências de Inovação para a área – COORDENADORES/CURSOS.

Neste contexto, 13% dos coordenadores, notadamente os dos cursos de: Engenharia de Pesca e Psicologia (Campus de Parnaíba), Engenharia Agrônômica (Campus de Bom Jesus), Pedagogia e Ciências Biológicas (Campus de Picos) afirmaram que, em parte, a proposta curricular dos cursos adequa-se às exigências de inovação para a área de conhecimento à qual pertencem. Na seqüência, apresenta-se as justificativas dos coordenadores para a parcialidade apresentada, excetuando o posicionamento do coordenador do curso de Psicologia (Campus de Parnaíba), que informou apenas que o curso atende "razoavelmente, pelas razões supracitadas", ou seja, por razões já elencadas em questões anteriores. Os demais coordenadores enfatizaram que:

"Além do que as baixas práticas da instituição em estimular o docente na busca de novos conhecimentos não estão em consonância com aquelas requeridas pelo curso (Engenharia de Pesca - Campus de Parnaíba)".

"Em partes. Embora existam disciplinas importantes para o incentivo da busca por inovação, verifica-se a necessidade de acréscimo de outras disciplinas (Engenharia Agrônômica - Campus de Bom Jesus). Consideramos que a Matriz Curricular do curso não está adequada às exigências de inovação para a área. Uma vez que entendemos que o Pedagogo tem a educação como objeto de trabalho e que esta está implícita em todas as áreas em que o ser humano se envolve, o profissional de Pedagogia precisa conviver em uma sociedade altamente informada e informatizada, o que percebemos que nossa matriz e nossa infraestrutura não tem possibilitado a nossos acadêmicos. Não há um laboratório de Informática para Pedagogia, não há laboratórios que contemplem materiais pedagógicos tradicionais e inovadores e as aulas têm sido ministradas, via de regra, de maneira teórica e livresco (Pedagogia - Campus de Picos)."

"Continuo notificando que, para que isso ocorra, necessitamos reorganizar o currículo (Ciências Biológicas - Campus de Picos)".

Existem, na opinião dos coordenadores/cursos, 26% de cursos que não atendem às exigências de Inovação para a área. São eles: Administração, Moda, Ciências Contábeis e Educação Física (Campus de Teresina), Fisioterapia e Turismo (Campus de Parnaíba), Zootecnia e Engenharia Florestal (Campus de Bom Jesus), Ciências Biológicas e Pedagogia (Campus de Picos). Apresentaram as seguintes justificativas:

"Não, no momento o curso aguarda uma nova avaliação do PPP na qual novas tendências serão implantadas (Administração - Campus de Teresina)".

"Não, pois o sistema de bloco e a questão da falta de pré-requisitos torna a matriz muito flexível, permitindo o aluno seguir semestres posteriores (Moda - Campus de Teresina)".

"Não. Novos enfoques são imprescindíveis; econometria e pesquisa operacional, por exemplo, deverão ter espaço mais ampliado na grade, a exemplo do que ocorre em IES que se destacam nacionalmente na produção científica (Ciências Contábeis - Campus de Teresina)".

"Não. Pois deixa de contemplar áreas e conteúdos mais atuais (Educação Física - Campus de Teresina)".

"Não. O formato do Projeto Político Pedagógico tem características tradicionais, com poucos avanços e pouca integralidade curricular. Não há uma horizontalidade nos conteúdos, a estrutura parece independente entre as matérias (Fisioterapia - Campus de Parnaíba)".

"Não, é por isso que já estamos planejando lançar nos próximos semestres uma nova matriz, mas somente após a avaliação do MEC. Inclusive diminuindo o tempo de curso, como exigência da área e como está sendo feito em diversos cursos de Turismo pelo Brasil (Turismo - Campus de Parnaíba)".

“Não, porque devemos adequar a matriz curricular de acordo com as mudanças tecnológicas atuais (Zootecnia - Campus de Bom Jesus)”.

“Não; porque necessitaria acrescentar algumas disciplinas importantes para esse processo de inovação. A proposta de uma nova matriz curricular já está sendo discutida em reunião de colegiado do curso de Engenharia Florestal, visando a atualização e inovação dos conteúdos (Engenharia Florestal - Campus de Bom Jesus)”.

“Não. As disciplinas inovadoras não puderam ser contempladas na matriz, porque com as disciplinas específicas e pedagógicas, atividades complementares dá uma carga horária de 3.290 horas com duração de 4,5 anos (Ciências Biológicas - Campus de Bom Jesus).”

“Consideramos que a Matriz Curricular do curso não está adequada às exigências de inovação para a área. Uma vez que entendemos que o Pedagogo tem a educação como objeto de trabalho e que esta está implícita em todas as áreas em que o ser humano se envolve, o profissional de Pedagogia precisa conviver em uma sociedade altamente informada e informatizada, o que percebemos que nossa matriz e nossa infraestrutura não tem possibilitado a nossos acadêmicos. Não há um laboratório de Informática para a Pedagogia, não há laboratórios que contemplem materiais pedagógicos tradicionais e inovadores e as aulas têm sido ministradas, via de regra, de maneira teórica e livresco (Pedagogia – Campus de Picos).

As justificativas em relação ao não atendimento às exigências de inovação para a área específica do conhecimento são diversas, conforme revelam os registros. A partir dessas justificativas emergem propostas que contemplam desde a inclusão de disciplinas (Econometria e Pesquisa Operacional), até a introdução na proposta curricular de conteúdos mais atuais e de natureza interdisciplinar.

Outro aspecto que merece ser observado, segundo os coordenadores, refere-se aos avanços tecnológicos da comunicação e da informação. Os dados contemplam, também, aspectos relativos à carga horária destinada às disciplinas pedagógicas, indicando que essas disciplinas não deixam espaço para as de inovação tecnológica e científica. No caso específico da coordenação de Moda (Campus de Teresina) a justificativa refere-se à forma de organização do curso. Apresenta-se, a seguir, os dados referentes aos aspectos mencionados nesta parte do Relatório, ilustrando-os por Campus:



Figura 37 – Adequação da Matríz Curricular às exigências de inovação para a área - Campus de BOMJESUS – COORDENADORES/CURSOS.

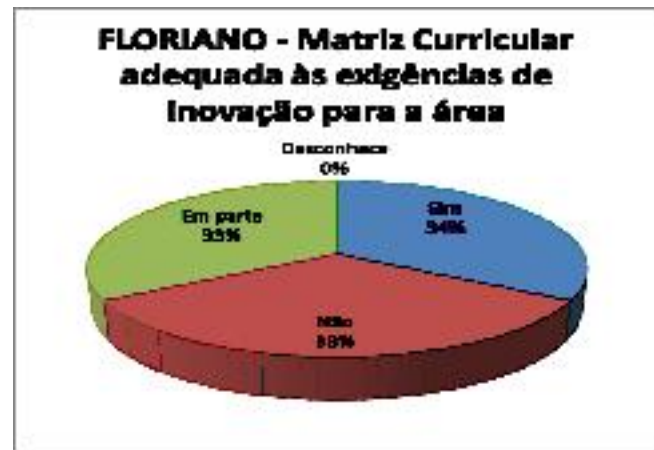


Figura 38 – Adequação da Matríz Curricular às exigências de inovação para a área - Campus de FLORIANO – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 39 – Adequação da Matriz Curricular às exigências de inovação para a área - Campus de PARNAÍBA – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 40 – Adequação da Matriz Curricular às exigências de inovação para a área - Campus de PICOS – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 41 – Adequação da Matriz Curricular às exigências de inovação para a área - Campus de TERESINA – COORDENADORES/CURSOS.

Analisando os dados condensados nos Gráficos (37, 38, 39, 40 e 41), observou-se que um percentual significativo de coordenadores, dos Campi de Bom Jesus (40%) e de Floriano (34%), informaram que a Matriz Curricular NÃO está adequada às exigências de inovação para a área. De uma forma geral, constatou-se que para os coordenadores de Teresina (75%), Picos (60%) e Parnaíba (56%) a adequação da matriz curricular às inovações é satisfatória. Verificou-se, ainda, a existência de Matrizes Curriculares que, EM PARTE, precisam ser adequadas às inovações, particularmente em relação aos Campi de Bom Jesus (20%), Floriano (33%), Parnaíba (25%) e Picos (20%).

2.1.5 Periodicidade, mecanismos de revisão curricular e do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

No que se refere à revisão da Matriz Curricular, verificou-se que, na compreensão dos coordenadores (excluindo-se os que deixaram em branco ou que não apresentaram respostas a esse questionamento), é satisfatória a periodicidade com que ocorre a revisão da referida matriz, segundo 67% dos respondentes. Neste aspecto, os dados mostram que:

- 61% dos coordenadores (Administração, Ciências Sociais, Moda, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, História, Nutrição, Serviço Social, Pedagogia e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Biomedicina, Ciências Contábeis, Engenharia de Pesca, Matemática, Pedagogia e Psicologia – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônoma, Ciências Biológicas, Medicina Veterinária – Campus de Bom Jesus; Ciências Biológicas e Enfermagem – Campus de Floriano; e História – Campus de Picos)

6% parcial (Física e Arqueologia – Campus de Teresina) afirmam que SIM, a revisão da matriz curricular, quanto à periodicidade, é satisfatória.

Constatou-se, de acordo com dados da Figura 42, que: 33% dos coordenadores de cursos de diferentes áreas (Direito, Estatística, Enfermagem e Medicina Veterinária – Campus de Teresina; Ciências Biológicas, Fisioterapia e Turismo – Campus de Parnaíba; Engenharia Florestal – Campus de Bom Jesus; e Nutrição, Ciências Biológicas e Pedagogia – Campus de Picos) NÃO consideram satisfatória a periodicidade estabelecida para revisão das matrizes curriculares, o que significa a necessidade de uma ação de revisão Curricular a ser provocada pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE e pelo Colegiado de cada Curso. Pode-se verificar esses índices na Figura, a seguir:



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 42 – Adequação da periodicidade de de revisão da Matriz Curricular – COORDENADORES/CURSOS.

Para melhor visualização dos dados, por Unidade de Ensino, apresenta-se os gráficos referentes a cada Campi, com seus respectivos percentuais.



Figura 43 – Adequação da periodicidade de revisão da Matriz Curricular – Campus de BOM JESUS - COORDENADORES/CURSOS



Figura 44 – Adequação da periodicidade de revisão da Matriz Curricular – Campus de FLORIANO - COORDENADORES/CURSOS



Figura 45– Adequação da periodicidade de Revisão da Matriz Curricular –Campus de PARNÁIBA - COORDENADORES/CURSOS.



Figura 46– Adequação da periodicidade de Revisão da Matriz Curricular –Campus de PICOS - COORDENADORES/CURSOS.



Figura 47– Adequação da periodicidade de Revisão da Matriz Curricular –Campus de TERESINA - COORDENADORES/CURSOS.

Pode-se verificar, por um lado, que a totalidade dos coordenadores de cursos em Floriano (100%) afirmam ser adequada a periodicidade em que são realizadas as revisões das matrizes curriculares dos cursos de graduação. Verifica-se, ainda, que 75% dos coordenadores de Bom Jesus, 67% dos coordenadores que atuam em Parnaíba e 59% dos que atuam em Teresina reconheceram como adequada a periodicidade das revisões das matrizes curriculares dos cursos que coordenam.

Por outro lado, um número significativo de coordenadores de cursos do Campus de Picos (75%), afirmaram ser inadequada a periodicidade de revisão das matrizes curriculares. Na mesma direção, os coordenadores de cursos dos Campi de Bom Jesus (25%), Parnaíba (33%) e Teresina (29%) confirmaram a inadequação dessa periodicidade. Cerca de 12% dos coordenadores do Campus de Teresina, consideram, em parte, ser adequada a periodicidade com que a Matriz Curricular do curso de graduação é revista.

Em relação à adequação dos mecanismos de atualização curricular, os dados mostraram que o nível de adequação desses mecanismos é considerado satisfatório, pois 78% dos coordenadores responderam SIM (Administração, Ciências Sociais, Direito, Estatística, Moda, Engenharia Civil, História, Física, Nutrição, Serviço Social, Medicina Veterinária, Pedagogia, Enfermagem, Arqueologia, e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Ciências Contábeis, Engenharia de Pesca, Matemática e Pedagogia – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônômica, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária – Campus de Bom Jesus; Ciências Biológicas, Enfermagem e Pedagogia – Campus de Floriano; e História – Campus de Picos).

Ainda, 3% (Nutrição – Campus de Picos) dos coordenadores afirmaram que esses mecanismos são EM PARTE adequados e 19% (Ciências Contábeis e Educação Física – Campus de Teresina; Biomedicina, Ciências Biológicas, Fisioterapia, Psicologia e Turismo – Campus de Parnaíba; e Ciências Biológicas e Pedagogia – Campus de Picos) responderam que NÃO são adequados para atualização curricular. A coordenação dos Cursos de Zootecnia (Campus de Bom Jesus) e Matemática (Campus de Picos) não apresentaram respostas para este questionamento, portanto, não constam da Figura 48.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 48 – Mecanismos de atualização Curricular– Cursos/ COORDENADORES/CURSOS.

Para fins de visualização das respostas apresentadas, quanto a adequação dos mecanismos de atualização curricular, ilustra-se, por Unidade de Ensino, os dados analiados.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 49– Mecanismos de atualização Curricular –Campus de BOM JESUS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 50–Mecanismos deatualização Curricular –Campus de FLORIANO - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 51– Mecanismos de atualização Curricular –Campus de – PARNAÍBA - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 52–Mecanismos de atualização Curricular –Campus de– PICOS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 53–Mecanismos de atualização Curricular –Campus de TERESINA - COORDENADORES/CURSOS.

Nas figuras 49 e 50, referentes aos Campi de Bom Jesus e Floriano, respectivamente, os dados relativos aos mecanismos de atualização curricular, revelam que 100% dos coordenadores afirmam serem adequados mecanismos em referência. Os coordenadores do Campus de Parnaíba reconheceram a inadequação dos mecanismos de atualização curricular, pois 56% assim responderam (Figura 51). Embora em um percentual menor, os coordenadores de Teresina registram a inadequação dos mecanismos; percentual de 12% dos cursos (Figura 53). E, em Picos, para 25% dos coordenadores consideraram que esses mecanismos, EM PARTE, são adequados (Figura 52).

Em relação ao Núcleo Docente Estruturante - NDE, exigência da Resolução CNE nº 01, de 17.06.2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, constituindo o referido núcleo como segmento da estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação com atribuições consultivas, propositivas e de acompanhamento de desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso. O NDE, portanto, é responsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso, além de zelar pelo cumprimento das DCN para os Cursos de Graduação.

Sobre o referido núcleo, 85% dos coordenadores responderam SIM, considerando satisfatória a sua existência, de acordo com a Figura 54. Os coordenadores que consideram satisfatória a existência deste núcleo atuam nos seguintes cursos: Ciências Sociais, Direito, Moda, Engenharia Civil, História, Nutrição, Serviço Social, Medicina Veterinária, Pedagogia, Enfermagem, Arqueologia, e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Engenharia de Pesca, Fisioterapia, Matemática, Pedagogia, Psicologia e Turismo – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônoma, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária – Campus de Bom Jesus; Ciências Biológicas, Enfermagem – Campus de Floriano e Nutrição, Ciências Biológicas, Pedagogia e História – Campus de Picos.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 54– Existência do Núcleo Docente Estruturante – COORDENADORES/CURSOS.

Os dados mostram a existência de Cursos na UFPI no âmbito dos quais ainda não foi constituído o NDE. Dessa forma, 10% dos coordenadores (cursos de Administração, Estatística e Ciências Contábeis -Campus de Teresina) responderam NÃO sobre a existência do NDE; 2% (Física – Campus de Teresina) informam a sua existência EM PARTE, não justificando a resposta. Constatou-se, também, que 3% dos coordenadores de cursos (Matemática–Campus de Picos) desconhecem a existência do NDE, importando num dado significativo pelo fato de o respondente ser o coordenador de curso.

Para melhor explicitar a institucionalização do Núcleo Docente Estruturante nos diferentes cursos da UFPI apresenta-se as Figuras 55, 56, 57, 58 e 59, destacando as Unidades de Ensino onde NÃO existe o NDE ou que, segundo os coordenadores, esses núcleos existem EM PARTE, ou, ainda, onde os coordenadores desconhecem a sua existência.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 55 – Existência do Núcleo Docente Estruturante – Campus de BOM JESUS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 56 – Existência do Núcleo Docente Estruturante – Campus de FLORIANO - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 57 – Existência do Núcleo Docente Estruturante – Campus de PARNAÍBA - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 58 – Existência do Núcleo Docente Estruturante – Campus de PICOS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 59 – Existência do Núcleo Docente Estruturante – Campus de TERESINA - COORDENADORES/CURSOS

Pode-se constatar nas Figuras 55, 56 e 57, respectivamente, referentes aos campi de Bom Jesus, Floriano e Parnaíba, que o NDE dos Cursos foi constituído e existe. Porém, no Campi de Picos (Figura 58) o coordenador informa desconhecer a sua existência, o que nos leva a inferir, conseqüentemente, sobre sua inexistência. Reconhece-se, assim, a necessidade de haver um vínculo entre a coordenação e o NDE. Constata-se, ainda, a sua inexistência no Campus de Teresina ou a sua existência EM PARTE como respondeu um coordenador. Neste caso, o coordenador não esclarece o porquê da não existência plena do NDE, seja pela não efetividade das suas ações, seja em face de sua existência meramente formal (Figura 59).

Quando indagados acerca do papel do NDE na discussão sobre o currículo do Curso, verifica-se, conforme Figura 60, que:

- 79% dos coordenadores afirmaram que são estimulados para a participação no referido núcleo (Administração, Ciências Sociais, Estatística, Moda, História, Física, Nutrição, Serviço Social, Medicina Veterinária, Pedagogia, Enfermagem, Arqueologia, e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Engenharia de Pesca, Matemática, Pedagogia e Psicologia – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônoma, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária – Campus de Bom Jesus; Ciências Biológicas, Enfermagem – Campus de Floriano; e Ciências Biológicas e Pedagogia, História – Campus de Picos);
- 3% dos coordenadores (Direito – Campus de Teresina) afirmaram que EM PARTE há a ocorrência de estímulo para participação no NDE; e,
- 18% dos coordenadores de cursos indicaram a NÃO ocorrência do NDE (Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Educação Física – Campus de Teresina; Fisioterapia e Turismo – Campus de Parnaíba; Nutrição, e Matemática – Campus de Picos).

Observaram-se, também, algumas incoerências nas respostas dos coordenadores, tais como: Na questão anterior o coordenador dos Cursos de Administração e Estatística (Campus de Teresina) declara a NÃO existência do NDE e na questão ora em análise refere que o NDE é estimulado a discutir o currículo. No mesmo sentido, o Coordenador do Curso de Física (Campus de Teresina) informa a existência EM PARTE do NDE e na questão seguinte declara que o mesmo é estimulado para a discussão do currículo do curso.

É oportuno realçar que embora exista, em alguns cursos, o Núcleo Docente Estruturante, NÃO é estimulado a discutir o currículo do curso em busca de melhoria do seu Projeto Pedagógico (Fisioterapia e Turismo – Campus de Parnaíba; e Nutrição – Campus de Picos) ou apenas EM PARTE é estimulado (Direito – Campus de Teresina).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 60 – Estímulo para o Núcleo Docente Estruturante discutir o currículo – COORDENADORES/CURSOS.

Para melhor visualização dos dados por Unidade de Ensino, apresenta-se os gráficos referentes a cada Campi com seus respectivos percentuais.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 61 – Estímulo para o NDE discutir o currículo do Curso – Campus de BOM JESUS - COORDENADORES/CURSOS



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 62 – Estímulo para o NDE discutir o currículo do Curso – Campus de FLORIANO - COORDENADORES/CURSOS.



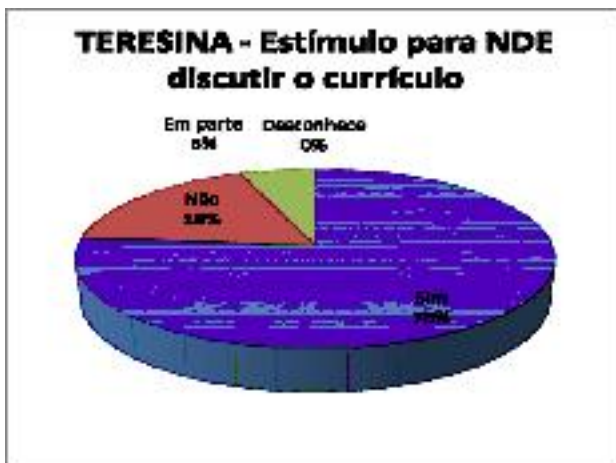
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 63 – Estímulo para o NDE discutir o currículo do Curso – PARNAÍBA - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 64 – Estímulo para o NDE discutir o currículo do Curso – PICOS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 65 – Estímulo para o NDE discutir o currículo do Curso – Campus de TERESINA - COORDENADORES/CURSOS.

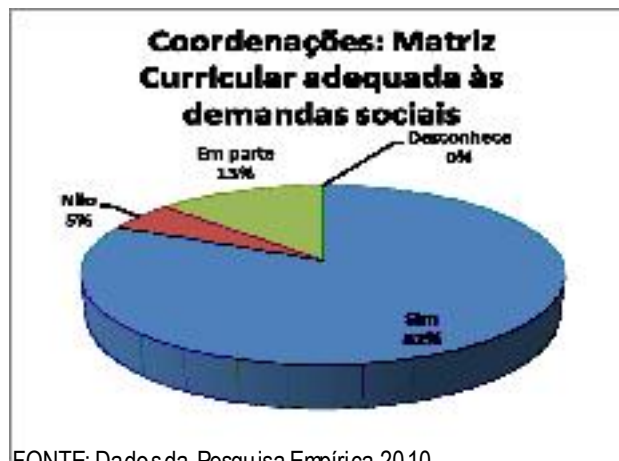
Observando-se os gráficos e comparando-os com os dados relativos à questão anterior, quanto à existência do NDE, verificou-se que, em Bom Jesus e Floriano (Figuras 61 e 62, respectivamente), os NDE existem e são estimulados a discutir o currículo do Curso em busca do seu aprimoramento, atualização e o atendimento as determinações legais.

Em Parnaíba (Figura 63), embora existam na totalidade dos cursos como afirmaram os coordenadores no item anterior, 22% (Fisioterapia e Turismo) não são estimulados a discutir o currículo do Curso. No Campus de Picos (Figura 64) 40% afirmaram que não existe o NDE e, conseqüentemente, a resposta é NÃO quanto ao estímulo a discussão do Currículo do Curso (Curso de Nutrição). Em Teresina (Figura 65), em relação aos cursos de Admi-

nistração e Estatística, embora seja negativa a informação anterior quanto a sua existência, 76% dos coordenadores afirmaram serem os NDE estimulados a discutir o currículo do Curso (SIM), o que revela uma incoerência nas respostas dos coordenadores. Há também os coordenadores que, embora afirmando a existência do NDE, conforme item anterior, informam que NÃO são estimulados a discutir o currículo do seu curso ou são estimulados EM PARTE (Engenharia Civil e Direito, respectivamente).

2.1.6 Adequação do currículo dos Cursos de Graduação às demandas sociais

Em relação à matriz curricular no que concerne ao atendimento das demandas sociais, os dados mostram que um índice significativo (percentual de com 82%, conforme Figura 66), que consideraram haver atendimento adequado às exigências do contexto social onde estão inseridos, de acordo com as coordenações de ensino dos seguintes cursos: Administração, Ciências Sociais, Direito, Estatística, Moda, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, História, Educação física, Nutrição, Serviço Social, Pedagogia, Enfermagem, Arqueologia e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Engenharia de Pesca, Fisioterapia, Matemática e Pedagogia – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônômica, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Medicina veterinária – Campus de Bom Jesus; Ciências Biológicas e Enfermagem – Campus de Floriano; e, Nutrição, História e Matemática – Campus de Picos.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 66 – Matriz Curricular Adequada às Demandas Sociais – Cursos/coordenadores respondentes

De modo contrário, segundo os coordenadores de cursos de Física e Medicina Veterinária (Campus de Teresina); Psicologia e Turismo (Campus de Parnaíba); Zootecnia (Campus de Bom Jesus); Pedagogia (Campus de Floriano); e Ciências Biológicas e Pedagogia (Campus de Picos), 6% afirmaram que a matriz curricular NÃO responde plenamente as demandas sociais. A esse respeito, os coordenadores apresentam as seguintes explicações:

“O mercado está começando a exigir profissionais habilitados a atenderem alunos com necessidades especiais e só agora estamos providenciando a inclusão da disciplina de LIBRAS na modalidade de licenciatura. Também não temos habilitado nossos licenciandos para lidar com deficientes visuais e outros portadores de necessidades especiais (Física – Campus de Teresina)”.

“Razoavelmente. Faltam disciplinas de caráter mais prático, que ponham os alunos em contato com as demandas sociais (Psicologia – Campus de Parnaíba)”.

“Acredito que tenhamos mais enfoque aqui no Piauí, voltado a Gestão e Empreendedorismo, para que se tenha uma cultura de fortalecer as bases para posteriormente desenvolver o Turismo Estadual (Turismo – Campus de Parnaíba)”.

“É preciso de tempo para que as demandas sociais sejam transformadas, digo, atendidas pelo currículo. Acredito que nossa matriz curricular encontra-se em processo de adequação (Pedagogia – Campus de Floriano) .

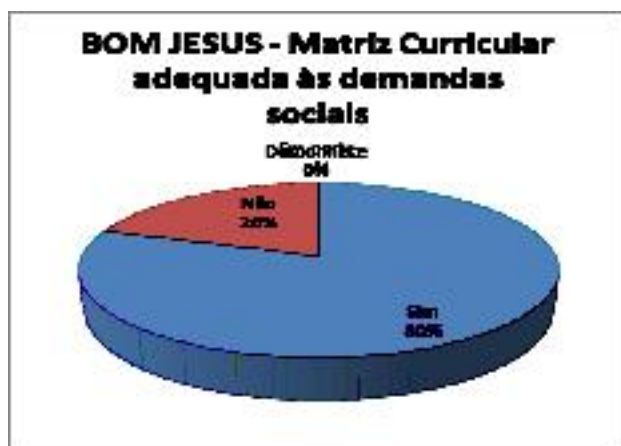
“Por tudo o que foi explicitado, entendemos que a Matriz Curricular não está adequada às demandas sociais que requerem um profissional Pedagogo com perfil para atuar nas diversas comunidades, quer urbanas e, principalmente, rurais (estas últimas representam um quantitativo expressivo em todo Brasil e especialmente na região Nordeste), não havendo nenhuma disciplina obrigatória que tenha o campo como foco de estudo, embora os municípios da região de Picos sejam de base econômica e sócio-cultural agrária. Ainda há muito o que se avançar para que tenhamos a possibilidade de um profissional realmente adequado às exigências sociais e com sólida formação acadêmica para atuar na educação (Pedagogia – campus de Picos)”.

“Saliento a necessidade de reorganização curricular para melhor atender a estas demandas (Ciências Biológicas – Campus de Picos)”.

A partir das justificativas apresentadas, emergem diferentes desafios a serem respondidos pelos cursos. Por exemplo, o curso de Física (Campus de Teresina) indicou a necessidade de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais. A coordenação de Pedagogia (Campus de Picos) realça que a matriz curricular deve atender as especificidades geradas pelo contexto socioeconômico da região. Neste caso específico, deve-se considerar que o Campus de Picos está inserido numa região agrária, com parte dos habitantes residentes na zona rural dos municípios, o que representa a necessidade de conhecimentos formativos que possam subsidiar a prática educativa em escolas do campo.

No caso do Curso de Turismo, os dados apontam a necessidade de um aprofundamento maior nas áreas de gestão e empreendedorismo para subsidiar o desenvolvimento do setor no Estado do Piauí. Os demais cursos não apresentaram justificativas claras em relação às demandas não atendidas (Pedagogia – Campus de Floriano; e Ciências Biológicas – campus de Picos), como também o Coordenador de Zootecnia – Campus de Bom Jesus e o de Medicina Veterinária - Campus de Teresina.

A seguir, são apresentados os gráficos referentes ao atendimento às demandas sociais, por Campus, a fim de identificar os cursos/campus que exigem uma reformulação para responder satisfatoriamente às necessidades geradas pelo contexto social onde estão inseridos.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 67 – Adequação da Matriz Curricular às DEMANDAS SOCIAIS - Campus de BOM JESUS – COORDENADORES/ CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 68 – Adequação da Matriz Curricular às DEMANDAS SOCIAIS - Campus de FLORIANO – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 69 – Adequação da Matriz Curricular às DEMANDAS SOCIAIS - Campus de PARNAÍBA – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 70 – Adequação da Matriz Curricular às DEMANDAS SOCIAIS - Campus de PICOS – COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 71 – Adequação da Matriz Curricular às DEMANDAS SOCIAIS - Campus de TERESINA – COORDENADORES/CURSOS.

Analisando os dados sintetizados nos gráficos, verifica-se que, em todos os Campi, há necessidade de adequação dos currículos às demandas sociais, observando-se o tempo/espaço, em que se efetiva a educação, na perspectiva de responder os anseios da sociedade piauiense e de nosso País, cumprindo o que preconiza o PDI (2010 – 2014) da UFPI.

2.2 Práticas Institucionais Estimulantes para o Ensino de Graduação e Pós-Graduação

Com base na pesquisa de campo realizada, apresentam-se análises referentes às práticas institucionais para o ensino de Graduação, quanto ao estímulo a melhoria do ensino, formação docente, apoio ao discente, interdisciplinaridade, estímulo às: inovações didático-pedagógicas, ao uso das tecnologias no ensino, aos processos participativos de construção do conhecimento, aos procedimentos alternativos para avaliação da aprendizagem, à atualização das sistemáticas de elaboração de planos de ensino e ao planejamento pedagógico participativo no âmbito da UFPI.

2.2.1 Práticas que estimulam a melhoria do Ensino de Graduação

Em relação às práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino os dados evidenciam que, no geral, as iniciativas institucionais para a melhoria do ensino são consideradas satisfatórias. Em síntese, os dados percentuais estão assim delineados: 10% consideram péssimas as iniciativas institucionais para a melhoria do ensino, 10% consideram Excelentes, 39% avaliaram como Boas e 41% Razoáveis.



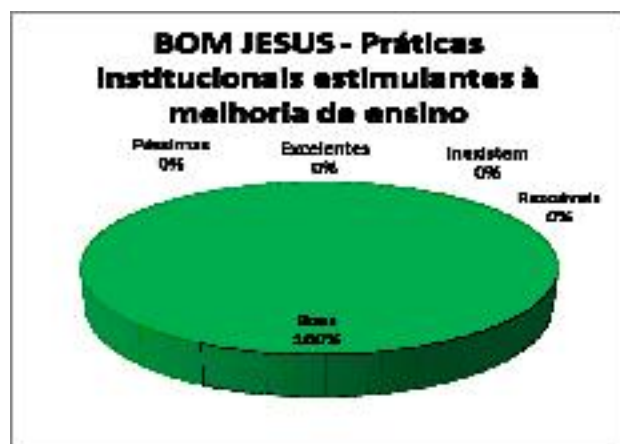
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 72 –Práticas Institucionais estimulantes à Melhoria do Ensino de Graduação – COORDENADORES/CURSOS.

Um percentual de 10% que consideram PÉSSIMAS as práticas institucionais para estimular a melhoria do Ensino de Graduação referem-se aos cursos de Ciências Contábeis, Educação Física e Serviço Social (Campus de Teresina) e Matemática (Campus de Picos). O resultado geral, em relação a esse item, permite classificar como SATISFATÓRIAS (percentual de 90%), as iniciativas institucionais para a melhoria do ensino, conforme os seguintes resultados:

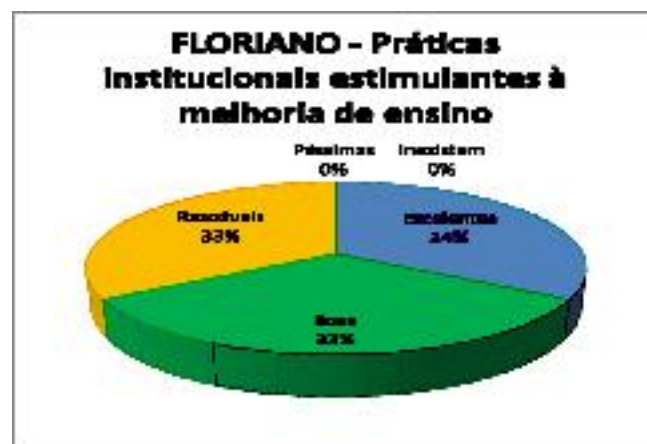
- 10% consideram Excelentes (Enfermagem – Campus de Teresina, Biomedicina – Campus de Parnaíba, Pedagogia – Campus de Floriano e História – Campus de Picos);
- 39% Boas (Ciências Sociais, Moda, Engenharia Civil, História, Física, Medicina Veterinária, Pedagogia – Campus de Teresina; Matemática – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônoma, Zootecnia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Medicina veterinária – Campus de Bom Jesus; Enfermagem – Campus de Floriano; Ciências Biológicas – Campus de Picos) e
- 41% Razoáveis (Administração, Direito, Estatística, Nutrição, Arqueologia, e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Engenharia de Pesca, Fisioterapia, Pedagogia, Psicologia e Turismo – Campus de Parnaíba; Ciências Biológicas – Campus de Floriano; Nutrição e Pedagogia – Campus de Picos).

Os dados mencionados nesta análise constam dos Gráficos 73, 74, 75, 76 e 77 e indicam os Campi que consideram satisfatórias as práticas institucionais para a melhoria do ensino.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 73 –Práticas Institucionais estimulantes à Melhoria do Ensino de Graduação – Campus de BOM JESUS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 74 –Práticas Institucionais estimulantes à Melhoria do Ensino de Graduação – Campus de FLORIANO - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 75 – Práticas Institucionais estimulantes à Melhoria do Ensino de Graduação – Campus de PARNAÍBA - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 76 – Práticas Institucionais estimulantes à Melhoria do Ensino de Graduação – Campus de PICOS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 77 – Práticas Institucionais estimulantes à Melhoria do Ensino de Graduação – Campus de TERESINA - COORDENADORES/CURSOS.

Verificou-se que, na maioria, os coordenadores dos cursos consideram satisfatórias as práticas institucionais para a melhoria do ensino - Campus de Bom Jesus (100% - Boas), Florianópolis (34% Excelentes, 33% Boas e 33% Razoáveis) e Parnaíba (11% Excelentes, 11% Boas e 78% Razoáveis).

Nos outros campi, Teresina (18%) e Picos (20%), embora com números menos expressivos, os coordenadores classificaram como péssimas essas práticas, indicando que devem ser revistas, particularmente em relação aos cursos de Ciências Contábeis, Educação Física e Serviço Social, do Campus de Teresina; e Matemática, do Campus de Picos.

2.2.2 Práticas institucionais que estimulam a formação docente

A formação docente considerada como um continuum requer investimentos pessoais e institucionais. Neste entorno, os coordenadores de curso consideraram satisfatórias (79%) as práticas institucionais de estímulo à formação docente, conforme detalhamento a seguir:

- 10% dos coordenadores consideram excelente as práticas institucionais de estímulo à formação docente (História e Física – Campus de Teresina; Psicologia – Campus de Parnaíba; História – Campus de Picos),
- 41% afirmam que essas práticas são boas (Direito, Engenharia Civil, Medicina Veterinária, Pedagogia, Enfermagem, e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Biomedicina, Ciências Biológicas e Matemática – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônoma, Zootecnia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Medicina veterinária – Campus de Bom Jesus; e Enfermagem e Pedagogia – Campus de Florianópolis); e
- 28% classificam como razoáveis (Administração, Ciências Sociais, Moda, Educação Física, Nutrição, e Arqueologia – Campus de Teresina; Ciências Contábeis e Pedagogia – Campus de Parnaíba; Ciências Biológicas – Campus de Florianópolis; e Ciências Biológicas e Pedagogia – Campus de Picos), conforme Figura 78.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 78– Práticas Institucionais estimulantes à Formação Docente – COORDENADORES/CURSOS.

Entretanto, embora com números menos representativos, 21% dos coordenadores consideram PÉSSIMAS as práticas institucionais estimulantes à formação docente. Neste contexto inserem-se os seguintes cursos: Estatística, Ciências Contábeis, Serviço Social – Campus de Teresina; Engenharia de Pesca, Fisioterapia e Turismo – Campus de Parnaíba; e Nutrição e Matemática – Campus de Picos.

Na sequência, apresentam-se os gráficos referentes aos Campi, para melhor visualização das respostas apresentadas por Unidades de Ensino.

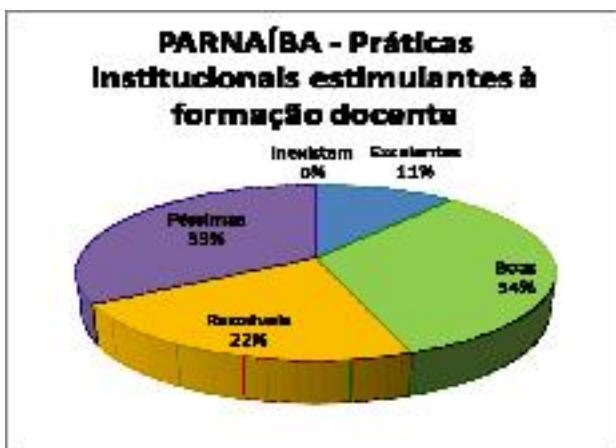


Figura 79– Práticas Institucionais estimulantes a Formação Docente – Campus de BOM JESUS- COORDENADORES/ CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 80 – Práticas Institucionais estimulantes a Formação Docente – Campus de FLORIANO- COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 81– Práticas Institucionais estimulantes a Formação Docente – Campus de PARNAÍBA- COORDENADORES/ CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 82– Práticas Institucionais estimulantes a Formação Docente – Campus de PICOS- COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 83 – Práticas Institucionais estimulantes à Formação Docente – Campus de TERESINA - COORDENADORES/CURSOS..

Os dados sintetizados nos Gráficos mostram que apenas para os Campi de Bom Jesus e Floriano as práticas desenvolvidas pela instituição, no que se refere à formação docente, são consideradas satisfatórias para a totalidade dos coordenadores participantes da avaliação.

Nos demais Campi, Parnaíba (33%), Picos (40%) e Teresina (18%), as respostas dos coordenadores consideram péssimas as práticas institucionais estimulantes à formação docente, recomendando que devem ser revistas. O percentual indicativo dessa insatisfação representa um índice pouco significativo, considerando que o grau de satisfação apresentado pela maioria corresponde ao percentual de 79%.

2.2.3. Práticas institucionais que estimulam o apoio ao discente

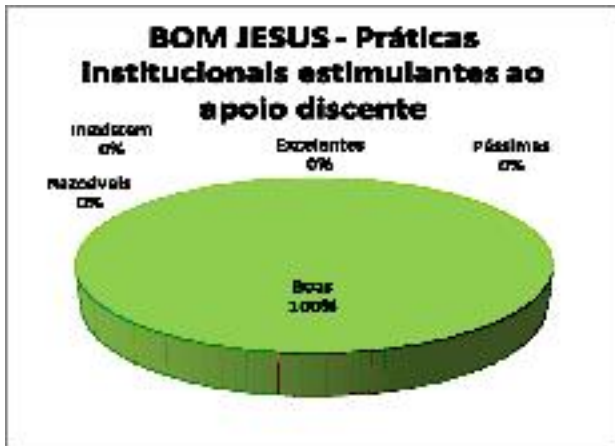
As práticas institucionais que estimulam o apoio ao discente, de modo geral, são consideradas satisfatórias, registrando que 95% dos coordenadores de cursos reconheceram o mérito das iniciativas institucionais de apoio aos discentes, conforme a seguinte performance:

- 22% excelentes (Engenharia Civil, Pedagogia e Enfermagem, – Campus de Teresina; Matemática – Campus de Parnaíba; Ciências Biológicas e Enfermagem – Campus de Floriano; e Nutrição – Campus de Picos),
- 46% boas (Administração, Ciências Sociais, Moda, História e Medicina Veterinária – Campus de Teresina; Biomedicina, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Engenharia de Pesca, Pedagogia, Psicologia e Turismo – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônômica, Zootecnia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Medicina veterinária – Campus de Bom Jesus; Pedagogia – Campus de Floriano; e História – Campus de Picos); e
- 27% afirmam serem razoáveis (Direito, Estatística, Educação Física, Nutrição, Arqueologia e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Fisioterapia – Campus de Parnaíba; e Ciências Biológicas, Pedagogia, e Matemática – Campus de Picos).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 84 – Práticas Institucionais de Apoio ao Discente - COORDENADORES/CURSOS.

Os 5% dos coordenadores que consideram PÉSSIMAS as práticas institucionais de apoio discente pertencem aos seguintes cursos: Ciências Contábeis e Serviço Social, do Campus de Teresina. Na sequência, apresentamos os gráficos referentes aos campi para melhor visualização das respostas apresentadas por Unidades de Ensino.



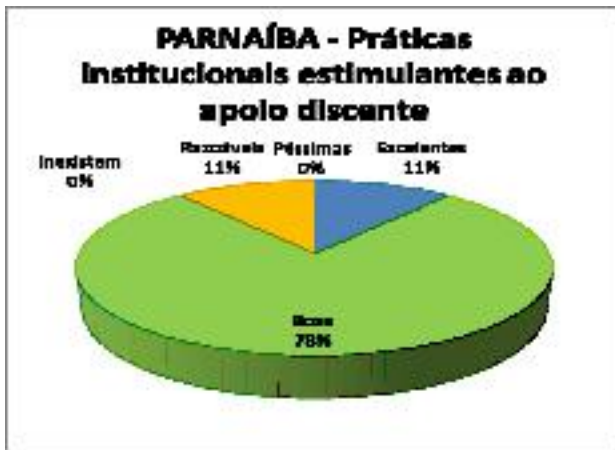
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 85 – Práticas Institucionais de Apoio ao Discente – Campus de BOM JESUS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 86 – Práticas Institucionais de Apoio ao Discente – Campus de FLORIANO - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 87 – Práticas Institucionais de Apoio ao Discente – Campus de PARNAÍBA - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 88 – Práticas Institucionais de Apoio ao Discente – Campus de PICOS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 89 – Práticas Institucionais estimulantes ao Apoio Discente – Campus de TERESINA - COORDENADORES/CURSOS.

Pode-se constatar nos gráficos referentes aos Campi do Interior (Bom Jesus, Parnaíba, Floriano e Picos), conforme Figuras 85, 86, 87 e 88, respectivamente, que são consideradas SATISFATÓRIAS as práticas institucionais de apoio discente.

De modo diferente daqueles que consideraram satisfatórias as práticas institucionais de apoio discente, os coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis e Serviço Social (Campus de Teresina), conforme Figura 89, afirmaram serem péssimas essas práticas de apoio ao discente desenvolvidas pela UFPI (bolsa trabalho, bolsa alimentação, Residência Universitária, estágios, ações afirmativas, entre outras).

2.2.4. Práticas institucionais que estimulam a interdisciplinaridade

Em relação às práticas institucionais que estimulam a interdisciplinaridade constatou-se que 76% dos coordenadores de curso as consideram satisfatórias, sendo:

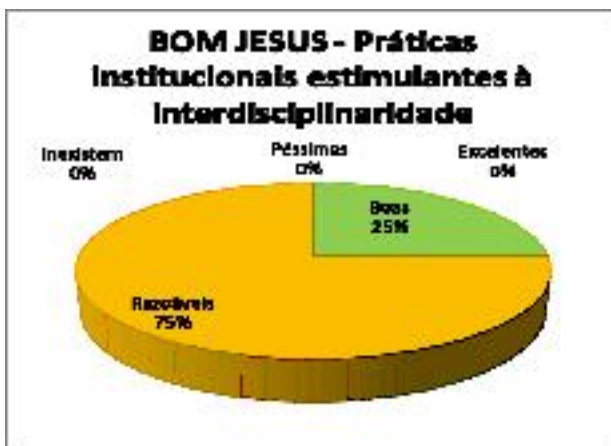
- 5% Excelentes (Engenharia Agrônômica – Campus de Bom Jesus; e Ciências Biológicas e Enfermagem – Campus de Floriano),
- 32% Boas (Moda, História, Física e Enfermagem – Campus de Teresina; Ciências Biológicas, Engenharia de Pesca, Psicologia e Turismo – Campus de Parnaíba; Engenharia Florestal – Campus de Bom Jesus Pedagogia – Campus de Floriano; e Nutrição e História – Campus de Picos) e
- 41% Razoáveis (Administração, Ciências Sociais, Estatística, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Nutrição, Pedagogia – Campus de Teresina; Biomedicina, Matemática e Pedagogia – Campus de Parnaíba; Zootecnia, Ciências Biológicas e Medicina Veterinária – Campus de Bom Jesus; e Ciências Biológicas e Matemática – Campus de Picos).

No entanto, 3% consideram inexistentes as práticas para promoção da interdisciplinaridade na UFPI (Ciências Contábeis – Campus de Parnaíba). E 21% consideram péssimas (Direito, Educação Física, Serviço Social, Medicina Veterinária, Arqueologia, e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Fisioterapia – Campus de Parnaíba; e Pedagogia – Campus de Picos), como se observa na Figura 90:



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 90 – Práticas Institucionais estimulantes à Interdisciplinaridade – COORDENADORES/CURSOS.

Na sequência, são apresentados os gráficos com os dados analisados, referentes aos Campi para contextualizar as respostas apresentadas por Unidades de Ensino.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 91 – Práticas Institucionais estimulantes à Interdisciplinaridade – Campus de BOM JESUS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 92 – Práticas Institucionais estimulantes à Interdisciplinaridade – Campus de FLORIANO - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 93 – Práticas Institucionais estimulantes à Interdisciplinaridade – Campus de Parnaíba - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 94 – Práticas Institucionais estimulantes à Interdisciplinaridade – Campus de Picos - COORDENADORES/CURSOS.

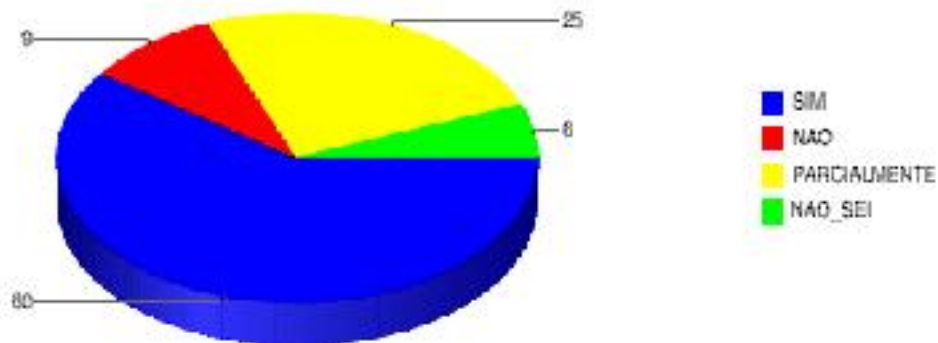


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 95 – Práticas Institucionais estimulantes à Interdisciplinaridade – Campus de Teresina - COORDENADORES/CURSOS

Os dados apontaram que, para os Campi de Parnaíba (11%), Picos (20%) e de Teresina (35%), existem problemas quanto às práticas de interdisciplinaridade, conforme sínteses apresentadas nas Figuras 93, 94 e 95. Nos demais Campi (Bom Jesus e Floriano), verificou-se que essas práticas são consideradas satisfatórias.

Os discentes, quando indagados em relação à promoção da interdisciplinaridade na operacionalização dos currículos da UFPI, conforme Figura 96, expressam: para 60% dos respondentes existem na UFPI práticas que estimulam a interdisciplinaridade. Para 25%, a interdisciplinaridade ocorre de forma parcial, 6% não souberam responder e 9% afirmam não haver interdisciplinaridade na operacionalização do currículo dos cursos.

Os discentes, quando indagados em relação à promoção da interdisciplinaridade na operacionalização dos currículos da UFPI (Figura 96), expressaram: para 60% dos respondentes existem práticas na UFPI que estimulam a interdisciplinaridade. Para 25%, a interdisciplinaridade ocorre de forma parcial; 6% não souberam responder e 9% afirmaram não haver interdisciplinaridade na operacionalização do currículo dos cursos.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 96 – Promoção da Interdisciplinaridade – DISCENTES.

As respostas apresentadas pelos alunos não diferem em relação às respostas dos coordenadores, no que se refere à promoção da interdisciplinaridade. Esses dois segmentos consideraram satisfatória a prática de interdisciplinaridade, afirmando, em casos isolados, como em alguns cursos em Teresina (35%), Picos (20%) e Parnaíba (11%), a necessidade de revisão dessa prática, com vistas a melhoria dos cursos.

2.2.5. Práticas institucionais que estimulam as inovações didático-pedagógicas

Em relação às práticas institucionais que estimulam as inovações didático-pedagógicas os dados assinalaram que 80% dos coordenadores de cursos consideraram satisfatórias as iniciativas da UFPI nesta área, sendo que:

- 31% consideraram boas as práticas institucionais que estimulam as inovações didático-pedagógicas (Engenharia Civil, Física, Pedagogia e Enfermagem – Campus de Teresina; Biomedicina, Ciências Biológicas e Psicologia – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônoma – Campus de Bom Jesus; Enfermagem – Campus de Floriano; e Nutrição e História – Campus de Picos);
- 49% afirmam que essas práticas são razoáveis (Administração, Ciências Sociais, Estatística, Moda, História, Educação Física, Arqueologia, e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Ciências Contábeis, Engenharia de Pesca, Matemática e Pedagogia – Campus de Parnaíba; Zootecnia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária – Campus de Bom Jesus; Ciências Biológicas, Pedagogia – Campus de Floriano; e Ciências Biológicas e Matemática – Campus de Picos).

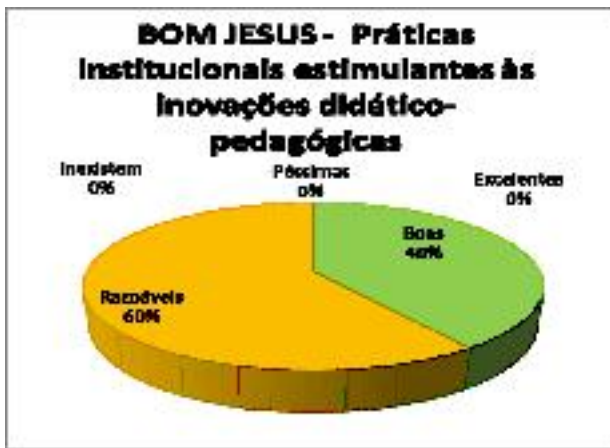
Resumindo, os dados sobre as práticas institucionais da UFPI, no sentido de estimular as inovações didático-pedagógicas; apresentam o seguinte resultado: 5% dos coordenadores de cursos (Medicina Veterinária – Campus de Teresina; e Fisioterapia – Campus de Parnaíba) e 15% (Direito, Ciências Contábeis, Nutrição e Serviço Social – Campus de Teresina; Turismo – Campus de Parnaíba; e Pedagogia – Campus de Picos) consideraram essas práticas como péssimas na UFPI, conforme demonstrado na Figura 97.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 97 – Práticas Institucionais estimulantes às Inovações Didático-pedagógicas – COORDENADORES/CURSOS.

Na sequência, são apresentados os gráficos referentes aos Campi para melhor visualização das respostas apresentadas por Unidade de Ensino.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 98 – Práticas Institucionais estimulantes às Inovações Didático-pedagógicas – Campus de BOMJESUS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 99 – Práticas Institucionais estimulantes às Inovações Didático-pedagógicas – Campus de FLORIANO - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 100 – Práticas Institucionais estimulantes às inovações Didático-pedagógicas – Campus de PARNÁIBA - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 101 – Práticas Institucionais estimulantes às inovações Didático-pedagógicas – Campus de PICOS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 102 – Práticas Institucionais estimulantes às inovações Didático-pedagógicas – Campus de Teresina

Observou-se que, nos Campi de Bom Jesus e Parnaíba, conforme as Figuras 98 e 99, as práticas institucionais estimulantes às inovações didático-pedagógicas são consideradas satisfatórias. O percentual referente ao Campus de Bom Jesus registra um índice de 40% de respostas que consideraram Boas as mencionadas práticas. E 60% as qualificaram como Razoáveis. No Campus de Floriano, 33% responderam Boas e 67% classificaram Razoáveis.

Em relação aos Campi de Parnaíba, 11% dos participantes declararam que inexistem as práticas institucionais estimulantes às inovações didático-pedagógicas e 11% consideraram que essas práticas são péssimas. No Campus de Picos, 20% apontaram como Péssimas as práticas em análise e no Campus de Teresina, para 6% dos respondentes, elas Inexistentes; e para 24% são Péssimas. Os dados revelaram a ineficiência e/ou a ausência das práticas institucionais estimulantes às inovações didático-pedagógicas.

2.2.6. Práticas institucionais que estimulam o uso das novas tecnologias no ensino

Em relação ao uso das novas tecnologias no ensino foram constatadas, na perspectiva dos coordenadores, que as práticas institucionais que estimulam o uso das novas tecnologias no ensino, no âmbito da UFPI, são definidas como satisfatórias, considerando os seguintes dados:

- 3% dos coordenadores de curso consideraram Excelentes as as práticas institucionais que estimulam o uso das novas tecnologias no ensino (Biomedicina – Campus de Parnaíba),
- 41% classificaram essas práticas como Boas (Estatística, Física, Pedagogia, Enfermagem – Campus de Teresina; Ciências Biológicas, Ciências Contábeis – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônoma, Zootecnia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Medicina veterinária – Campus de Bom Jesus; Ciências Biológicas, Enfermagem e Pedagogia – Campus de Floriano; e Nutrição e História – Campus de Picos), e
- 36% afirmaram que essas práticas são Razoáveis (Ciências Sociais, Direito, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, História, Nutrição e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Engenharia de Pesca, Matemática, Pedagogia, Psicologia e Turismo – Campus de Parnaíba; e Ciências Biológicas e Matemática – Campus de Picos).

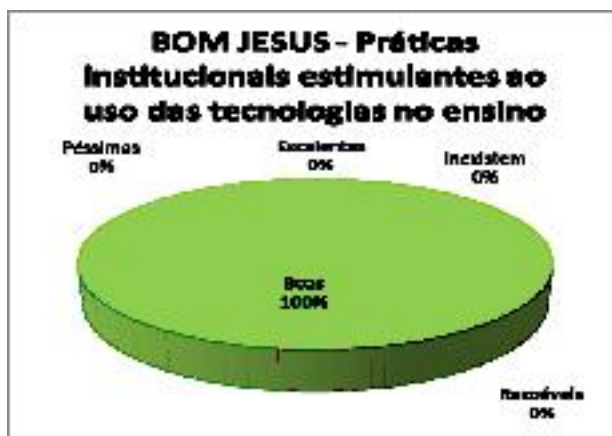
Os dados revelaram que para 5% (Administração, – Campus de Teresina; e Fisioterapia – Campus de Parnaíba) há ausência dessas práticas. São consideradas péssimas por 15% (Moda, Educação Física, Serviço Social, Medicina Veterinária e Arqueologia – Campus de Teresina; e Pedagogia – Campus de Picos), conforme demonstrado na figura 103.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 103 – Práticas Institucionais estimulantes de novas tecnologias de Ensino – COORDENADORES/CURSOS.

Na sequência, são apresentados os gráficos, por Campi, referentes às práticas institucionais que estimulam o uso de Tecnologias no Ensino, para melhor contextualização por Unidade de Ensino.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 104 – Práticas Institucionais estimulantes ao uso das tecnologias no ensino – Campus de BOM JESUS



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 105 – Práticas Institucionais estimulantes ao uso das tecnologias no ensino – Campus de FLORIANO



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 106 – Práticas Institucionais estimulantes de novas tecnologias de Ensino – Campus de PARNAÍBA - COORDENADORES/CURSOS.



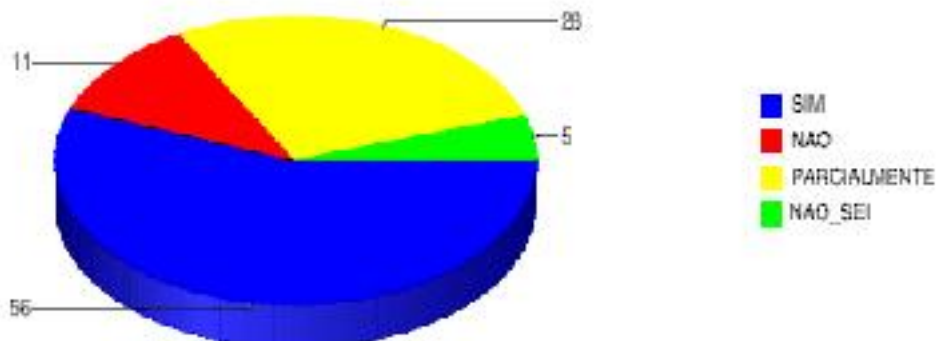
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 107 – Práticas Institucionais estimulantes de novas tecnologias de Ensino – Campus de PICOS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 108 – Práticas Institucionais estimulantes de novas tecnologias de Ensino – Campus de TERESINA - COORDENADORES/CURSOS.

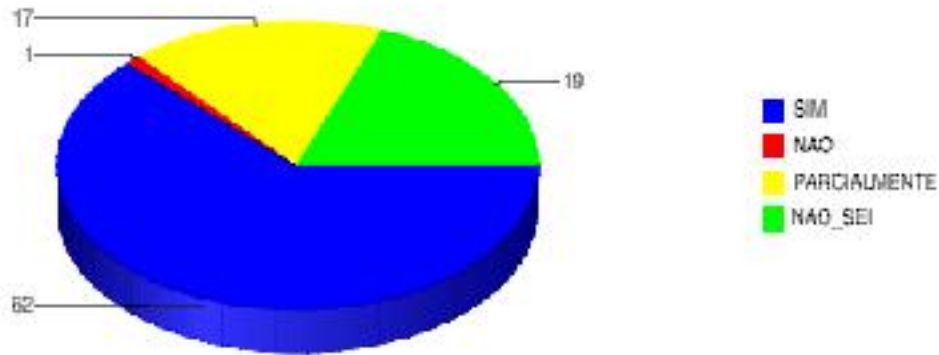
As figuras mostraram os resultados da pesquisa sobre práticas institucionais estimulantes ao uso das tecnologias no ensino nos Campi de Bom Jesus e Floriano. Segundo as quais, 100% dos coordenadores de cursos consideraram boas as práticas em análise. Nos Campi de Parnaíba, 11% responderam que essas práticas inexistem. No Campus de Picos, um percentual de 20% confirmou como Péssimas. E no para o Campus de Teresina, 6% afirmaram que essas práticas inexistem. Os dados, portanto, indicam a inexistência ou a baixa qualidade de práticas institucionais de estímulo às inovações.

No questionário on line, quando indagados acerca da ocorrência do uso de tecnologias de comunicação e da informação na operacionalização dos currículos dos cursos de graduação da UFPI, 55% dos discentes afirmam a ocorrência de práticas institucionais de estímulo às inovações, 28% reconheceram que essas práticas ocorrem parcialmente, 10% negaram a existência dessas práticas e 4% não souberam responder, conforme ilustra a Figura 109.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 109 – Existência de Práticas Institucionais estimulantes ao uso das tecnologias de comunicação e informação na operacionalização curricular. – DISCENTES.

Os dados referentes ao segmento técnico-administrativo, envolvendo 62% dos participantes, realçaram que essas práticas são satisfatórias. Segundo 17% dos representantes deste segmento, ocorrem de forma parcial; 19% não souberam responder e 1% afirmaram que essa práticas NÃO ocorrem, conforme figura 110:



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 110 – Existência de Práticas Institucionais estimulantes do uso de tecnologias de comunicação e informação na operacionalização curricular. TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Analisando comparativamente as respostas dos diferentes segmentos (coordenadores, discentes e técnicos) constatou-se que, para cerca de 65%, em média, as práticas estimulantes ao uso das tecnologias são satisfatórias.

2.2.7. Práticas institucionais que estimulam processos participativos de construção do conhecimento

Em relação às práticas institucionais desenvolvidas na UFPI para estimular os processos participativos de construção do conhecimento, constatou-se que 85% dos coordenadores de curso consideram essas práticas satisfatórias, segundo explicitam os dados:

- 5% consideraram Excelentes as práticas institucionais para estimular os processos participativos de construção do conhecimento (Biomedicina e Matemática – Campus de Parnaíba).
- 39% responderam que essas práticas são Boas (Moda, História, Física, Enfermagem e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Ciências Biológicas, Pedagogia, Psicologia e Turismo – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônoma e Engenharia Florestal – Campus de Bom Jesus; Enfermagem e Pedagogia – Campus de Floriano; e Nutrição e História – Campus de Picos); e
- 41% as classificam como Razoáveis (Administração, Ciências Sociais, Direito, Estatística, Engenharia Civil, Nutrição, Pedagogia e Arqueologia – Campus de Teresina; Engenharia de Pesca – Campus de Parnaíba, Zootecnia, Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, – Campus de Bom Jesus; Ciências Biológicas – Campus de Floriano; e Ciências Biológicas, Pedagogia e Matemática – Campus de Picos).

Computando-se os dados relativos aos coordenadores de cursos, percebeu-se que 5% (Medicina Veterinária – Campus de Teresina; e Ciências Contábeis – Campus de Parnaíba) consideraram inexistentes as práticas institucionais desenvolvidas na UFPI para estimular os processos participativos de construção do conhecimento; 10% (Ciências Contábeis, Educação Física e Serviço Social – Campus de Teresina; e Fisioterapia – Campus de Parnaíba) consideram Péssimas as práticas em referência. Esses dados estão explicitados na Figura 111.

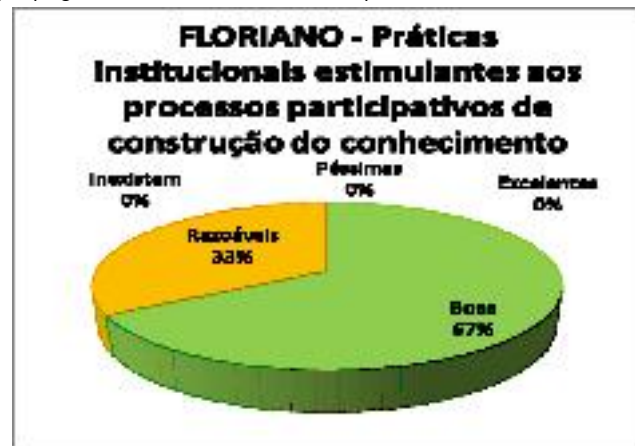


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 111 – Práticas Institucionais estimulantes aos processos participativos de construção do conhecimento – COORDENADORES/CURSOS.

Na sequência, são apresentados os gráficos relativos às Unidades de Ensino, demarcando as práticas estimulantes ao uso de Tecnologias no Ensino, por Campi (Figuras 112, 113, 114 e 115).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 112 – Práticas Institucionais estimulantes aos processos participativos de construção do conhecimento – Campus de BOM JESUS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 113 – Práticas Institucionais estimulantes aos processos participativos de construção do conhecimento – Campus de FLORIANO - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 114 – Práticas Institucionais estimulantes aos processos participativos de construção do conhecimento – Campus de PARNAÍBA - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 115 – Práticas Institucionais estimulantes aos processos participativos de construção do conhecimento – Campus de PICOS - COORDENADORES/CURSOS.

FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 116 – Práticas Institucionais estimulantes aos processos participativos de construção do conhecimento – TERESINA COORDENADORES/CURSOS.



Os gráficos, por Unidade de Ensino, mostraram que nos Campi de Bom Jesus, Floriano e Picos as práticas institucionais estimulantes aos processos participativos de construção do conhecimento foram consideradas satisfatórias. Nos Campi de Parnaíba e de Teresina essas práticas foram identificadas como Péssimas (Parnaíba – 11% e Teresina – 18%). E, ainda, consideradas inexistentes no Campus de Parnaíba (por 11%) e no Campus de Teresina (por 6%).

2.2.8. Práticas institucionais que estimulam o conhecimento de procedimentos alternativos para a avaliação da aprendizagem

A avaliação tem sido considerada como um processo complexo e desafiador no âmbito do processo ensino-aprendizagem, nos diferentes níveis de ensino. Em relação às práticas institucionais para estimular o conhecimento de procedimentos alternativos para a avaliação da aprendizagem, constatou-se que 74% dos coordenadores de curso consideraram satisfatórias essas práticas, conforme comprovam os dados:

- 42% consideraram boas as práticas institucionais para estimular o conhecimento de procedimentos alternativos para a avaliação da aprendizagem (Moda, História, Enfermagem e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Engenharia de Pesca e Matemática – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônoma, Ciências Biológicas e Medicina Veterinária – Campus de Bom Jesus; Enfermagem – Campus de Floriano; e Nutrição e História – Campus de Picos).
- 32% consideraram razoáveis (Administração, Ciências Sociais, Direito, Estatística, Nutrição e Pedagogia, Arqueologia – Campus de Teresina; Biomedicina, Ciências Biológicas, Pedagogia e Psicologia – Campus de Parnaíba; Zootecnia e Engenharia Florestal – Campus de Bom Jesus; Pedagogia – Campus de Floriano; e Ciências Biológicas e Matemática – Campus de Picos).

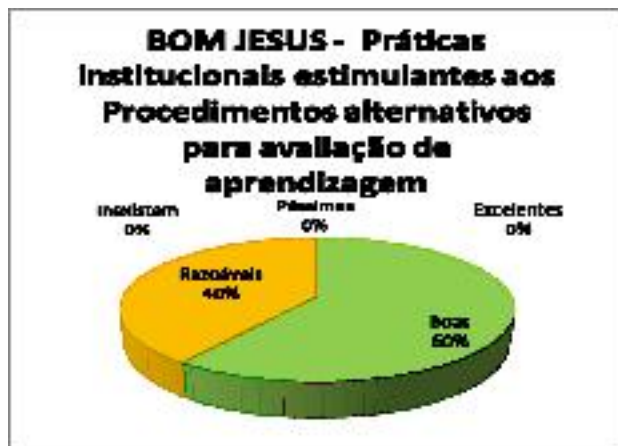
Deve ser destacado que 18% consideraram péssimas as práticas institucionais para estimular o conhecimento de procedimentos alternativos para a avaliação da aprendizagem (Ciências Contábeis, Educação Física, Serviço Social e Medicina Veterinária – Campus de Teresina; Fisioterapia e Turismo – Campus de Parnaíba; e Pedagogia – Campus de Picos); 8% afirmaram serem essas práticas inexistentes (Física – Campus de Teresina, Ciências Contábeis – Campus de Parnaíba; e Ciências Biológicas – Campus de Floriano), detalhamento na Figura 117:



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

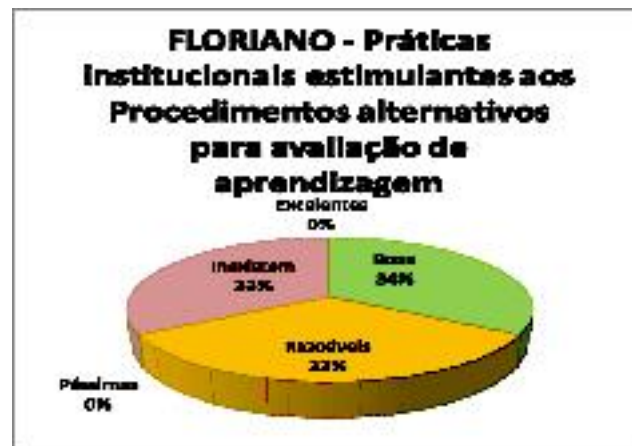
Figura 117 – Práticas Institucionais estimulantes aos procedimentos alternativos para avaliação de aprendizagem - COORDENADORES/CURSOS.

Na sequência, são apresentados os gráficos relativos aos Campi, os quais ilustram as práticas estimulantes ao uso de Tecnologias no Ensino, para contextualização por Unidade de Ensino.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 118 – Práticas Institucionais estimulantes aos procedimentos alternativos para avaliação de aprendizagem – Campus de BOM JESUS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 119 – Práticas Institucionais estimulantes aos procedimentos alternativos para avaliação de aprendizagem – Campus de FLORIANO - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 120 – Práticas Institucionais estimulantes aos procedimentos alternativos para avaliação de aprendizagem – Campus de PARNAÍBA - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 121 – Práticas Institucionais estimulantes aos procedimentos alternativos para avaliação de aprendizagem – Campus de PICOS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 122 – Práticas Institucionais estimulantes aos procedimentos alternativos para avaliação de aprendizagem – TERESINA Cursos/coordenadores responsáveis

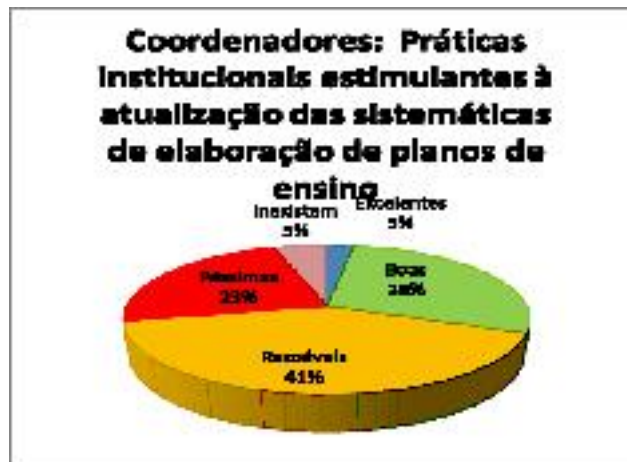
Observou-se que apenas no Campus de Bom Jesus essas práticas são consideradas satisfatórias (percentual de 40% Razoáveis; e 60% Boas). Nos demais Campi da UFPI, embora em números inferiores aos considerados satisfatórios, as práticas institucionais destinadas a estimular o conhecimento de procedimentos alternativos para a avaliação da aprendizagem são consideradas deficientes (Péssimas, conforme dados de Parnaíba - 22%; Picos - 20%; e Teresina - 25%). De acordo com alguns coordenadores de curso de Parnaíba (11%) e de Teresina (6%) essas práticas são consideradas inexistentes.

2.2.9. Práticas institucionais que estimulam o conhecimento e a atualização das sistemáticas de elaboração de planos de ensino

A atividade docente é intencional e sistemática, o que implica na organização das situações de ensino através do planejamento. Em relação a essa temática, os dados mostraram que as práticas institucionais que estimulam o conhecimento e a atualização das sistemáticas de elaboração de planos de ensino são consideradas satisfatórias por 72% dos coordenadores de curso, conforme os dados descritos na seqüência:

- 3% consideram Excelentes as práticas em análise (Enfermagem – Campus de Teresina);
- 28% descreveram como boas essas práticas (Ciências Sociais, História, Pedagogia e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Ciências Biológicas – Campus de Parnaíba; Engenharia Agrônoma, Zootecnia, Ciências Biológicas e Engenharia Florestal – Campus de Bom Jesus; e Enfermagem – Campus de Floriano; e História – Campus de Picos) e
- 41% consideraram razoáveis (Administração, Moda, Engenharia Civil, Física e Arqueologia – Campus de Teresina; Biomedicina, Engenharia de Pesca, Matemática, Pedagogia, Psicologia e Turismo – Campus de Parnaíba; Medicina Veterinária, – Campus de Bom Jesus; Ciências Biológicas e Pedagogia – Campus de Floriano; e Nutrição e Ciências Biológicas – Campus de Picos).

Conforme dados da Figura 67, 5% dos coordenadores de curso (Ciências Contábeis – Campus de Parnaíba; e Medicina Veterinária – Campus de Teresina), afirmaram que são inexistentes as práticas institucionais estimulantes do conhecimento e da atualização das sistemáticas de elaboração de planos de ensino; 23% dos coordenadores de curso (Direito, Estatística, Ciências Contábeis, Educação Física, Nutrição e Serviço Social – Campus de Teresina; Fisioterapia – Campus de Parnaíba; e Pedagogia e Matemática – Campus de Picos) responderam que essas práticas são péssimas.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 123 – Práticas Institucionais estimulantes à atualização das sistemáticas de elaboração de Planos de Ensino - COORDENADORES/CURSOS.

Na seqüência, são apresentados os gráficos demonstrativos dos índices referentes às práticas institucionais que estimulam o conhecimento e a atualização das sistemáticas de elaboração de planos de ensino, para melhor contextualização por Unidade de Ensino.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 124 – Práticas Institucionais estimulantes à atualização das sistêmicas de elaboração de Planos de Ensino – Campus de BOM JESUS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 125 – Práticas Institucionais estimulantes à atualização das sistêmicas de elaboração de Planos de Ensino – Campus de FLORIANO - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 126 – Práticas Institucionais estimulantes à atualização das sistêmicas de elaboração de Planos de Ensino – Campus de PARNAÍBA - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 127 – Práticas Institucionais estimulantes à atualização das sistêmicas de elaboração de Planos de Ensino – Campus de PICOS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 128 – Práticas Institucionais estimulantes à atualização das sistêmicas de elaboração de Planos de Ensino – Campus de TERESINA - COORDENADORES/CURSOS.

A análise das Figuras 124, 125, que apresentam dados das Unidades de Ensino, dos Campi de Bom Jesus e Floriano, permite constatar que as práticas institucionais para estimular o conhecimento e a atualização das sistêmicas de elaboração de planos de ensino são consideradas satisfatórias. Porém, os gráficos referentes aos Campi de Parnaíba, Picos e Teresina registram índices significativos de insatisfação em relação às práticas mencionadas (Figuras 126, 127 e 128).

2.2.10. Práticas institucionais que estimulam o planejamento pedagógico participativo

O planejamento, na perspectiva de um trabalho docente crítico e criativo, exige um planejamento participativo como espaço de trocas de experiências e de conhecimentos. Neste aspecto, as práticas institucionais que estimulam o planejamento pedagógico participativo foram consideradas satisfatórias, por 66% dos coordenadores de curso. Os dados gerais sobre essa questão demonstraram:

- 26% dos coordenadores de curso consideraram Boas as práticas institucionais que estimulam o planejamento pedagógico participativo (Ciências Sociais, Engenharia Civil, História e Enfermagem – Campus de Teresina; Ciências Biológicas e Psicologia – Campus de Parnaíba; Zootecnia e Ciências Biológicas – Campus de Bom Jesus; Enfermagem – Campus de Floriano; e História – Campus de Picos).
- 42% afirmaram que essas práticas são Razoáveis (Administração, Pedagogia e Arquitetura e Urbanismo – Campus de Teresina; Biomedicina, Ciências Contábeis, Engenharia de Pesca, Fisioterapia, Matemática, Pedagogia e Turismo – Campus de Parnaíba; Engenharia Florestal e Medicina Veterinária – Campus de Bom Jesus; Pedagogia – Campus de Floriano; e Nutrição, Ciências Biológicas e Matemática – Campus de Picos).

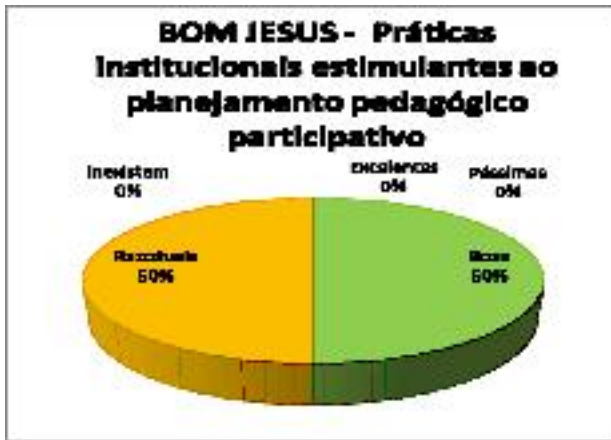
Conforme 8% dos coordenadores de curso (Física e Medicina Veterinária – Campus de Teresina; e Ciências Biológicas – Campus de Floriano) inexistem práticas institucionais que estimulam o planejamento pedagógico participativo. Para 24% (Direito, Estatística, Moda, Ciências Contábeis, Educação Física, Nutrição, Serviço Social e Arqueologia – Campus de Teresina; e Pedagogia – Campus de Picos) essas práticas foram consideradas péssimas.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 129 – Práticas Institucionais estimulantes ao Planejamento Pedagógico Participativo - COORDENADORES/CURSOS.

Na sequência, estão explicitados os dados, por Campi, referentes às práticas estimulantes ao uso de Tecnologias no Ensino, para melhor contextualização por Unidade de Ensino.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 130 – Práticas Institucionais estimulantes ao Planejamento Pedagógico Participativo – Campus de BOMJESUS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 131 – Práticas Institucionais estimulantes ao Planejamento Pedagógico Participativo – Campus de FLORIANO - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 132 – Práticas Institucionais estimulantes ao Planejamento Pedagógico Participativo – Campus de PARNÁBA - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 133 – Práticas Institucionais estimulantes ao Planejamento Pedagógico Participativo – Campus de PICOS - COORDENADORES/CURSOS.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

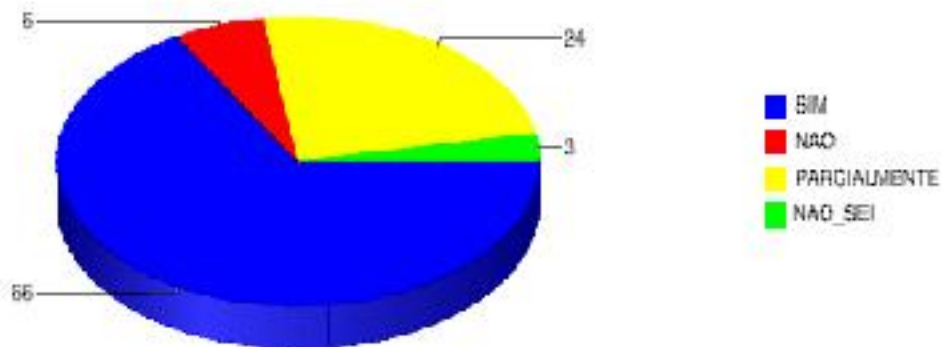
Figura 134 – Práticas Institucionais estimulantes ao Planejamento Pedagógico Participativo – Campus de TERESINA - COORDENADORES/CURSOS.

Verificou-se, para a questão das práticas institucionais estimulantes ao planejamento pedagógico participativo, Figuras 130 e 131, que no Campus de Bom Jesus, 50% dos respondentes consideraram Boas e 50% Razoáveis; em Parnaíba, 22% afirmaram que são Boas e 78% que são Razoáveis. No geral, os dados mostraram que são satisfatórias as práticas institucionais que estimulam o planejamento pedagógico participativo nessas unidades de ensino.

No campus de Floriano (Figura 132), 33% dos coordenadores consideraram regulares essas práticas e 34% boas. No Campus de Teresina (Figura 134), 12% expressaram que essas práticas estão ausentes. E foram consideradas péssimas por 20% dos coordenadores de curso do Campus de Picos (Figura 133) e 47% dos coordenadores no Campus de Teresina.

2.2.11. Práticas institucionais promotoras da articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão

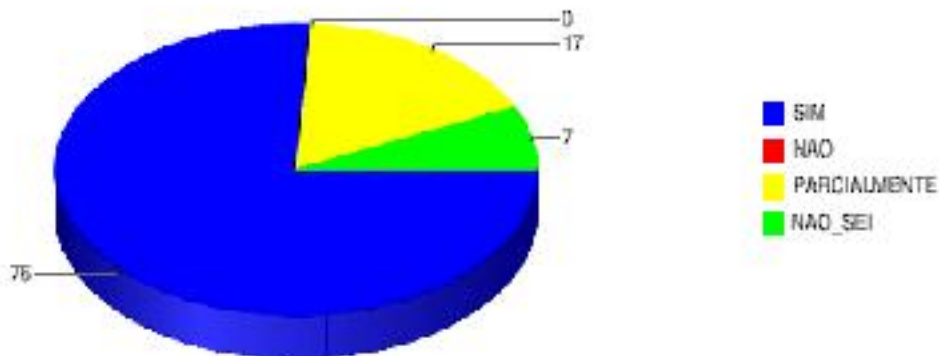
No questionário on-line, quando indagados acerca da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, os discentes afirmaram serem satisfatórias essas práticas na sua maioria, considerando que 66% responderam que SIM; 24% informaram que essa articulação existe de forma parcial. E 6% consideraram inexistentes; e 3% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 135– Práticas Institucionais promotoras da articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão – DISCENTES.

Questionado quanto a essa articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, o corpo técnico-administrativo identificou como satisfatória, como indicam as respostas afirmativas de 76% destes, corroborando com as análises feitas pelos discentes, quanto à existência dessa articulação.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 136– Práticas Institucionais promotoras da articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão - TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

Ainda com base na Figura 136, identificou-se que 17% do corpo técnico-administrativo afirmaram serem parciais essas práticas no âmbito da UFPI. E 7% não souberam responder.

2.3 Gestão pedagógica e administrativa dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação

Este grupo de questões referentes a Dimensão 2, estão relacionadas à avaliação da política da UFPI, no que concerne à gestão pedagógica e administrativa dos cursos de graduação e pós-graduação e ao acompanhamento dos discentes do ensino de graduação e de pós-graduação.

Em relação à gestão pedagógica do curso, foram analisadas as questões referentes à adequação da carga horária ao conteúdo das disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação da UFPI, a articulação teoria-prática, adequação dos objetivos das disciplinas, da bibliografia empregada, ao número de alunos por disciplina teórica e/ou prática em sala de aula e a integração entre as disciplinas.

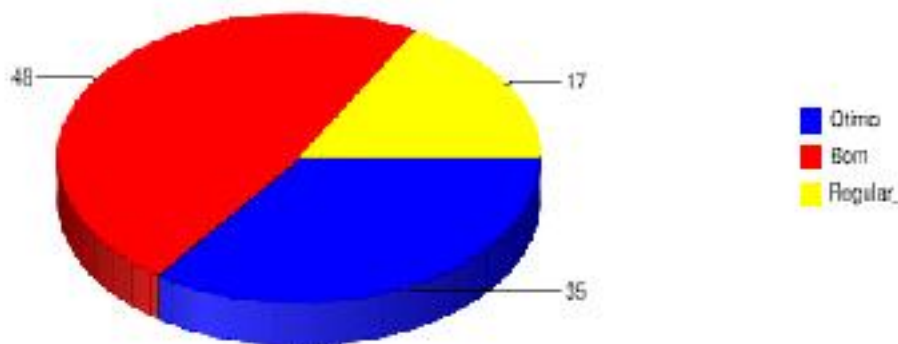
Quanto à gestão pedagógica foram descritas as práticas dos professores das disciplinas, relativamente

quanto: apresentação e discussão do programa da disciplina e o seu cumprimento, assiduidade e pontualidade docente, procedimentos didáticos adequados com participação ativa e estímulo à troca de conhecimentos entre os discentes, abordagem dos problemas sociais do País, interação professor e aluno, e adequação dos procedimentos de avaliação da aprendizagem,

Da mesma forma, quanto à gestão administrativa dos cursos, foram analisados aspectos relativos ao trabalho desenvolvido pelo coordenador do curso, focalizando: apresentação e discussão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) com os alunos; incentivo ao alunado na participação em reuniões técnicas, congressos e outras atividades acadêmicas; incentivo à participação em estágios e/ou projetos de capacitação; divulgação de projetos de extensão, bolsas, estágios e outras atividades não obrigatórias dirigidas aos discentes; prestações de informações a respeito do curso; atendimento dispensado pela coordenação aos docentes e discentes; interesse da coordenação em acompanhar o progresso discente; proposição de medidas para melhorar a aprendizagem; e, interesse da coordenação do curso em orientar os alunos com dificuldade de aprendizagem.

2.3.1 Adequação da carga horária ao conteúdo das disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação da UFPI

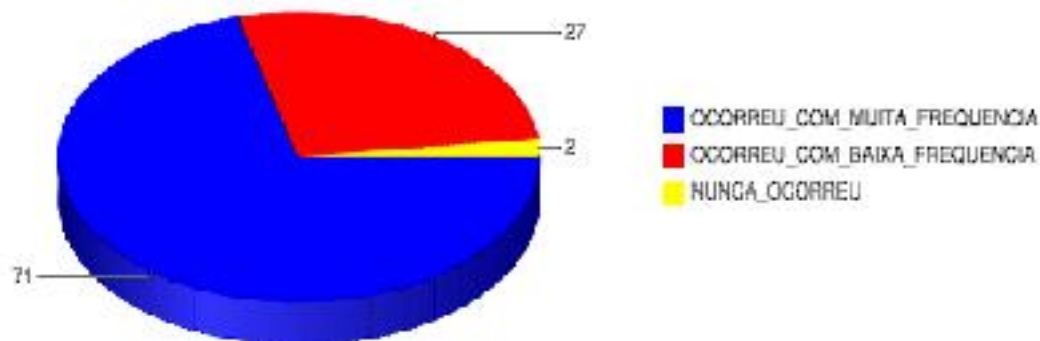
Quanto à adequação da carga horária ao conteúdo das disciplinas ministradas, os docentes afirmaram ser satisfatória, conforme Figura 137, haja vista que 35% responderam ser ótima a carga horária e 48% consideraram boa essa relação carga entre carga horária e conteúdo. E 17% dos docentes consideram regular, não aparecendo respostas negativas em relação a esse item.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 137– Adequação da carga horária ao conteúdo das disciplinas na Graduação e na Pós-Graduação – DOCENTE.

De modo similar aos docentes, as respostas dos discentes mostraram ser satisfatória a adequação entre a carga horária e o conteúdo das disciplinas (71% dos respondentes); 27% registraram que essa relação ocorre com baixa frequência e 2% afirmaram que não ocorre essa adequação.



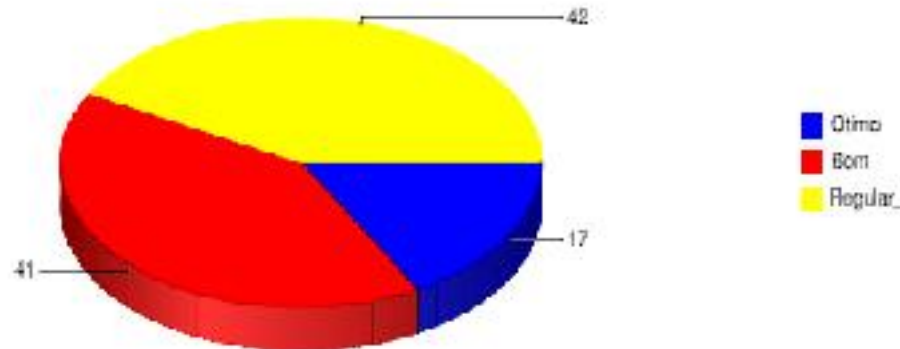
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 138– Adequação da carga horária ao conteúdo das disciplinas na Graduação e na Pós-Graduação – DISCENTES.

Portanto, analisando-se as Figuras 137 e 138, referentes aos docentes e aos discentes, respectivamente, verificou-se ser satisfatória a adequação da carga horária ao conteúdo das disciplinas nos cursos de graduação e de Pós-Graduação da UFPI.

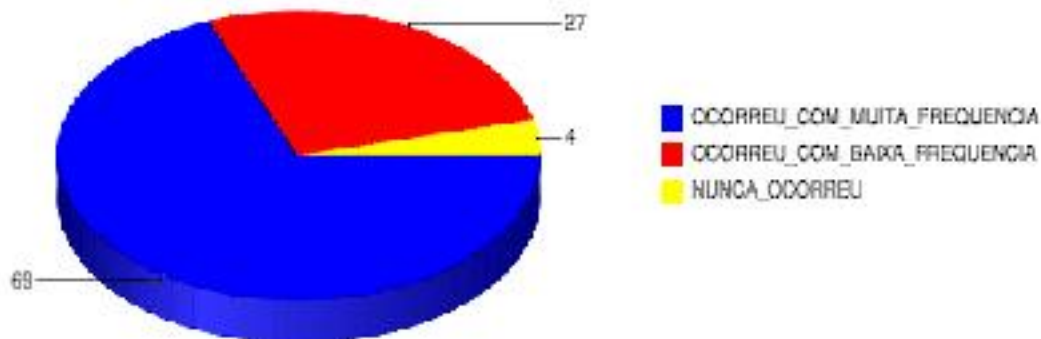
2.3.2 Adequação do número de alunos por disciplina teórica e/ou prática em sala de aula

Os docentes quando indagados acerca do número de alunos por disciplina teórica e/ou prática em sala de aula, consideraram satisfatório o número em tela, de acordo com os dados da Figura 139, tendo em vista que 42% consideraram BOA a definição do número de alunos por disciplina; 41% consideraram REGULAR e 17% destacaram como ÓTIMA a quantidade de alunos por disciplina, tanto teóricas, quanto práticas ou teórico-práticas.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 139 – Adequação do número de alunos por disciplina teórica e/ou prática em sala de aula – DOCENTES.

Os discentes, em consonância com as respostas dos docentes, revelaram, com muita frequência, a adequação do número de alunos por disciplina teórica e/ou prática em sala de aula (69% dos respondentes); 27% afirmaram que essa adequação ocorreu com baixa frequência e, para 4%, a adequação entre o número de estudantes por disciplina nunca ocorreu.

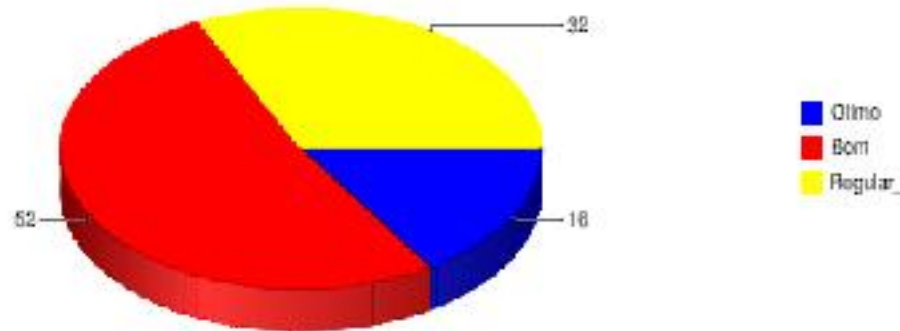


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 140 – Adequação do número de alunos por disciplina teórica e/ou prática em sala de aula – DISCENTES.

Neste aspecto, os dados indicaram que é satisfatória a adequação do número de alunos por disciplina teórica e/ou prática em sala de aula, de acordo com os respondentes das categorias docentes e discentes, através do questionário on line.

2.3.3 Integração entre as disciplinas do currículo dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação

Ao serem indagados sobre a integração entre as disciplinas do currículo dos cursos de graduação com as de pós-graduação, os professores responderam ser satisfatória essa integração, considerando que 52% afirmaram ser BOA a integração; 32% REGULAR; e 16% ÓTIMA (Figura 141).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 141 – Integração entre disciplinas do currículo dos cursos de Graduação e Pós-Graduação – DOCENTES.

Os discentes quando indagados acerca da integração entre as disciplinas do currículo de seus cursos com as da pós-graduação, apresentaram os seguintes percentuais de respostas: 55% afirmaram a ocorrência da integração entre disciplinas da graduação e da pós-graduação, com muita frequência; 38% informaram que essa integração ocorre com baixa frequência; e 7% que nunca ocorreu.

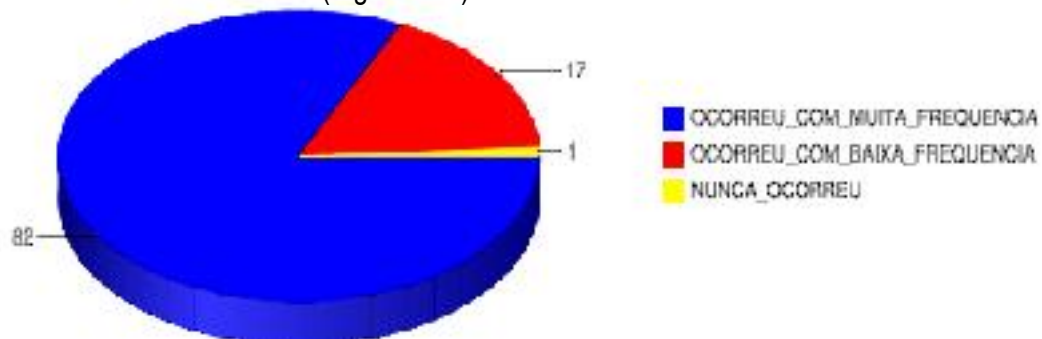


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 142 – Integração entre disciplinas do currículo dos cursos de Graduação e Pós-Graduação – DISCENTES.

Quanto a Integração entre as disciplinas do currículo dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, verificou-se que, tanto os docentes quanto os discentes, afirmam ser satisfatória essa adequação, destacando sua ocorrência com bastante frequência (Figuras 141 e 142).

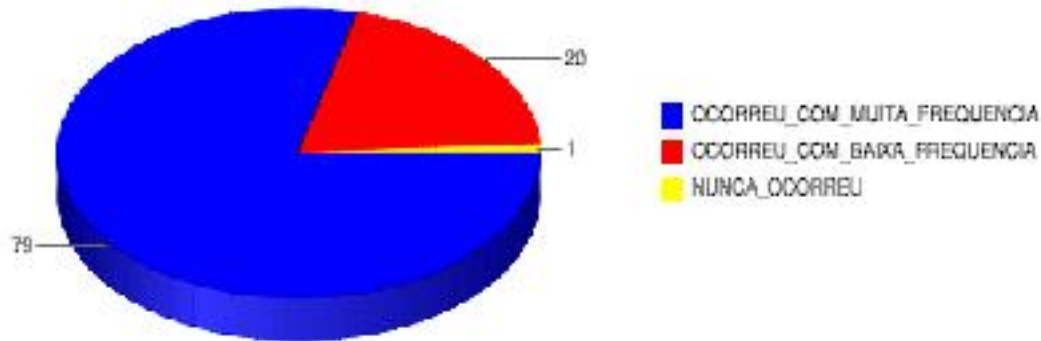
2.3.4 Apresentação e discussão do Programa da disciplina e seu cumprimento

Em relação à apresentação do programa da disciplina, os discentes afirmaram a ocorrência com muita frequência, de acordo com 82% dos respondentes, indicando que recebem os planos das disciplinas, conforme estabelecem os documentos institucionais (Figura 143).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 143 – Apresentação e discussão dos programas de disciplinas – DISCENTES.

Sobre o cumprimento dos programas de disciplinas, verificou-se que 79% dos discentes afirmaram que ocorre com muita frequência o cumprimento integral dos planos de disciplinas, pelos docentes. Os dados, portanto, indicam que essa prática é satisfatória nos cursos de graduação e de pós-graduação da UFPI. E 20% informaram a sua ocorrência se deu com baixa frequência e 1% informaram sobre a não ocorrência.



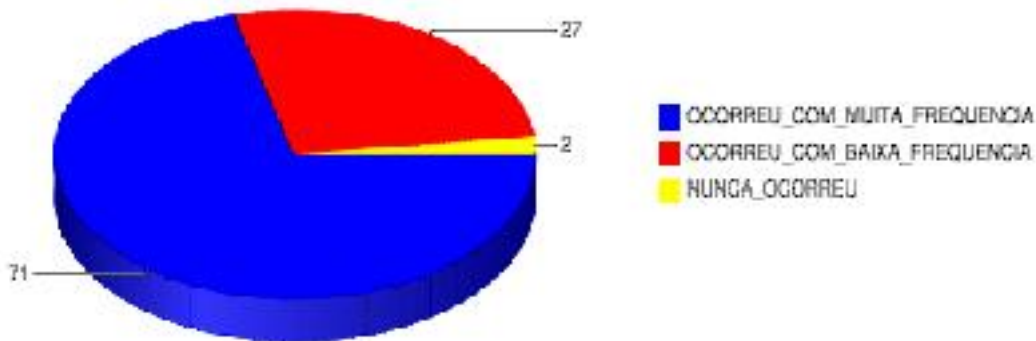
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 144 – Cumprimento dos programas de disciplinas – DISCENTES

Os dados confirmaram que os docentes apresentam e discutem os programas de disciplinas no início do curso, primando pelo cumprimento do que está proposto no documento, de acordo com as Figuras 143 e 144.

2.3.5 Adequação dos objetivos das disciplinas de graduação e pós-graduação

Em relação à adequação dos objetivos das disciplinas dos cursos de graduação e de pós-graduação, conforme proposta do Projeto Pedagógico do referidos Cursos, verificou-se a ocorrência, com muita frequência, da adequação dos objetivos, de acordo com 71% dos discentes respondentes. Porém, 27% afirmaram a ocorrência com baixa frequência; e 2% destacaram que não há essa adequação.



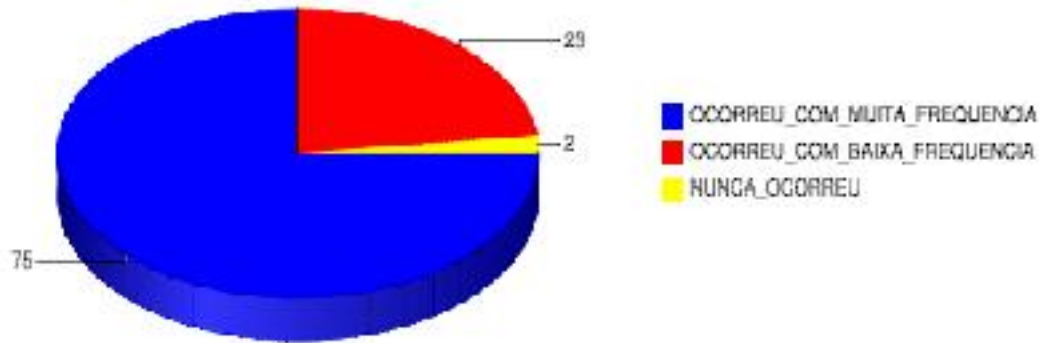
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 145 – Adequação dos objetivos das disciplinas de graduação e pós-graduação – DISCENTES.

Constatou-se, portanto, que os objetivos das disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação são adequados, pois, de acordo com os discentes a definição dos objetivos ocorre de forma satisfatória.

2.3.6 Procedimentos didáticos adequados, com favorecimento a participação ativa discente

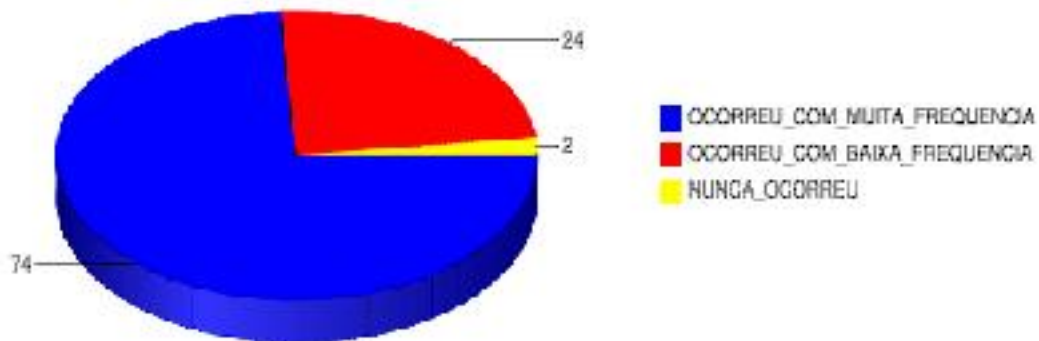
Observando a Figura 146, pode-se inferir que os procedimentos didáticos, com muita frequência, apresentam-se adequados aos cursos de graduação e de pós-graduação, pela ótica de 75% dos discentes respondentes. Por outro lado, 23% informaram que essa adequação ocorre com baixa frequência; e 2% responderam que nunca ocorreu.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 146 – Procedimentos didáticos adequados – Questionário on-line DISCENTE.

Quanto ao favorecimento da participação ativa dos discentes nas aulas, podemos constatar que 74% dos discentes afirmam a ocorrência dessa participação com muita frequência, sendo satisfatória a prática docente de estimulação a participação discente. 24% dos discentes respondentes afirmam a sua ocorrência com baixa frequência e 2% que nunca ocorreu, de acordo com a Figura 147.



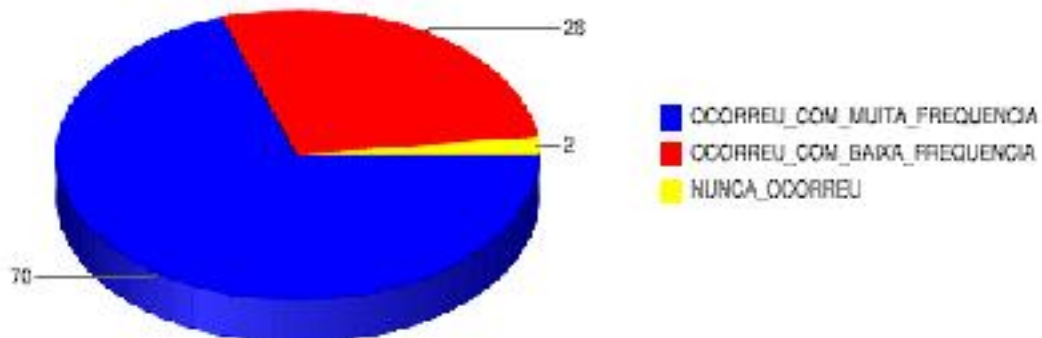
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 147 – Favorecimento dos procedimentos didáticos a participação ativa dos discentes – Questionário on-line DISCENTE

Concluimos que, os procedimentos didáticos utilizados pelos docentes nos cursos de graduação e pós-graduação são adequados às situações de ensino, com favorecimento da participação ativa de discentes, conforme respostas dadas dos questionários on line.

2.3.7 Procedimentos adequados de Avaliação da Aprendizagem

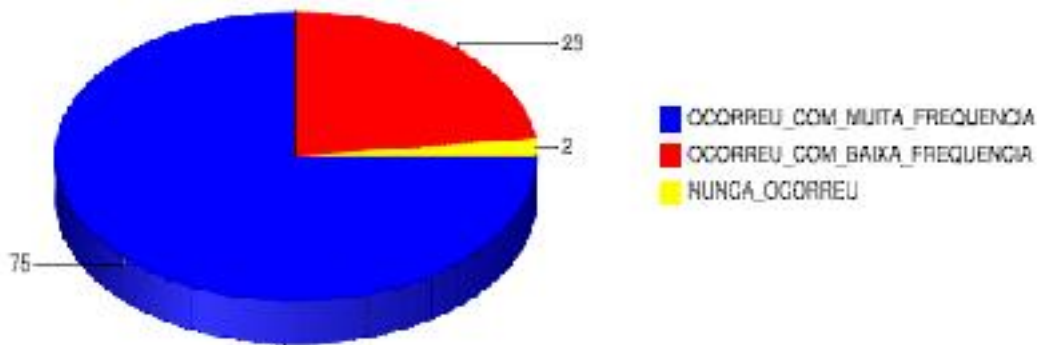
No que concerne à avaliação da aprendizagem, 70% dos discentes respondentes do questionário on line confirmam a adequação da sistemática de avaliação utilizada pela UFPI para os cursos de graduação e pós-graduação. 28% afirmam que a ocorrência dessa adequação é de baixa frequência e 2% reconhecem não ser adequada a sistemática de avaliação.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 148 – Adequação da sistemática de avaliação da Instituição – Questionário on-line DISCENTE.

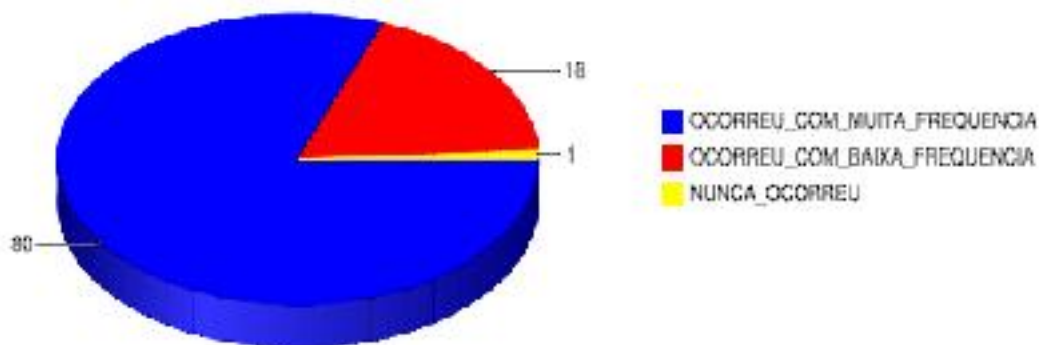
Em relação à adequação dos procedimentos de avaliação da aprendizagem, 75% dos discentes responderam que a avaliação ocorre adequadamente, com muita frequência (Figura 149). Um total de 23% informou que a adequação dos procedimentos para avaliar a aprendizagem ocorreu com baixa frequência; e 2% que nunca ocorreu.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 149 – Adequação dos procedimentos e sistemáticas de avaliação da aprendizagem – DISCENTES.

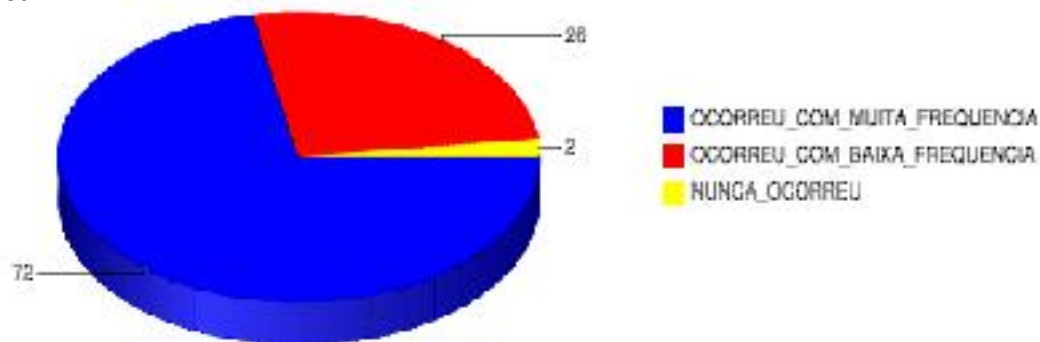
Sobre o fato da avaliação contemplar, de forma efetiva, o conteúdo abordado em sala de aula, 80% dos discentes revelaram que isso ocorreu com muita frequência. Para 18%, a adequada ocorrência de avaliação contemplando os conteúdos abordados, teve baixa frequência e 2% declaram que essa adequação entre avaliação e conteúdos abordados em sala de aula nunca ocorreu.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 150 – Relação entre os conteúdos avaliados e os trabalhados em sala de aula – DISCENTES.

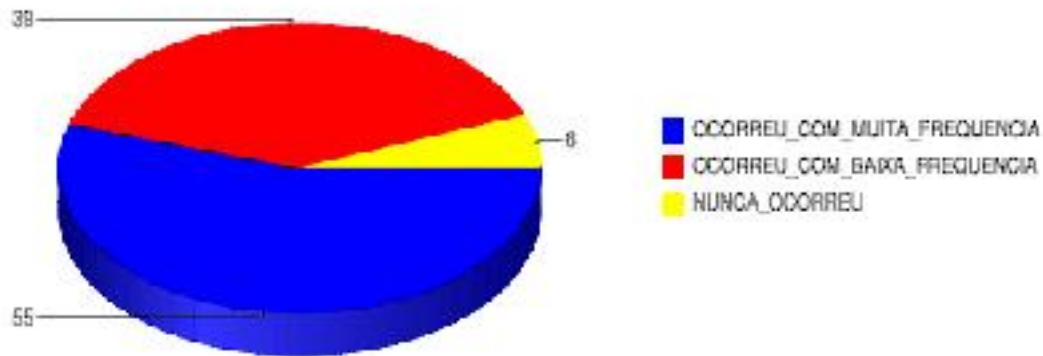
Quanto à adoção de instrumentos adequados na avaliação da aprendizagem, verificou-se a ocorrência, com muita frequência, da aplicação de instrumentos avaliativos claros e objetivos, segundo 72% dos discentes. Um total de 26% respondeu que a utilização de instrumentos claros e precisos ocorreu com baixa frequência e 2% afirmaram que nunca ocorreu.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 151 – Adoção de instrumentos claros e precisos na avaliação da aprendizagem – DISCENTES.

Sobre a discussão dos resultados da avaliação da aprendizagem em sala de aula, as respostas dos discentes (Figura 152) mostraram que essa prática ocorre com muita frequência, segundo 55% dos respondentes. Para 39% essa prática ocorre com baixa frequência nas salas de aula dos cursos de graduação e de pós-graduação e para 6% nunca ocorreu a discussão dos resultados da avaliação pelos docentes.

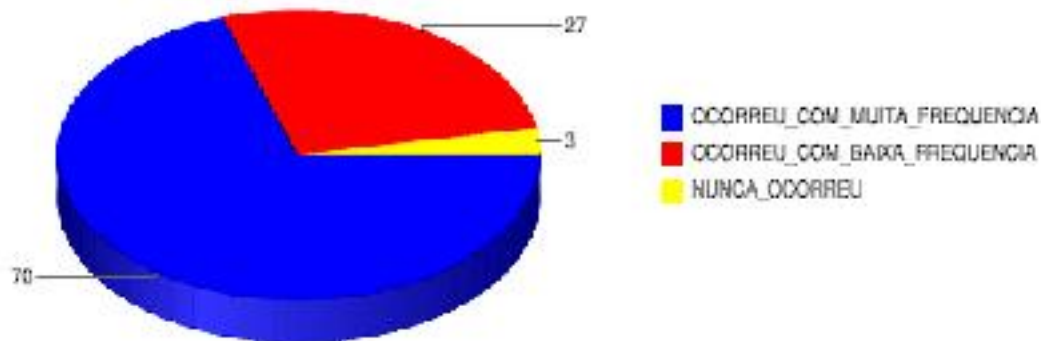


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 152– Discussão dos resultados da avaliação da aprendizagem em sala de aula, pelos docentes – DISCENTES.

Pode-se concluir que os procedimentos de avaliação da aprendizagem, nos cursos de graduação e pós-graduação da UFPI, são adequados, revelando a articulação entre os conteúdos avaliados e os trabalhados em sala de aula, bem como, constata-se a adequação dos instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes, pois, segundo os discentes, esses instrumentos são claros e precisos e coerentes com a sistemática de avaliação.

2.3.8 Adequação da bibliografia empregada nas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação

Quanto à adequação da bibliografia utilizada nas disciplinas dos cursos de graduação e de pós-graduação, verificou-se haver essa adequação, com muita frequência, de acordo com 70% dos discentes respondentes. Para 27% a adequação ocorre com baixa frequência e para 3% que nunca ocorreu essa adequação nas disciplinas cursadas.

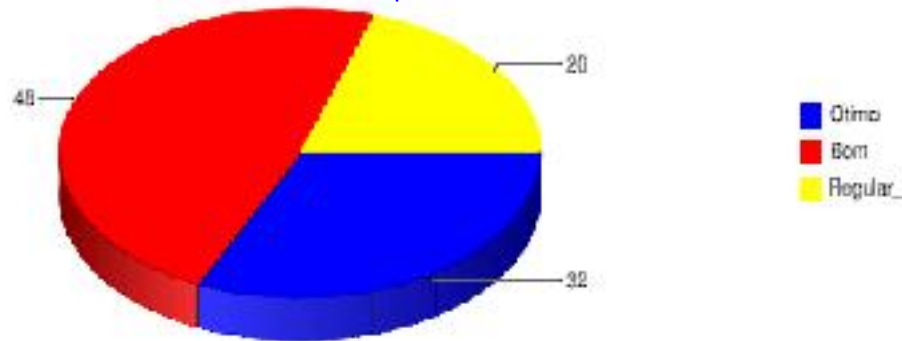


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 153 – Adequação da bibliografia utilizada nas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação – DISCENTES.

Pode-se concluir, conforme os dados acima citados, que as bibliografias utilizadas nas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação da UFPI são adequadas às propostas de estudo.

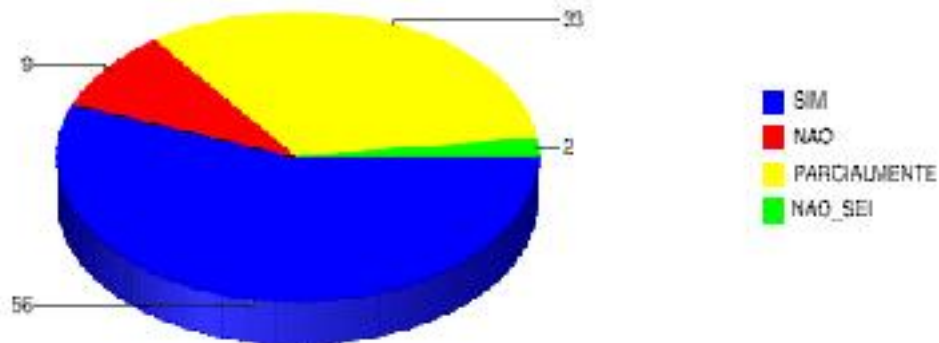
2.3.9 Articulação teoria-prática nas disciplinas dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação

Nos questionários on-line, os docentes consideraram a articulação teoria-prática satisfatória, sendo que 48% responderam ser BOA, 32% ÓTIMA e 20% REGULAR, não ocorrendo respostas negativas para o questionamento, conforme se observa na Figura 154.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 154 – Articulação Teoria-Prática no Ensino de Graduação e Pós-Graduação – DOCENTES.

No que concerne à articulação teoria-prática na operacionalização do currículo dos cursos de graduação e pós-graduação, os dados do questionário on-line, dirigidos aos discentes, registraram: 56% responderam que há articulação entre teoria e prática; 33% destacaram a ocorrência dessa articulação de forma parcial; 9% informaram Não ocorrer; e 2% não souberam responder (Figura 155).

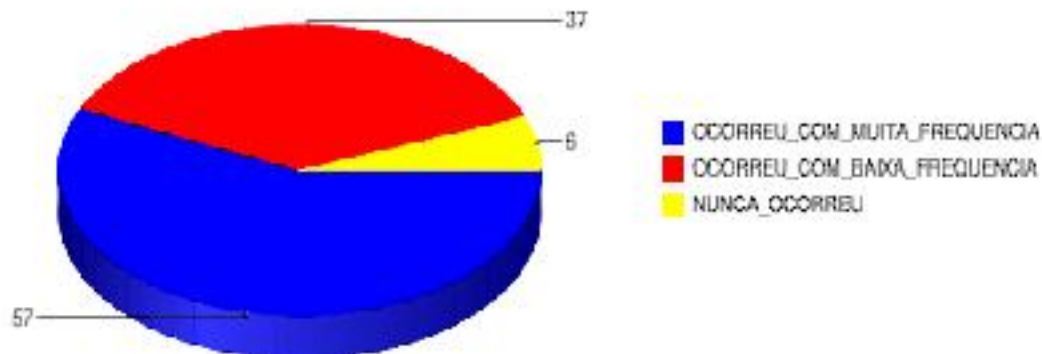


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 155 – Articulação Teoria/Prática no Ensino de Graduação e Pós-Graduação – DISCENTES.

Constatamos, portanto, segundo os docentes e discentes dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UFPI que é satisfatória a articulação teoria/prática na operacionalização dos currículos na UFPI.

2.3.10 Abordagem dos problemas sociais como conteúdo interdisciplinar nas diversas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação

Nas respostas apresentadas por 57% pelos discentes, sobre a abordagem dos problemas sociais como conteúdo interdisciplinar nas diversas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação, percebeu-se que, com muita frequência, os problemas sociais são abordados nas disciplinas dos cursos de graduação e de pós-graduação, de forma interdisciplinar. Já 37% indicaram a ocorrência com baixa frequência e 6% registraram a não ocorrência da abordagem pelos docentes dos problemas sociais (Figura 156).

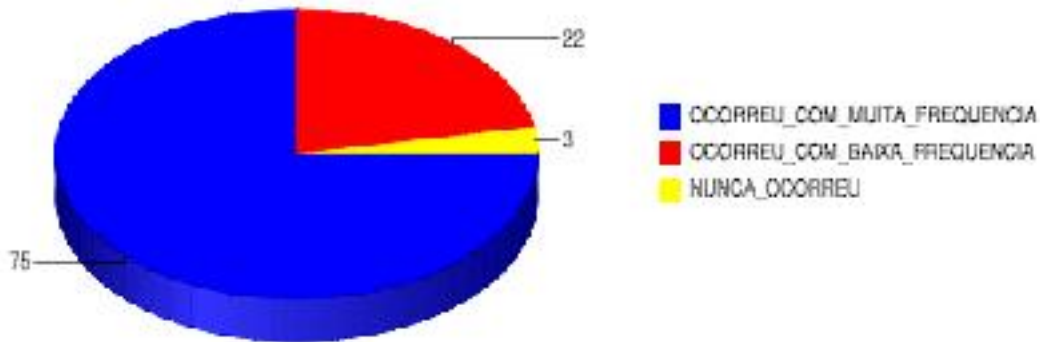


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 156 – Abordagem dos problemas sociais como conteúdo interdisciplinar em disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação – DISCENTES.

Conclui-se, portanto, que ocorre com muita frequência por parte dos docentes a abordagem de questões sociais de forma interdisciplinar nos cursos de graduação e pós-graduação da UFPI, de acordo com as respostas dos discentes através do questionário on line.

2.3.11 Adequação da interação professor/aluno nas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação

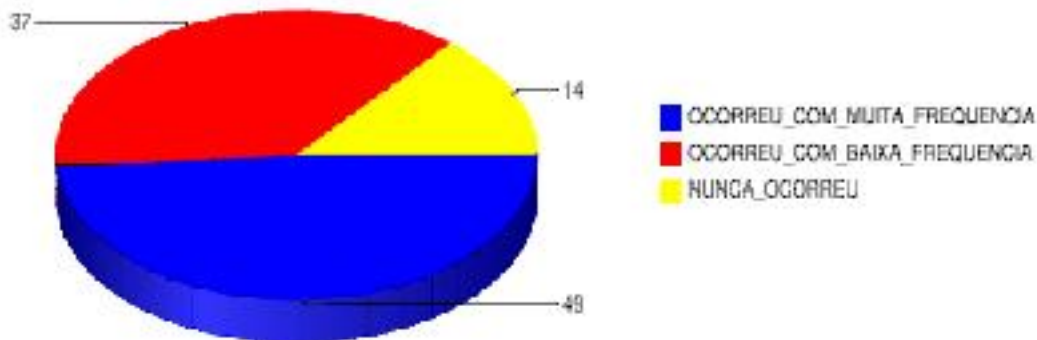
Pode-se constatar, conforme ilustrado na Figura 157, com relação adequação da interação professor/alunos nas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação que, de acordo com 75% dos respondentes, essa interação ocorre com muita frequência; 22% informaram a sua ocorrência com baixa frequência; e 3% indicaram a não ocorrência.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 157 – Adequação da interação professor/aluno nas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação – DISCENTES.

Sobre a avaliação docente ao final da disciplina, acerca do trabalho por este desenvolvido, os alunos responderam que a avaliação ocorreu com muita frequência, para 49% dos respondentes; com baixa frequência para 37%; e para 14% nunca ocorreu (Figura 158).



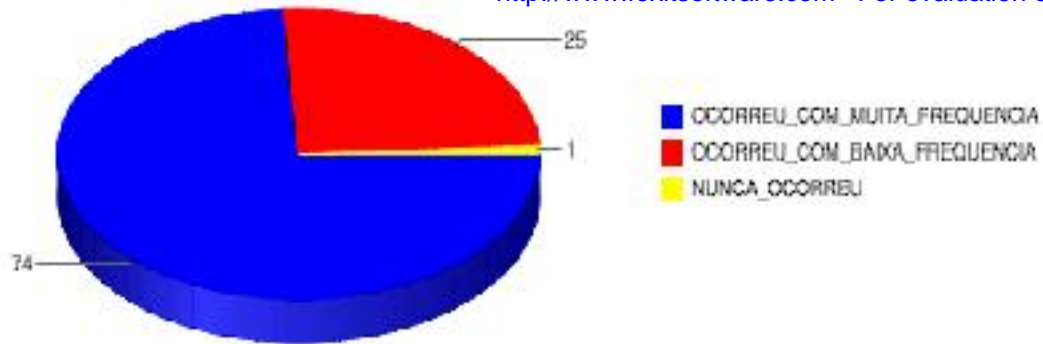
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 158 – Avaliação do trabalho docente desenvolvido nas disciplinas de Graduação e Pós-Graduação – Questionário on-line DISCENTES.

Os dados ressaltaram a ocorrência de adequação da interação professor/aluno nas disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação, com base em 75% dos respondentes. Ressaltaram, também, que a prática de avaliação docente, pelos discentes, ocorreu com muita frequência apenas para 49% dos respondentes, denotando a necessidade de implementação regular da avaliação docente no desenvolvimento das disciplinas.

2.3.12 Assiduidade e pontualidade docente

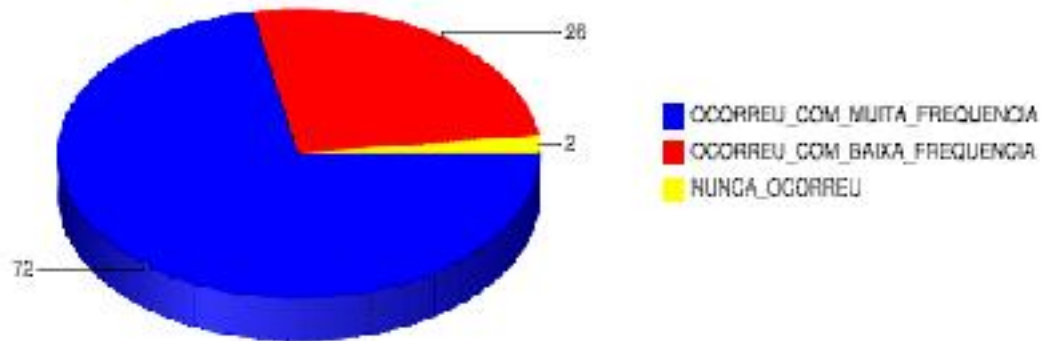
Os docentes da UFPI, de acordo com os dados coletados, são assíduos, segundo a Figura 159. Ocorre com frequência a assiduidade por parte dos docentes, conforme informaram 74% dos respondentes; 25% afirmaram a ocorrência com baixa frequência e 1%, a sua não ocorrência.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 159 – Assiduidade dos docentes dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação – Questionário on-line DISCENTES.

Além da assiduidade, verificou-se que, quanto à pontualidade, ocorreu com muita frequência para 72% dos respondentes; 26% afirmaram a sua ocorrência com baixa frequência e 2% informaram a não ocorrência.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 160 – Pontualidade dos docentes dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação – Questionário on-line DISCENTES.

Concluiu-se que são satisfatórias as práticas referente a assiduidade e a pontualidade dos docentes dos cursos de graduação e pós-graduação na UFPI.

2.4 Gestão dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação e Política de Acompanhamento Discente

Avaliou-se o trabalho do coordenador dos cursos de graduação e pós-graduação quanto a: apresentação e discussão com os alunos dos Projetos Pedagógicos dos Cursos; prestação de informações a respeito do curso; incentivo ao alunado na participação em reuniões técnicas, congressos, estágios e/ou projetos de pesquisa/capacitação; divulgação de projetos de extensão, bolsas, estágios e outras atividades não obrigatórias dirigidas aos alunos; e também quanto ao atendimento dispensado pela coordenação dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, aos docentes e discentes.

2.4.1 Trabalho desenvolvido pelo coordenador do curso de apresentação e discussão com os alunos do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e de prestação de informações a respeito do curso

Em relação ao trabalho do coordenador do Curso de Graduação ou Pós-Graduação, verificou-se, conforme Figura 161, que vem ocorrendo com baixa frequência a atividade de apresentação e de discussão do PPC do curso com os alunos, de acordo com 52% dos docentes respondentes; 15% afirmaram, ainda, que nunca ocorreram as atividades acima mencionadas.

A ocorrência de forma satisfatória, ou seja, com muita frequência, se restringe a 33%, com base nas respostas apresentadas pelos docentes dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFPI.

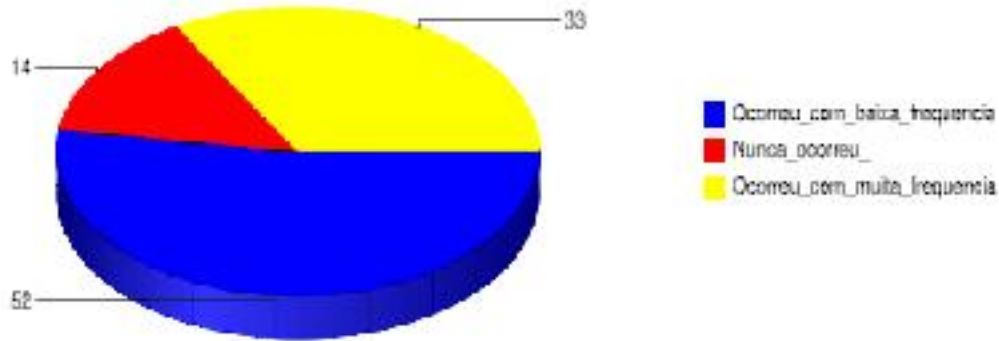
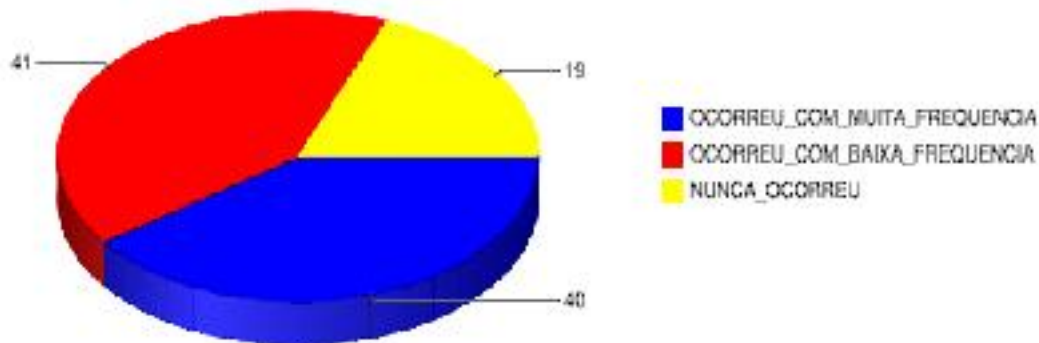


Figura 161 – Trabalho desenvolvido pelo coordenador de cursos de Graduação e Pós-Graduação, quanto à apresentação e discussão do Projeto Pedagógico do Curso com o alunado – DOCENTES.

Segundo os discentes, a ocorrência dessa prática se dá com baixa frequência (41% dos respondentes). Para 40% dos discentes, essa prática ocorre com muita frequência e 19% registraram a não ocorrência dessa atividade por parte do coordenador do curso.

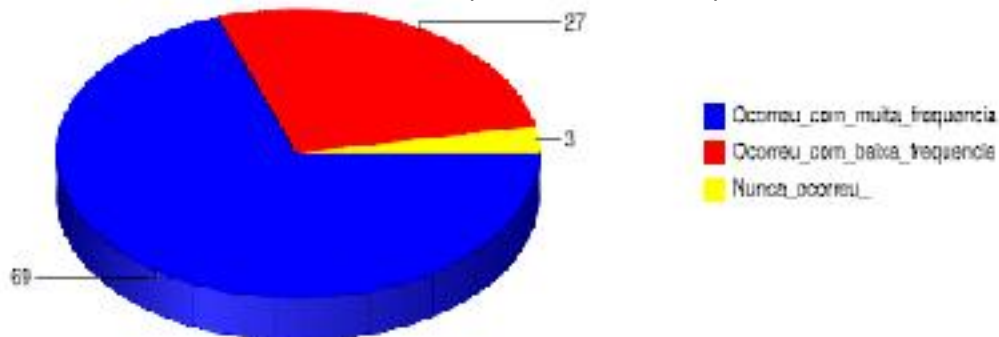


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 162 – Trabalho desenvolvido pelo coordenador de cursos de Graduação e Pós-Graduação, quanto à apresentação e discussão do Projeto Pedagógico do Curso com o alunado – DISCENTES.

Essa atividade vem, portanto, segundo docentes (52% -baixa frequência; e 33% -nunca ocorreu) e discentes (41% -baixa frequência e 19% -nunca ocorreu) sendo realizada de forma insatisfatória, o que reflete a necessidade de criação de oportunidades, através de seminários de introdução do curso (seja de graduação ou pós-graduação) e outros mecanismos, para que a comunidade acadêmica tome conhecimento e possa analisar e discutir o PPC do curso.

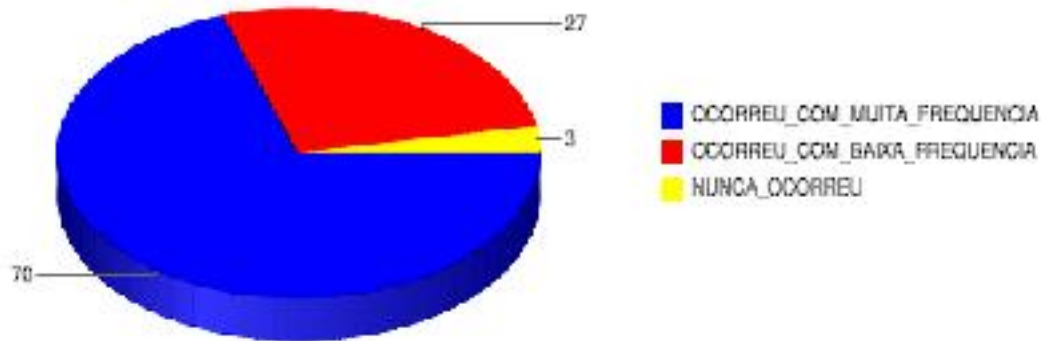
Observou-se que, de forma contraditória em relação ao questionamento anterior, conforme registro nas Figuras 163 e 164, docentes e discentes afirmaram que é satisfatório o trabalho desenvolvido pelos coordenadores dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UFPI na prestação de informações a respeito dos cursos em que atuam, pois 69% dos docentes e 70% dos discentes respondentes afirmam que este serviço ocorre com muita frequência.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 163 – Trabalho desenvolvido pelo coordenador dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação na prestação de informações a respeito do curso – DOCENTES.

Observando-se a Figura 163, constatou-se que o trabalho desenvolvido pelo coordenador dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação, quanto à prestação de informações a respeito dos respectivos cursos, ocorre com baixa frequência (27% dos docentes respondentes). E, segundo 3% dos respondentes, não ocorre a prestação dessas informações nos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da instituição.



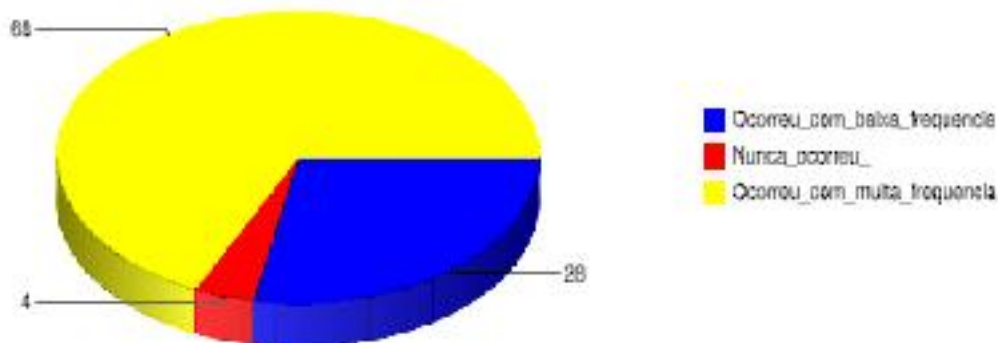
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 164 – Prestação de informações a respeito dos cursos, por coordenadores de cursos de Graduação e de Pós-Graduação – DISCENTES.

Na Figura 164, constatou-se que a prestação de informações a respeito dos cursos, por seus respectivos coordenadores, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, ocorre com baixa frequência, segundo 27% dos discentes respondentes; e não ocorre a prestação dessas informações, segundo 3% dos respondentes.

2.4.2 Trabalho desenvolvido pelo coordenador do curso, quanto a incentivar o aluno a participar de reuniões técnicas, congressos e outras atividades acadêmicas

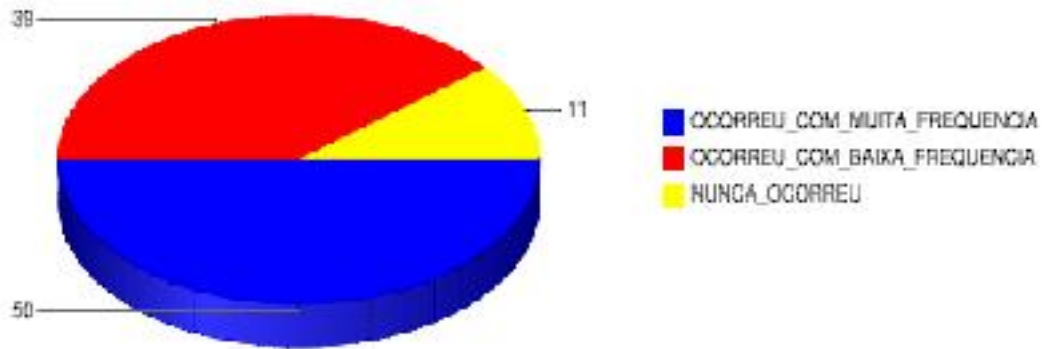
Constatou-se que, segundo os docentes, o trabalho desenvolvido pelos coordenadores de Cursos (Graduação e Pós-Graduação), no que concerne a incentivar os alunos a participarem de reuniões técnicas, congressos e outras atividades acadêmicas, ocorre com muita frequência na UFPI (68% dos respondentes). Ainda, 28% registraram a ocorrência com baixa frequência; e ficam restritos a 4% as afirmações que essa prática não ocorreu. Verificou-se, assim, que essa prática é satisfatória na Instituição (Figura 165).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 165 – Trabalho desenvolvido pelo coordenador dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, de incentivar os alunos a participarem de reuniões técnicas, congressos e outras atividades acadêmicas – DOCENTES.

Para 50% dos discentes o trabalho desenvolvido pelo coordenador dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação, referente ao incentivo à participação em reuniões técnicas, congressos e outras atividades desenvolvidas na academia, ocorre com muita frequência. Para 39%, ocorre com baixa frequência e 11% informaram a não ocorrência dessa prática.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

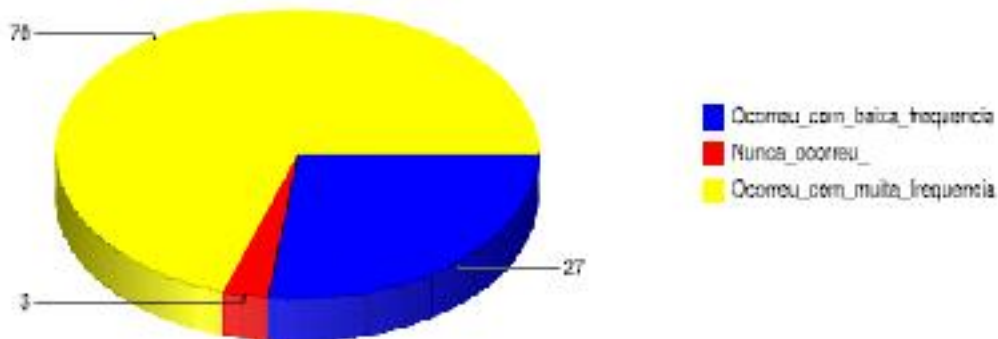
Figura 166 – Trabalho desenvolvido pelos coordenadores de cursos de Graduação e Pós-Graduação, de incentivar os alunos a participarem de reuniões técnicas, congressos e outras atividades acadêmicas – DISCENTES.

Pode-se verificar (na observação das Figuras 165 e 166) que, para 68% dos docentes e 50% dos discentes, a ocorrência dessa prática é verificada com muita frequência, podendo essa atividade ser otimizada pela coordenação com a divulgação de eventos que podem ser aproveitados pelos alunos como atividades complementares, exigidas para integralização dos cursos na graduação; e na pós-graduação, como pontuação no relatório CAPES.

2.4.3 Trabalho desenvolvido pelo coordenador do curso, referente ao incentivo aos alunos de Graduação e de Pós-Graduação, em participarem de estágios e/ou projetos de capacitação/pesquisa e da divulgação dessas atividades

Verificou-se, conforme Figura 167, ser satisfatório o trabalho desenvolvido pelos coordenadores de cursos, de incentivo aos alunos de Graduação e de Pós-Graduação, em participarem de estágios e/ou projetos de capacitação, já que 70% dos respondentes afirmaram que isso ocorre com muita frequência.

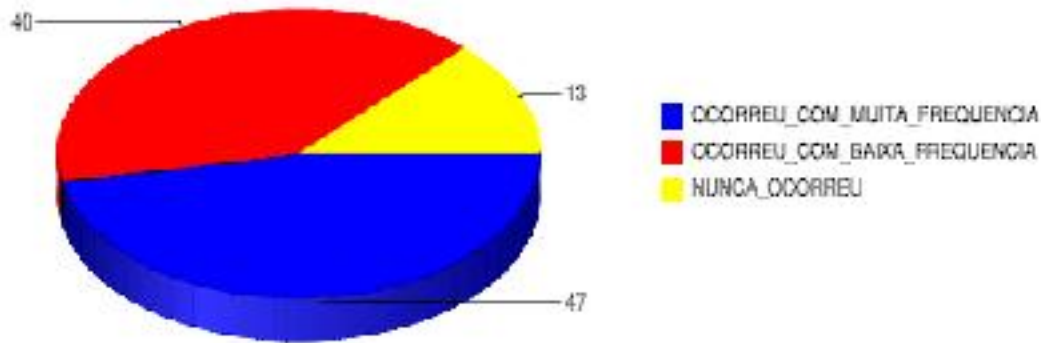
Em sequência, registrou-se que 27% afirmaram a ocorrência com baixa frequência e 3% a não ocorrência desse trabalho desenvolvido pelos coordenadores.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 167 – Trabalho desenvolvido pelos coordenadores de cursos de Graduação e Pós-Graduação, de incentivar os alunos a participarem de estágios e/ou projetos de capacitação/pesquisa – DOCENTES.

Para os discentes, 47% informam a ocorrência com muita frequência, número muito inferior ao número de docentes (70%), conforme Figuras 167 e 168.



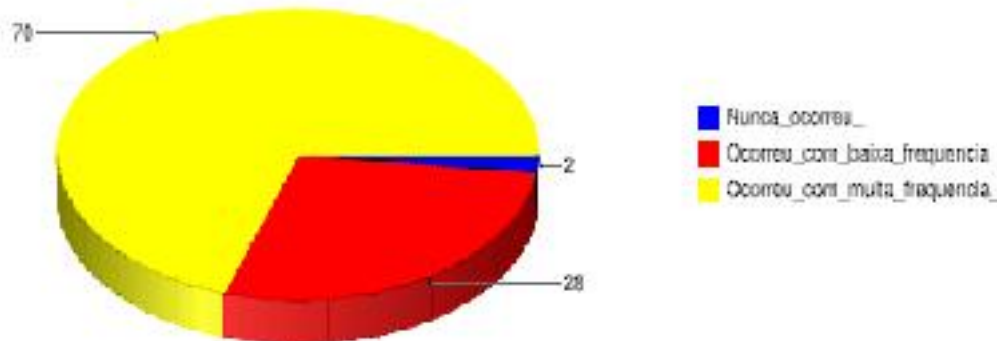
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 168 – Trabalho desenvolvido pelos coordenadores de cursos de Graduação e Pós-Graduação, quanto ao incentivo ao alunado a participar de estágios e/ou projetos de capacitação/pesquisa – DISCENTES.

Pode-se verificar, ainda, que para 40% dos respondentes essa prática ocorreu com baixa frequência nos cursos de graduação e pós-graduação ou não ocorreu, conforme 13% dos discentes. Verificou-se, pois, a necessidade de promoção de práticas de incentivo a participação em estágios/projetos de capacitação/pesquisa.

Em relação à divulgação, por parte dos Coordenadores dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação, relativa a projetos de extensão, bolsas, estágios e outras atividades não obrigatórias dirigidas aos alunos, segundo 70% dos docentes respondentes, ocorreu com muita frequência, sendo, portanto, satisfatória a atividade desenvolvida pela coordenação dos cursos.

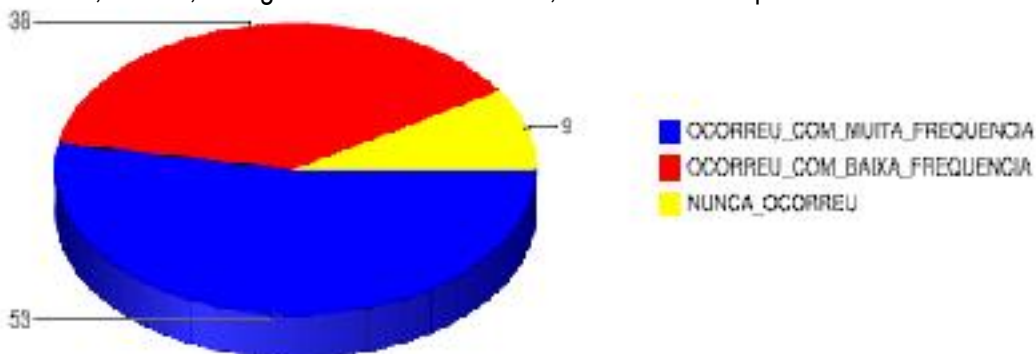
Verificou-se, ainda, a sua ocorrência com baixa frequência, de acordo com 28% dos docentes respondentes, e a não ocorrência restrita a 2%, com base nas respostas dos docentes (Figura 169).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 169 – Trabalho desenvolvido pelos coordenadores de cursos de Graduação e Pós-Graduação, quanto à divulgação de projetos de extensão, bolsas, estágios e outras atividades não obrigatórias dirigidas aos alunos – DOCENTES.

A resposta apresentada pelos docentes (70%) difere quantitativamente da dos discentes (Figura 170), pois estes apresentaram um índice menor (53%) quanto à informação sobre ocorrência “com muita frequência” da divulgação de projetos de extensão, bolsas, estágios e outras atividades, desenvolvidas pelos coordenadores de cursos.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

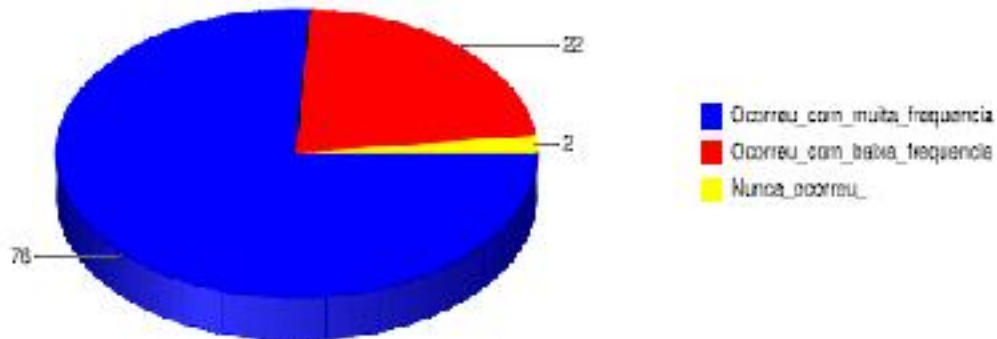
Figura 170 – Trabalho desenvolvido pelos coordenadores dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, sobre a divulgação de projetos de extensão, bolsas, estágios e outras atividades não obrigatórias dirigidas aos alunos – DISCENTES.

Verificou-se 8% de respostas sobre essa ocorrência “com baixa frequência” e 9% de “não ocorrência” para os discentes respondentes.

2.4.4 Atendimento adequado dispensado pela coordenação dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação aos docentes e discentes

Em relação à adequação do atendimento dispensado pela coordenação dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação aos docentes e discentes na UFPI, verificou-se que é satisfatório, pois 76% dos docentes respondentes afirmam ocorrer com muita frequência.

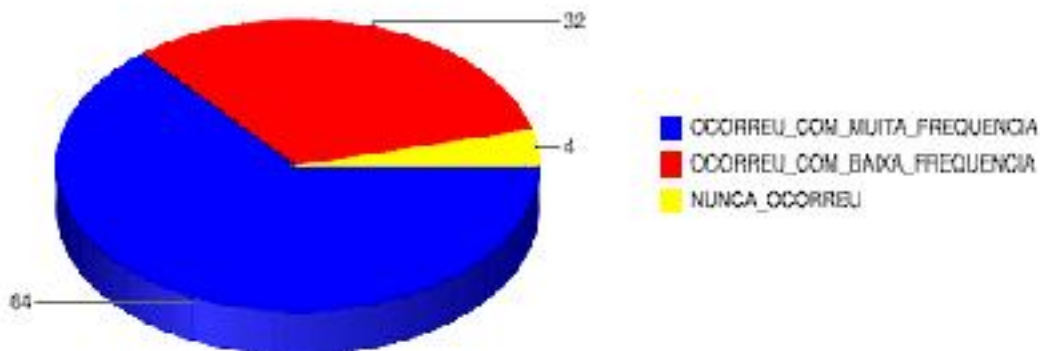
Conforme ilustrado na Figura 171, 22% dos respondentes afirmaram que o atendimento adequado aos docentes e discentes ocorre com baixa frequência; e 2% afirmaram a não ocorrência desse tipo de atendimento.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 171 – Adequação do atendimento dispensado aos docentes e discentes, pelos coordenadores dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação – DOCENTES.

Segundo 64% dos alunos, ocorre com muita frequência um adequado atendimento aos docentes e discentes pelos coordenadores no âmbito dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação.



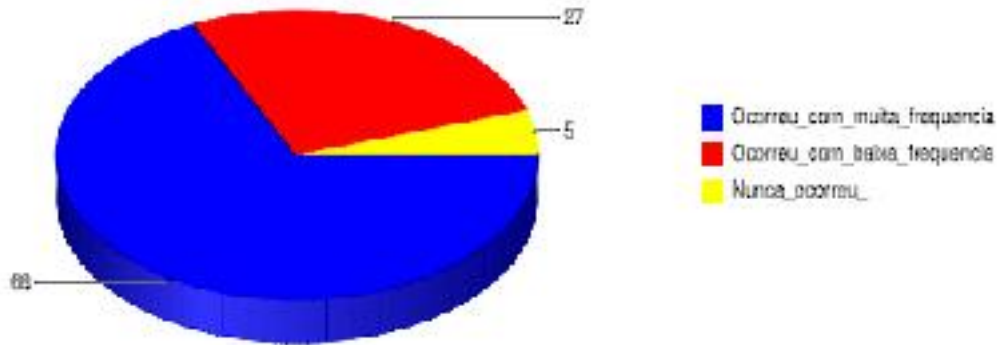
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 172 – Quanto à adequação do atendimento dispensado aos docentes e discentes pelos coordenadores dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação – Questionário on-line DISCENTE

De acordo com a Figura 172, 32% dos respondentes afirmaram a ocorrência com baixa frequência e 4% a não ocorrência desse atendimento. Verificou-se, pois que é adequado o atendimento dispensado aos docentes e discentes, pelos coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação.

4.4.6 Quanto ao interesse da coordenação dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação em acompanhar o progresso discente, em propor medidas de melhoria da aprendizagem discente e orientá-los com vistas à superação das dificuldades de aprendizagem

Constatou-se, de acordo com os docentes, ser satisfatório o interesse da coordenação dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação da UFPI no acompanhamento do progresso discente, pois 68% dos respondentes afirmaram a ocorrência de atendimento adequado com muita frequência.

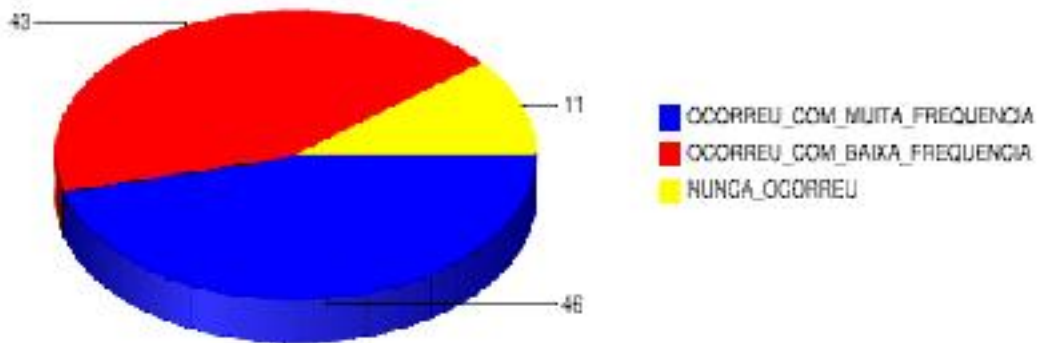


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 173 – Quanto ao interesse das coordenações de cursos de Graduação e de Pós-Graduação em acompanhar o progresso discente– Questionário on-line DOCENTE

Com base na Figura 173, é possível observar a ocorrência com baixa frequência, do interesse dos coordenadores em acompanhar o progresso discente (27% dos docentes respondentes) e a não ocorrência (5% destes).

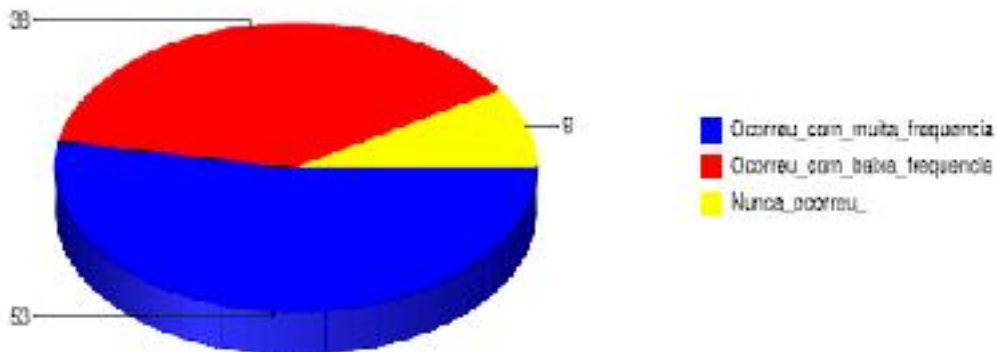
Na Figura 174, pode-se constatar que 46% dos discentes afirmaram a ocorrência com muita frequência do interesse em acompanhar o seu progresso pelos coordenadores. Esse índice é menor que o verificado nas respostas dos docentes (68%), devendo ser incentivada a sua maior ocorrência. Ainda, 43% informaram a ocorrência com baixa frequência e; 11% a não ocorrência.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 174 – Interesse da coordenação dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em acompanhar o progresso discente– DISCENTES.

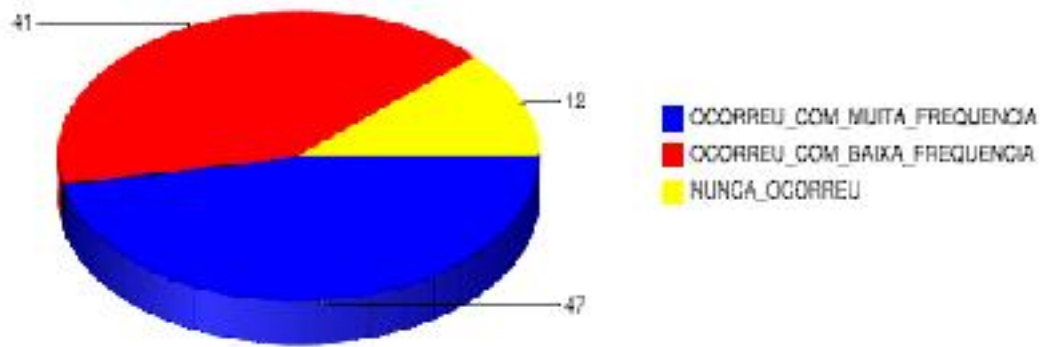
A Figura 175 demonstra a ocorrência de proposição pela coordenação dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, de medidas que visam a melhoria da aprendizagem discente (53% dos docentes respondentes). A Figura 175 mostra ainda que 38% dos docentes respondentes afirmaram que há ocorrência dessa prática com baixa frequência e 9% afirmaram não ocorrer essa proposição de medidas de melhoria de aprendizagem.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 175– Proposição de medidas de melhoria de aprendizagem discente pelas coordenações de Cursos de Graduação e Pós-Graduação– DOCENTES.

Conforme explicitado na Figura 176, 47% dos discentes responderam que há proposição de medidas, pela coordenação dos cursos de graduação e pós-graduação, com vistas à melhoria da aprendizagem. E 41% informaram a ocorrência com baixa frequência; e 12% a não ocorrência.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 176 – Proposição de medidas de melhoria da aprendizagem discente pelas coordenações de Cursos de Graduação e Pós-Graduação – DISCENTES.

Essas respostas demonstram haver necessidade de maior interação entre os discentes e as coordenações de cursos, com vistas à implementação de medidas que possam favorecer a aprendizagem, e de estímulo ao interesse das coordenações em acompanhar o progresso discente.

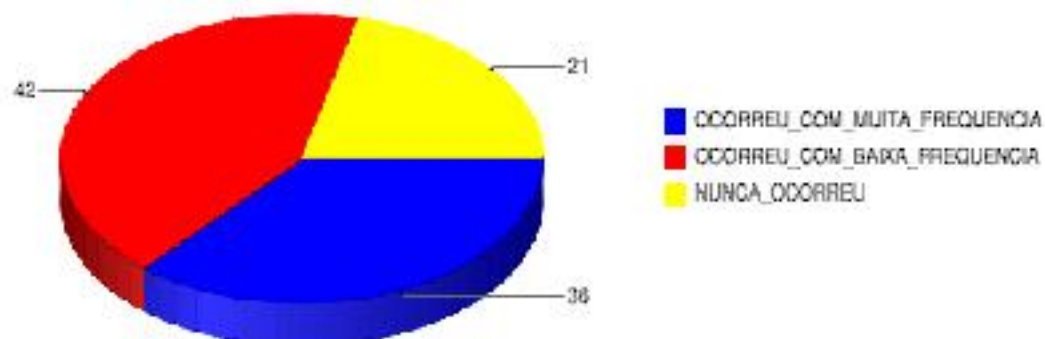
Quanto ao atendimento dos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, verificou-se a ocorrência com muita frequência para 45% dos docentes. E 44% afirmaram a ocorrência com baixa frequência e, ainda, 11% de respostas sobre a não ocorrência (Figura 177).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 177 – Interesse das coordenações de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em orientar alunos com dificuldades de aprendizagem – DOCENTES.

Em relação aos discentes quanto ao interesse demonstrado pela coordenação dos cursos de graduação e pós-graduação em orientar alunos com dificuldade de aprendizagem, verificamos a sua ocorrência com baixa frequência para 42% dos respondentes e a sua não ocorrência para 21%. 36% informam a sua ocorrência com muita frequência.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 178 – Interesse das coordenações de Cursos de Graduação e Pós-Graduação em orientar alunos com dificuldades de aprendizagem – DISCENTES.

Constatou-se, portanto, nas respostas de docentes e discentes, da necessidade de se oportunizar um espaço maior de interação entre discente e respectivas coordenações, para que os primeiros possam ser mais bem orientados, com vistas à superação das dificuldades de aprendizagem, e da proposição de medidas que possam favorecer uma educação de qualidade compreendida com ações que favorecem o acesso, a permanência e a aprendizagem.

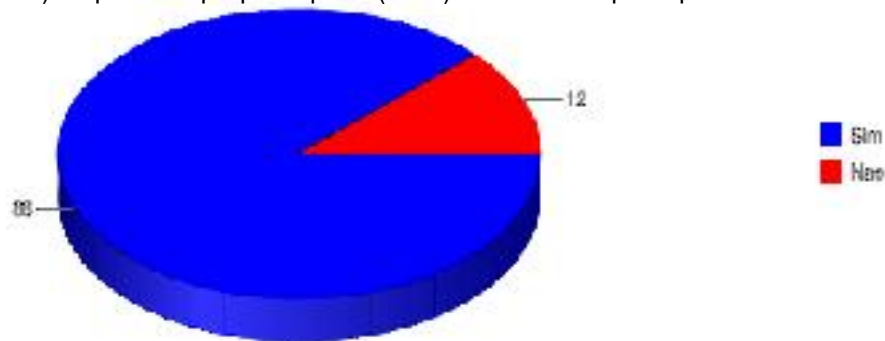
2.5 Atividades Acadêmicas voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão envolvendo discentes, docentes e técnicos-administrativo

Este grupo de questões referentes à Dimensão 2, está relacionada à avaliação da participação em atividades acadêmicas voltadas para o ensino, a pesquisa e a extensão. Estão incluídos nessa análise, os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades, envolvendo discentes, docentes e técnico-administrativos.

As atividades vinculadas, tanto as atividades de Pesquisa quanto de Extensão e o Ensino (tais como: congressos, seminários e encontros que proporcionam a divulgação e a troca de conhecimentos) devem envolver toda a comunidade acadêmica das Instituições de Ensino Superior.

2.5.1 Atividades científico-culturais (congressos, seminários, encontros)

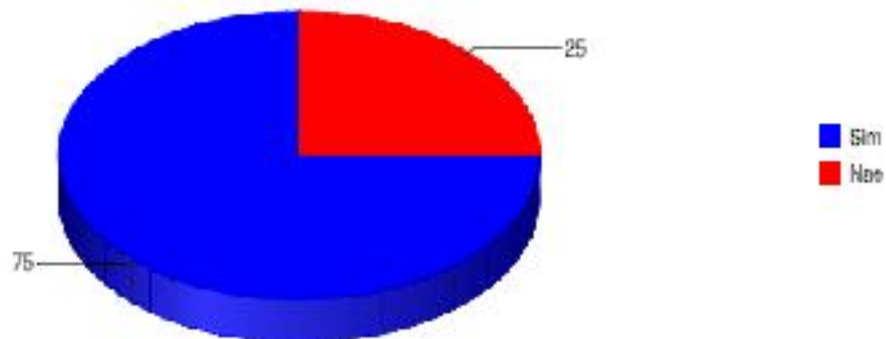
Quanto ao corpo docente, verificou-se que um parcela significativa participa de atividades científico-culturais (88% dos respondentes) e que uma pequena parte (12%) afirmou não participar dessas atividades.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 179 – Participação Docente em Atividades Científico-Culturais – DOCENTES

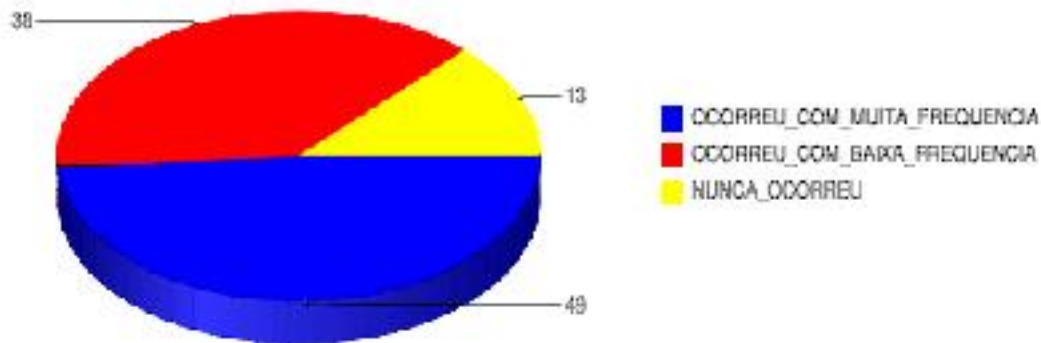
Nas respostas apresentadas pelos discentes, observou-se também que há participação efetiva em atividades artístico-culturais, (75% dos respondentes). Contrariamente, 25% responderam que NÃO participam de tais atividades (Figura 180).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 180 – Participação Discente em Atividades Científico-Culturais – Questionário on-line DISCENTE

Analisando as respostas apresentadas pelo segmento técnico-administrativo da instituição, percebemos que a participação nesses tipos de eventos ocorreu com muita frequência segundo 49% dos respondentes. Ocorreu com baixa frequência para 39% dos técnicos-administrativo ou nunca ocorreu para 12% dos respondentes.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

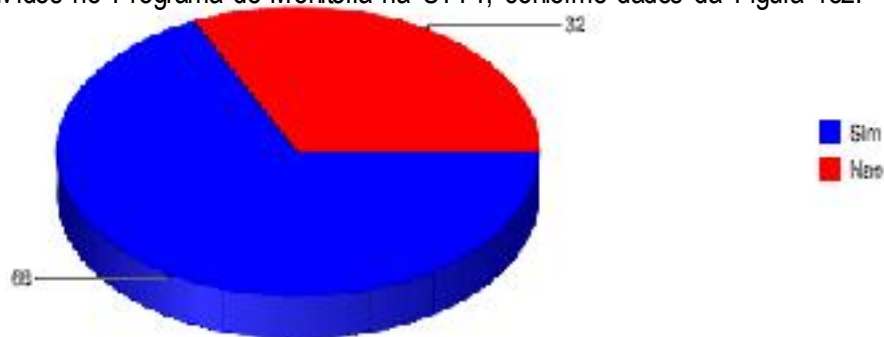
Figura 181 – Participação de Técnico-Administrativos em Atividades Científico-Culturais – TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Comparando a participação docente, discente e técnico-administrativo, quanto à participação nas atividades científico-culturais, verificou-se ser significativa a participação dos docentes e discentes nestes eventos. Em contrapartida, os técnicos-administrativos demonstraram resultados inferiores quanto à participação nas atividades em destaque.

2.5.2 Atividades de monitoria

A Coordenadoria de Apoio e Assessoramento Pedagógico (CAAP) da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação estimula o interesse pela prática docente, mediante a concessão de bolsas de monitoria e através da modalidade de monitoria voluntária. Dessa forma, o Programa de Monitoria tem fortalecido o desempenho acadêmico docente e discente no sentido de consolidar esta ação educativa.

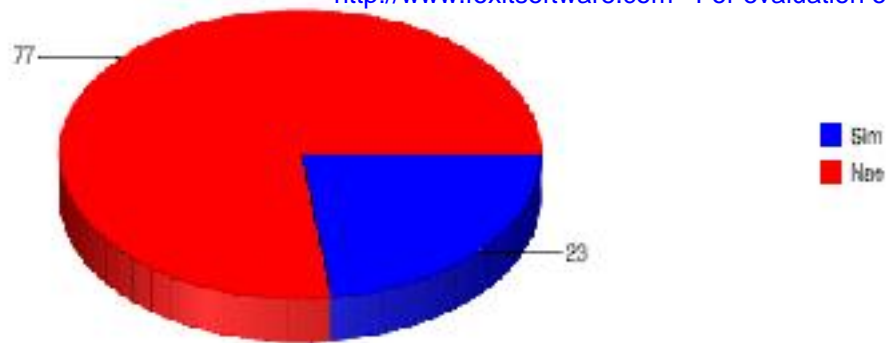
Perguntados acerca da participação nas atividades de monitoria, 68% dos docentes afirmaram participar e 32% declaram que não estão envolvidos no Programa de Monitoria na UFPI, conforme dados da Figura 182.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 182 – Participação Docente em Atividades de Monitoria – Questionário on-line DOCENTE

Quanto aos discentes, verificou-se que é reduzida a participação no Programa de Monitoria Institucional quando 77% dos respondentes afirmam que não participaram; e 23% dos discentes confirmaram participação em atividades de monitoria.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

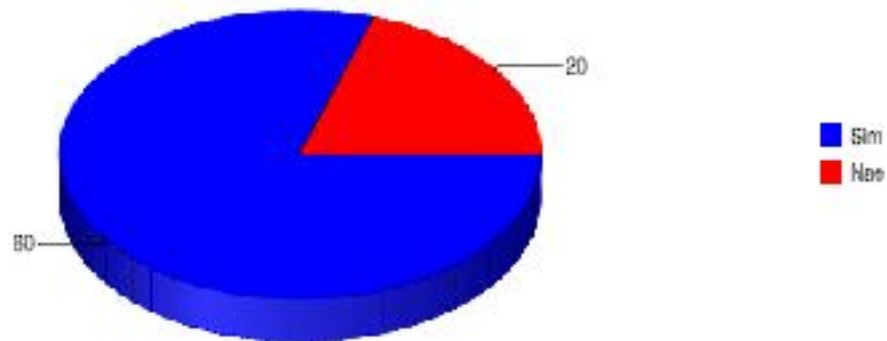
Figura 183 – Participação Discente em Atividades de Monitoria – Questionário on-line DISCENTE

Em relação às respostas apresentadas pelos docentes, constatou-se que há uma participação satisfatória do corpo docente na orientação de atividades de monitoria, porém a oferta de bolsas de monitoria ou a participação voluntária não consegue atender a uma parcela representativa dos discentes.

2.5.3 Atividades de pesquisa

As atividades de pesquisa estão sob a responsabilidade da Pro - Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), instância encarregada de conduzir a política institucional de Pesquisa e de Pós-Graduação na UFPI.

Questionados quanto a sua participação em atividades de pesquisa, verificou-se (Figura 184, que 80% dos docentes participam das atividades de pesquisa desenvolvidas na UFPI e que 20% responderam negativamente, indicando a não participação em atividades de Pesquisa.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 184 – Participação Docente em Atividades de Pesquisa – DOCENTES.

Os discentes declaram baixa participação em atividades de pesquisa, pois 74% responderam negativamente, e 26% confirmaram sua participação em pesquisa, conforme demonstra Figura 185.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

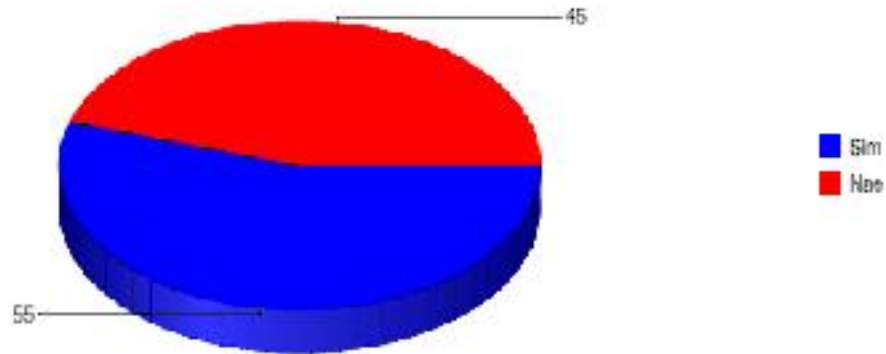
Figura 185 – Participação Discente em Atividades de Pesquisa – DISCENTES.

Pode-se verificar a necessidade de maior incentivo à participação discente nas atividades de pesquisa da UFPI.

2.5.4 Atividades de extensão

A Pró-reitoria de Extensão (PREX) é o órgão da UFPI responsável pelas atividades de extensão e da sua integração à comunidade, visto ser no contexto da extensão que os universitários, das diversas áreas de conhecimento, têm a oportunidade de compreender os fundamentos, conceitos e teorias adquiridas nos cursos de Graduação e Pós-Graduação, de forma a consolidar o aprendizado através da aplicação da teoria em situações práticas e na interação com o contexto social.

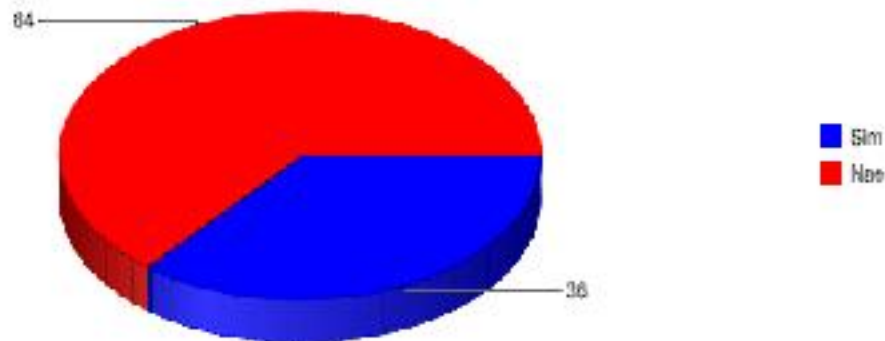
Pela observação da Figura 186, observa-se que 55% dos docentes estão envolvidos em atividades de extensão e 45% afirmam não participar das atividades extensionistas.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 186 – Participação Docente em Atividades de Extensão – DOCENTES.

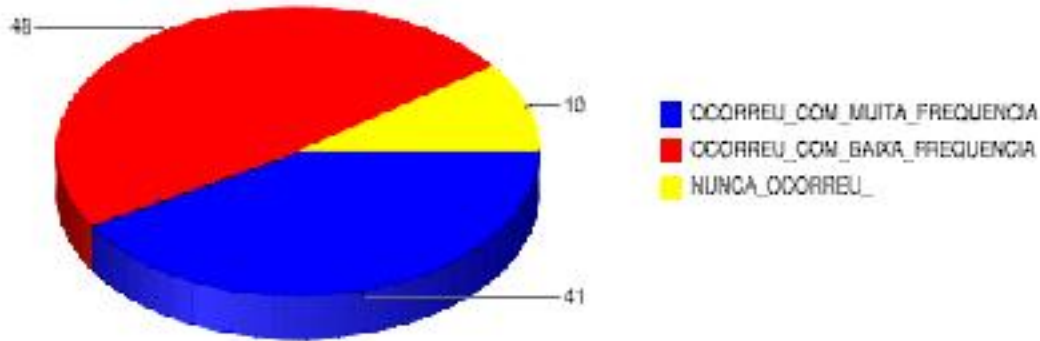
Constatou-se que 64% dos discentes não participam de atividades de extensão, embora muitas dessas atividades sejam aproveitadas para comprovação das Atividades Complementares exigidas pelos cursos de Graduação. Um contingente de 36% afirmou que participa de atividades de extensão, conforme demonstrado na Figura 187.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 187 – Participação Discente em Atividades de Extensão – DISCENTES.

Com relação à participação dos técnico-administrativos, observou-se (Figura 188) uma ocorrência com: baixa frequência, segundo 48% dos respondentes; muita frequência, em 41% e inexistência de ocorrência, em 11% dos respondentes.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 188 – Participação do corpo técnico-Administrativo em atividades de Extensão – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

Constatou-se, entre os segmentos que compõem a Instituição, que a participação nas atividades de extensão não é significativa para os técnico-administrativos e para os discentes. Os dados evidenciam a necessidade de maior participação do corpo social da UFPI nas atividades de extensão. Dentre as atividades de extensão, descritas a seguir, serão enfocadas a participação da comunidade da UFPI nas atividades esportistas e artísticas, tais como: corais, bandas e grupos de teatro.

2.5.5 Atividades esportistas

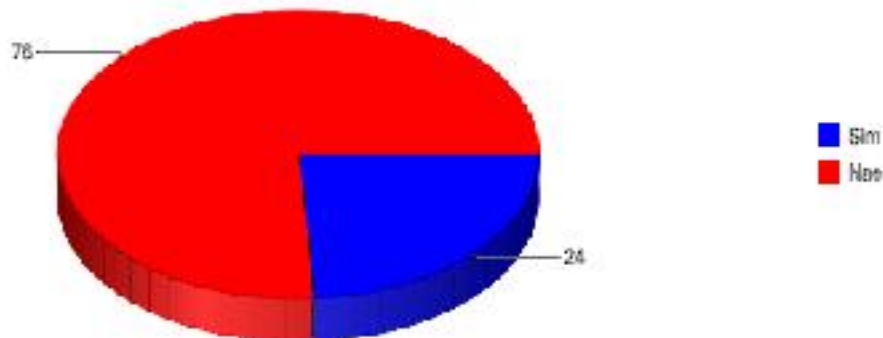
As atividades esportivas são essenciais para a manutenção da saúde e como princípio de promoção de cidadania. Na UFPI as práticas desportistas são desenvolvidas pelo Centro de Ciências da Saúde, através do Setor Esportivo Alcides Lebre. De acordo com os docentes respondentes ao questionário on line, 85% não participam de atividades esportivas na UFPI e apenas 15% são participantes dessas práticas, conforme Figura 189.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 189 – Participação Docente em Atividades Esportivas – DOCENTES.

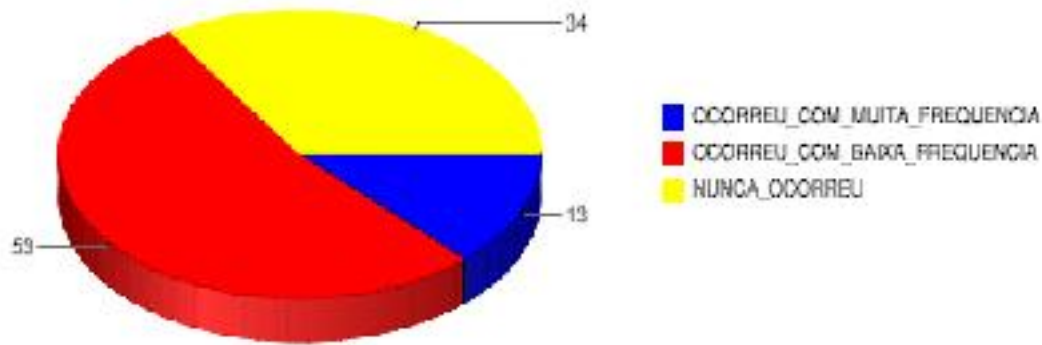
Da mesma forma que os docentes, os discentes, conforme demonstra a Figura 190, não participam significativamente de atividades esportivas na Instituição, pois 76% dos respondentes afirmaram que NÃO e 24% que SIM, não sendo satisfatório esse nível de participação.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 190 – Participação Discente em Atividades Esportivas – DISCENTES.

Em relação aos Técnico-administrativos, verificamos que essa participação ocorreu com baixa frequência segundo 53% dos respondentes e 34% afirmam não ocorrer essa prática. Restrito a 13% dos técnicos-administrativos que acusam a ocorrência com muita frequência.



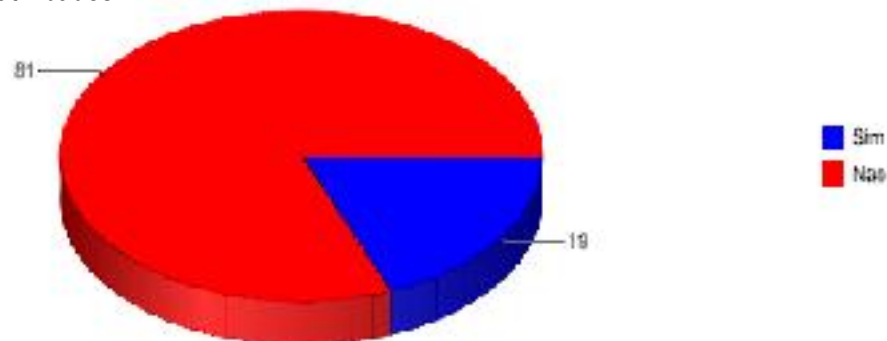
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 191 – Participação do Técnico-Administrativo em Atividades de Esportivas – Questionário on-line TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Pode-se verificar que, nos três segmentos (docentes, discentes e técnico-administrativos), não há participação satisfatória em atividades esportivas institucionais, conforme demonstrado nas análises das Figuras 189, 190 e 191.

2.5.6 Atividades Artísticas

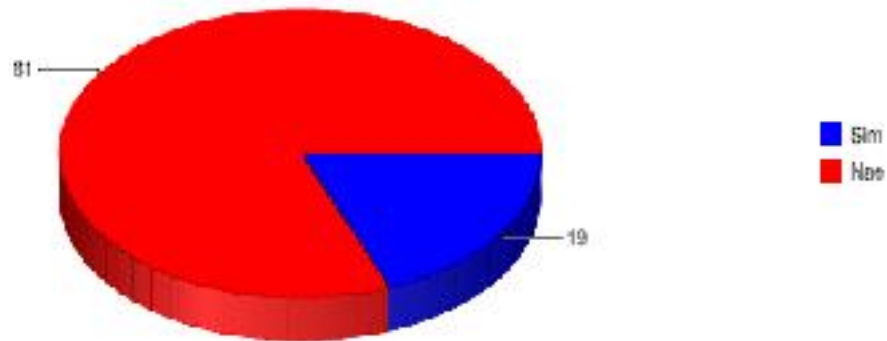
Observou-se, de acordo com a Figura 192, que 81% dos docentes da Instituição não participam de atividades artísticas, tais como: corais, bandas, grupos de teatro, entre outras, promovidas na IES. Apenas 19% destes afirmaram participar dessas atividades.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 192 – Participação Docente em Atividades Artísticas – DOCENTES.

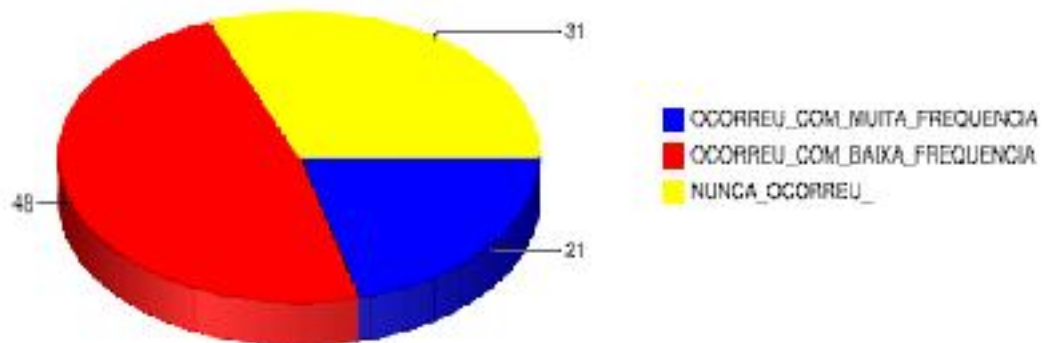
Verificou-se também a não participação significativa de discentes nestas atividades (Figura 193), como revelado por 81% dos respondentes. Apenas 19% afirmaram participar dessas atividades na Instituição.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 193– Participação Discente em Atividades Artísticas – DISCENTES.

Quando se observa a Figura 194, verifica-se que a participação dos técnico-administrativos ocorre com baixa frequência (48% dos respondentes) ou não ocorre (31%) em atividades artísticas. Apenas 21% dos servidores afirmaram que a participação deste segmento da comunidade acadêmica ocorre com muita frequência, nessas atividades.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 194 – Participação do corpo Técnico-Administrativo em Atividades Artísticas – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

Pode-se concluir que não há participação significativa dos três segmentos: docentes, discentes e técnico-administrativos nas atividades artísticas institucionais, o que indica a necessidade de maior incentivo institucional à participação do seu corpo social neste tipo de atividade.

DIMENSÃO 3

A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

DIMENSÃO 3 – A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A Dimensão 3 aborda a Responsabilidade Social e, de acordo com a proposta do SINAES, busca identificar a contribuição da Instituição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, a memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.

Abrange a coerência das ações de responsabilidade social com as políticas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional, as relações com o contexto social onde se insere, referentes às ações implantadas e adequadamente acompanhadas com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e educacional da região, a inclusão social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Indagados quanto à contribuição da UFPI com a criação de conhecimentos e com o desenvolvimento científico, técnico e cultural da região e do País e sobre o modo como isso acontece, 95% dos Diretores de Centro e Chefes de Departamentos consideraram que a UFPI contribui de maneira significativa para a criação de conhecimento, proporcionando o desenvolvimento científico da Região.

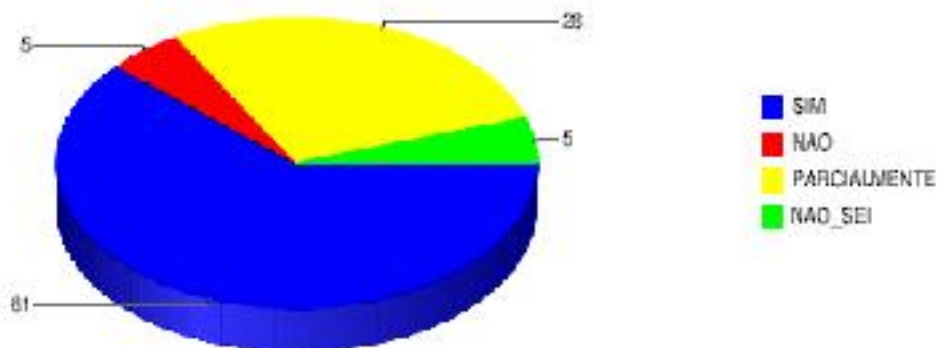


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 195 – Contribuição da UFPI como criação de conhecimentos e como desenvolvimento científico – Diretores de Centro/Campus e Chefes de Departamentos.

Os respondentes, em sua maioria, consideraram que há contribuição da Instituição nesse sentido, considerando-se as pesquisas realizadas, as atividades de extensão e de ensino. apenas 5% afirmaram desconhecer a importância da Instituição na criação de conhecimento e desenvolvimento científico na região (Campus de Teresina – Departamentos de Ciências Sociais e de Nutrição).

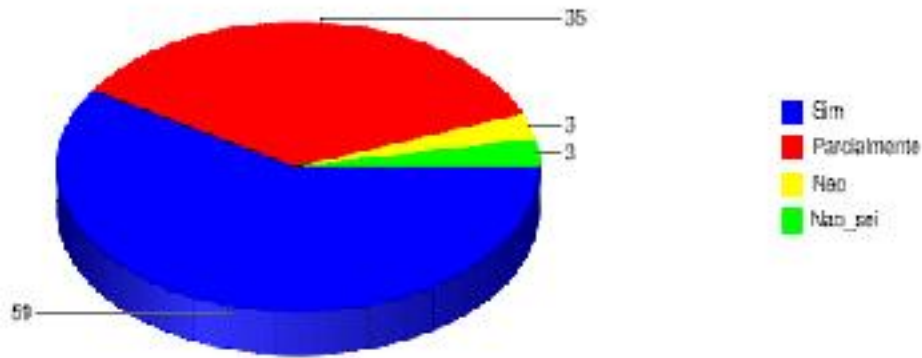
Na Figura 196, que demonstra as respostas aos dados coletados no questionário on-line, pode-se constatar que 61% dos discentes afirmaram que a UFPI proporciona a divulgação do conhecimento produzido para os diversos setores da comunidade. Cerca de 28% responderam que isso ocorre de forma parcial; 5% que não ocorre; e 5% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

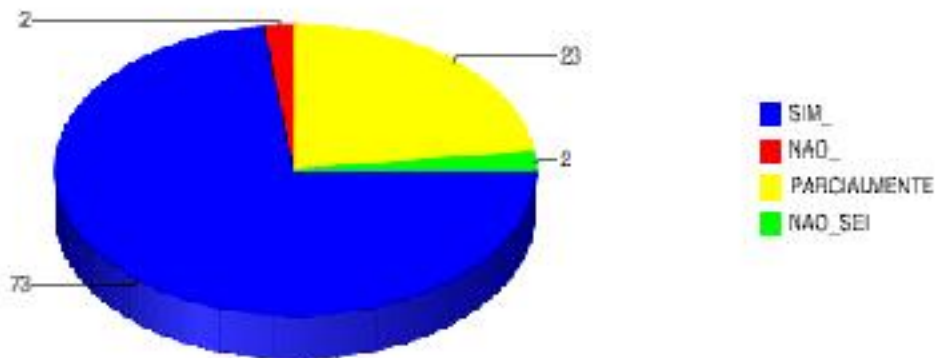
Figura 196 – Divulgação do conhecimento produzido pela UFPI para os diversos setores da sociedade – DISCENTES.

Em relação à divulgação do conhecimento para setores da comunidade através de cursos, palestras, seminários e eventos científicos, 59% dos docentes afirmaram que a Instituição proporciona essa disseminação; 35% responderam que essa divulgação ocorre de forma parcial; 3% que não ocorre e 3% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 197 – Divulgação do conhecimento produzido pela UFPI para os diversos setores da sociedade – DOCENTES.

Para 73% dos técnicos-administrativos respondentes, a Instituição proporciona formas de divulgação do conhecimento para os vários setores da comunidade, de diversas formas; 23% revelaram que ocorre de forma parcial; 2% afirmaram que não proporciona; e 2% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 198 – Divulgação do conhecimento produzido pela UFPI para os diversos setores da sociedade - TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS.

Quanto ao desenvolvimento das finalidades institucionais, a UFPI, segundo 75% dos respondentes, cumpre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional para alcançar os fins explicitados nos seus documentos oficiais (Figura 199).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 199– Desenvolvimento das finalidades previstas no PDI, pela UFPI – Diretores de Centro/Campus e Chefes de Departamento.

Ainda sobre esse aspecto, 5% afirmaram que, em parte, a Instituição desenvolve as finalidades institucionais previstas no PDI; 4% que não desenvolve e 18% desconhecem a sua ocorrência (Campus de Teresina – Ciências Sociais, Morfofisiologia e Engenharia Agrícola; campus de Parnaíba – Fisioterapia). Em relação à Responsabilidade Social da UFPI na promoção da democracia e da cidadania, verificamos que 73% afirmam que a Instituição cumpre o seu papel no contexto social contribuindo para a construção da democracia brasileira e para a consolidação da cidadania, com base na Figura 200.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 200– Promoção da democracia e da cidadania pela UFPI – Diretores de Centro/Campus e Chefes de Departamento.

Pode-se ainda constatar, observando a Figura 200, que 5% dos dirigentes setoriais afirmaram ocorrer, de forma parcial, a promoção da democracia e da cidadania pela UFPI; 4% afirmaram a não ocorrência dessa promoção e 18% desconhecem haver práticas promotoras da democracia e da cidadania por parte da Instituição (Campus de Teresina – Ciências Sociais; Agronomia e Odontologia Restauradora; e Campus de Parnaíba – Engenharia de Pesca).

Quanto ao incentivo da Instituição à captação de recursos financeiros, verificou-se que 77% dos respondentes afirmaram que a UFPI, na concretização dos seus objetivos, capta recursos financeiros que possam subsidiar a implantação das suas propostas de forma a atender as demandas sociais, desenvolvendo a região e o País (Campus de Teresina - Ciências Jurídicas, Morfofisiologia, Comunicação Social, Matemática, Odontologia Restauradora, Direção do CCN, Coordenação CEAD, Zootecnia e Fitotecnia; Campus de Parnaíba - Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Biológicas, Engenharia de Pesca, Matemática, Pedagogia e Psicologia; e Direção do Campus de Floriano)



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 201– Incentivo à captação de recursos financeiros pela UFPI – Diretores de Centro/Campus e Chefes de Departamento.

Ainda, com base na Figura 201, pode-se constatar que: ocorre em parte para 5% (Campus de Parnaíba – Turismo); não ocorre para 4% (Campus de Teresina - Direção Campus Bom Jesus) e que há desconhecimento (14%) sobre esse incentivo à captação de recursos financeiros pela UFPI (Campus de Teresina – Ciências Sociais e Agronomia; e Campus de Parnaíba - Fisioterapia).

Quanto ao incentivo da Instituição à criação e incubadoras de empresas juniores, conforme Figura 202, verificou-se que: 57% dos respondentes afirmaram a existência dessa prática (Campus de Teresina - Ciências Jurídicas, Morfofisiologia, Engenharia Agrícola, Diretoria CCN, Zootecnia e Fitotecnia; Campus de Parnaíba - Biomedicina, Ciências Contábeis, Fisioterapia, Pedagogia e Psicologia; Diretoria Bom Jesus), proporcionando condições às empresas incubadas de inserção no mercado; 24% afirmaram desconhecer a existência dessa prática por parte da UFPI (Campus de Teresina – Ciências Sociais, Comunicação Social e Odontologia Restauradora; Campus de Parnaíba - Ciências Biológicas, Fisioterapia, Matemática); 14% informaram não ocorrer (Campus de Parnaíba - Engenharia de Pesca e Turismo; Diretoria Floriano) e 5% que ocorre em parte (Campus de Teresina - Coordenação CEAD).

Quando se analisa os dados da Figura 202, verifica-se que essa prática embora ocorra na Instituição, muitos dos diretores dos campi/centros e chefes de departamentos não são envolvidos e, conseqüentemente, não tomam conhecimento dessa prática (14% responderam NÃO e 24% que DESCONHECEM).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 202 – Incentivo à criação de incubadoras de empresas juniores – Diretores de Centro/Campus e Chefes de Departamento.

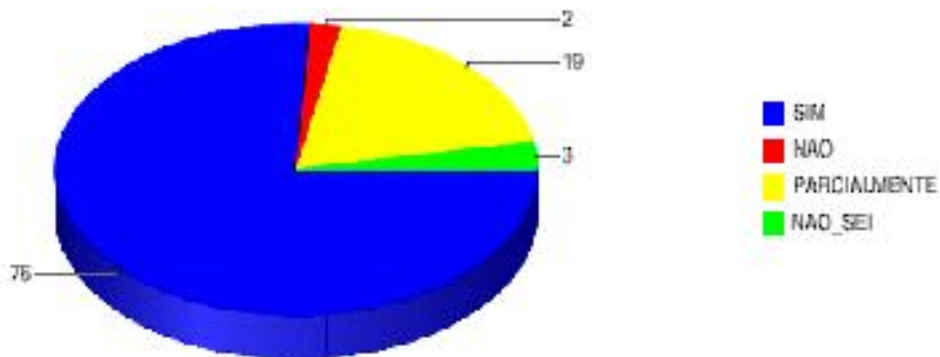
Em relação às parcerias com o setor empresarial, 55% do público pesquisado afirmaram a sua existência (Campus de Teresina - Ciências Jurídicas, Morfofisiologia, Engenharia Agrícola e Zootecnia; Campus de Parnaíba - Fitotecnia, Biomédica, Ciências Contábeis, Engenharia de Pesca, Pedagogia e Psicologia; Diretoria Bom Jesus; Diretoria Floriano), 32% desconhecem a sua existência (Campus de Teresina – Ciências Sociais, Comunicação Social, Matemática e Odontologia Restauradora; Campus de Parnaíba - Ciências Biológicas, Fisioterapia e Matemática), 9% dos respondentes afirmaram não existir (Campus de Teresina - Diretoria CCN; Campus de Parnaíba – Turismo) e para 4% há ocorrência em parte (Campus de Teresina - Coordenação CEAD), conforme a Figura 203.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 203 – Existência de parcerias como seto empresarial – Diretores de Centro/Campuse Chefes de Departamento.

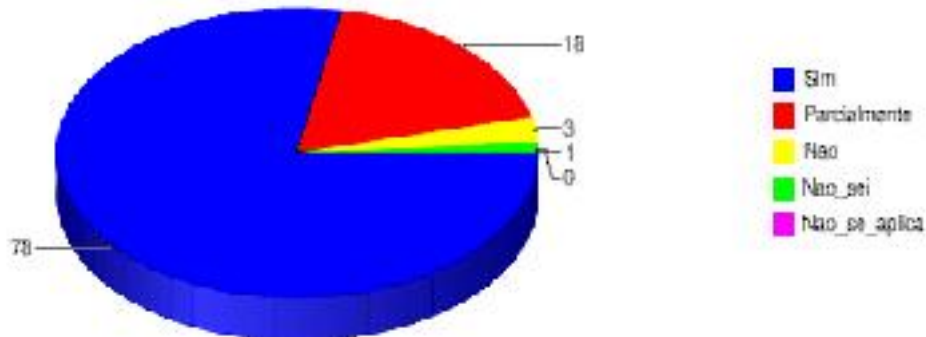
No questionário on line, quando perguntou-se aos discentes se a UFPI contribui para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Piauí, 86% dos respondentes afirmaram que sim, 12% que ocorre de forma parcial, 3% não souberam responder e 2% que não contribui, conforme Figura 204.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 204 – Contribuição da UFPI como desenvolvimento econômico e social do Estado do Piauí – DISCENTES.

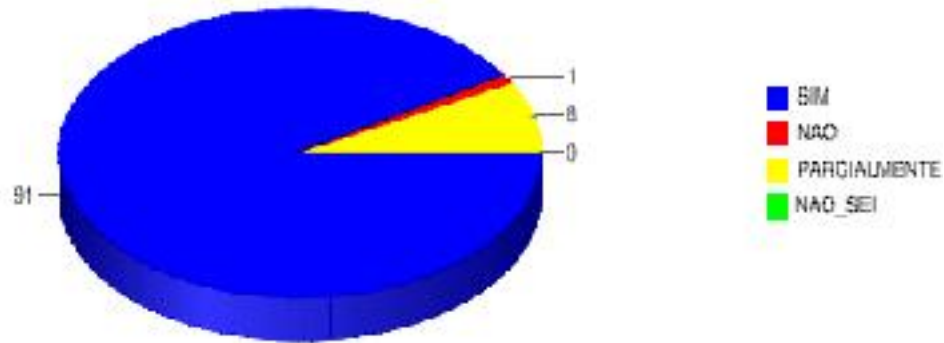
Indagados sobre a mesma temática, 78% dos docentes responderam afirmativamente que a UFPI contribui com o desenvolvimento econômico e social do Estado do Piauí, dados representados da Figura 206. Na mesma figura, verifica-se que 18% afirmaram ser a contribuição parcial, 3% que não contribui e 1% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 206 – Contribuição da UFPI como desenvolvimento econômico e social do Estado do Piauí – DOCENTES.

91% dos técnicos-administrativos da Instituição afirmam que a UFPI contribui com o desenvolvimento econômico e social do Piauí, de acordo com a Figura 207. 8% não souberam responder e 1% afirmam que não contribui.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 207 – Quanto a contribuição da UFPI com o desenvolvimento econômico e social do Estado do Piauí – Questionário on line TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS/RESPONDENTES

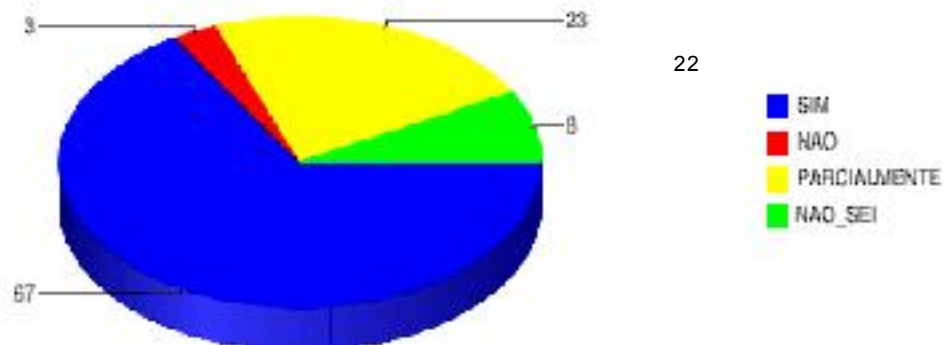
Perguntado quanto às parcerias estabelecidas pela UFPI com entidades representativas sociais e culturais, 39% desconhecem a sua existência. 35% afirmam a existências dessas parcerias, 17% que não e 9% relatam a ocorrência em parte, de acordo com a Figura 208.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 208 – Quanto ao estabelecimento de parcerias com entidades representativas sociais/culturais – Questionário Diretores de Centro/Campus e Chefes de Departamento

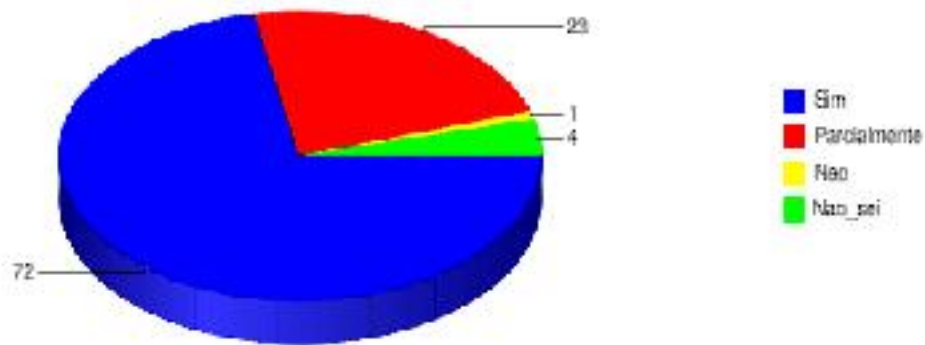
No questionário on line aos três segmentos da UFPI – discentes, docentes e técnico-administrativo, foram questionados quanto ao desenvolvimento pela UFPI de projetos de interesse social. Quando indagados os discentes sobre essa temática, 67% dos respondentes afirmam que sim e 22% que ocorre na UFPI de forma parcial. Ainda, 3% responderam que não e 8% não souberam responder, de acordo com a Figura 209.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 209 – Quanto ao desenvolvimento pela UFPI de projetos de interesse social – Questionário on line DISCENTES/RESPONDENTES

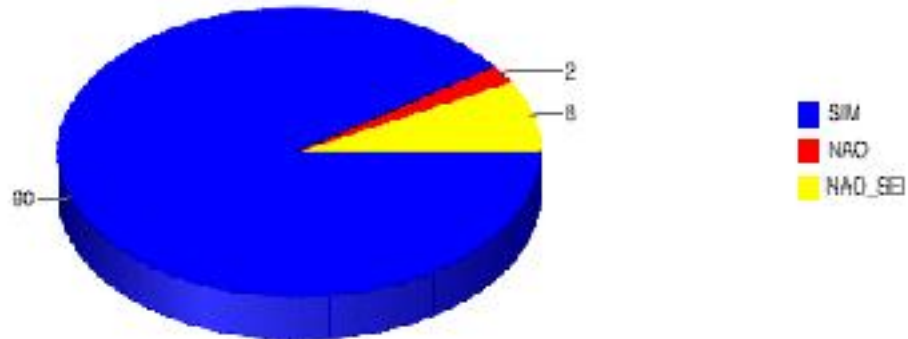
Nas respostas apresentadas pelos docentes, acerca do desenvolvimento institucional de projetos de interesse social, verificou-se (Figura 210), que 72% afirmaram que sim; 23% responderam que ocorre de forma parcial; 1% afirmaram que não; e 4% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 210 – Desenvolvimento pela UFPI de projetos de interesse social – DOCENTES.

Por sua vez, 90% dos técnicos-administrativos da Instituição afirmaram haver desenvolvimento, pela UFPI, de projetos de interesse social, conforme Figura 211. Por outro lado, 2% afirmam que não e 8% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 211 – Desenvolvimento pela UFPI de projetos de interesse social – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

Em relação ao incentivo à recuperação e manutenção do patrimônio histórico-cultural, 43% dos respondentes afirmaram desconhecer qualquer iniciativa por parte da Instituição, 35% confirmaram a sua existência; e 22% a não ocorrência desse tipo de atividade, conforme demonstrado na Figura 212.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 212 – Incentivo a recuperação/manutenção do patrimônio histórico cultural – Diretores de Centro/Campus e Chefes de Departamento.

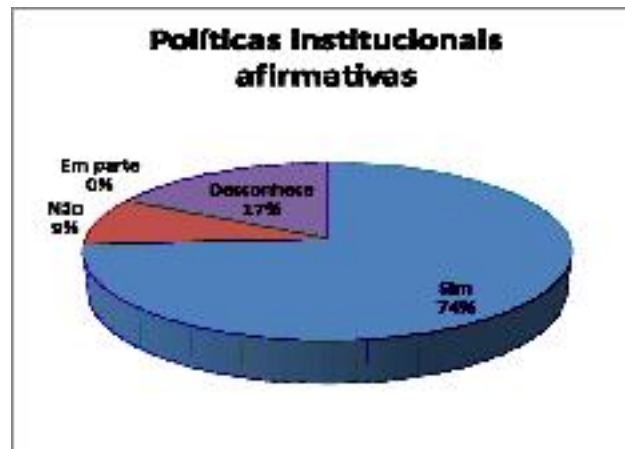
Quanto à contribuição da UFPI ao planejamento urbano da cidade, constatou-se que: 52% dos respondentes desconhecem qualquer incentivo ao planejamento por parte da instituição; 26% afirmaram que não há incentivo ao planejamento da cidade, por parte da UFPI, e 4% que ocorre em parte. Ficou restrito a 18% os que informam haver, por parte da UFPI, incentivo ao planejamento urbano da cidade, como se pode verificar na Figura 213.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 213 – Incentivo ao planejamento urbano da cidade – Diretores de Centro/Campus e Chefes de Departamento.

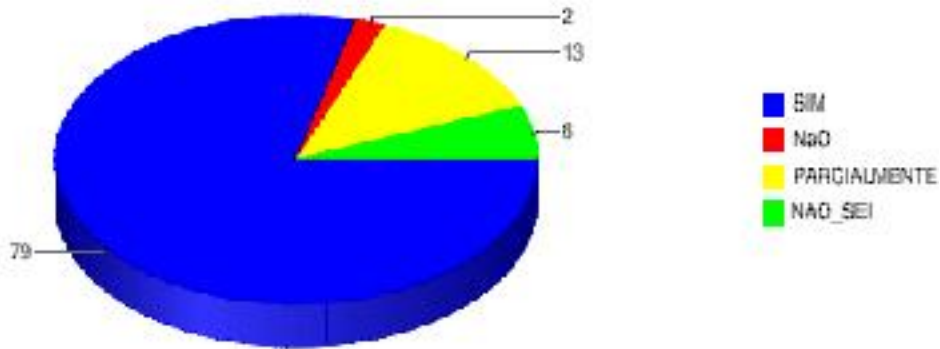
Quanto à existência de políticas institucionais afirmativas, verificou-se que 74% dos respondentes afirmaram a sua implementação pela Instituição; 17% que desconhecem e 9% informaram que inexitem na UFPI políticas afirmativas, como demonstrado na Figura 214.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 214 – Existência de políticas institucionais afirmativas – Diretores de Centro/Campus e Chefes de Departamento.

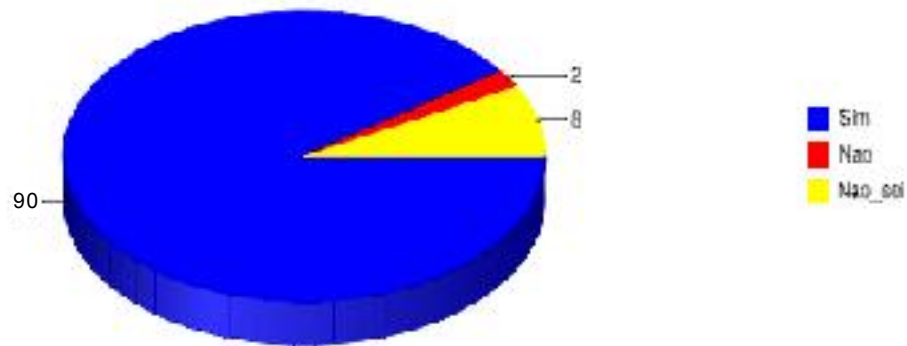
No questionário on line, os três segmentos da comunidade acadêmica responderam, em relação às ações afirmativas efetivadas pela Instituição - quanto à disponibilização de bolsas de apoio aos discentes menos favorecidos socialmente e cotas no processo de ingresso na UFPI. Assim, verifica-se na Figura 215, em relação aos discentes, que 79% afirmaram que essas políticas vêm sendo implementada pela Instituição, 13% registraram a ocorrência de forma parcial, 6% não souberam responder; e 2% informam que não são implementadas ações afirmativas pela UFPI.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 215 – Existência de políticas Institucionais afirmativas – DISCENTES.

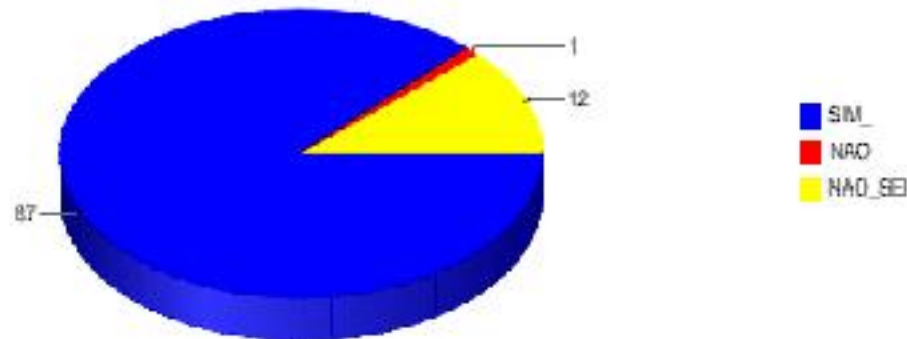
Em relação as respostas apresentadas pelos docentes, foram obtidos os seguintes resultados: 90% dos informaram que na Instituição existem políticas institucionais afirmativas de atendimento aos discentes; 8% não souberam responder, e 2% informaram a não existência dessas políticas..



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 216 – Existência de políticas Institucionais afirmativas – DOCENTES.

Da mesma forma, os técnico-administrativos da Instituição apontaram a existência de políticas institucionais afirmativas: 87% dos respondentes afirmaram que existem; 12% não souberam responder, e 1% afirmaram que não existem.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 217 – Quanto a existência de políticas Institucionais afirmativas – TÉCNICO ADMINISTRATIVOS.

O atual Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI foi elaborado sob a coordenação da Diretoria de Informação e Avaliação Institucional (DIAI) e traz o planejamento estratégico da Universidade Federal do Piauí. Dessa forma, a UFPI, no intuito de planejar as suas ações, sintetiza no seu PDI as suas diretrizes e suas proposições políticas para o período de 2010-2014.

A Figura 218 revela que 37% dos respondentes afirmam que participaram da elaboração do PDI, 27% desconhecem a existência do documento e o processo de elaboração, 18% afirma que ocorreu em parte essa participação e 18% que não participaram da sua elaboração.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 218 – Quanto a participação na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010-2014 – Questionário Diretores de Centro/Campus e Chefes de Departamento

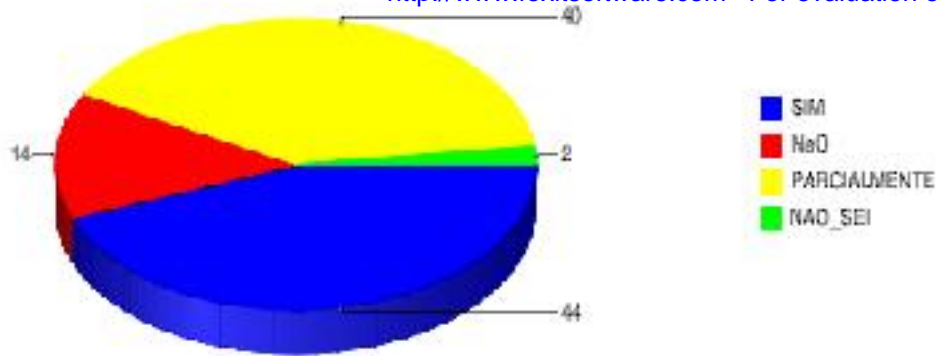
Quanto ao processo decisório nos departamentos de ensino, 87% dos respondentes informaram que é satisfatório a participação nos processos decisórios da Instituição e 13% que ocorre em termos essa participação, não sendo essa participação satisfatória, conforme demonstra a Figura 219.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

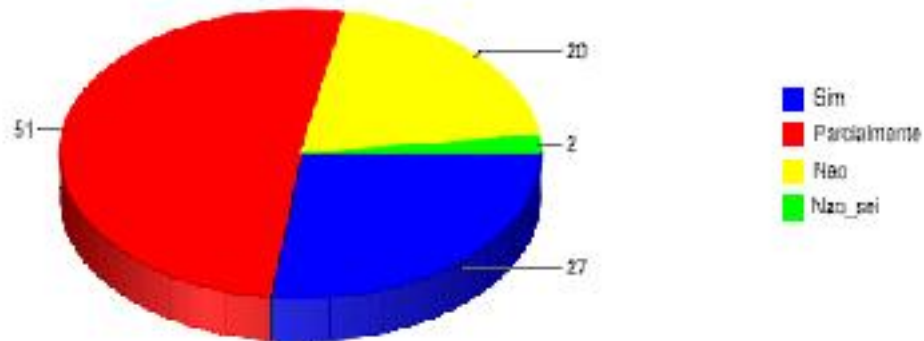
Figura 219 – Quanto a participação nas decisões departamentais – Questionário Diretores de Centro/Campus e Chefes de Departamento

Quanto às relações da IES com a sociedade oferecendo condições com vistas à inclusão social de pessoas com necessidades especiais havendo uma coerência entre as diretrizes institucionais e a sua adequada implantação, verificamos que de acordo com a Figura 220, que 44% dos discentes afirmaram que a UFPI proporciona essas condições, 40% afirmam que ocorre de forma parcial, 14% afirmam que não e 2% não souberam responder.



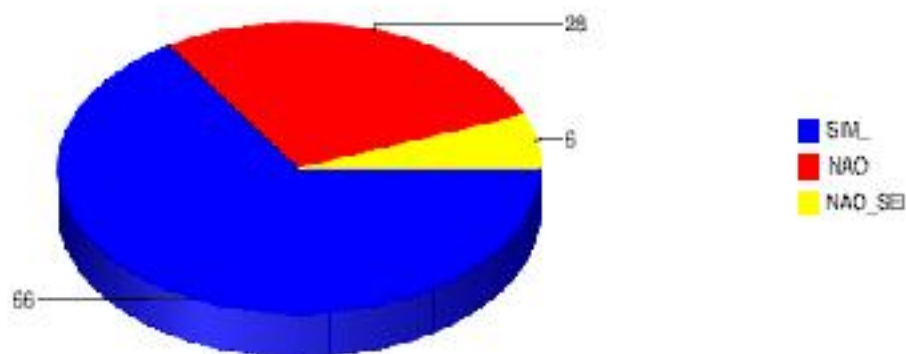
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 220 – Oferecimento de condições, pela UFPI,
para a inclusão social – DISCENTES

Sobre a mesma questão, na visão dos docentes 27% afirmaram que a UFPI proporciona as condições de inclusão social dos portadores de necessidades especiais; 20% que isso ocorre de forma parcial; e 51% afirmam que não são oferecidas pela UFPI essas condições; e 2% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 221 – Oferecimento de condições, pela UFPI,
para a inclusão social - DOCENTES.

Em relação às condições de inclusão social das pessoas com necessidades especiais, 66% dos técnicos-administrativos afirmaram que a UFPI proporciona essas condições; 28% dos respondentes informaram que não; e 6% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 222 – Oferecimento de condições, pela UFPI,
para a inclusão social - TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS.

Verificamos que a importância da Universidade Federal do Piauí é reconhecida na construção do conhecimento e desenvolvimento científico no contexto onde se insere (Figura 195), que a instituição cumpre as suas finalidades institucionais (Figura 199), promove a democracia e a cidadania (Figura 200) no contexto onde se insere e capta recursos financeiros para concretização dos seus objetivos (Figura 201).

No entanto, precisam ser revistos as práticas referente ao incentivo à criação de incubadoras de empresas juniores (Figura 202), a parceria com o setor empresarial (Figura 203), estimuladas parcerias com as entidades representativas sociais e culturais (Figura 208), com a recuperação e manutenção do patrimônio histórico cultural (Figura 212) e a sua contribuição ao Planejamento urbano da cidade (Figura 213).

Por outro lado, verificamos a existência de políticas institucionais afirmativas de forma satisfatória (Figura 214) e na participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios internos (Figura 219).

Entretanto, há necessidade de maior envolvimento da comunidade na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (Figura 218) estabelecendo mecanismos mais eficazes de participação interna na sua construção.

DIMENSÃO 4

A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

DIMENSÃO 4 – A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE (PDI)

Esta dimensão analisa a coerência das ações de comunicação com a sociedade com as políticas constantes dos documentos oficiais, avaliando a comunicação interna e externa, verificando se os canais de comunicação e sistemas de informação são acessíveis à comunidade interna e externa e possibilitam a divulgação das ações da IES.

Analisa também a ouvidoria da Instituição quanto a sua implantação e funcionamento segundo padrões de qualidade claramente estabelecidos, dispondo de material e infraestrutura adequados, e os seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas.

Esses questionamentos foram dirigidos tanto aos Diretores de Unidades de Ensino – Campus ou Centros – como aos três segmentos que compõem a instituição: discentes, docentes e técnico-administrativos.

Os Diretores dos Campi/Centro e os Chefes de Departamento, quanto às relações com o contexto social onde se inserem, prestando contas das ações implantadas e possibilitando que estas sejam adequadamente acompanhadas pela comunidade interna e externa da UFPI, responderam, conforme Figura 223, em relação à existência de setor na Instituição para relacionamento intra e extra UFPI, que desconhecem a sua existência (52%).

A mesma Figura demonstrou que 22% dos respondentes afirmaram a não existência e 4% que, em parte, existem. Ficaram restritos a 22% dos respondentes, os que indicaram a existência desse setor de relacionamento.

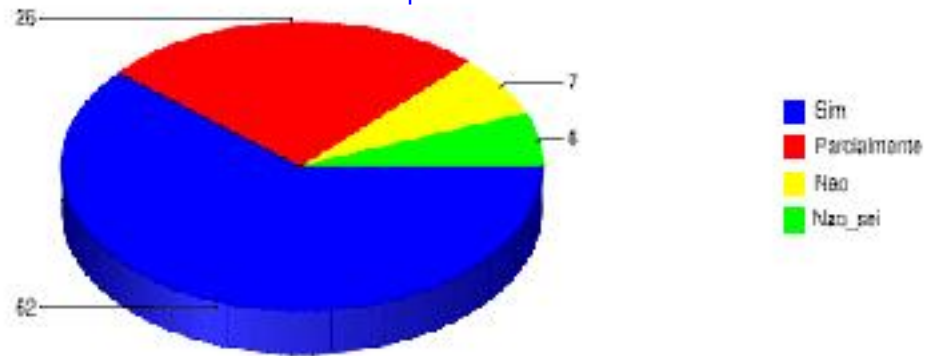


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 223 – Existência de setor para relacionamento intra e extra UFPI – GESTORES.

Em relação a essa dimensão, nos questionários on line, os três segmentos da instituição (discentes, docentes e técnico-administrativos) participaram avaliando a existência de mecanismos de informação dirigida ao público interno e externo da UFPI (site, jornal, informativo, revistas, twitter, entre outros) e o grau de satisfação quanto aos setores e mecanismos institucionais de comunicação interna e externa.

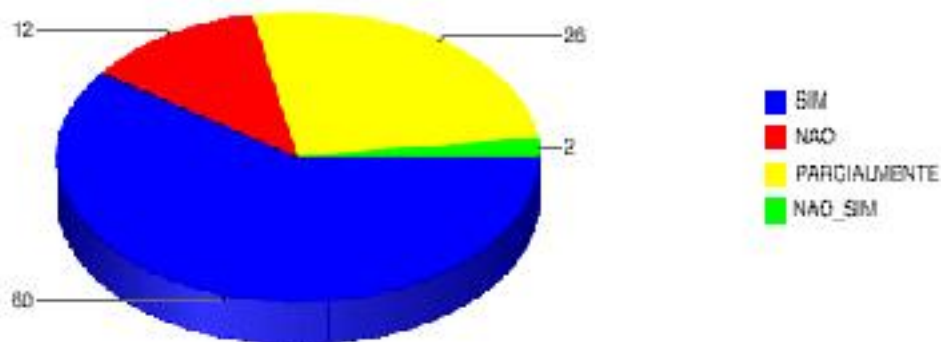
Quanto à existência desses mecanismos, tais como: site, jornal, informativo, revistas, twitter, entre outros, conforme Figura 224, verificou-se que 62% dos discentes afirmaram a sua existência; 26% que existem de forma parcial, 7% que não existem e 6% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 224 – Quanto a existência de meios de comunicação internos e externos da UFPI – Questionário on-line DISCENTE

Nas respostas dos docentes, observamos na Figura 225 que 60% afirmam a sua existência, 26% que existem de forma parcial, 12% que não existem e 2% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 225 – Quanto à existência de meios de comunicação internos e externos da UFPI – Questionário on-line DOCENTE

Os técnicos-administrativos em relação a existência de estrutura de informação dirigida ao público interno e externo da UFPI (site, jornal, informativo, revistas, twitter etc.), 76% informaram a sua existência, 19% que existem de forma parcial, 3% que não existem e 2% não souberam responder, conforme Figura 226.

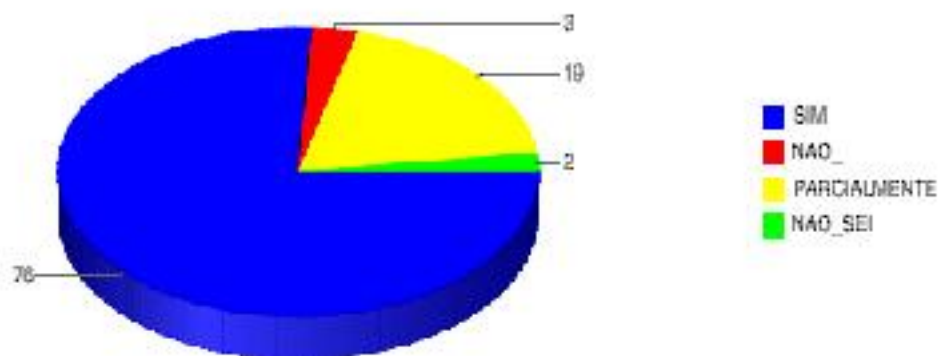
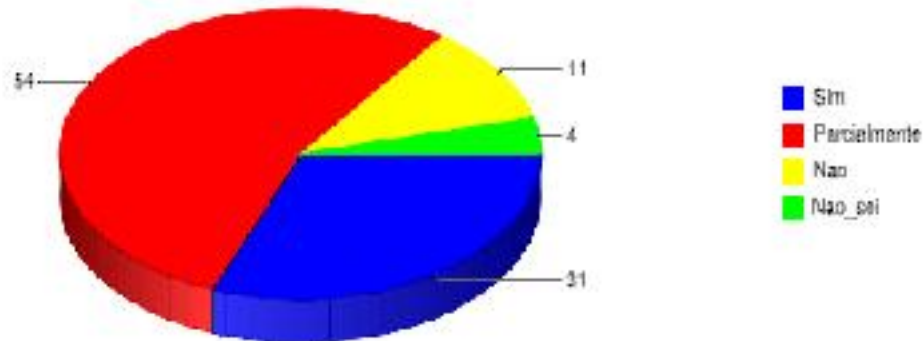


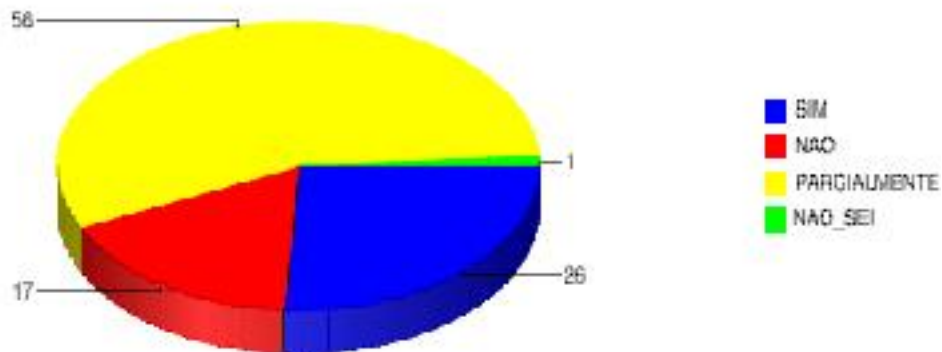
Figura 226 – Quanto à existência de meios de comunicação internos e externos da UFPI – Questionário on-line TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Quanto à eficácia dos meios de comunicação internos e externos da UFPI, observamos que para 54% dos discentes afirmam ser parcial a sua eficácia, 21% afirmam que sim, 11% que não e 4% não souberam responder, conforme Figura 227.



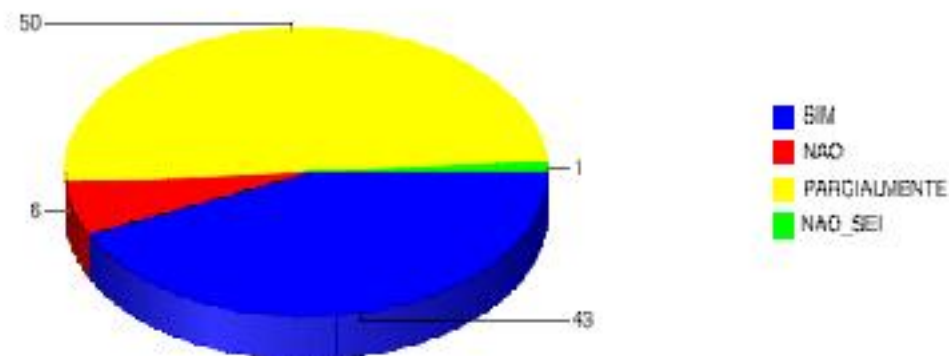
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 227 – Eficácia dos meios de comunicação internos e externos da UFPI – DISCENTES.

Nessa mesma questão os docentes 56% afirmaram ser parcial a eficácia dos meios de comunicação (interno e externo) da Instituição, 26% atestaram a sua eficácia, 17% afirmaram não serem eficazes e 1% não souberam responder, conforme a Figura 228.



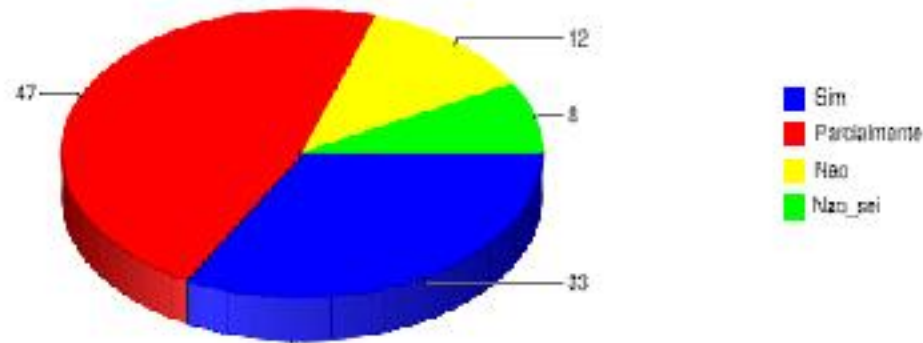
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 228 – Eficácia dos meios de comunicação internos e externos da UFPI – DOCENTES.

A Figura 229 traz as respostas dos servidores técnicos-administrativos em relação à eficácia dos meios de comunicação internos e externos da UFPI. Constatou-se que 50% afirmaram ser parcial, 43% atestaram a sua eficácia, 6% afirmaram não serem eficazes e 1% não soube responder.



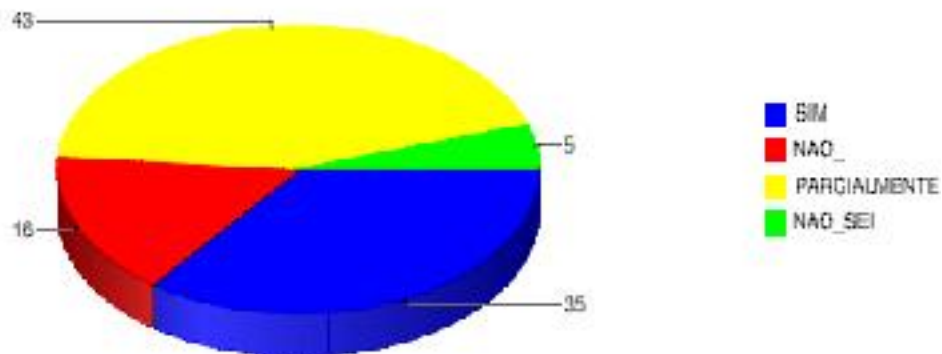
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 229 – Eficácia dos meios de comunicação internos e externos da UFPI – TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS.

Perguntados se as informações veiculadas acerca da UFPI pelos órgãos internos de informação refletem fidedignamente a realidade institucional, 47% dos discentes afirmaram que se observa de forma parcial nas informações veiculadas; 33% afirmaram que sim; 12% que não; e 8% não souberam responder, conforme demonstrado na Figura 230.



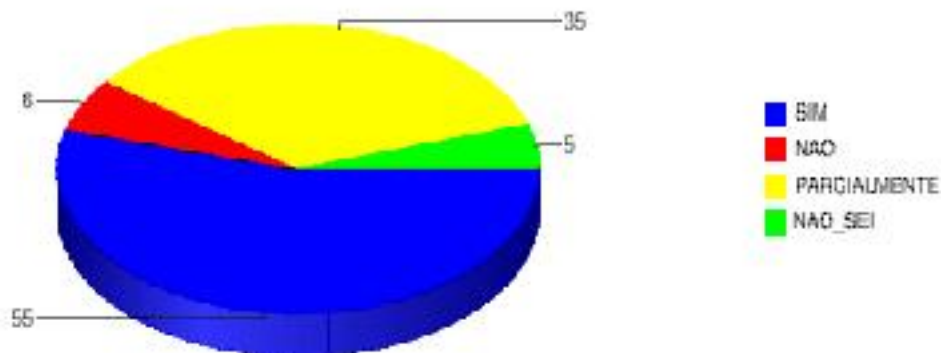
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 230 – Fidedignidade das informações veiculadas em relação à realidade Institucional – DISCENTES.

Da mesma forma, quando indagados aos docentes, 43% afirmaram que as informações retratam parcialmente a realidade Institucional; 35% afirmaram que há fidedignidade das informações veiculadas em relação à realidade da UFPI; 16% que não; e 5% não souberam responder. conforme Figura 231.



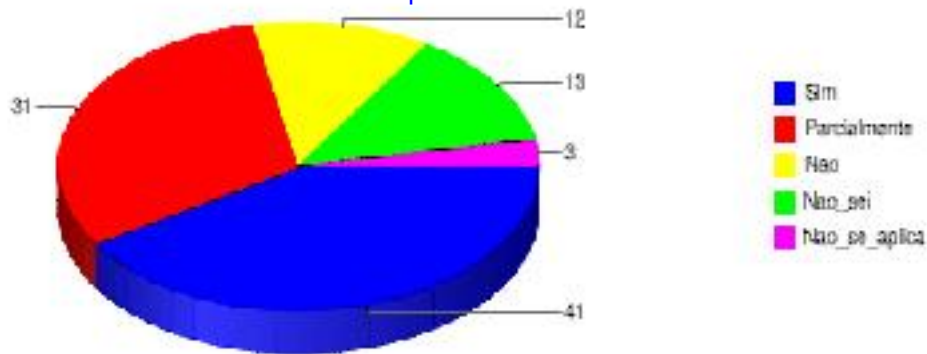
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 231 – Fidedignidade das informações veiculadas em relação à realidade Institucional – DOCENTES.

Nas respostas apresentadas pelos servidores técnico-administrativos quanto à fidedignidade das informações veiculadas em relação a realidade institucional, verificou-se (Figura 232) que 55% dos respondentes afirmaram que sim; 35% que isso ocorre de forma parcial; 6% que não ocorre; e 5% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 232 – Fidedignidade das informações veiculadas em relação à realidade Institucional – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

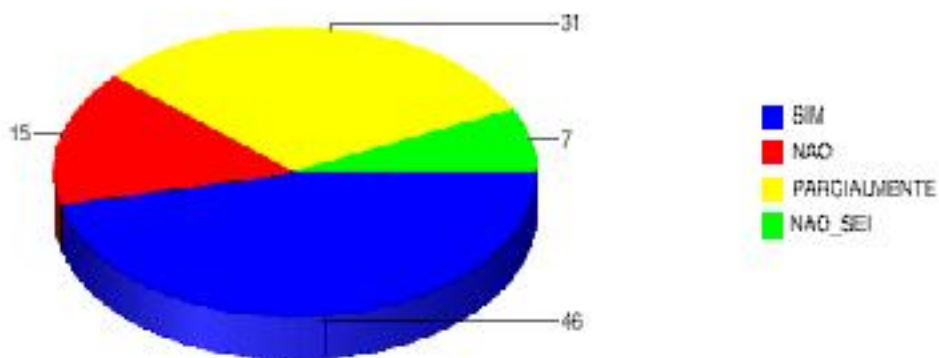
Quanto à existência de mecanismos de comunicação e/ou sistema de informação no seu curso ou unidade acadêmica, 41% dos discentes informaram a sua existência; 31% responderam que são parciais esses mecanismos de comunicação; 13% não souberam responder; 12% que não existem; e 3% responderam não se aplicar a situação a questão, de acordo com a Figura 233.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 233 – Existência de mecanismos de comunicação e/ou sistema de informação no seu curso ou unidade acadêmica – DISCENTES.

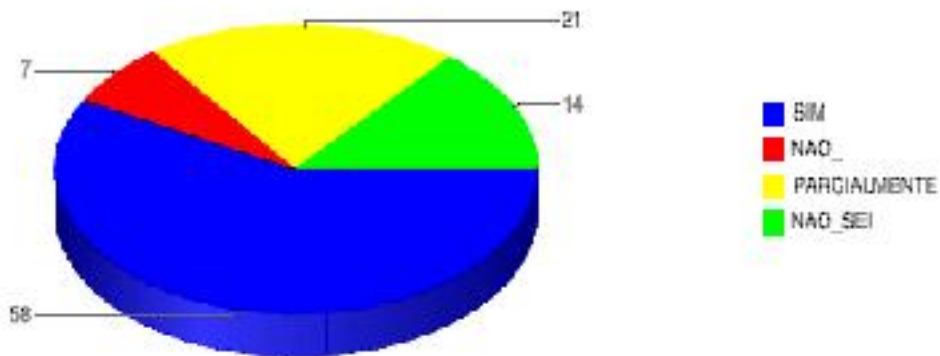
Na mesma questão em relação aos docentes (Figura 234), 46% dos respondentes informaram que existem mecanismos de comunicação e/ou sistema de informação no seu curso ou unidade acadêmica; 31% dos docentes informaram a sua existência de forma parcial; 15% que não existem; e 7% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 234 – Existência de mecanismos de comunicação e/ou sistema de informação no seu curso ou unidade acadêmica – DOCENTES.

Por sua vez, 58% dos técnicos-administrativos afirmaram a existência de mecanismos de comunicação e/ou sistema de informação no seu curso ou unidade acadêmica; 21%, que existem de forma parcial; 14% não souberam responder; e 7% afirmaram que não existem tais mecanismos de comunicação, conforme constata-se na Figura 235.

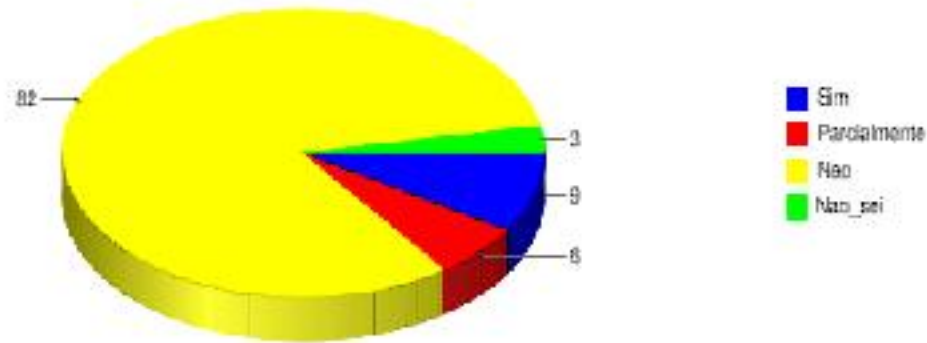


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 235 – Existência de mecanismos de comunicação e/ou sistema de informação no seu curso ou unidade acadêmica – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

A Ouvidoria da UFPI funciona por meio de telefone, e-mail e atendimento presencial. O processo se constitui no recebimento da denúncia, sugestão ou comentário, seguido de sua análise, encaminhamento ao setor envolvido que responde diretamente ou encaminha a resposta à ouvidoria para posterior envio ao interessado ou que, dependendo da mensagem, busca solucionar as questões e apresentar a solução encontrada.

Quanto à Ouvidoria da UFPI, foi perguntado aos discentes se já fizeram uso desse serviço, 82% responderam que não; 9% que sim; 6% parcialmente; e 3% não souberam responder, conforme Figura 235.



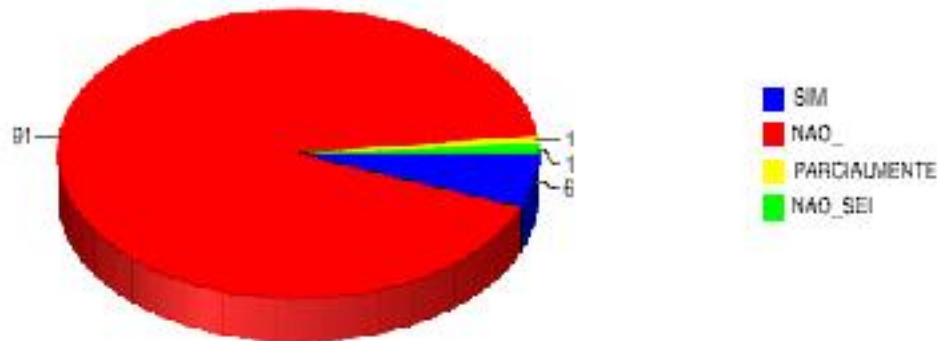
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 236– Uso da ouvidoria – DISCENTES.

Quanto ao mesmo questionamento, ou seja, a utilização da ouvidoria pelos docentes, verificou-se conforme Figura 237, que 83% não fizeram uso dos serviços da ouvidoria; 5% já utilizaram os seus serviços; 11% não conhece esse serviço oferecido pela Instituição.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 237 – Quanto ao uso da ouvidoria – Questionário on-line DOCENTES

Conforme demonstra a Figura 238, 91% dos servidores técnico-administrativos informaram não haver utilização do serviço de ouvidoria da Instituição, 6% já fizeram uso, 1% parcialmente, 1º não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 238 – Quanto ao uso da ouvidoria – Questionário on-line TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

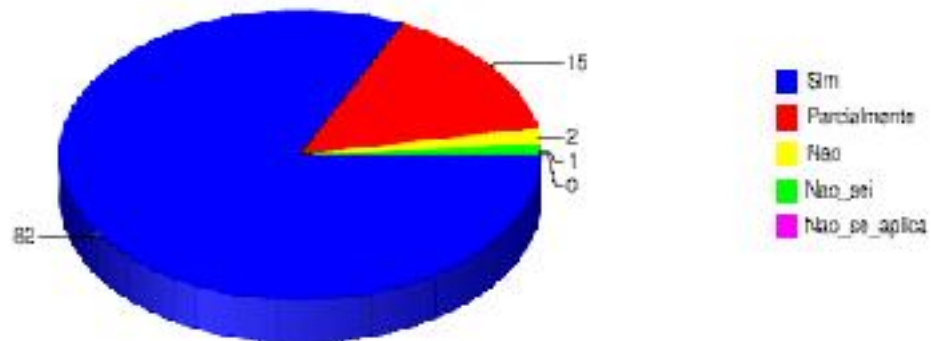
Os gestores avaliaram a atuação na Ouvidoria da UFPI, sendo considerada satisfatória por 73% dos respondentes; razoável para 55%; e boa para 18%. Cerca de 27% dos respondentes consideraram péssima a atuação da ouvidoria.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 239 – Existência de setor para relacionamento intra e extra UFPI – GESTORES.

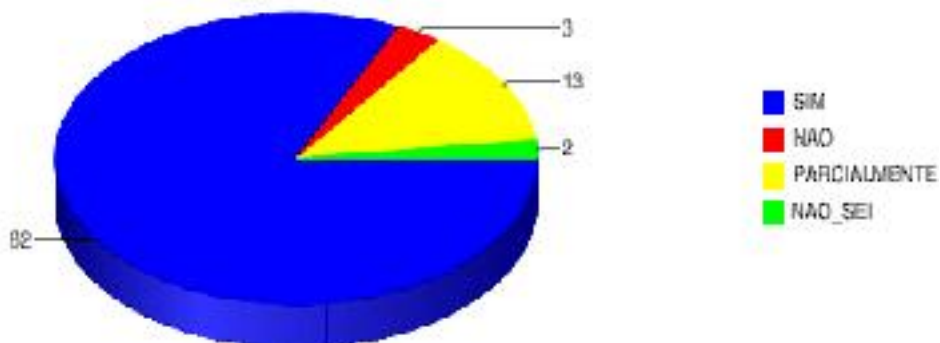
Quanto à imagem pública da UFPI na sociedade piauiense, perguntou-se aos discentes se a consideram BOA e constatou-se (Figura 240) que 82% afirmaram que sim, ou seja, a imagem da Instituição no contexto social onde se insere é boa; 15% que é parcialmente boa; 2% que não; e 1% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 240 – É BOA a imagem da UFPI no contexto da sociedade piauiense?
– DISCENTES

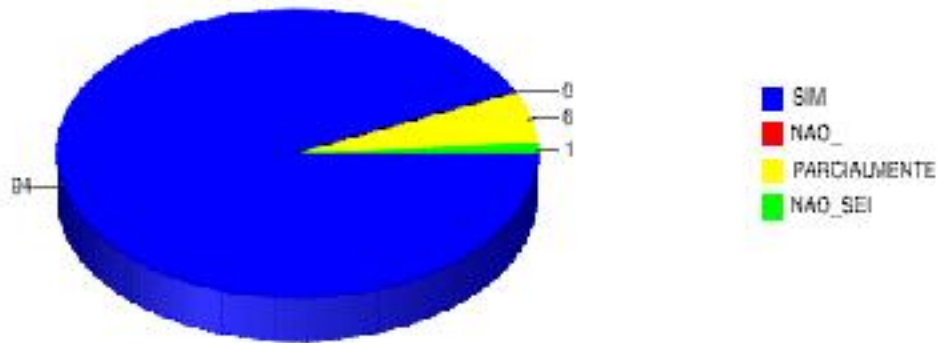
Perguntados aos docentes se consideram BOA a imagem da UFPI no contexto social onde se insere, verificou-se (Figura 241) que 82% responderam que sim; 13% que essa imagem é parcialmente boa; 3% que não é boa; e 2% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 241 – É BOA a imagem da UFPI no contexto da sociedade piauiense?
DOCENTES.

Indagados se consideram BOA a imagem da UFPI no contexto piauiense, 94% dos servidores técnico-administrativos afirmaram que sim; 6% que de forma parcial; e 1% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 242 – Se é BOA a imagem da UFPI no contexto da sociedade piauiense –
Questionário on-line TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Podemos verificar nos dados analisados que os setores da instituição que cuidam da comunicação interna e externa devem ter suas ações amplamente divulgadas para que o público interno da Instituição possa tomar conhecimento da sua existência. Dessa forma, a Figura 223, demonstra a necessidade de que a existência da Coordenadoria de Comunicação Social seja amplamente divulgada atrelada a suas ações, com divulgação para o público interno das suas diretrizes, estratégias e meios de comunicação, alcançando os diversos segmentos que compõem a Instituição.

Verificamos que os três segmentos têm conhecimento da existência dos mecanismos de comunicação, tais como: site, jornal, revistas entre outros, conforme nos apontam os dados das figuras 224 (discentes), 225 (docentes) e 226 (Técnico-administrativos).

Quanto aos meios de comunicação internos e externos da UFPI, os dados apontam que os três segmentos afirmam ser parcial a sua eficácia (Figura 227 – discentes (54%), Figura 228 – docentes (56%) e Figura 229 – técnico-administrativos (50%)).

Quanto à fidedignidade das informações veiculadas com a realidade institucional, verificamos ser esta parcial de acordo com os discentes (Figura 230 – 47%) e com os docentes (Figura 231 – 43%). Discordando destes, 55% dos técnicos administrativos da Instituição afirmam que as informações veiculadas pelos meios de comunicação refletem fidedignamente a realidade da UFPI (Figura 232).

Quando a existência desses mecanismos de comunicação e/ou sistema de informação no seu curso ou unidade acadêmica, tanto os discentes (Figura 233) como os docentes (Figura 234) e técnico-administrativos (Figura 235), afirmam a sua existência.

Em relação à ouvidoria da UFPI, embora tenham conhecimento da sua existência, como demonstra as figuras (236 – discentes (82%), 237 – docentes (83%) e 238 – Técnico-administrativos (91%)), não fizeram uso desse serviço. A atuação da Ouvidoria da UFPI é avaliada de forma satisfatória pelos gestores (Figura 239).

Verificamos nas Figuras 240 (Discentes (82%)), Figura 241 (Docentes (82%)) e Figura 242 (Técnico-administrativos (94%)) que a UFPI possui uma boa imagem no contexto social onde se insere, sendo reconhecida pelos serviços prestados a comunidade piauiense como instituição de ensino superior produtora e divulgadora de conhecimentos científicos nas diversas áreas do saber.

DIMENSÃO 5

**AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO
DOCENTE E CORPO ADMINISTRATIVO, SEU
APERFEIÇOAMENTO, SEU DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO**

DIMENSÃO 5 – AS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Esta dimensão avalia a coerência das políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho com as políticas firmadas em documentos oficiais da Instituição, sobretudo o PDI.

São avaliadas nessa dimensão a formação do corpo docente, as políticas de capacitação e acompanhamento do trabalho docente e as condições institucionais para o corpo técnico-administrativo quanto à formação, experiência, políticas de capacitação e plano de cargos e salários.

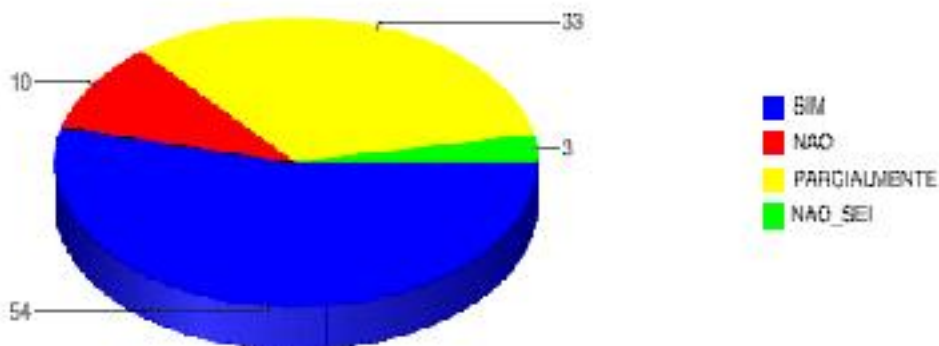
A Diretoria de Recursos Humanos (DRH) da Pró-Reitoria de Administração é o órgão executivo central, integrante da Administração Superior, responsável pelo gerenciamento dos recursos humanos da Universidade. De acordo com o PDI (UFPI, 2010-2014, p.105) sua missão é:

{...} possibilitar aos servidores técnico-administrativos e docentes, a potencialização como agentes de transformação social, por meio da implementação de políticas de desenvolvimento humano e social almejando a melhoria do nível de qualidade de vida no trabalho.

O mesmo documento informa que a DRH (UFPI, 2010-2014, p.105):

{...} se incumbe de promover articulação com os setores que atuam em áreas afins, buscando a interdisciplinaridade na promoção do melhor nível da qualidade de vida no trabalho; articular ações continuadas com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e a Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA), com vistas a melhoria da política de pessoal na UFPI e apoiar e defender nas esferas competentes a implantação dos estudos propostos sobre o Plano de Carreira dos servidores docentes e técnico-administrativos das universidades públicas federais brasileiras.

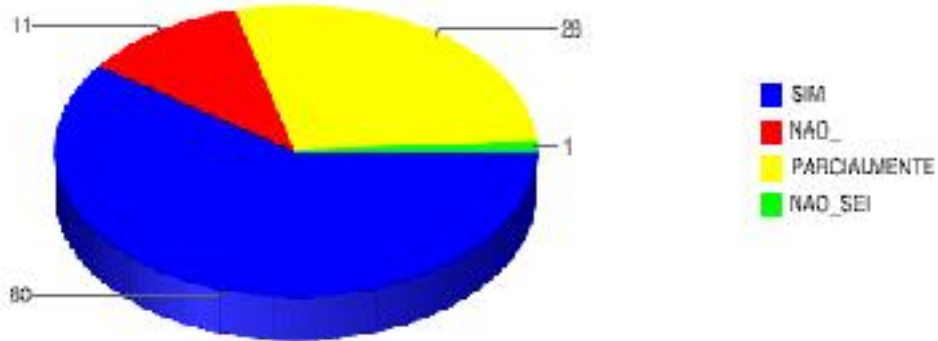
Quanto ao atendimento oferecido pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH) da Pró-Reitoria de Administração (PRAD) da UFPI aos servidores docentes e técnico-administrativos, observou-se (Figura 243) que 54% dos docentes afirmaram estar satisfeitos com o atendimento recebido; 33% estarem parcialmente satisfeitos; 10% não estarem satisfeitos e 3% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 243 – Há satisfação em relação ao atendimento oferecido pela Diretoria de Recursos Humanos? DOCENTES.

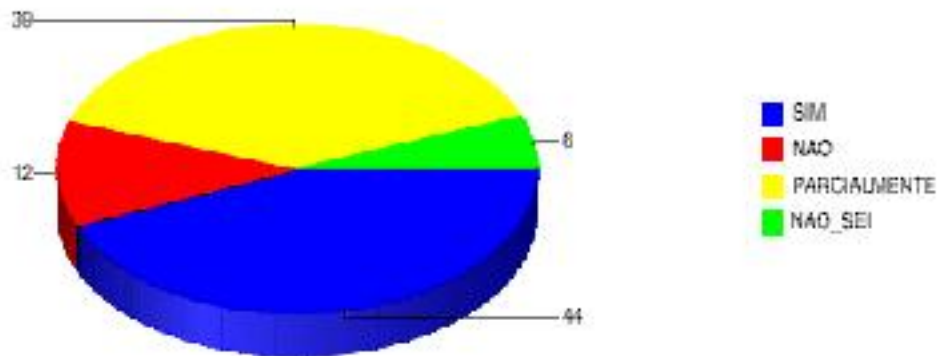
Quando indagados sobre o grau de satisfação em relação ao atendimento oferecido pela Diretoria de Recursos Humanos – DRH, da Pró-Reitoria de Administração – PRAD da UFPI, 60% dos servidores Técnico-administrativos estão satisfeitos, 28% parcialmente satisfeitos, 11% não estão satisfeitos e 1% não souberam responder, conforme demonstra a Figura 244.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 244 – Há satisfação em relação ao atendimento oferecido pela Diretoria de Recursos Humanos? - TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

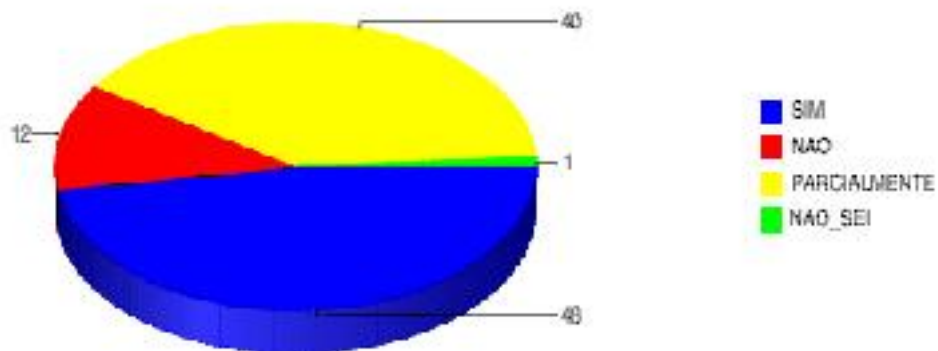
Quando indagados se a UFPI assegura Política de Apoio à capacitação aos seus Docentes e Técnico-Administrativos, 44% dos docentes afirmaram que sim; 39% que isso ocorre de forma parcial; 12% que não; e 6% não souberam responder, conforme a Figura 245.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 245 – Política de apoio à capacitação dos docentes e dos técnicos-administrativos – DOCENTES

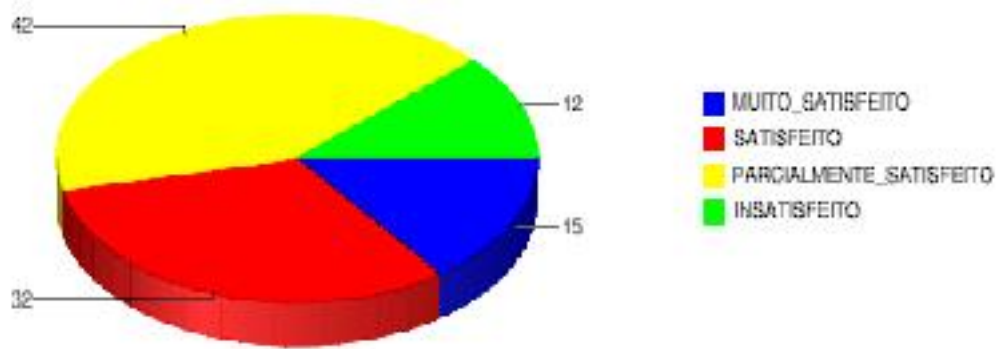
Quanto a esta questão, 48% dos servidores técnico-administrativos afirmaram que a instituição assegura política de apoio à capacitação aos seus docentes e técnicos-Administrativos (Figura 246); 40% que essa política é parcialmente assegurada; 12% que não assegura; e 1% não souberam responder ao questionamento.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 246 – Política de apoio à capacitação dos docentes e dos técnicos-administrativos – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Quanto ao grau de satisfação dos docentes em relação ao programa de formação continuada da UFPI, verificou-se (Figura 247) que 47% mostraram-se satisfeitos (sendo 32% satisfeitos e 15% muito satisfeito). Ainda, houveram 32% parcialmente satisfeitos; e 12% não satisfeitos.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 247 – Grau de satisfação quanto ao Programa de Formação Continuada UFPI – DOCENTES.

Para os técnico-administrativos da instituição, quanto ao grau de satisfação em relação ao Programa de Formação Continuada, verificou-se (Figura 248) que 45% consideraram como satisfatório, sendo 34% satisfeitos e 11% muito satisfeitos. Houveram 42% que se declararam parcialmente satisfeitos e 13% insatisfeitos.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 248 – Grau de satisfação quanto ao Programa de Formação Continuada da UFPI – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

Os discentes também foram indagados quanto a sua percepção acerca da política assegurada pela UFPI de apoio à capacitação dos docentes e técnico-administrativos. Pela Figura 249 verificou-se que 44% reconhecem que a Instituição assegura uma política de capacitação; 25% não souberam responder; 24% afirmaram que a Instituição assegura de forma parcial a capacitação de servidores docentes e técnico-administrativos; e 7% que não assegura.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 249 – AUFPI assegura uma política de apoio à capacitação dos docentes e técnico-administrativos? - DISCENTES.

Verificamos que os docentes e técnico-administrativos da Instituição estão satisfeitos com o atendimento oferecido pela Diretoria de Recursos Humanos da UFPI (Figura 243 e 244), porém, quanto à política de apoio à capacitação para os docentes e técnicos administrativos, um número significativo de docentes (39% - Figura 245) e técnico-administrativos (40% - Figura 246), consideram que a UFPI assegura de forma parcial. Compreendemos que a Instituição apoia a capacitação, assegurando de forma isolada a servidores que motivaram ou buscaram a sua própria formação continuada, mas esta não se consolida como uma política da própria instituição, fato demonstrado pelo grau de satisfação parcial em relação ao programa de formação continuada na UFPI (42% docentes (Figura 247) e 42% Técnico-administrativos (Figura 248)). Quando indagados os discentes, 44% dos respondentes reconhecem que há na Instituição uma política de apoio a capacitação docente.

DIMENSÃO 6

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

DIMENSÃO 6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

Esta dimensão analisa a organização da gestão e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

A estrutura organizacional da UFPI compreende a Reitoria que é o órgão executivo central, dirigida pelo Reitor (Presidente dos Conselhos Diretor, de Administração, Universitário e de Ensino Pesquis e Extensão) e, nas suas faltas e impedimentos, é substituído pelo Vice-Reitor, que é o Vice-Presidente dos Conselhos Superiores.

As Pro - Reitorias são os órgãos que auxiliam o Reitor em suas tarefas de execução da gestão da Universidade e são dirigidas por Pró-Reitores, nomeados pelo Reitor, escolhidos dentre os professores da Universidade. Nas áreas de administração e planejamento, poderão ser escolhidos técnicos administrativos pertencentes aos quadro da Universidade, a critério do Reitor. As Pró-Reitorias totalizam em seis, assim denominadas: Pró-Reitoria de Administração – PRAD, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PREG, Pró-Reitoria de Extensão – PREX, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN e Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC.

As Unidades de Ensino são as instâncias que operacionalizam a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme o Regimento da UFPI. Na Instituição, além da Diretoria, as unidades de Ensino estão organizadas em departamentos e coordenações de cursos ou apenas por chefias de curso, no caso dos cursos novos oriundos da expansão através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Dessa forma, nos Campi (Teresina, Picos, Parnaíba, Floriano e Bom Jesus) há formas diferenciadas de organização administrativa.

No Campus Ministro Petrônio Portela - Teresina, sede da UFPI, além da administração superior (Reitoria, Vice-Reitoria e Pró-Reitorias (Ensino de Graduação; Pesquisa e Pós-Graduação; Extensão; Administração; Planejamento e Orçamento; e Assuntos Estudantis e comunitários), às quais são vinculadas diretorias e coordenações, há a administração sebril através das unidades de ensino ou centros de ensino (Centros de Ciências: da Saúde, da Educação, da Natureza, Agrárias, Humanas e Letras e Centro de Tecnologia), sendo que cada centro conta com um diretor e um vice-diretor, os departamentos e as coordenações de curso.

O campus sediado no município de Parnaíba (Campus Ministro Reis Veloso) conta com um diretor e um vice-diretor, chefes de departamentos e coordenações de cursos. Os novos cursos abertos recentemente, tanto no campus de Teresina como no de Parnaíba, dentro do Programa REUNI possuem apenas chefias de curso. Portanto coexistem nessas duas unidades de ensino, duas formas de organização administrativas, onde há lotação dos docentes em departamentos (forma administrativa presente antes da expansão) e em chefias de cursos (pós-expansão).

Nos Campi com sede nos municípios de Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros), Floriano (Campus Amílcar Ferreira Sobral) e Bom Jesus (Campus Professora Cinobelina Elvas), há um diretor e um vice-diretor e as chefias de curso, observando a segunda forma de organização.

A UFPI conta com um Centro de Educação Aberta à Distância - CEAD a partir de 2006, com o objetivo de oferecer educação gratuita e de qualidade à população piauiense, em seu respectivo domicílio; criar cursos que atendam às necessidades socioeconômicas de cada região e; administrar as atividades técnicas administrativas, na modalidade a distância. Cada curso oferecido possui a sua respectiva coordenação.

Temos ainda, os Colégios de ensino técnico (conhecidos por Colégios Agrícolas) vinculados a UFPI nos municípios de Teresina, Bom Jesus e Floriano, os quais também possuem uma diretoria composta pelo diretor e vice-diretor e coordenações para cada curso oferecido. Os colégios são vinculados à Pró-Reitoria de Extensão e possuem uma Coordenação geral sediada em Teresina.

Quanto solicitados a apontar as cinco principais dificuldades na gestão dos campi, unidades de ensino, departamentos ou coordenações, os gestores elencaram as seguintes dificuldades:

- a) administração de funcionários técnico-administrativos e de laboratórios com relação à pontualidade e assiduidade e a disposição para cooperar na realização dos trabalhos e a falta de qualificação e compromisso;
- b) administração da carga horária dos docentes e a excessiva carga horária docente que desestimula a pesquisa;
- c) ausência de telefone nos departamentos e péssima qualidade da internet disponível (Campi do Interior);
- d) manutenção e aquisição de equipamentos para os laboratórios;
- e) manutenção de condicionadores de ar das salas de aula e das máquinas fotocopadoras;
- f) falta de um sistema informatizado que substitua a forma como é feita a avaliação docente, de um sistema de informação que substitua o diário de classe e da impossibilidade de acesso a alguns sistemas da UFPI, pelo Firefox do Linux;
- g) Pouca autonomia em relação a questões administrativas e financeiras;
- h) Falta de Recursos Humanos (docentes e técnico-administrativos), com extrema carência de técnicos de laboratórios;
- i) Precariedade do atendimento dos serviços de apoio;
- j) Burocracia em excesso da Pró-Reitoria de Graduação e Diretoria de Administração Acadêmica na solução das questões acadêmico-administrativas;
- k) ausência de um protocolo dentro do Campus para tornar mais eficiente a remessa de documentos (campi do interior);
- l) salas para professores e salas de aula em quantidade insuficiente;
- m) aquisição de material para aula prática e de livros didáticos;
- n) ausência de comunicação intra e inter setorial (reuniões periódicas com os setores) e de comunicação com os setores diversos da UFP;
- o) Quantidade insuficiente de equipamentos de informática e multimídia (data show, retroprojetor, computadores e impressoras) para atender às demandas dos professores, de material permanente (mesas de professores, cadeiras e armários) e de material de escritório (cartuchos de impressoras), material para as aulas práticas e livros da área;
- p) Quantidade insuficiente de veículos para atendimento às aulas práticas;
- q) Insuficiência de área física para atendimento às pesquisas e aulas de campo;
- r) Falta de apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação no processo de qualificação docente.

Quanto à valoração da atual administração superior da UFPI, 45% dos diretores de unidade de ensino e chefes de departamentos e coordenadores de cursos avaliaram como muito boa e boa; 20% dos respondentes classificaram como regular; e 35% não responderam.

Nas justificativas para não apresentação da resposta solicitada, alguns gestores não se sentiram com elementos para avaliar a administração superior por estarem há pouco tempo na Instituição. Ainda, outros responderam de forma vaga, sem apresentar uma avaliação consistente. Quem considerou regular a administração superior, justificou a sua resposta com as seguintes indicações: falta apoio no enfrentamento das dificuldades e pouca valorização do corpo docente, entre outras justificativas.

Em relação aos desafios para melhoria do ensino, foram enumerados pelos gestores:

- a) Falta de equipamentos e material de laboratório;
- b) Construção de laboratórios específicos (Campus de Parnaíba -Biomedicina);
- c) Melhoria da internet (campi do interior);
- d) Maior exigência na seleção dos candidatos ao curso (Campus de Parnaíba - Engenharia de Pesca);
- e) Incentivo à implantação do ensino de pós-graduação (doutorados);
- f) Aumento do número de docentes, formação continuada, melhoria da gestão e valorização docente;
- g) Incentivo à extensão universitária e a pesquisa;
- h) Diminuição da carga horária docente e do número de alunos por sala;
- i) Melhoria da infraestrutura física e de equipamentos.

Desafios para melhorar a atuação docente, na perspectiva dos gestores:

- a) Incentivo às atividades de pesquisa;
- b) Estruturação de laboratórios;
- c) Diminuição da carga horária em sala de aula;
- d) Aumento do número de docentes;
- e) Controle da frequência e do horário de trabalho docente;
- f) Melhor remuneração para os docentes;
- g) Promoção de interação entre os departamentos e coordenação de cursos;
- h) Melhoria das condições de trabalho e dos equipamentos;
- i) Incentivo para participação em eventos científicos;
- j) Incentivo a formação continuada;
- k) Identificação dos problemas individuais de aprendizagem;
- l) Aumento do pessoal de apoio às atividades docentes.

Quanto à natureza do relacionamento entre departamentos e coordenações, verificou-se nas respostas apresentada pelos gestores, que essas duas estruturas somam esforços no sentido de programar e encaminhar ações positivas para atendimento às demandas dos cursos, sendo que, de um modo geral a relação é de natureza administrativa, onde há cooperação na consecução de objetivos comuns.

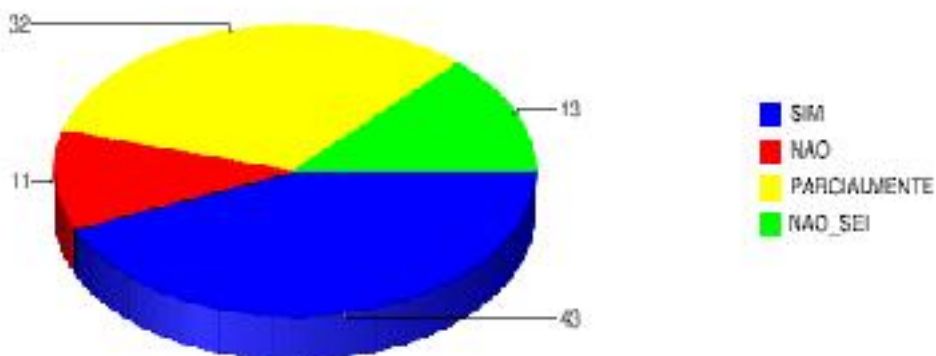
Quanto à organização e funcionamento dos Colegiados (a UFPI possui os Conselhos Superiores: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), Conselho Universitário (CONSUN), Conselho Diretor (CONDIR) e Conselho Administrativo (CAD). Possui também as Câmara de Ensino; de Pesquisa e Pós-graduação e de Extensão, vinculadas às Pró-Reitorias de Ensino de Graduação (PREG), de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG); e de Extensão (PREX), respectivamente. Cada uma das instâncias deliberativas é composta por representantes de docentes, discentes e técnico-administrativos.

Nas Unidades de Ensino a deliberação é feita pelas Assembleias Departamentais, Colegiados de Cursos e Conselhos Departamentais e a execução é realizada pela Diretoria do Campus ou Unidade de Ensino, auxiliada pelos Departamentos e Coordenações/Chefias de Cursos.

O Regimento Geral da UFPI regulamenta a competência de cada instância deliberativa e sua abrangência, de forma a haver articulação entre os diversos órgãos colegiados em vários níveis.

Na coleta de dados através dos questionários on line, os três segmentos da UFPI (discentes, docentes e técnico-administrativos) foram questionados acerca da forma de organização e gestão da UFPI quanto à participação, ou seja, indagou-se se a forma como é organizada e administrada a Instituição possibilita a participação autônoma dos representantes nos diversos colegiados.

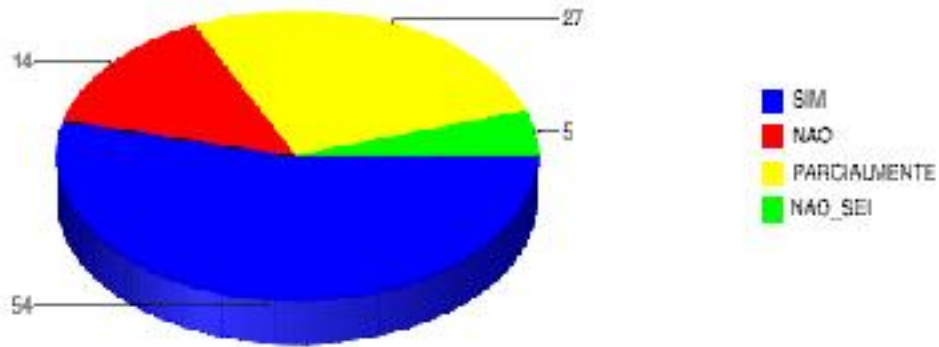
Dessa forma, 43% dos discentes afirmaram que sim, ou seja, que é autônoma a participação dos representantes nas instâncias deliberativas e 32% que essa autonomia ocorre de forma parcial. Ainda, 11% responderam que não ocorre a participação autônoma nos colegiados; e 13% não souberam responder (Figura 250).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 250 – A forma de organização e gestão da UFPI possibilita a participação autônoma dos representantes nos colegiados?
– DISCENTES.

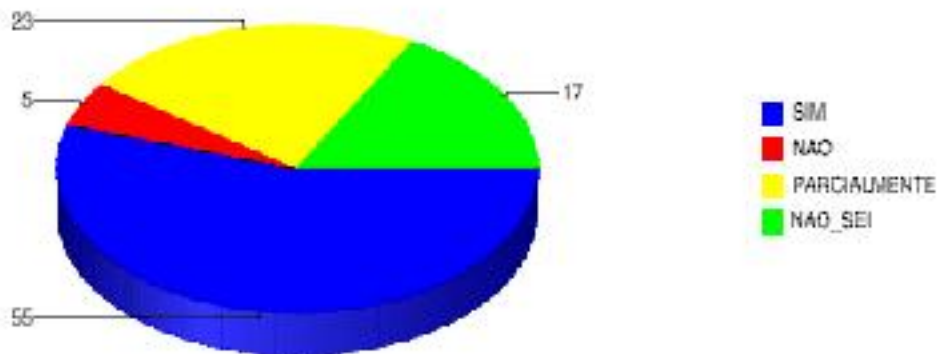
Quanto aos docentes, 54% afirmaram que sim, ou seja, que é autônoma a participação dos representantes nas instâncias deliberativas; 27% que essa autonomia ocorre de forma parcial; 14% que não ocorre participação autônoma nos colegiados; e 5% não souberam responder (Figura 251).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 251 – A forma de organização e gestão da UFPI possibilita a participação autônoma dos representantes nos colegiados?
- DOCENTES.

Para 55% dos técnico-administrativos, a forma de organização e gestão da UFPI possibilita a participação autônoma nos diversos colegiados existentes. Porém, 23% afirmaram que a autonomia é parcial nos colegiados; e 5% que não há participação autônoma. Ainda, 17% não souberam responder a esta questão (Figura 252).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 252 – A forma de organização e gestão da UFPI possibilita a participação autônoma dos representantes nos colegiados?
- TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

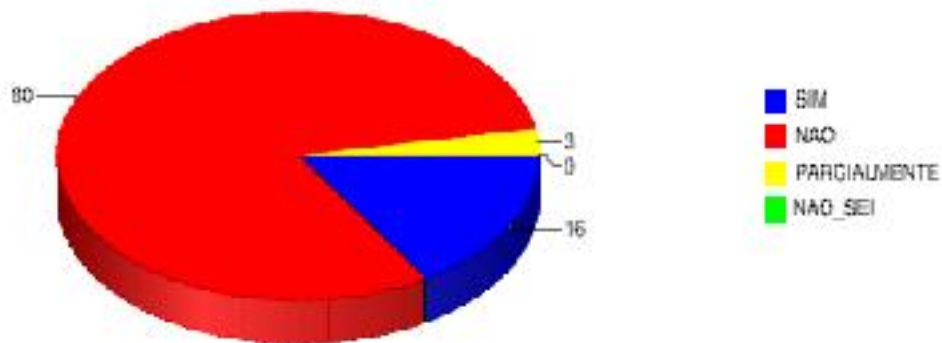
Quanto à participação dos segmentos que compõem a comunidade universitária nos processos decisórios em conselhos ou colegiados, 79% dos docentes afirmaram participar ou já terem participado e 21% que não participaram (Figura 253).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 253 – Participação em conselhos ou colegiados – DOCENTES.

Em relação a participação dos técnico-administrativos em conselhos deliberativos, 80% dos respondentes afirmaram não haver participado; 16% afirmam haver participado; e 3% que participaram de forma parcial (Figura 254).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura254 – Participação em conselho ou colegiado – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

De uma forma geral, pode-se concluir que são várias as dificuldades elencadas pelos gestores, os quais apontaram algumas sugestões para superação, tais como: instalação do ponto eletrônico, maior autonomia administrativa e financeira das unidades, criação de um sistema de avaliação docente on-line e de acompanhamento do desenvolvimento das disciplinas (diário on line), capacitação dos técnico-administrativos e ampliação da estrutura física.

Em relação à valoração da atual administração superior da UFPI, analisando-se os dados verificou-se que a administração superior é considerada boa por 45% dos gestores respondentes.

Quanto aos desafios para melhoria do ensino, são enumerados pelos gestores vários aspectos que podem influenciar na melhoria da qualidade do ensino de graduação e pós-graduação oferecido pela Instituição, refletindo conseqüentemente numa atuação docente de qualidade.

Verificou-se que a participação dos técnicos-administrativos nos órgãos deliberativos institucionais é menos representativa, no que se refere ao quantitativo que participa ou que participou dessas instâncias, conforme Figura 254.

DIMENSÃO 7

**INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, DE ENSINO,
PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

DIMENSÃO 7 – INFRA-ESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO, PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Esta dimensão analisa as condições da infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, as bibliotecas da UFPI, recursos de informação e comunicação.

Quanto às instalações gerais buscou-se verificar a existência de instalações adequadas para o ensino, para a pesquisa, para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência e laboratórios didáticos e de pesquisa. Também foram averiguados dados sobre os serviços oferecidos pela biblioteca, seu acervo e espaço físico.

Foram informantes desta dimensão os gestores, compreendendo diretores de Campus ou Unidade de Ensino, os Chefes de Departamento e Coordenadores de Curso. Participaram também os três segmentos da comunidade acadêmica no questionário on line: discentes, docentes e técnico-administrativos.

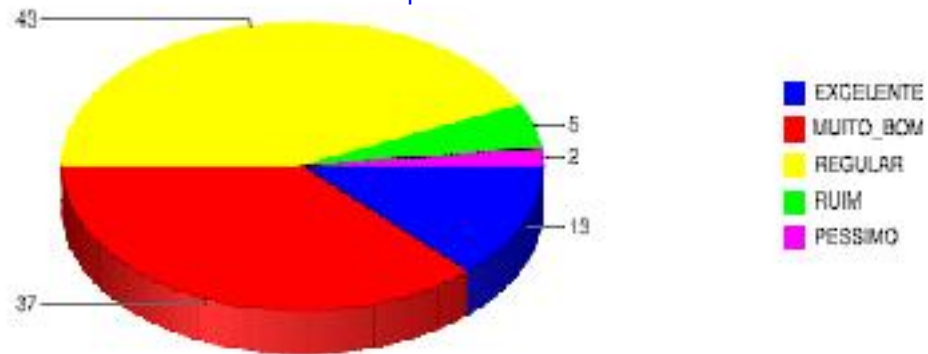
7.1 Salas de aula

Quando a estrutura física das salas de aula, os gestores informaram que é satisfatória, sendo que 53% consideraram razoável; 33% boa; e 7% excelentes. Apenas 7% consideraram péssimas suas condições físicas, conforme a Figura 255.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 255 – Infraestrutura Física das Salas de Aula – GESTORES.

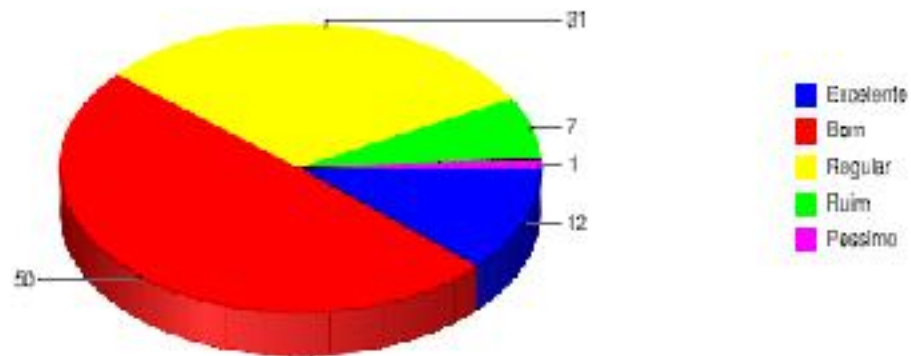
Os discentes avaliaram de forma satisfatória a estrutura física das salas de aula, sendo que 43% consideraram regular; 37% muito boa; e 13% como excelentes. Ficou restrito a 5%, os que consideram ruim e a 2% os respondentes que consideraram péssimas, como se pode comprovar na Figura 256.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 256 – Infraestruturas das salas de aula – DISCENTE

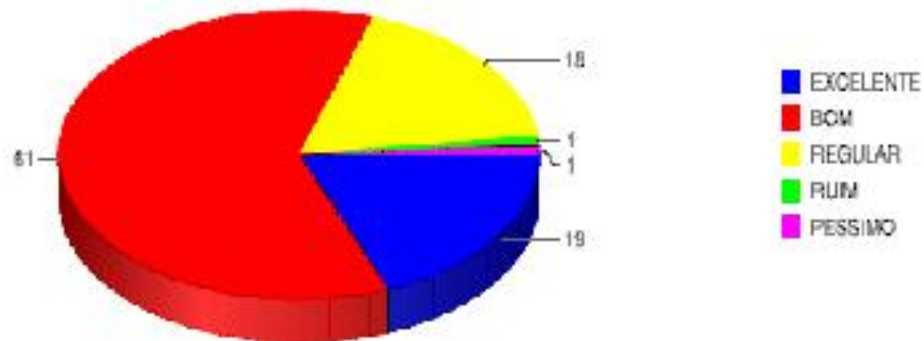
Na avaliação da infraestrutura pelos docentes, as salas de aula foram consideradas satisfatórias, sendo que 50% consideram boa; 31% regular; e 12% excelente (Figura 257). Os que classificaram como ruim foram 7% dos respondentes e como péssimas, 1%.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 257 – Infraestrutura das salas de aula – DOCENTES.

Por sua vez, os técnico-administrativos da instituição avaliaram como satisfatória a infraestrutura das salas de aula, sendo que: 61% avaliaram como boa; 19% como excelentes; 18% como regular; 1% dos respondentes classificaram como ruim e 1% como péssima (Figura 258).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 258 – Infraestrutura das salas de aula – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

7.2 Infraestrutura dos laboratórios de ensino e pesquisa

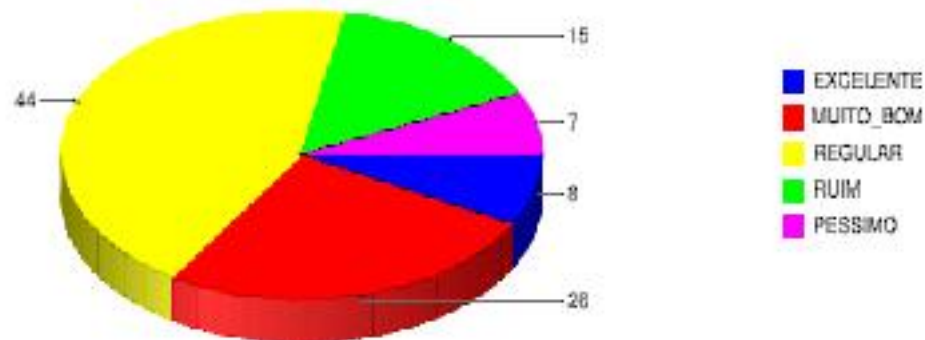
Quanto à infraestrutura dos laboratórios existentes na instituição, tanto os de informática como os destinados às práticas dos diversos cursos de graduação e pós-graduação da UFPI, 79% dos gestores avaliaram como satisfatória, sendo que 36% dos respondentes consideram boa; 36% razoável; e 7% excelente. Ainda, 21% consideraram péssima a infraestrutura dos laboratórios à disposição do ensino e da pesquisa (Figura 259).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 259– Infraestrutura dos Laboratórios– GESTORES.

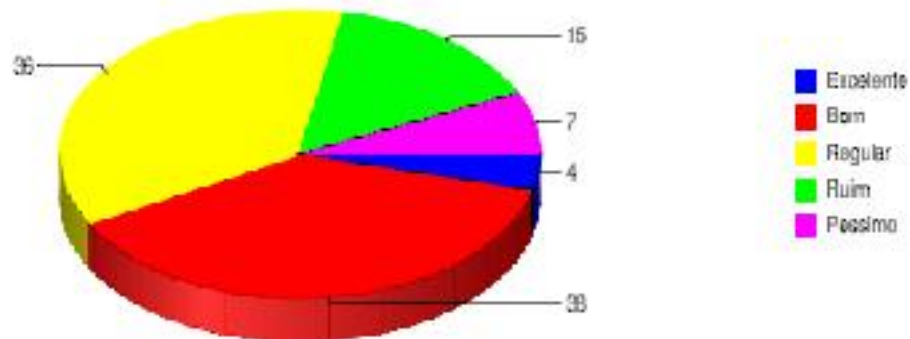
No questionário on line, os discentes avaliaram os laboratórios de informática e os de ensino. Pode-se observar na Figura 260, que foram considerados satisfatórios para 78% dos respondentes, sendo que 44% afirmaram que a infraestrutura de laboratórios é regular; 26% muito boa; 8% excelente. E 15% avaliaram como ruim e, ainda, 7% como péssima.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 260– Infraestrutura dos Laboratórios– DISCENTES.

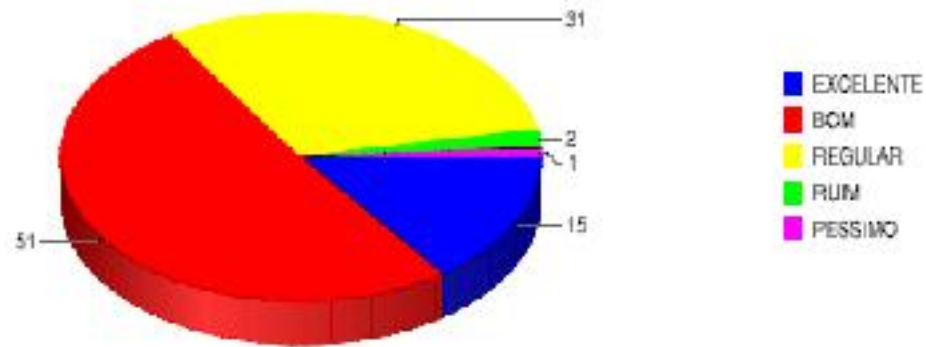
No mesmo sentido, 78% dos docentes, na avaliação da infraestrutura dos laboratórios consideraram satisfatória, sendo 38% consideraram regular, 36% como boa e 4% excelente. Tem-se também 15% que consideraram ruim e 7% péssima (Figura 261).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 261– Infraestrutura dos Laboratórios– DOCENTES.

Na Figura 262, pode-se verificar que para 97% dos técnico-administrativos a infraestrutura dos laboratórios é satisfatória, sendo que 51% consideram boa, 31% regular e 15% excelente. Tem-se também 2% que consideraram ruim; e 1% péssima.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 262 – Infraestrutura dos Laboratórios – TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS.

7.3 Bibliotecas

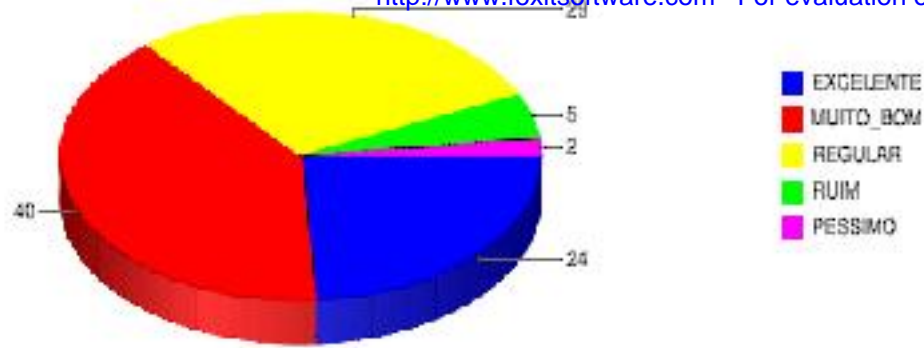
A Biblioteca Comunitária (central) e as bibliotecas setoriais foram avaliadas pelos gestores como satisfatórias, sendo que 38% consideraram como razoável; 37% boa; e 19% excelente, num total de 94% dos respondentes. Porém 6% consideraram péssimas as bibliotecas da Instituição, conforme visualização na Figura 263.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 263 – Infraestrutura das Bibliotecas – GESTORES.

Os discentes, docentes e técnico-administrativos, por questionário on line, também avaliaram a biblioteca central da Instituição e as bibliotecas setoriais. Quanto à biblioteca central, os discentes consideraram satisfatória (Figura 264), sendo que 40% consideram boa, 29% regular e 24% excelente. Por outro lado, 5% consideraram ruim e 2% péssima.



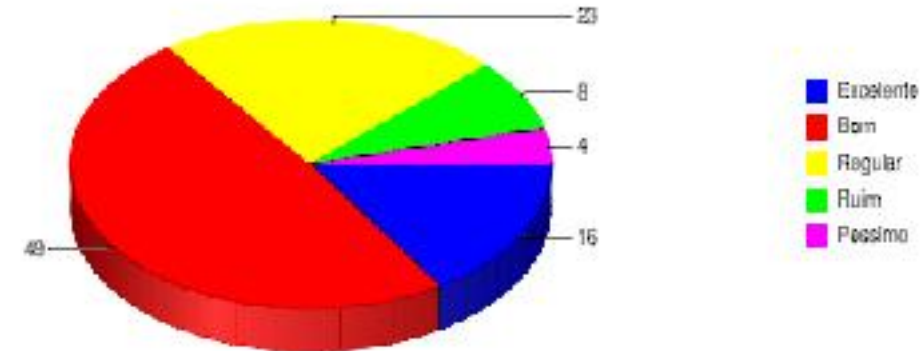
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 264 – Biblioteca Comunitária – DISCENTES

Quanto às bibliotecas setoriais, 83% dos discentes consideraram satisfatórias, sendo (Figura 265) que 40% classificaram como regular, 31% como boa e 12% como excelente. Entretanto, 11% consideram ruins e 7% informaram que são péssimas.



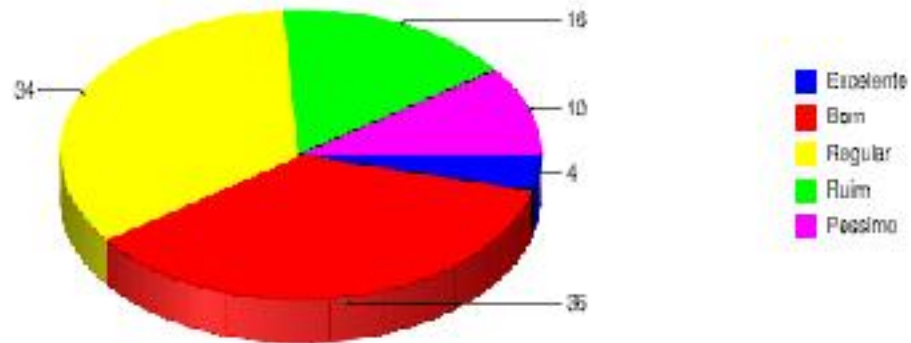
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 265 – Bibliotecas Setoriais – DISCENTES.

Na Figura 266, verifica-se que 88% dos docentes afirmaram que a biblioteca comunitária ou central é satisfatória, com 49% classificando-a como boa, 23% como regular e 16% como excelente. Já 8% consideram que é ruim e 4% que é péssima.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 266 – Biblioteca Comunitária – DOCENTES.

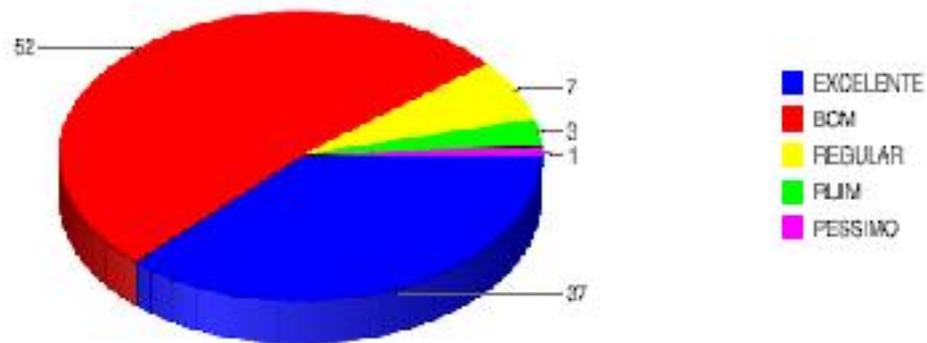
Em relação as bibliotecas setoriais, 74% dos docentes consideraram que são satisfatórias, sendo que 36% classificaram como boa; 34% regular; e 4% como excelente. Porém 16% atestaram que são ruins e 10% que são péssimas, de acordo com a Figura 267.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 267 – Bibliotecas Setoriais – Questionário on-line DOCENTES

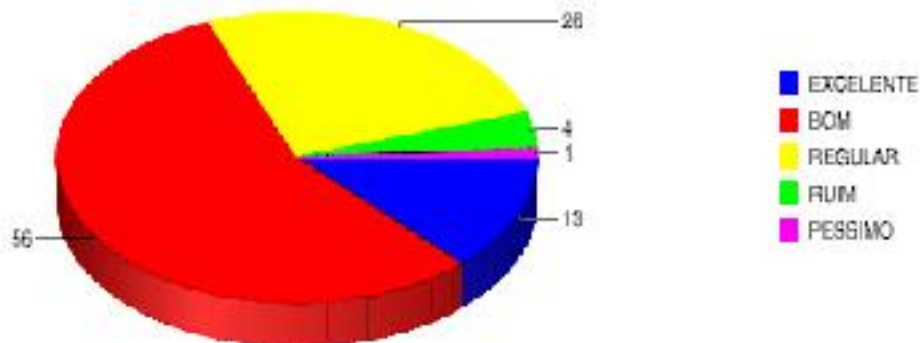
Por sua vez, os técnicos-administrativos da Instituição classificam a biblioteca central como satisfatória de acordo com a Figura 268, sendo 52% considera como boa, 37% como excelente e 7% como regular. Ainda 3% afirmam que são ruins e 1% péssimo.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 268 – Bibliotecas Central – Questionário on-line TECNICOS-ADMINISTRATIVOS

Ainda em relação às bibliotecas setoriais, conforme Figura 269, 95% dos técnicos-administrativos consideram como satisfatórias, classificando 56% como boa, 26% como regular e 13% como excelente. 4% consideram ruim as bibliotecas setoriais e 1% como péssimas.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 269 – Bibliotecas Setoriais – Questionário on-line TECNICOS-ADMINISTRATIVOS

7.4 Infraestrutura dos auditórios e salas de reunião

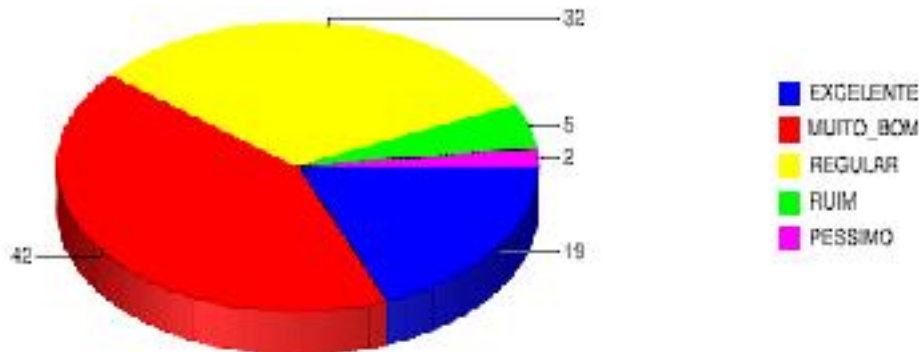
Em relação à infraestrutura de auditórios da Instituição, conforme Figura 270, pode-se constatar que 100% dos gestores afirmam ser satisfatória, sendo 56% boa, 31% regular e 13% excelente.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 270 – Infraestrutura Física dos Auditórios– GESTORES.

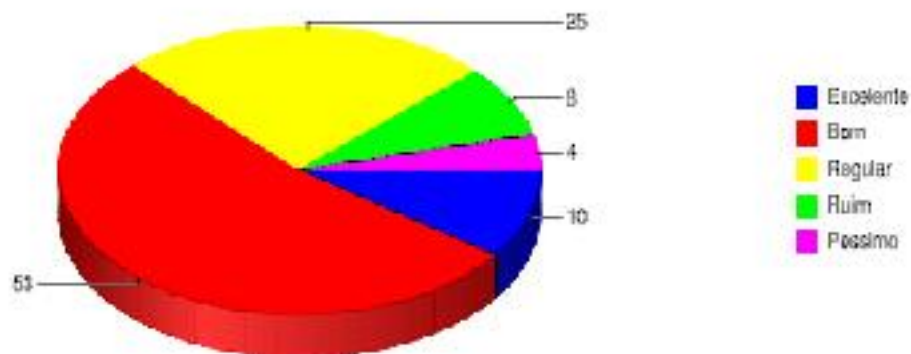
Avaliando a infraestrutura dos auditórios, no questionário on line, 93% dos discentes a consideraram satisfatória, com 42% dos respondentes afirmando ser muito boa, 32% regular e 19% excelente. Mas 5% consideram ruim e 2% péssima, conforme Figura 271.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 271 – Infraestrutura Física dos Auditórios– DISCENTES.

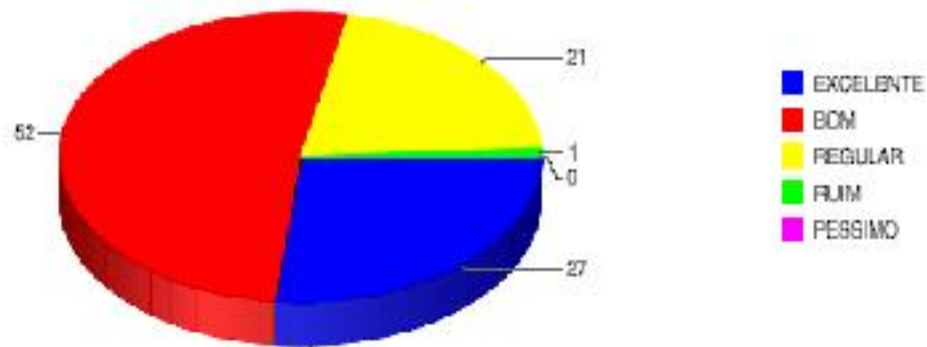
Os docentes avaliaram os auditórios da instituição como satisfatórios (88% dos respondentes) conforme observa-se na Figura 272, sendo que 53% consideram boa, 25% regular e 10% excelente. Tem-se ainda 8% de docentes que afirmaram serem ruins as instalações dos auditórios, e 4% que consideram péssimas.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 272 – Infraestrutura Física dos Auditórios– DOCENTES.

Acerca deste mesmo aspecto (Figura 273), 99% dos técnico-administrativos da UFPI também consideram satisfatória a infraestrutura dos auditórios da Instituição com 51% classificando-a como boa, 27% como excelente e 21% como regular. Para 1% dos respondentes, a infraestrutura dos auditórios é ruim.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 273 – Infraestrutura Física dos Auditórios – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

Em relação as salas de reuniões da instituição, 93% dos gestores as classificaram como satisfatórias, com 64% como razoáveis, 22% como boas e 7% como excelentes. Para 7% dos respondentes, é péssima a estrutura física das salas de reuniões da Instituição, conforme demonstra a Figura 274.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 274 – Infraestrutura Física das Salas de Reunião – GESTORES.

7.5 Áreas de convivência

Quanto aos locais de convívio disponíveis à comunidade acadêmica, quanto à existência, adequação e atendimento às necessidades dos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos, verificou-se nas respostas apresentadas pelos três segmentos (Figuras 275, 276 e 277), que são satisfatórios.

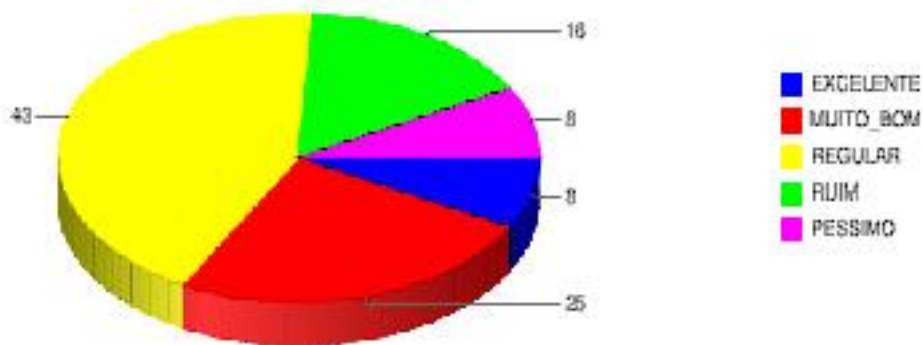
Os gestores apontaram como pequenas as áreas, em relação ao número de usuários, e apontaram outros problemas em relação às áreas de convívio. Alguns depoimentos foram transcritos, a seguir:

“Não há locais de convívio adequados. Em determinadas ocasiões quando se deseja fazer confraternizações, por exemplo, são usadas salas de aula ou auditórios. Isso é insatisfatório e deteriora o ambiente (GESTORES – Chefe de Departamento Odontologia Restauradora – Campus de Teresina)”.

“Tendo em vista o crescimento do número de professores e alunos, já estamos com problemas de espaço físico, tais como: salas de aula, laboratórios, etc. (GESTORES – Departamento de Matemática – Campus de Teresina)”.

“O Campus possui uma pequena área central com mesas e bancos próximos a uma cantina que propicia esse convívio. Além disso, os docentes contam com três salas exclusivas a eles (GESTORES – Coordenação do Curso de Biomedicina – Campus de Parnaíba)”.

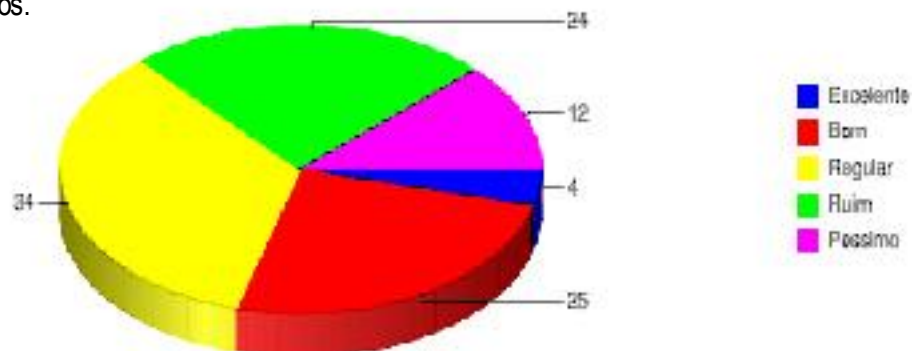
Os discentes consideraram satisfatórias as áreas de convívio (76% dos respondentes, sendo que 43% avaliaram como razoáveis, 25% como muito boas e 8% excelentes). Conforme Figura 275, 15% apontaram como ruins e 8% como péssimas.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 275 – Existência e adequação das áreas de convívio – DISCENTES.

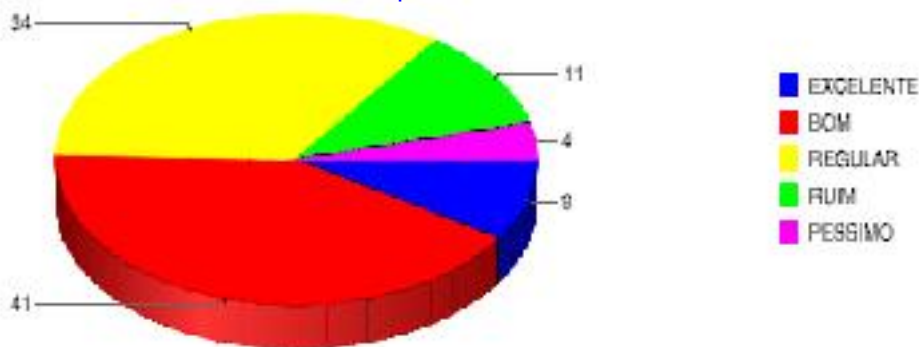
Para os docentes (Figura 276), 63% atestaram a sua existência e adequação, sendo que 34% avaliaram como regular, 25% como boa e 4% como excelente. Ainda, 12% consideraram os espaços de convivência como ruins e 12% como péssimos.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

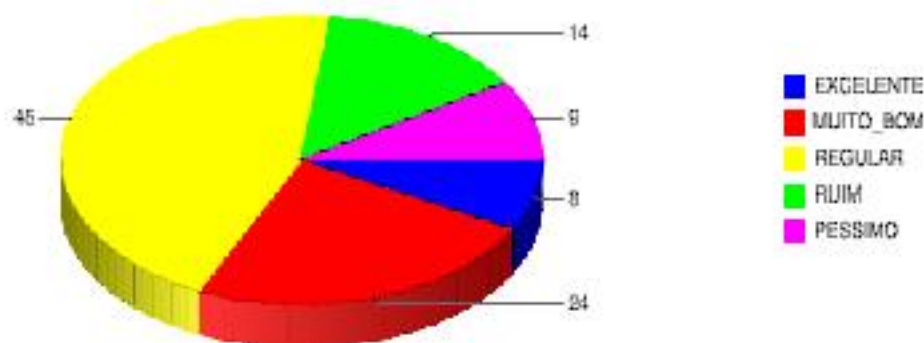
Figura 276 – Existência e adequação das áreas de convívio – DOCENTES.

Os técnicos-administrativos da Instituição quando avaliaram as áreas de convívio (Figura 277) as consideraram satisfatórias, sendo que 41% avaliaram como boas, 34% como regulares e 9% como excelentes.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 277 – Existência e adequação da área de convívio
– TECNICO-ADMINISTRATIVOS.

Quanto às cantinas da Instituição, 77% dos discentes consideraram satisfatórias, sendo que 45% classificaram como razoáveis, 24% como boas e 8% como excelentes. Na figura 278, verifica-se que 14% dos respondentes avaliaram como ruins e 9% como péssimas.



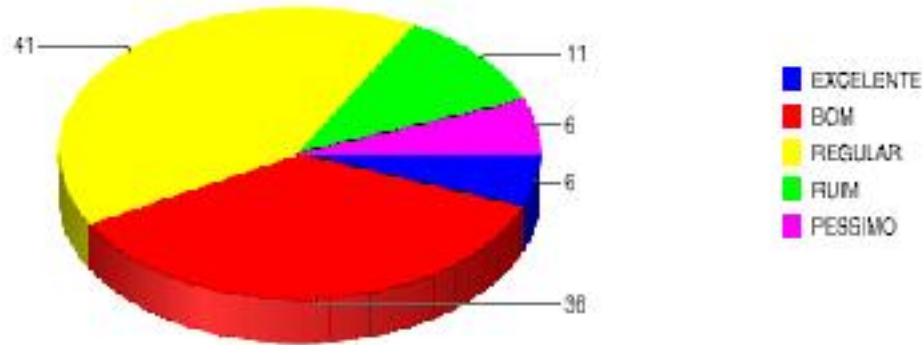
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 278 – Cantinas – DISCENTES.

Na avaliação das cantinas pelos docentes (Figura 279), 56% dos respondentes afirmaram que são satisfatórias, 37% classificaram como regulares; 18% como boas e 1% como excelentes. Tem-se, entre os docentes, o maior índice de insatisfação dentre os segmentos respondentes, pois 18% consideram o nível das cantinas como péssimo e 26% como ruim.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 279 – Cantinas – DOCENTES.

Por sua vez, 83% dos técnico-administrativos (Figura 280), avaliaram as cantinas como satisfatórias, sendo que 41 afirmaram serem regulares, 36% boas e 6% excelentes. Ainda tem-se 11% que consideraram como ruins e 6% que afirmaram serem péssimas.

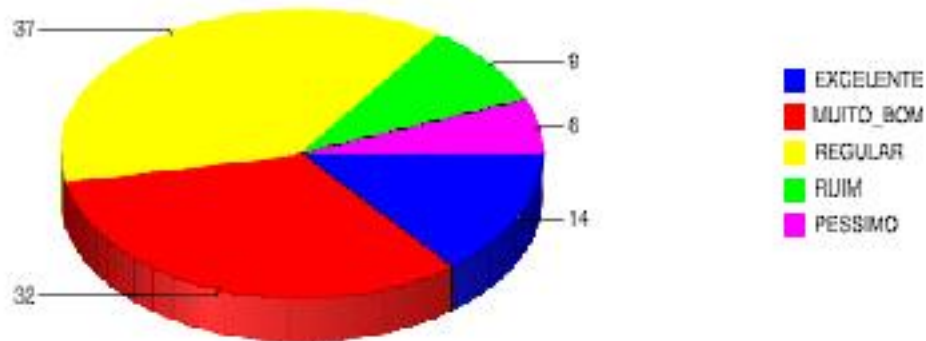


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 280 – Cantinas – TECNICO-ADMINISTRATIVOS.

7.6 Banheiros e bebedouros

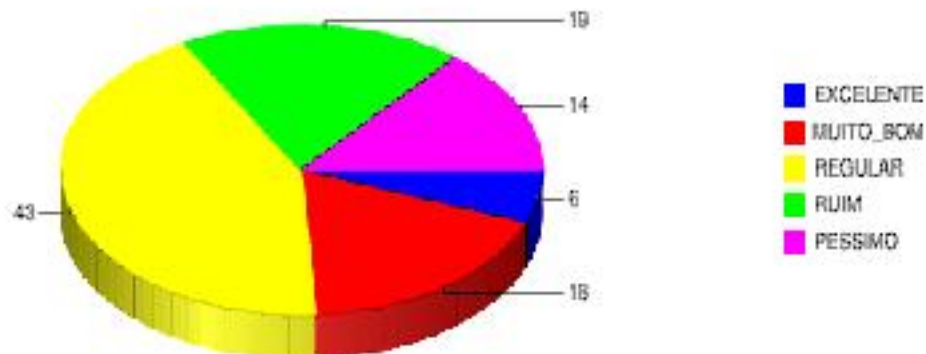
Para avaliação da infraestrutura oferecida pela instituição de banheiros e bebedouros foram consultados os discentes, docentes e técnico-administrativos que fazem parte da comunidade acadêmica da instituição.

Dessa forma, na figura 281, os discentes avaliaram como satisfatórios os banheiros (83% dos respondentes), sendo 37% classificaram os banheiros na categoria regular, 32% em muito bom e 14% em excelente.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 281– Banheiros – DISCENTES.

Quanto aos bebedouros da Instituição, 67% dos discentes os classificaram como satisfatórios, Figura 282, sendo que 43% avaliaram como regulares, 18% como bons e 6% excelentes. Há os que classificam como ruim (19% dos respondentes) e como péssimo (14% destes).



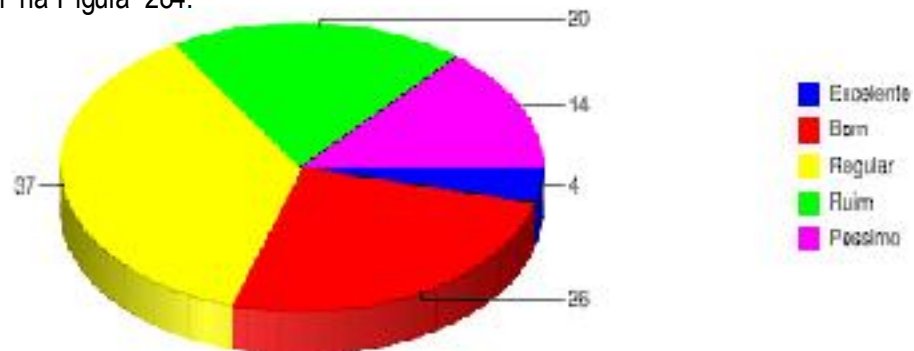
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 282 – Bebedouros –DISCENTES.

Um total de 83% dos docentes da instituição considerou como satisfatórios os banheiros disponibilizados, sendo que 47% consideram como bons; 29% como regulares; e 7% como excelente. Conforme a Figura 283 foram 8% os que avaliam como ruim e 8% péssimos os banheiros disponibilizados pela UFPI.



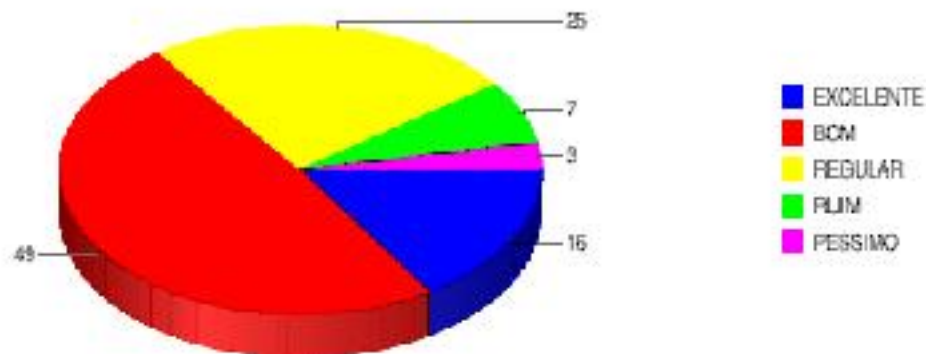
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 283 – Banheiros – DOCENTES.

Os bebedouros colocados a disposição da comunidade acadêmica foram avaliados. E 67% dos docentes da instituição os classificaram como satisfatórios, sendo que 37% os consideraram de padrão regular; 26% consideraram como bons e 4% como excelente. ainda quanto a este item, 20% dos respondentes os avaliaram como ruins e 14% como péssimos. Verificou-se que o nível de insatisfação é maior nesse aspecto entre os docentes, conforme se pode observar na Figura 284.



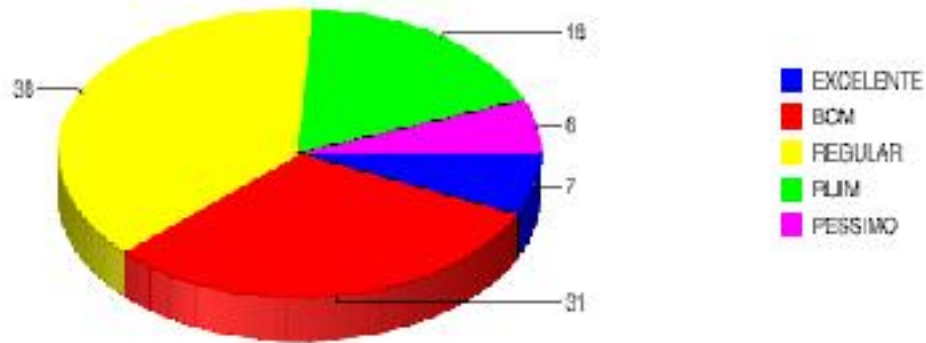
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 284 – Bebedouros – DOCENTES.

Dentre os técnico-administrativos, 90% dos respondentes avaliaram os banheiros da Instituição como satisfatórios, sendo que 49% classificaram como bons, 25% como regulares e 16% como excelentes. Na Figura 285 pode-se verificar que 7% consideraram como ruins e 3% como péssimos.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 285 – Banheiros – TECNICO-ADMINISTRATIVOS.

Em relação aos bebedouros, 76% dos técnico-administrativos respondentes classificaram como satisfatórios, sendo que 38% optaram pelo padrão regular, 31% pelo padrão bom e 7% pelo excelente. Por outro lado, 18% avaliaram como ruim e 6% como péssimo. Esses dados estão demonstrados na Figura 286.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 286 – Bebedouros – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

7.7 Acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais

Para 62% dos gestores (Figura 287), a acessibilidade proporcionada pela instituição às pessoas com necessidades especiais é satisfatória, pois 37% dos respondentes avaliaram que as condições de acessibilidade são regulares e 25% que são boas. Porém, 38% dos respondentes avaliaram como péssimas as condições de acessibilidade.

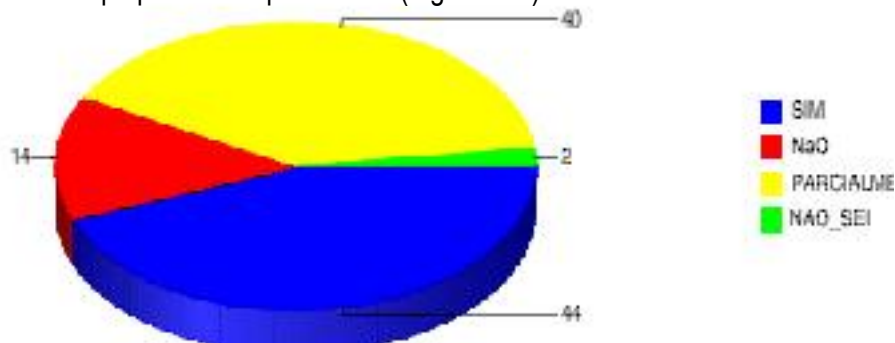


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 287 – Acessibilidade – Gestores

Nos questionários on line dirigidos à comunidade acadêmica, discentes, docentes e técnico-administrativos, verificou-se, em relação a acessibilidade, que:

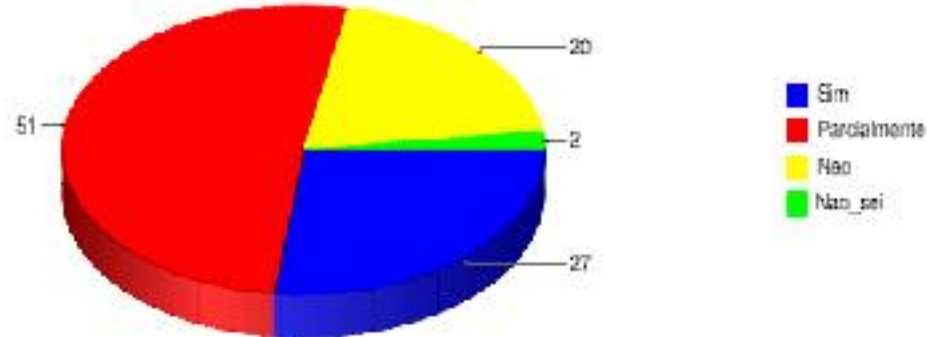
-Os discentes, quando indagados se a UFPI proporciona condições de acessibilidade, banheiros adaptados, telefones e bebedouros em altura compatível e estacionamentos demarcados para as pessoas com necessidades especiais, verificou-se que 44% dos respondentes afirmaram que sim; 40% que a acessibilidade é parcial na Instituição; e 14% que não é proporcionada pela UFPI (Figura 288).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 288 – Acessibilidade – DISCENTES.

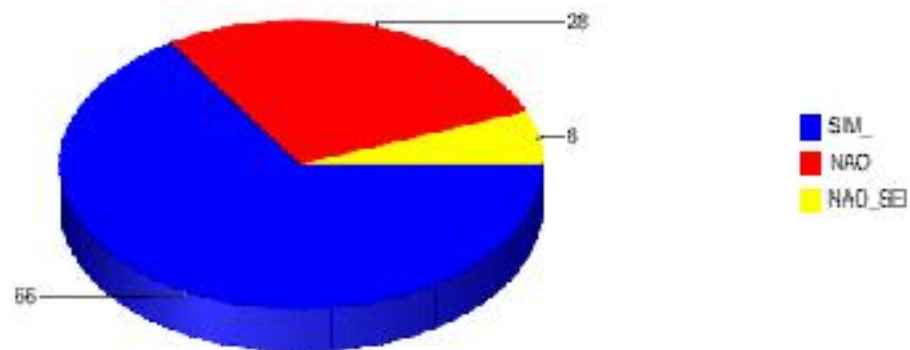
Neste mesmo quesito, 51% dos docentes avaliam que parcialmente são oferecidas pela Instituição as condições de acessibilidade para as pessoas com necessidades especiais e 27% avaliam que a UFPI proporciona essas condições. 20% avaliam que essas condições não são oferecidas pela Instituição e 2% não souberam responder, conforme dados da Figura 289.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 289 – Acessibilidade – Questionário on line DISCENTES

Os técnico-administrativos da UFPI avaliam que a Instituição oferece as condições de acessibilidade, de acordo com 66% dos respondentes. 6% que essas condições são parciais e 28% que não são oferecidas pela IES as condições de acessibilidade, conforme podemos verificar na Figura 290.

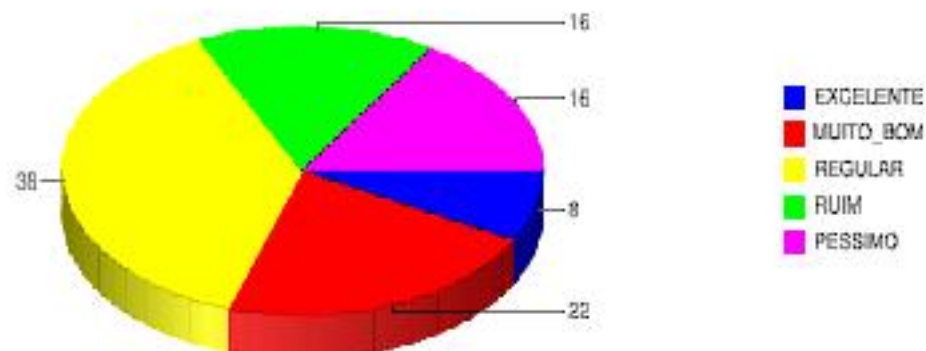


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 290 – Acessibilidade – Questionário on line TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

7.8 Acesso à Internet proporcionado pela UFPI

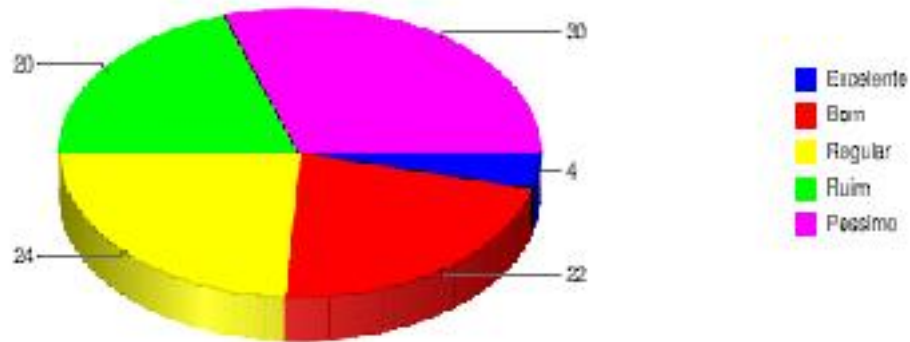
Verificamos serem satisfatórios os serviços de acesso a rede proporcionada pela UFPI, sendo no total 68% dos respondentes, distribuídos em 38% que avaliam como regular, 22% como boa e 8% como excelente. 16% consideram ruim e 16% consideram péssimos os serviços de acesso a internet disponibilizados pela Instituição, conforme Figura 291, principalmente se observados os dados referentes aos campi do interior.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

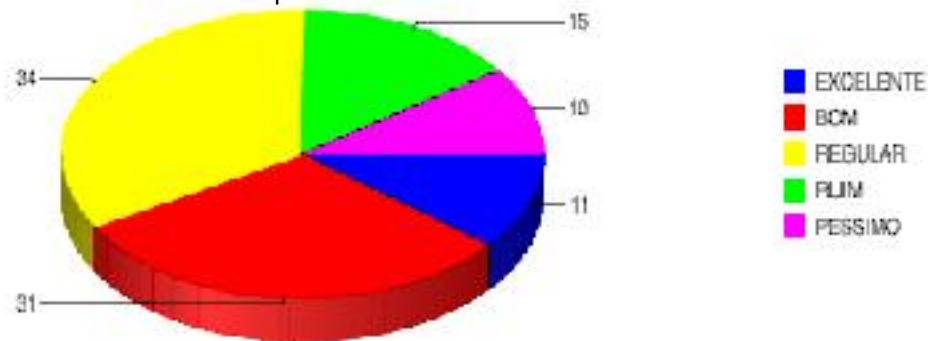
Figura 291 – Acesso a Internet – Questionário on line DISCENTES

Houveram 50% de docentes que classificaram como satisfatórios os serviços de acesso à internet oferecidos pela UFPI, sendo que 24% avaliaram como regular e 22% como bom. Os outros 50% de docentes respondentes avaliaram como insatisfatório o serviço oferecido pela Instituição, sendo que 30% consideraram péssimo e 20% ruim, conforme Figura 292. Verificou-se que os dados demonstraram índices elevados de insatisfação e que foram influenciados pelos dados dos Campi do interior do estado, onde o acesso à internet é dependente do sistema de telefonia local.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 292 – Acesso a Internet – DOCENTES.

Para 70% dos técnico-administrativos estão satisfatórios com os serviços de acesso à internet oferecidos pela UFPI, conforme Figura 293, sendo que 34% classificaram como regular; 31% como bom e 10% excelente. Porém, 15% avaliaram como ruim e 10% como péssimo.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 293 – Acesso a Internet – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

No contexto geral desta dimensão, pode-se concluir que, ao serem indagados a respeito da estrutura física das salas de aula, os gestores e os três segmentos respondentes (docente, discente e técnico administrativo) apontaram como satisfatórios os espaços destinados ao desenvolvimento das atividades de ensino, tanto de graduação como de pós-graduação, conforme pode-se verificar nas Figuras 255, 256, 257 e 258.

A infraestrutura dos laboratórios de ensino e de pesquisa foi considerada satisfatória (Figuras 259, 260, 261 e 262) tanto na perspectiva dos gestores como na visão dos três segmentos da comunidade acadêmica. Em relação às bibliotecas tanto central como sebraias, verificou-se que os usuários da comunidade acadêmica estão satisfeitos (Figuras 263, 264, 265, 266, 267, 268 e 269).

A infraestrutura dos auditórios e as salas de reunião da instituição foi considerada satisfatória (Figuras 270, 271, 272, 273 e 274). Quanto às áreas de convivência, os gestores indicaram um número insuficiente de áreas para relativamente ao número de usuários (Figura 275, 276 a 277) e registrou-se insatisfação em relação as cantinas da instituição, principalmente pelo segmento docente (Figura 278, 279 a 280).

Em relação aos banheiros e bebedouros, verificou-se que foram considerados satisfatórios pelos usuários da comunidade acadêmica, conforme Figuras 281, 282, 283, 284, 285 e 286. Para esses informantes há necessidade de serem melhoradas as condições de acessibilidade, dados constantes nas Figuras 287, 288, 289 e 290.

Quanto ao acesso a internet, constatou-se índices elevados de insatisfação. Quando observado por Campus, constata-se que os insatisfeitos são provenientes dos Campi do interior, onde o sistema de telefonia existente no Estado ainda entrava a qualidade desses serviços (Figuras 291, 292 e 293).

DIMENSÃO 8

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

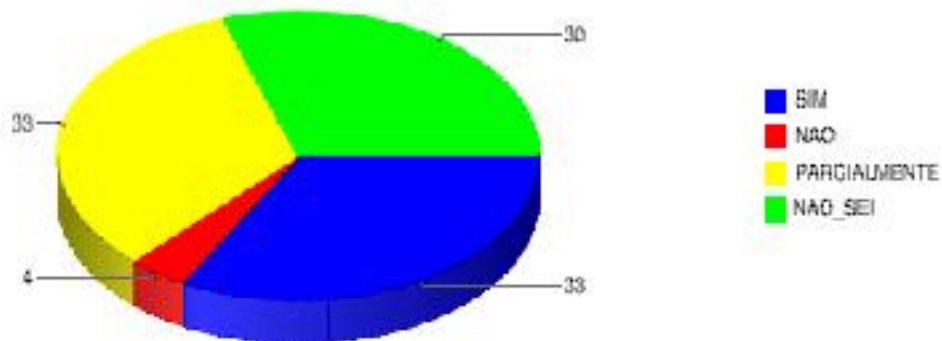
DIMENSÃO 8 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Esta dimensão avalia o quesito planejamento e avaliação especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional. São avaliados, portanto, se há coerência entre o planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais, tais como: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Outro aspecto avaliado diz respeito à Comissão Própria de Avaliação – CPA, quanto a sua implantação e funcionamento adequado, com efetiva participação da comunidade interna (docentes, discentes e técnico-administrativos) e externa dos processos de auto-avaliação institucional e há divulgação das análises e dos resultados das avaliações, estando as informações correspondentes acessíveis à comunidade acadêmica.

8.1 Planejamento Institucional

Este indicador observa se a Instituição implementa adequadamente o planejamento e as ações acadêmico-administrativas baseados nos resultados da sua autoavaliação. Acerca desta situação, quando indagado aos docentes sobre a adequação e efetividade do planejamento geral da Instituição (sobre seu PDI), 33% afirmaram que sim e 33% informaram que ocorre de forma parcial. Por outro lado, 4% afirmaram que não, mas é bastante significativo o número de docentes que desconhecem o processo de avaliação e planejamento da Instituição e, conseqüentemente, que não souberam responder (30%), conforme Figura 294.

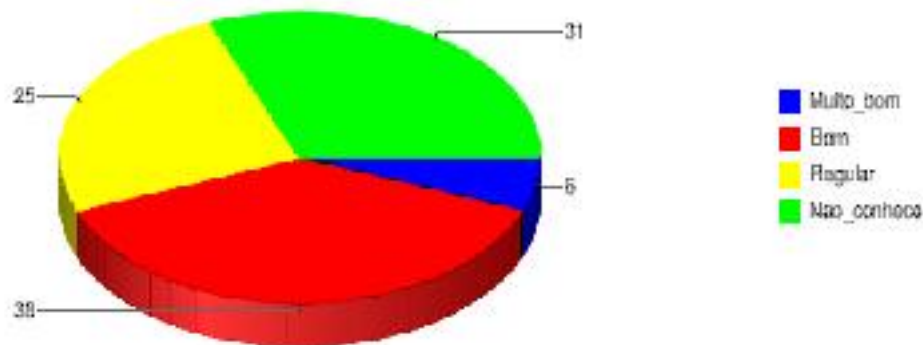


FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 294 – Adequação e efetividade do Planejamento Institucional - DOCENTES.

Na relação estabelecida entre Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), verificou-se (Figura 295) que há semelhança no quantitativo de sujeitos que desconhecem os documentos, constituindo em 31% dos respondentes, em relação a questão anterior (30%). Pode-se concluir que uma parcela importante dos docentes da instituição estão marginalizados dos processos de planejamento institucional ou não se dispõem a participar desses processos.

Ainda, pode-se verificar (Figura 295) que 38% consideram boa a relação estabelecida entre o planejamento macro (PDI), o PPI e PPCs. Um contingente de 25% afirmaram que essa correspondência é de forma parcial e 6% que é muito boa.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 295 – Relação entre PDI, PPI e PPCs – DOCENTES

Verificou-se no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010-2014 (UFPI, 2010), o planejamento de procedimentos e ações tendo em vista os resultados do processo de autoavaliação institucional e avaliações externas.

8.2 Avaliação e Autoavaliação Institucional

O planejamento é decorrente, pois, dos processos de avaliação e autoavaliação institucional. No Plano de Desenvolvimento Institucional um dos objetivos institucionais expressos é:

{...} desenvolver o processo de auto-avaliação do desempenho institucional como prática permanente de releitura, análise e reflexão crítica sobre as ações propostas e desenvolvidas.

Tal processo visa o aperfeiçoamento do ensino, da pesquisa, da extensão, das parcerias e da gestão, com o comprometimento da comunidade acadêmica, através do trabalho participativo, como fator e parâmetro para o alcance da qualidade institucional almejada (UFPI, PDI-2010/2014, p. 236).

Por essa razão a UFPI conta, além da Comissão Própria de Avaliação criada e instalada a partir de 2007, conforme previsto na Lei nº 10.861/2004, com a Diretoria de Informação e Avaliação Institucional, criada em 24/09/2009, tendo esta última como proposta manter um processo de constante reavaliação e adequação acadêmica e constituiu-se num programa que confronta metas e índices de realização, para o alcance dos objetivos institucionais (UFPI, 2010).

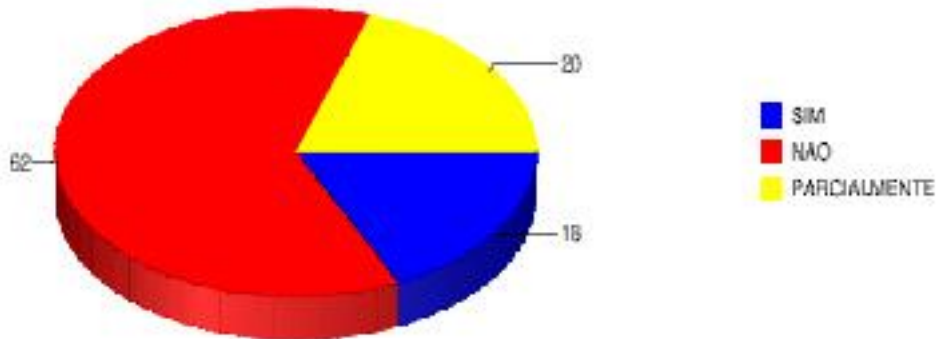
Na avaliação dos gestores, o processo de implementação da autoavaliação Institucional é considerado satisfatório por 94% dos respondentes, sendo que 63% consideram boa, 19% razoável e 12% excelente. Temos ainda 6% que consideram péssimo o processo de implementação da autoavaliação institucional, de acordo com a Figura 296.



Figura 296 – Implementação da autoavaliação na UFPI – GESTORES.

No questionário on line, a comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnico-administrativos) se posicionou acerca da avaliação institucional de forma a demonstrar o conhecimento da sua existência e funcionamento e a utilização dos resultados das avaliações nos processos de planejamento institucional.

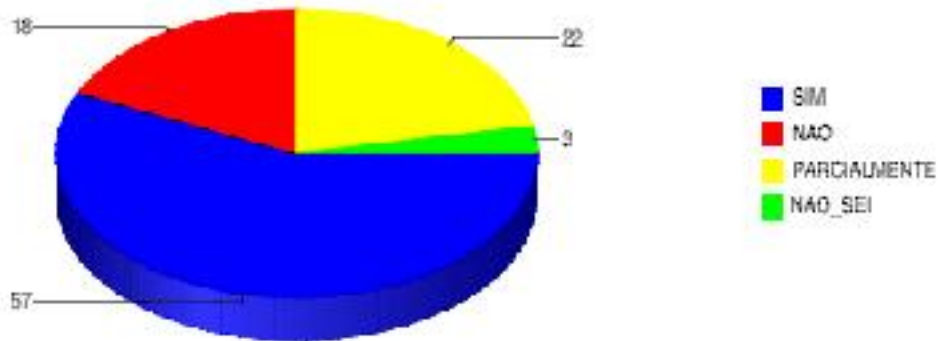
Quando perguntados acerca da existência e funcionamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), 62% dos discentes (Figura 297), demonstraram desconhecimento e 20% afirmaram conhecer de forma parcial. Apenas 18% dos respondentes atestaram a sua existência e funcionamento.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 297 – Existência e funcionamento da CPA– DISCENTES.

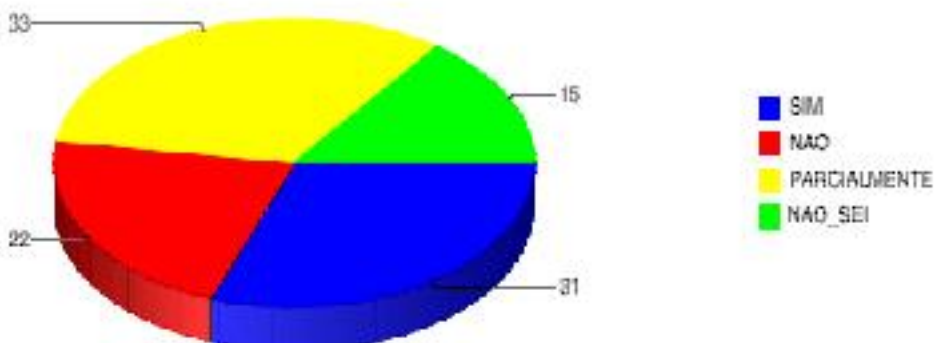
Nessa mesma questão, os técnico-administrativos da Instituição quanto ao conhecimento da existência e funcionamento da CPA, 57% dos respondentes atestaram o conhecimento da sua existência e funcionamento, 22% informaram que ocorre de forma parcial e 18% consideraram que não existe. E, ainda, 3% dos respondentes não souberam informar, conforme se observa na Figura 298.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 298 – Existência e funcionamento da CPA– TECNICO-ADMINISTRATIVOS.

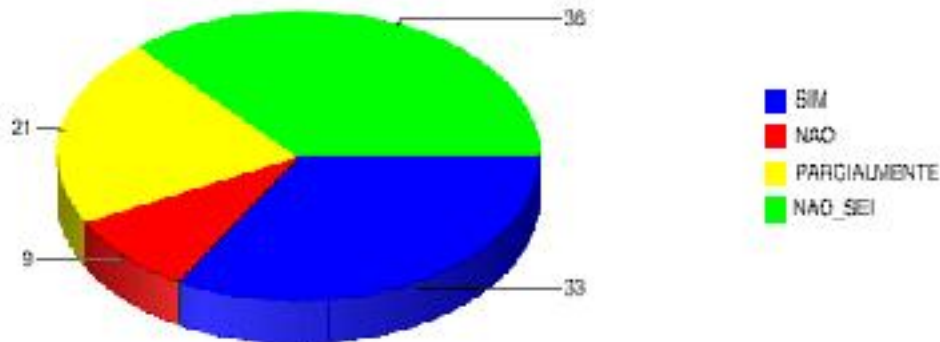
Os docentes, ao serem indagados acerca do seu conhecimento sobre os procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional da UFPI, 31% afirmaram ter conhecimento e 33% que conhecem de forma parcial. Ressalte-se que há uma parcela significativa de docentes que não tomam conhecimento dos processos de avaliação e planejamento (22%) e ainda 15% não souberam responder, conforme Figura 299.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 299 – Conhecimento dos procedimentos de avaliação e planejamento Institucional – DOCENTES.

Indagado aos discentes acerca da participação da comunidade interna (professores, estudantes e técnico-administrativos) e externa nos processos de autoavaliação institucional (Figura 300), verificou-se que 33% têm conhecimento dessa participação no processo autoavaliativo e 21% dos respondentes informaram que ocorre de forma parcial essa participação. Pode-se constatar que 9% afirmam não haver participação e 36% não souberam responder, embora tanto os primeiros quanto os segundos tenham participado ou, no mínimo, sido convidados pelas comissões setoriais e pelos meios de comunicação internos a contribuírem com o processo de autoavaliação da UFPI.



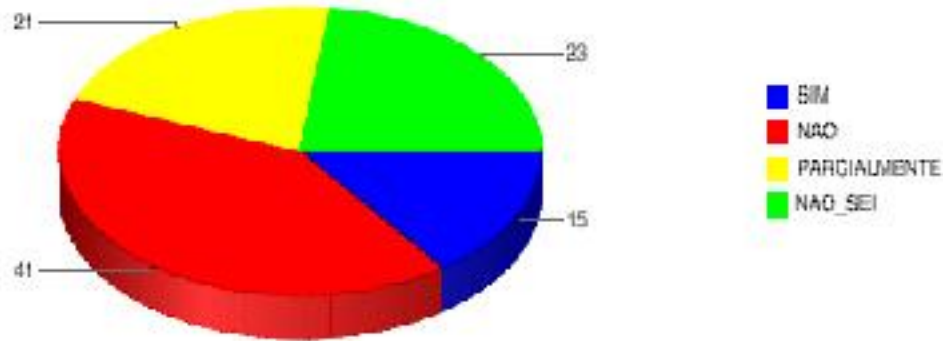
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 300– Participação da comunidade interna e externa no processo de autoavaliação Institucional – DISCENTES.

Os servidores técnico-administrativos assim responderam, acerca da participação da comunidade interna (professores, estudantes e técnico-administrativos) e externa nos processos de autoavaliação institucional (Figura 301): 57% dos respondentes reconheceram a participação e 21% informaram que essa participação é parcial. Verificou-se que 17% não souberam responder e 5%, embora tenham participado do processo voluntariamente (pois responderam ao questionário *on line*), afirmam que não há participação da comunidade acadêmica.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 301– Participação da comunidade interna e externa no processo de autoavaliação Institucional – TECNICO-ADMINISTRATIVOS.

Quanto à existência de relação entre avaliação e planejamento, indagou-se aos discentes acerca do seu conhecimento quanto a utilização dos resultados da avaliação interna da UFPI no processo de Planejamento Institucional (PPI e PDI). Verificou-se, conforme Figura 302, que 41% não têm conhecimento da sua utilização e 23% não souberam responder. Ainda, pode-se constatar que 21% afirmaram que os resultados são utilizados de forma parcial e 15% que não são utilizados os resultados da autoavaliação da Instituição no seu planejamento.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 302 – Utilização dos resultados da autoavaliação interna da UFPI no processo de Planejamento Institucional – DISCENTES.

Os servidores técnico-administrativos quanto ao conhecimento da utilização dos resultados da avaliação interna da UFPI no processo de planejamento Institucional (PPI e PDI), 37% afirmaram não ter conhecimento e 15% não souberam responder. Pode-se constatar que 23% dos respondentes demonstraram conhecimento da utilização dos resultados dos processos avaliativos no planejamento das ações propostas nos documentos oficiais da Instituição e 24% indicaram ter conhecimento parcial quanto a essa utilização, conforme Figura 303.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 303 – Utilização dos resultados da autoavaliação interna da UFPI no processo de planejamento Institucional – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

Quanto ao processo de avaliação e planejamento institucional, constatou-se que é significativo o número de sujeitos da comunidade acadêmica que desconhecem a sua existência e se há relação estabelecida entre avaliação interna, PDI, PPI e os PPCs. Dessa forma, há necessidade de integração de um número maior de sujeitos nesses processos, embora tenha sido constatado, em alguns momentos, contradição entre as respostas apresentadas (Figuras 294 e 295).

Pode-se observar que há nas propostas do Plano de Desenvolvimento Institucional (UFPI, PDI-2010/2014), o planejamento de procedimentos e ações em resposta ao processo de autoavaliação institucional e avaliações externas, mas a relação entre avaliação e planejamento não está clara para a comunidade acadêmica, conforme se verifica nas Figuras 299, 300, 301 e 302. Verificou-se, também, que as ações da Comissão Própria de Avaliação precisam ser melhor divulgadas e colocadas de forma acessível ao conhecimento da comunidade acadêmica, principalmente junto aos docentes (Figura 296).

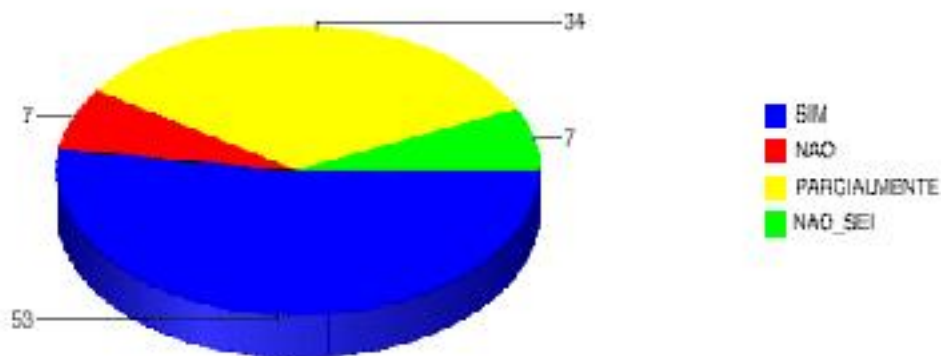
DIMENSÃO 9

POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

DIMENSÃO 9 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Esta dimensão avalia as políticas de atendimento aos discentes, verificando a coerência das políticas de atendimento com o estabelecido em documentos oficiais, programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos, condições institucionais de atendimento ao alunado e acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.

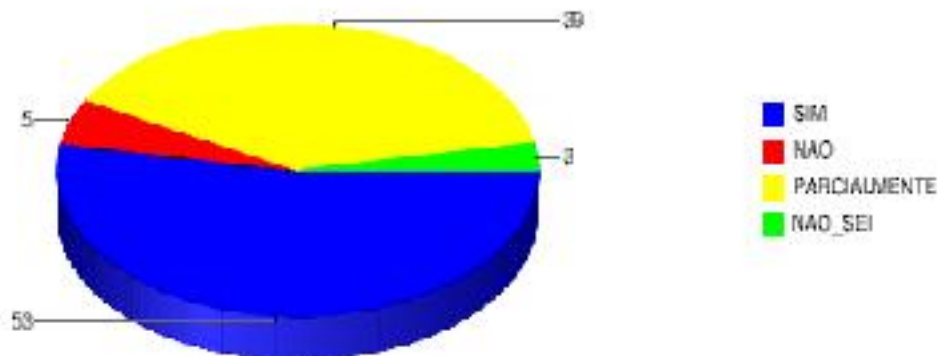
Perguntados aos discentes, se a UFPI oferece apoio ao desenvolvimento acadêmico dos alunos, oportunizando a participação em científicas, técnicas, esportivas e culturais e se possui mecanismos de divulgação da produção acadêmica dos discentes, verificou-se pela Figura 304, que 53% dos respondentes reconheceram que a Instituição possui políticas de atendimento aos discentes; 34% afirmaram que essas políticas são concretizadas de forma parcial e 7% não reconheceram a existência dessas políticas de atendimento aos discentes; e, ainda, que 7% não souberam receber.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 304– Existência de políticas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes - DISCENTES.

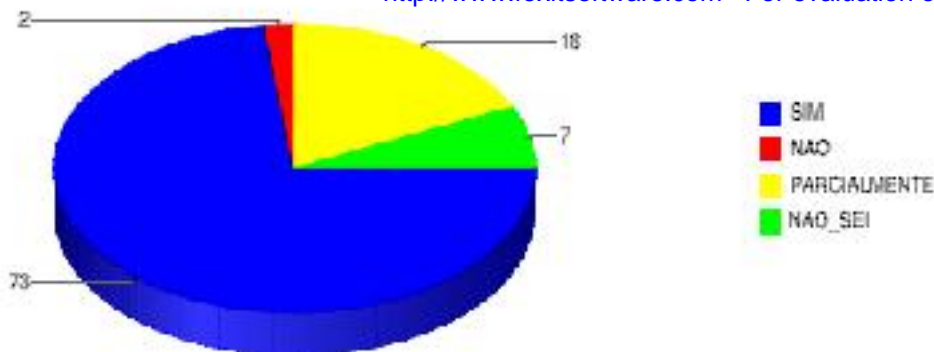
Perguntados aos docentes quanto às políticas de atendimento aos discentes, verificou-se (Figura 305) que 53% dos respondentes afirmaram a sua existência na Instituição; 39% responderam que ocorrem de forma parcial ações de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos alunos; 5% que não existem essas políticas; e 3% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

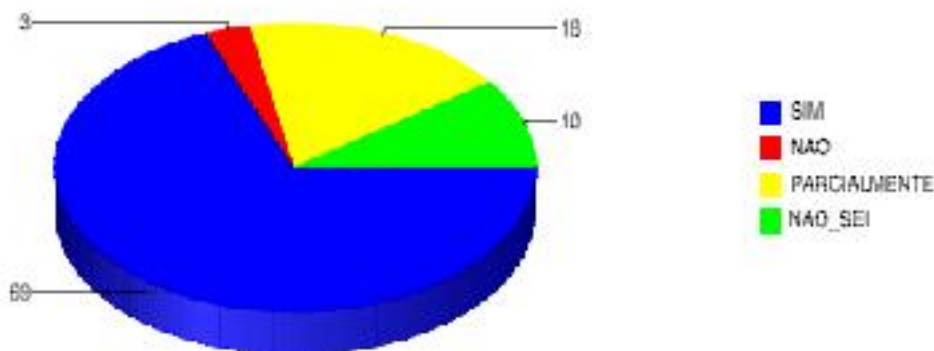
Figura 305– Existência de políticas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes - DOCENTES.

Para 73% dos técnico-administrativos há reconhecimento de que a UFPI possui políticas de apoio ao desenvolvimento acadêmico e 18% que são implementadas de forma parcial. Já 2% afirmaram que isso não existe na Instituição e 7% não souberam responder, conforme Figura 306.



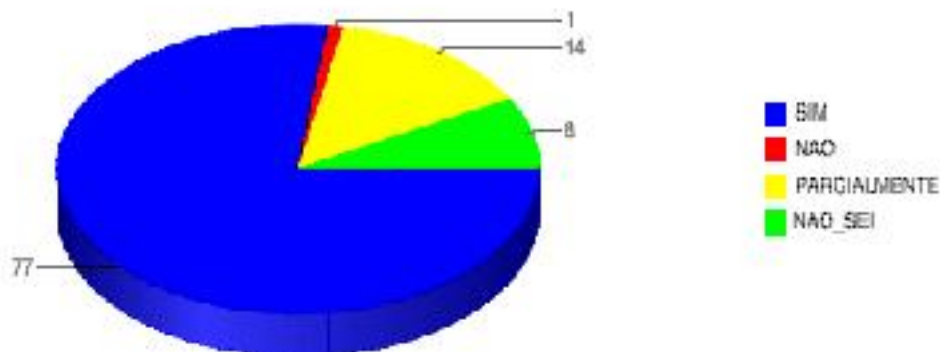
FORNTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 306 – Políticas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes na UFPI – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

Perguntados quanto a existência na UFPI de políticas de acesso (cotas, processo de transferência e acesso de portadores de curso superior), envolvimento no processo de seleção e permanência de estudantes com adequada relação com as políticas públicas e com o contexto social, verificou-se nas respostas dos discentes, que 69% atestaram a sua existência na instituição e 18% afirmaram que são parciais. Ficaram restritos a 3%, os respondentes que não reconheceram a sua existência na Instituição e a 10% os que não souberam responder, conforme a Figura 307.



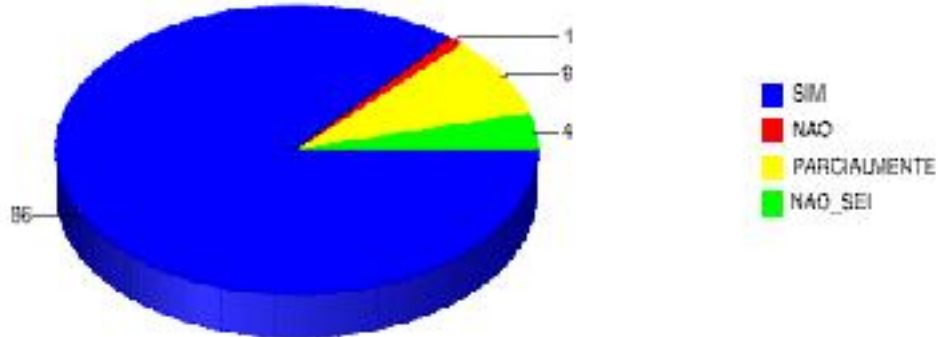
FORNTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 307 – Políticas de acesso e permanência dos discentes na UFPI – DISCENTES.

Nas respostas à mesma questão, direcionada aos docentes da Instituição, observou-se que 77% dos respondentes reconheceram a existência de políticas de acesso (cotas, transferência e portadores de curso superior) de seleção e permanência de estudantes com adequada relação com as políticas públicas e com o contexto social, conforme Figura 308.



FORNTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
 Figura 308 – Políticas de acesso e permanência dos discentes na UFPI – DOCENTES.

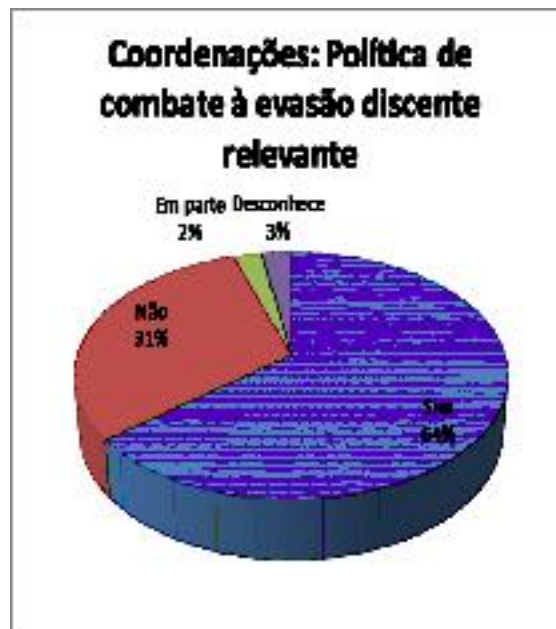
Quanto aos servidores técnico-administrativos, 86% dos respondentes apontaram a existência na UFPI de políticas de acesso (cotas, transferência, portadores de curso superior) de seleção e permanência de estudantes com adequada relação com as políticas públicas e com o contexto social. E 9% indicaram que essas políticas são parciais; 4% não souberam responder e 1% que não existem (Figura 309).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 309 – Políticas de acesso e permanência dos discentes na UFPI – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

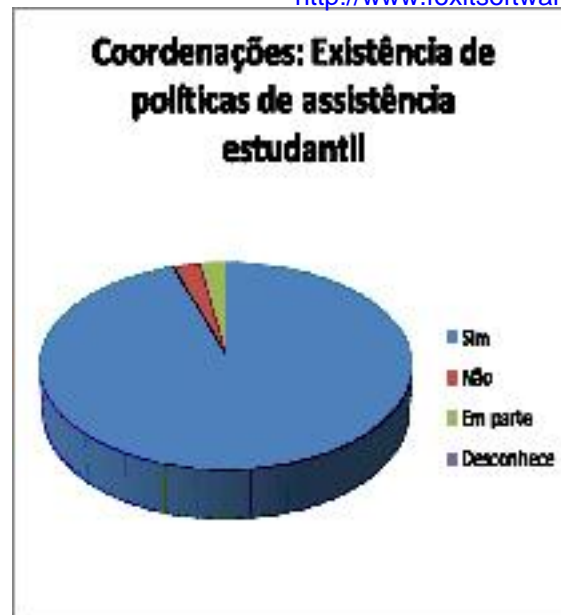
De acordo com 64% dos coordenadores de cursos existem, na Instituição, políticas relevantes de combate à evasão discente e 3% desconheceram a existência dessas políticas.

Dos gestores respondentes, 31% afirmaram a não existência nos cursos que coordenam (Campus de Teresina – Administração, Direito, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, História e Serviço Social; Campus de Parnaíba – Ciências Contábeis, Engenharia de Pesca e Pedagogia; Campus de Bom Jesus – Engenharia Florestal e Ciências Biológicas; e Campus de Picos – Pedagogia) e 2% afirmaram a existência em parte, não atendendo as necessidades do curso (Campus de Teresina – Estatística), conforme Figura 310.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 310 – Existência de políticas de combate à evasão discente na UFPI – COORDENADORES/CURSOS.

Quanto à existência de política de assistência estudantil, verificou-se que 94% dos coordenadores respondentes afirmaram que existe na Instituição. Apenas 3% atestaram a sua existência em parte e 3% a não existência, conforme Figura 311.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 311 – Existência de políticas de assistência estudantil na UFPI – COORDENADORES/CURSOS.

Quanto à adequação dessas políticas às necessidades estudantis, verificou-se (Figura 312) que 92% dos coordenadores respondentes avaliaram como adequadas as políticas de assistência estudantil. Ainda, 3% desconhecem e 5% afirmaram que são adequadas apenas em parte.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 312 – Adequação das políticas de assistência estudantil da UFPI – COORDENADORES/CURSOS.

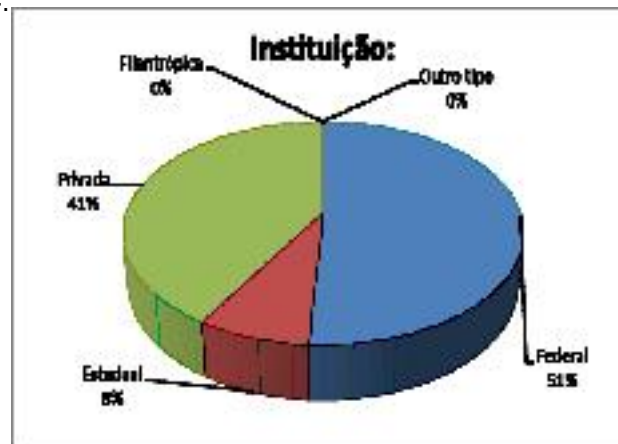
Verificou-se (conforme a Figura 313), a partir dos questionários destinados aos egressos, que 59% destes retornaram à sala de aula para cursos de pós-graduação, pela necessidade de melhorar os conhecimentos e adquirir mais oportunidades, obter novas informações e complementar as informações recebidas, melhorar os serviços prestados e tornar-se um profissional mais competente e competitivo, entre outras justificativas apresentadas.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 313 – Formação continuada dos Egressos da UFPI – EGRESSOS.

Dos que retomaram as Instituições de Ensino Superior para cursarem pós-graduação, um percentual de 51% retomou para a UFPI, 41% para as IES privadas e 8% para a universidade estadual (Universidade Estadual do Piauí - UESPI), conforme Figura 314.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 314 – Quanto a Instituição da formação continuada – Pós-Graduação – Questionário Egressos

Verificou-se, para esta Dimensão, a existência na Instituição de políticas de acesso e de permanência direcionadas aos discentes, as quais são consideradas relevantes e, portanto, reconhecidas e avaliadas pela comunidade acadêmica como adequadas.

Pode-se ainda constatar, através de questionários destinados aos egressos, que 59% dos 177 (cento e setenta e sete) respondentes buscaram a formação continuada e que 51% retomam para a UFPI, a fim de cursarem pós-graduação.

DIMENSÃO 10

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA INSTITUCIONAL

DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA INSTITUCIONAL

Esta dimensão avalia a sustentabilidade financeira tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. Verifica se há coerência da sustentabilidade financeira da IES com o especificado no Plano de Desenvolvimento Institucional, se há políticas de captação e alocação de recursos financeiros e políticas direcionadas a aplicação de recursos em programas de ensino, pesquisa e extensão.

A capacidade de gestão e administração do orçamento e às políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na obtenção de recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e prioridades estabelecidas são objetos da avaliação desta Dimensão.

A UFPI, como Instituição Federal de Educação Superior, integra uma estrutura administrativa como unidade orçamentária vinculada ao Ministério da Educação. Assim o orçamento oriundo do Tesouro Nacional assenta-se na manutenção e melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O orçamento da UFPI é composto de recursos do Tesouro Nacional, de fontes diretamente arrecadadas e de convênios. Na sua execução são incorporadas as descentralizações de créditos proporcionadas por intermédio de órgãos da estrutura do Governo Federal que, em razão de acordo e ajustes, transferem recursos de projetos aprovados no âmbito de seus orçamentos para sua execução.

Foram analisados para descrever esta dimensão o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e sua proposta orçamentária para 2011, uma vez que os documentos contemplam todas as atividades-fim da universidade, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão e estas áreas recebem previsões de dotações orçamentárias.

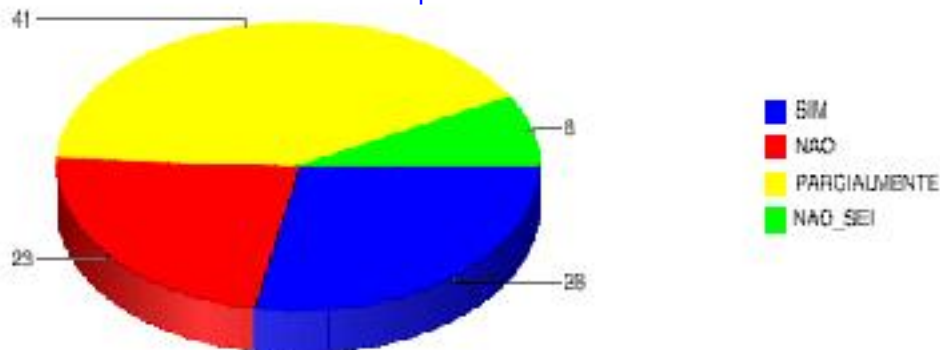
O orçamento prevê dotações para manutenção dos cursos de graduação presenciais, de ensino profissionalizante e dos cursos de pós-graduação stricto sensu, enquanto que os de educação à distância são mantidos por meio de descentralizações de crédito do MEC. O cursos de especialização e extensão são mantidos tanto por meio de mensalidades ou taxas pagas pelos alunos, como de créditos descentralizados pelo Ministério da Educação sob a forma de convênios, geralmente financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FNDE, outros órgãos financiadores ou outras instituições parceiras através de convênios e de repasses da sua Fundação de Apoio de taxas provenientes de convênios e contratos estabelecidos para a execução de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão.

A UFPI possui uma política institucional de planejamento de expansão do espaço físico compatível com o crescente aumento de oferta de cursos e novas vagas para os cursos existentes, recebendo nesses últimos anos financiamentos para a sua expansão dentro do Programa de Reestruturação das Instituições Federais de Ensino - REUNI.

A capacitação do corpo docente e a do pessoal técnico-administrativo é incentivada e há concessão de bolsas de mestrado e doutorado, com os recursos de custeio através de programas financiados pela Coordenação de Aperfeiçoamento pessoal de Nível Superior – CAPES, do Ministério da Educação, e através de parcerias para a realização de mestrados e doutorados interinstitucionais.

Há um esforço por parte da administração superior da UFPI no sentido de que os recursos disponíveis sejam bem utilizados para manter os cursos oferecidos em um bom nível de qualidade. Nesse sentido, foi consultada a comunidade universitária para verificar a sua percepção acerca da aplicação dos recursos públicos quanto ao atendimento às necessidades atuais da instituição, em relação a sua gestão e a aplicação de forma uniforme para atendimento ao tripé “Ensino, Pesquisa e Extensão”.

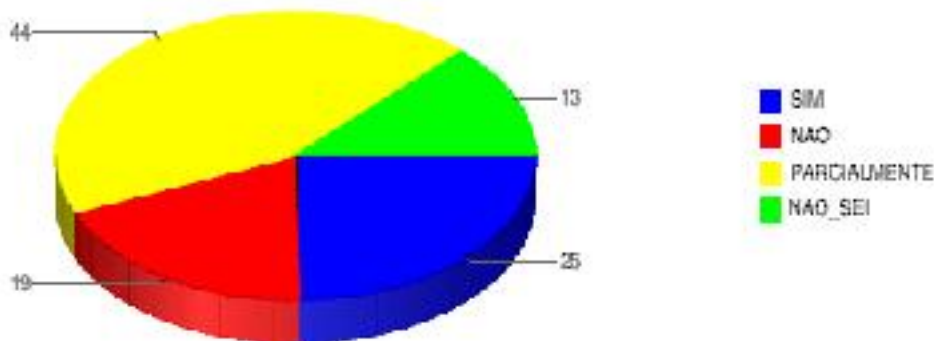
Perguntados (Figura 315) sobre isso, 28% dos discentes atestaram serem satisfatórios os recursos públicos gerenciados pela UFPI para atendimento às necessidades atuais da Instituição; 41% consideraram parcialmente satisfatórios, 23% que não são satisfatórios e 8% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 315 – Atendimento às necessidades atuais da instituição pelos recursos públicos gerenciados pela UFPI – DISCENTES.

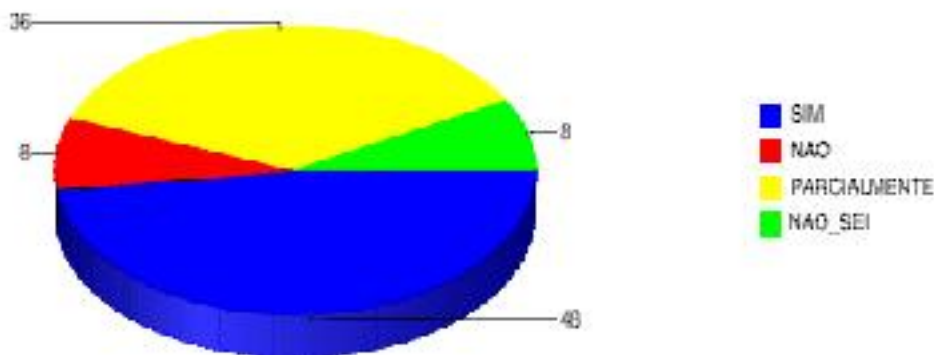
Para 44% dos docentes, os recursos atendem de forma parcial às necessidades atuais da instituição; 25% afirmaram que atendem de forma satisfatória; 19% que não atendem e 13% não souberam responder, conforme Figura 316.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 316 – Atendimento às necessidades atuais da instituição pelos recursos públicos gerenciados pela UFPI – DOCENTES.

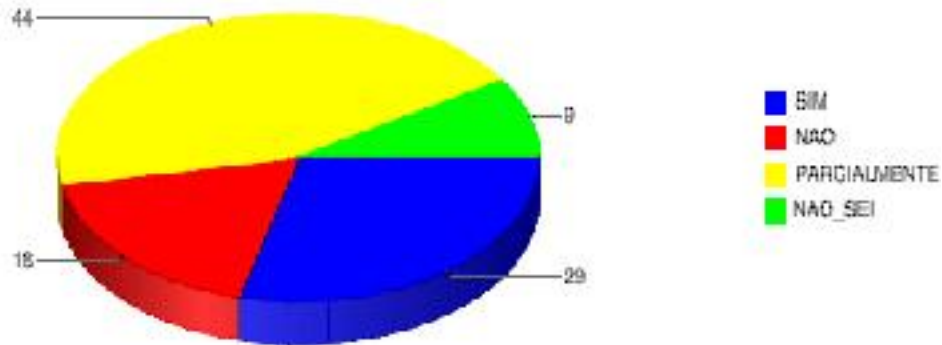
Quanto aos técnico-administrativos, na Figura 317 pode-se constatar que 48% avaliaram como satisfatórios os recursos gerenciados pela UFPI para atendimento às suas necessidades institucionais; 36% afirmaram que atendem de forma parcial às necessidades da Instituição; 8% que não atendem às necessidades da IES e 8% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

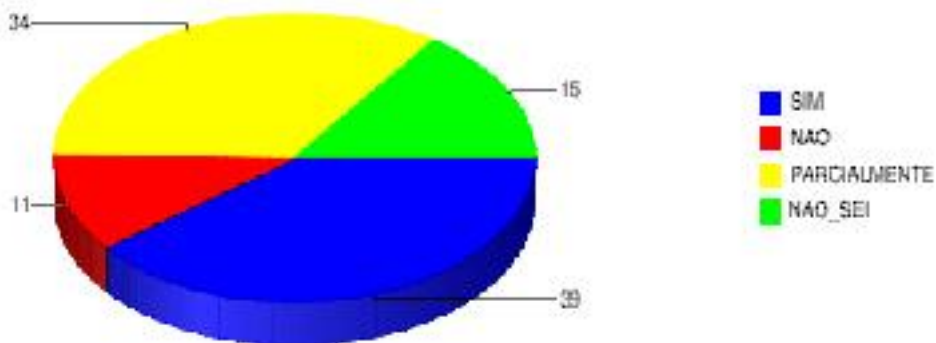
Figura 317 – Atendimento às necessidades atuais da instituição pelos recursos públicos gerenciados pela UFPI – TECNICO-ADMINISTRATIVOS.

Perguntados se os recursos públicos gerenciados pela UFPI são bem aplicados, verificou-se que 44% dos discentes avaliaram como “de forma parcial”; 29% responderam que sim; 18% afirmaram que não são bem aplicados e 9% não souberam responder (Figura 318).



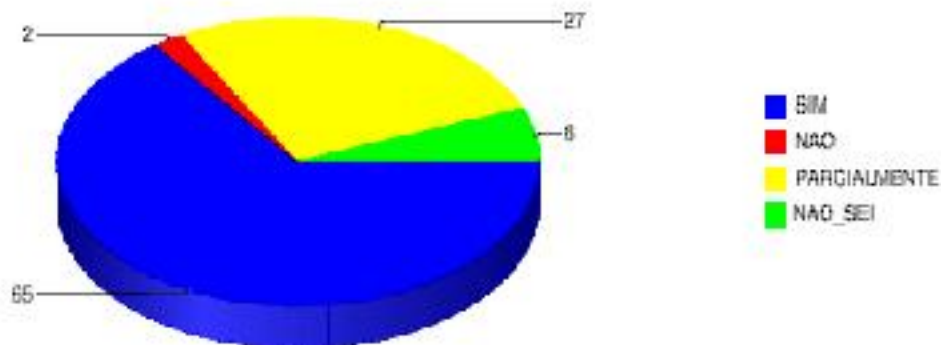
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 318 – Aplicação dos recursos públicos gerenciados pela UFPI – DISCENTES.

Por sua vez, os docentes avaliaram ser satisfatória a aplicação dos recursos pela UFPI; 34% consideram que é “em parte” satisfatória; 11% informaram que os recursos não são satisfatoriamente aplicados e 15% não souberam responder (Figura 319).



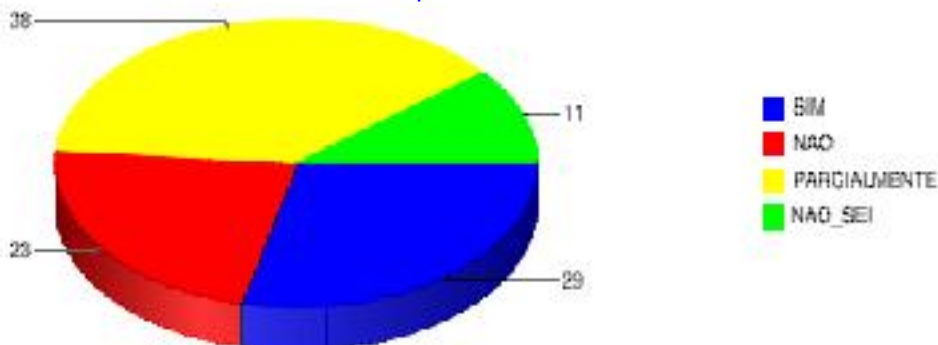
FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 319 – Aplicação dos recursos públicos gerenciados pela UFPI – DOCENTES.

Verificou-se, em relação aos técnico-administrativos, que para estes os recursos são satisfatoriamente aplicados pela instituição de acordo com 65% dos respondentes. Ainda, 27% informaram que a aplicação dos recursos é parcialmente satisfatória; 2% avaliaram que não é satisfatória a aplicação desses recursos; e 6% não souberam responder (Figura 320).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010
Figura 320 – Aplicação dos recursos públicos gerenciados pela UFPI – TECNICO-ADMINISTRATIVOS

Quanto à aplicação dos recursos pela UFPI, para o atendimento ao tripé “ensino, pesquisa e extensão”, constatou-se que 29% dos discentes responderam que tais recursos atendem de forma uniforme ao tripé das ações universitárias; 38% que atende de forma parcial e 23% que não atende. Por outro lado, 11% não souberam responder ao questionamento, como se verifica na Figura 321.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 321 – Aplicação uniforme dos recursos públicos pela UFPI, para atendimento ao tripé – Ensino, Pesquisa e Extensão – DISCENTES.

Para 27% dos docentes os recursos aplicados pela UFPI atendem de forma uniforme ao tripé – ensino, pesquisa e extensão; para 33% esse atendimento ocorre de forma parcial às três dimensões; e 25% que não ocorre aplicação uniforme e, ainda, 15% não souberam responder (Figura 322).



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 322 – Aplicação uniforme dos recursos públicos pela UFPI, para atendimento ao tripé – Ensino, Pesquisa e Extensão – DOCENTES.

Na Figura 323, verificou-se que a avaliação dos técnico-administrativos, no que se refere ao atendimento ao tripé de forma uniforme, assim foi resumida: 50% informaram que os recursos da UFPI são aplicados de forma satisfatória; 22% avaliaram que são em parte; 9% que não são aplicados de forma uniforme; e 18% não souberam responder.



FONTE: Dados da Pesquisa Empírica 2010

Figura 323 – Aplicação uniforme dos recursos públicos pela UFPI, para atendimento ao tripé – Ensino, Pesquisa e Extensão – TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS.

Verificou-se que como Instituição pública federal, os recursos para custeio e investimento, conforme planejamento institucional, são garantidos pelo Tesouro nacional. Além desses recursos, a UFPI acrescenta ao seu orçamento os recursos de programas e projetos financiados pelas agências de fomento tanto do governo federal como por outras instâncias a que são submetidos projetos elaborados pelos docentes da Instituição. Existem também os recursos provenientes dos convênios e contratos para prestação de serviços, geralmente gerenciados por sua Fundação de Apoio, a qual repassa à UFPI as taxas de administração.

Observou-se, num contexto geral, que a comunidade acadêmica pouco toma conhecimento de como são gerenciados os recursos e de sua distribuição para atendimento de forma uniforme ao tripé ensino, pesquisa e extensão, conforme mostram as figuras pertinentes a esta Dimensão. No entanto, considerando-se o crescimento da instituição nos últimos anos, é significativo o aumento dos recursos aplicados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme previsto na Lei nº 10.861/2004, a auto avaliação das Instituições de Ensino superior deve abranger as dez dimensões descritas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Dessa forma, a partir da análise quanti-qualitativa dos dados, a CPA realizou o processo de auto-avaliação institucional da Universidade Federal do Piauí (UFPI), apresentando indicações de ações e de procedimentos que precisam ser adotados no sentido de consolidar a missão e o PDI; as políticas para o ensino (de graduação e pós-graduação), para a pesquisa e para a extensão; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal (docente e técnico-administrativo); a organização e gestão da Instituição; a infraestrutura física; o planejamento e avaliação; as políticas de atendimento aos discentes; e a sustentabilidade financeira, de forma que a Instituição possa concretizar ações pertinentes às diferentes dimensões recomendadas pelo SINAES.

O processo de Auto-Avaliação Institucional é algo novo no ambiente acadêmico da UFPI. Razão por que, muitos são os desafios enfrentados em seu processo de execução. O primeiro desafio refere-se à constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), notadamente no que concerne as suas condições de funcionamento. O segundo consiste na sensibilização e mobilização da comunidade para participação e valoração do processo de avaliação institucional. O terceiro desafio diz respeito à socialização dos resultados do processo avaliativo e à proposição de ações institucionais na perspectiva de superação das fragilidades diagnosticadas na autoavaliação.

Desse modo, considerando os desafios, as peculiaridades e os indicadores de avaliação apresenta-se uma síntese conclusiva, analisando, entre outros aspectos, as fragilidades e as potencialidades institucionais, de acordo com os resultados da avaliação institucional, tomando como referências as citadas dimensões do SINAES.

DIMENSÃO 1 – A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

A análise dos dados revela que a comunidade acadêmica desconhece o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Piauí, embora o referido plano esteja disponibilizado no site oficial da instituição. Em relação à missão da instituição, descrita nos documentos oficiais, verificou-se, a partir das respostas apresentadas pelos três segmentos que compõem a UFPI, que um percentual igual ou superior a 50% dos participantes da avaliação reconhecem que a Instituição assume compromisso com a sua missão e com seus objetivos, em detrimento de interesses particulares individuais ou de grupo.

Neste âmbito, cerca de 60% egressos revelam satisfação com o processo formativo oferecido pela UFPI, reconhecendo que a instituição cumpriu a sua missão na formação de profissionais, não apenas para atendimento as demandas do mercado de trabalho, mas em defesa de uma formação e de uma educação, que perspetive o desenvolvimento pessoal e profissional, objetivando a preparação dos indivíduos para exercício da cidadania e para uma participação efetiva no desenvolvimento social e econômico, pautando-se na ideia de que a formação é um processo permanente, o que significa abertura para continuar aprendendo.

DIMENSÃO 2 – ENSINO DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

A partir dos dados coletados, há identificação que alguns cursos, conforme a avaliação ora processada, não atendem plenamente às necessidades de formação do futuro profissional nas diversas áreas do conhecimento, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), ondicando a necessidade de adequações das matrizes curriculares, de conhecimento aprofundado acerca do currículo, de inovação na área de conhecimento ao qual pertencem, bem como de atendimento às demandas sociais através de reformulações curriculares para res-

ponder satisfatoriamente às necessidades geradas pelo contexto social no qual os cursos estão inseridos, oportunizando o favorecimento da interdisciplinaridade.

Comporta realçar, conforme dados desta avaliação, que há necessidade de maior divulgação das políticas institucionais relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão junto à comunidade acadêmica, considerando que os gestores alegam desconhecimento em relação aos documentos institucionais.

De forma similar, é necessária a mobilização do Núcleo Docente Estruturante (NDE) nas análises e discussões relativas ao currículo dos cursos, o que implica pensar a formação de acordo com as demandas sociais e conforme as necessidades formativas dos estudantes, resultando, conseqüentemente, na dinamicidade dos currículos dos diferentes cursos ofertados pela UFPI, assim como, na melhoria de seu Projeto Pedagógico.

DIMENSÃO 3 – A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Acerca da responsabilidade social da instituição, verificou-se que os respondentes, em sua maioria, consideram que a UFPI assume a sua responsabilidade social como Instituição Federal de Ensino Superior, através das atividades de ensino, de extensão e por meio da pesquisa. A importância da Universidade Federal do Piauí é reconhecida na produção do conhecimento e no desenvolvimento científico no contexto da sociedade na qual se insere e a há cumprimento de suas finalidades institucionais, no que concerne à promoção da democracia e da cidadania e à captação de recursos financeiros para concretização dos seus objetivos.

Os dados indicaram, por um lado, que há necessidade ser revistas e/ou implementadas práticas referentes ao incentivo para criação de incubadoras e de empresas juniores; estabelecimento de parcerias com o setor empresarial, bem como, com entidades representativas sociais e culturais, visando a recuperação e a manutenção do patrimônio histórico cultural e a contribuição para o planejamento urbano da cidade.

Por outro lado, percebeu-se a consolidação de políticas institucionais afirmativas e a participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios internos. Percebeu-se, ainda, a necessidade de maior envolvimento da comunidade na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o que exige o estabelecimento de mecanismos mais eficazes de participação interna em sua construção e/ou revisão.

DIMENSÃO 4 – A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A análise da dimensão relativa à comunicação da UFPI com a comunidade, indica a necessidade de maior divulgação das ações e tarefas vinculadas à Coordenadoria de Comunicação Social, ou seja, há necessidade de que as ações e responsabilidades da referida coordenadoria sejam amplamente divulgadas junto à comunidade acadêmica, focalizando suas diretrizes, suas estratégias e seus meios de comunicação, de forma a alcançar os diversos segmentos que compõem a Instituição e a sociedade em geral.

Neste entorno, a comunidade acadêmica, segundo dados da avaliação, tem conhecimento acerca dos mecanismos de comunicação, desenvolvidos sob a tutela da Coordenadoria de Comunicação Social, tais como: site, jornal, revistas, entre outros. Em contrapartida, essa comunidade acadêmica afirma ser parcial a eficácia dos meios de comunicação internos e externos da UFPI, sinalizando a necessidade de investimentos na divulgação do trabalho da referida Coordenadoria.

Em relação à ouvidoria da UFPI, a comunidade acadêmica, embora tenha conhecimento acerca de sua existência, informou, em sua maioria, que não fez uso dos serviços por essa prestados; entretanto, há o reconhecimento de que a atuação da Ouvidoria da UFPI ocorre de forma satisfatória.

A análise dos dados inerentes à comunicação da UFPI com a comunidade, apontam que a instituição goza de prestígio social, possui uma boa imagem no contexto da sociedade onde se insere, sendo reconhecida pelos serviços prestados junto à comunidade piauiense como instituição de ensino superior que cumpre a função precípua de produzir e socializar conhecimentos científicos nas diversas áreas do saber.

